

**CONFLITOS NO
CAMPO
BRASIL
2011**



Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2011

É uma responsabilidade da Secretaria Nacional da CPT

Rua 19, nº 35, 1º andar – Centro - 74030-090

Caixa Postal 749 - 74001-970

Goiânia-GO

Fone: (062) 4008-6466 Fax: (062) 4008-6405

Endereço eletrônico: cpt@cptnacional.org.br

Sítio: www.cptnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB.

A CPT é membro da **Pax Christi Internacional** e da **Right Livelihood Foundation**

Goiânia, maio de 2012.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Conflitos no Campo Brasil 2011(Organização:
Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete
Wichinieski – Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.
182p. : fotos., tabelas.

Vários autores.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>.

ISBN 978-85-7743-196-0

1. Violência no campo. 2. Conflitos no campo.
3. Reforma Agrária. 4. Direitos humanos e legislação
ambiental I. Canuto, Antônio, coord. II. Luz, Cássia
Regina da Silva, coord. III. Wichinieski, Isolete, coord.
IV. Comissão Pastoral da Terra. V. Título.

CDD 303.6
307.7

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Coordenação da CPT

D. Ladislau Biernaski – Presidente

D. Enemésio Ângelo Lazzaris – Vice-presidente

Dirceu Luiz Fumagalli

Edmundo Rodrigues Costa

Flávio Lazzarin

Hermínio Canova

Isolete Wichinieski

Lucimere da Silva Leão

Documentalistas CPT Nacional

Cássia Regina da Silva Luz

Múria Carrijo Viana

Paula Pereira

Documentalistas Regionais

Adilson Alves da Silva/Lucimere Maria de Oliveira – Goiás

Anna Maria Rizzante Gallazzi – Amapá

Célio Lima Silva – Acre

Edmundo Rodrigues Costa – Araguaia/Tocantins

Inaldo da Conceição V. Serejo – Maranhão

José Batista Gonçalves Afonso – Pará

José Iborra Plans – Rondônia

Joseumar Miranda da Silva - Espírito Santo/Rio de Janeiro

José Valmechi de Souza – Santa Catarina

Juvenal José da Rocha/Vera Luiza Schwerz Gislon – Paraná

Maria Alves Lima – Ceará

Maria Clara Ferreira Motta/Auriédia Marques da Costa - Amazonas

Nayara Cristina Cendon – Minas Gerais

Paulo César Moreira Santos – Mato Grosso

Renata Costa Cézar de Albuquerque – Nordeste (AL, PB, PE e RN)

Roselei Bertoldo/Gregório F. Borges – Piauí

Roseilda Cruz da Conceição – Bahia

Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul

Terezinha Sallet Ruzzarin – Rio Grande do Sul

Assessoria

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Geógrafo – Unesp

Assessoria Administrativa

Marisa Soares da Silva

Elídia Morais Aguirre

Revisão

Secretaria Nacional

Diagramação

Vivaldo da Silva Souza

Seleção de fotos

Cristiane Passos

Foto capa: Felipe Milanez

Organização e seleção de documentos

Gelza G. Melo

Jean Ann Bellini

Maria Joana Poletto

Nara Letycia Martins Silva

Soledade Sousa de Almeida

Thays P. Oliveira

Weniskley Coutinho Mariano

Apoio

EED Evangelischer Entwicklungsdienst

Fundação Eugen Lutter

Solidaridad

Pão para o Mundo

A Dom Ladislau Biernaski,
1937 – 2012,
presidente da CPT,
“viveu e pensou a fé
a partir dos condenados da terra”.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Metodologia	9
Tabela 1 – Comparação dos Conflitos no Campo – 2002 - 2011.....	15

CONFLITOS NO CAMPO

Da seiva ao sangue	18
<i>Leslie Tavares</i>	
Tabela 2 – Conflitos no Campo Brasil	22
O agronegócio, o uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde e no ambiente nos municípios do “interior” do Brasil.....	59
<i>Wanderley Pignatti, Franciléia Castro, Marta Pignatti, Sandro Vieira, Josino C. Moreira</i>	

TERRA

Tabela 3 – Violência contra a Ocupação e a Posse (síntese)	72
A violência que se esconde atrás de êxito do modelo agro-exportador.....	73
<i>Carlos Walter Porto-Gonçalves, Luís Henrique Ribeiro Santos</i>	
Tabela 4 – Conflitos por Terra (síntese).....	83

ÁGUA

O avanço do hidronegócio e os conflitos pela água.....	86
<i>Roberto Malvezzi</i>	
Tabela 5 - Água (síntese)	88

TRABALHO

Os (não direitos) dos trabalhadores rurais: “a permanência do intolerável”.....	90
<i>Maria Aparecida de Moraes Silva, Beatriz Medeiros de Melo, Lúcio Vasconcellos de Verçosa</i>	
Tabela 6 – Conflitos trabalhistas (síntese).....	99

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

Tabela 7 - Violência contra a Pessoa (Síntese)	102
A violência contra os povos indígenas em 2011: um novo governo e velhos problemas.....	103
<i>Antonio Brand</i>	
Tabela 8 – Assassinatos.....	108

Hoje tem festa de tambor!"	109
<i>Gil Quilombola, Rosimeire, João da Cruz, Clemir Batista, Fabio Costa, Alexandre Gonçalves, Diogo Cabral, Inaldo Serejo, Lenora Motta, Onir de Araújo</i>	
Tabela 9 - Tentativas de Assassinato.....	116
Ameaçados de morte: um olhar pastoral	118
<i>Sandro Gallazzi</i>	
Tabela 10 - Ameaçados de morte	123
 MANIFESTAÇÕES	
Tabela 12 – Manifestações (síntese)	134
Manifestação de acampados do Pará dura 46 dias	135
 NOTAS EMITIDAS PELA CPT E OUTROS DOCUMENTOS	
Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades	164
Fontes de Pesquisa	172
CPT no Brasil	180

Apresentação

O ano de 2011 foi marcado por fatos que vão compor a história social de nosso país.

Começou com a posse da primeira mulher ocupando a Presidência da República. Uma conquista simbólica importante. Esperança renovada. Suas primeiras manifestações públicas deixaram, porém, a Reforma Agrária na mais completa penumbra. O balanço do seu primeiro ano de mandato foi decepcionante, com o menor número de famílias assentadas desde 1995.

Na segunda quinzena de março, o país acompanhou pela imprensa o campo de guerra em que se transformou o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Porto Velho, Rondônia, mostrando a contradição dos discursos oficiais sobre o desenvolvimento e a realidade de exploração dos trabalhadores.

No final de maio, como que num comando sincronizado, no mesmo dia em que era votado na Câmara dos Deputados, em Brasília, o novo Código Florestal, que flexibiliza leis ambientais e anistia os que cometeram crimes punidos pela legislação vigente, sucederam-se diversos assassinatos de trabalhadores do campo e outras violências. Começou com a morte do casal de defensores da Floresta, no sul do Pará, Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro da Silva, que compõem a capa desta edição, atingiu outros trabalhadores na mesma região, se estendeu para a Rondônia e o Amazonas, chegou ao Tocantins, propagou-se por áreas quilombolas do Maranhão e do norte de Minas Gerais e ricocheteou sobre agentes da CPT no Acre e no Mato Grosso.

Apesar dos discursos que pretendem dizer que a questão agrária, e mais especificamente a reforma agrária, são pautas do passado, a permanência e até crescimento dos conflitos no campo dizem o contrário. Os números desta edição de Conflitos no Campo Brasil nos mostram um crescimento de conflitos no

campo de 1.186 para 1.363. Chamam mais a atenção os conflitos por terra que passaram de 853, em 2010, para 1.035, um crescimento de 21,32%. Entre esses, revela o professor Carlos Walter Porto Gonçalves, destaca-se o aumento dos conflitos protagonizados pelo poder privado - fazendeiros, empresários, madeireiros e outros. Este poder é responsável por 689 das 1.035 ocorrências de conflitos por terra, enquanto que o poder público - despejos e prisões - protagoniza menos de 100 ações, e os movimentos sociais - ocupações e acampamentos - respondem por 230 ações. Na análise do professor, a menor ação do poder público está relacionada com a menor ação dos movimentos sociais, pois este poder entra em ação para coibir e criminalizar as ações dos movimentos, faz vista grossa, porém, quando as ações são do poder privado. Diz o professor: "Os dados parecem comprovar cientificamente o caráter de classe da justiça no Brasil, haja vista que a ação do poder público se move de acordo com a ação dos movimentos sociais em luta pela terra, mas se mostra indiferente com relação ao poder privado, na medida em que, como se observa, a intervenção do poder público aumenta ou diminui acompanhando o aumento ou queda da ação dos movimentos sociais".

Em relação à violência sofrida pelos homens e mulheres do campo o que se pode destacar é que apesar de o número de assassinatos ter diminuído de 34 para 29, a repercussão de alguns assassinatos em 2011 ultrapassou as fronteiras nacionais, com destaque para as mortes do casal José Cláudio e Maria do Espírito, no Pará, de Adelino Ramos, na Rondônia, e o do cacique indígena Nísio Gomes, no Mato Grosso do Sul. Destes 29, sete já haviam recebido ameaças de morte.

O que sobressai, porém, dos registros de 2011, é o crescimento do número de ameaçados de morte. De 125, em 2010, saltaram para 347, em 2011, 177,6%. Os alvos das ameaças, como analisa o texto de Sandro Gallazzi, são sobretudo os que o presidente Lula, em 2006, considerou como entraves ao desenvolvimento do país: índios, quilombolas, ambientalistas e Ministério Público. "72% das pessoas estão sendo ameaçadas de morte por questões ligadas

aos territórios quilombolas, indígenas, ou de outras comunidades tradicionais”. E o professor Antonio Brand acrescenta: “O argumento da conquista colonial com o qual se buscou justificar a morte de tantos povos indígenas, foi substituído pelo argumento do desenvolvimento do país, que permite, como ontem, seguir atropelando direitos e a continuidade das violências”.

Violência que cresce na surdina pela contaminação dos agrotóxicos. Terra, água, ar, pessoas e animais agredidos pelos venenos que se espalham. A saúde se torna um insignificante detalhe no processo de produção do agronegócio. Bem diz Pignatti: “É interessante observar que a aplicação de agrotóxicos é, provavelmente, a única atividade em que a contaminação do ambiente de produção e trabalho é intencional.”

A Amazônia Legal ainda é onde se concentra o maior número de conflitos. A louca corrida atrás das riquezas naturais – minérios, madeira, terras – se dá com voracidade incalculável. Na Amazônia, o modelo colonizador se reproduz com predação dos recursos naturais, espoliação das comunidades existentes, concentração da propriedade da terra e violência. 69% do total de conflitos por terra, 79,3% dos assassinatos, 85% das ameaças de morte, se deram na Amazônia. “Ao longo de milhões de anos a Amazônia criou a riqueza que financia sua destruição. Por milênios o homem construiu a sabedoria de interagir com a floresta e que agora vem sendo demolida. Há décadas a fome do homem moderno vem consumindo tudo à sua frente, ainda que acabe devorando a ele mesmo,” define o ecólogo Leslie Tavares.

O trabalho escravo é uma chaga que não se cicatriza. Em 2011, cresceu o número de ocorrências. Passaram de 204 para 230 em 19 estados. Como afirma Maria Aparecida Moraes: “Por detrás da grandiosidade e do brilho da produção e produtividade agrícolas vemos um mundo do trabalho manchado pelas cores do sofrimento, dor, ameaças, medo, indignidade, desrespeito aos direitos humanos. É a permanência do intolerável.”

Os dados que a CPT registra, como tem sido dito em diversas oportunidades, são só a ponta de um iceberg. Há muito mais conflitos, violências, dor e morte na imensidão deste Brasil indígena e rural que nunca serão divulgados. O isolamento das comunidades, a falta de sensibilidade diante da situação dos trabalhadores e de um olhar mais atento impedem que a sociedade chegue ao conhecimento desta realidade.

Mesmo em meio a tantos conflitos, às violências e agressões constantes, a capacidade de resistência e luta dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e de outras comunidades camponesas não arrefece. Apesar de tudo a capacidade de resistência e luta dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e de outras comunidades camponesas não arrefece. Capacidade alimentada ao som de tambores, de cantos e danças. “O tambor ocupa o centro nesse campo de batalha ... tambores da luta em defesa de Territórios Livres”, nos dizem os autores de “Hoje tem festa de tambor!”

A Coordenação Nacional da CPT

Metodologia

A CPT desde a sua criação se defrontou com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Esta violência que saltava aos olhos começou a ser registrada sistematicamente já no final dos anos 1970. A partir de 1985 os dados começaram a ser publicados anualmente em forma de Cadernos. Durante este tempo, o Setor de Documentação trabalhou intensamente no levantamento de dados na luta e pela resistência na terra, pela defesa e conquista dos direitos. Em 2002 começou a registrar os conflitos pela água. A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre a questão agrária em âmbito nacional. Com este trabalho, a CPT formou uma das mais importantes bibliotecas com livros, cadernos, revistas, jornais e arquivos que tratam das lutas camponesas.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. Por fidelidade “ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, é que a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de Documentação.

A tarefa de documentar tem uma dimensão teológica, porque, de acordo com a tradição bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além deste aspecto, a CPT fundamenta seus registros em outras dimensões, que são: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética – porque a luta pela terra é uma questão de

justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política – porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista da história.

Pedagógica – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica – porque todo esforço e toda luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, mas para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, contra o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos. Trata-se de registrar a história da luta de uma classe que secularmente foi explorada, excluída e violentada.

Procedimentos

Os dados são obtidos por meio de pesquisas primária e secundária. As pesquisas primárias são feitas pelos agentes dos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia. Também são consideradas fontes primárias, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatos repassados pelos movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores e trabalhadoras. As pesquisas secundárias são realizadas por meio de levantamentos feitos em revistas, jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e órgãos governamentais, entre outros.

Quando os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a pesquisa primária realizada pelos Regionais. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registra-se na última ação daquele conflito o maior número de famílias. No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), para a contagem dos participantes, considera-se o maior número de pessoas, na última data e registram-se os atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação.

Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida. Conflitos agrários, muitas vezes graves, entre latifundiários ou outros agentes não são registrados. Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante o ano trabalhado.

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do Datacpt – Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra - e são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico que reúne todas as informações que lhe são características.

A partir de 2008, este acervo começou a ser digitalizado e já está praticamente concluído, estudando-se formas de disponibilizá-lo aos interessados.

Conceitos

O objeto de documentação e análise são conflitos e a violência sofrida.

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre

os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os conflitos são catalogados em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, e em anos anteriores foram registrados conflitos sindicais.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra.

Ocupações e/ou retomadas. Ocupações são ações coletivas das famílias sem-terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social. Retomadas são ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito.

Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem-terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos trabalhistas compreendem os casos de trabalho escravo, superexploração, desrespeito trabalhista e ações de resistência.

Na compreensão do que é Trabalho Escravo, a CPT segue o definido pelo artigo 149, do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a

condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho, ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho, ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

A Superexploração é definida pela precariedade das condições de trabalho e moradia, além do não pagamento dos salários, segundo as normas vigentes.

O desrespeito trabalhista tem como referência a legislação vigente e está ligado especialmente às condições de trabalho.

As ações de resistência são protestos de trabalhadores assalariados que reivindicam aumento de salário e manutenção dos direitos.

Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc.

Conflitos em Tempos de Seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e/ou políticas de convivência com o semi-árido.

Conflitos em áreas de garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas, grupos indígenas e o Estado.

Conflitos sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Estes três últimos, juntamente com os casos de des-

respeito trabalhista, só são publicados quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito.

Além disso, são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões e outras.

Por Violência entende-se o constrangimento e/ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

As Manifestações são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e/ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

Estrutura do Banco de Dados – DATA CPT

Do Banco de Dados retiram-se tabelas específicas para a página eletrônica da CPT, bem como para a publicação anual impressa.

Tabelas disponibilizadas na página eletrônica:

1. Áreas em conflito, entendidas como situações ou lugares dos litígios. Nesta tabela constam o nome do imóvel, o número de famílias envolvidas e área em hectares.
2. Ocorrências de conflitos, constam detalhes do número de vezes que aconteceram ações de violência contra as famílias. Numa mesma área podem ter acontecido diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito. Aqui, registra-se o tipo de propriedade e sua respectiva situação jurídica, o número de famílias vítimas de despejo e expulsão – despejo acontece

quando há retirada das famílias, via mandado judicial; expulsão quando a retirada das famílias se dá por ação privada; as vezes em que as famílias tiveram bens destruídos durante as violências sofridas ou foram vítimas de ausência e/ou falhas de políticas públicas. Por ausência e/ou falhas de políticas públicas entende-se a falta de infraestrutura, de serviços básicos de educação, saúde, assistência técnica e crédito, a má gestão da política de assentamentos, como desvios de recursos, assentamentos em áreas inadequadas, redução de áreas de posseiros para implantação de assentamentos, não implementação dos procedimentos exigidos para se ter acesso a determinados benefícios.

3. Uma terceira tabela com as Ocupações de terra.

4. Uma quarta tabela com os Acampamentos. É importante dizer que se registra apenas o ato de acampar do respectivo ano. Não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas no País.

Os dados das três últimas tabelas são somados na tabela síntese, fechando o eixo Terra, denominado “Violência contra Ocupação e a Posse”.

Os conflitos pela água são reunidos numa tabela em que constam os seguintes registros: diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e/ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

Os conflitos trabalhistas compreendem os casos de trabalho escravo e superexploração.

Na tabela referente ao trabalho escravo uma coluna mostra o número de ocorrências e quantas denúncias foram recebidas; outra coluna indica o número de trabalhadores na denúncia; uma terceira informa o número de trabalhadores libertados pela ação do Estado e uma última coluna apresenta o número de crianças e adolescentes envolvidos.

As situações de superexploração, dizem respeito aos casos em que o desrespeito aos direitos dos trabalhadores são muito graves, mas não se encaixam nas características do trabalho escravo. Acompanham os Conflitos Trabalhistas as ações de resistência que representam a luta dos trabalhadores por conquista de direitos trabalhistas e referem-se às greves, ou outras formas de protesto.

Além das tabelas que registram os conflitos, uma outra série de tabelas e de informações descrevem a violência sofrida pelos trabalhadores.

Os tipos de violência estão assim registrados: tabelas de assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte e uma tabela síntese denominada Violência contra a Pessoa, em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões e/ou detenções. Uma outra tabela apresenta o detalhamento da violência contra a pessoa, na qual além das informações acima constam ainda seqüestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

E por último, uma tabela em que estão registradas as manifestações de luta feitas pelos diferentes movimentos sociais ou outras organizações durante o ano.

Estrutura do Relatório Impresso

Os dados coletados e organizados pela CPT são publicados anualmente, desde 1985, em um relatório impresso que tem por título Conflitos no Campo Brasil. A partir de 2008, ele sofreu algumas alterações e ficou com a seguinte estruturação:

Quatro tabelas detalhadas e organizadas por Estado em ordem alfabética e seis tabelas sínteses agrupadas nas cinco regiões geográficas definidas pelo IBGE.

TABELA 1 - Comparação dos Conflitos no Campo

É uma síntese do último decênio. Dispõe os dados de cada tema: terra, água, trabalho e outros (quando tem casos de conflitos em tempos de seca, garimpo, etc) e o total dos conflitos no campo brasileiro.

TABELA 2 - Conflitos no Campo Brasil

Esta tabela registra detalhadamente, os conflitos por terra, trabalhistas, água e outros se houver, com as seguintes informações: município, nome do conflito, data, número de famílias ou de pessoas envolvidas e um campo com informações específicas conforme o tema.

TABELA 3 - Violência contra a Ocupação e a Posse

É a síntese da soma das ocorrências dos Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos por Estado, o número de famílias envolvidas, a área, o número de famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo, ou que sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, o número de casas, roças e bens destruídos, além do número de famílias sob ameaça de pistoleiros.

TABELA 4 - Terra

Sistematiza o eixo terra organizado em três blocos: Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos. Contém as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos por terra, ocupações, acampamentos, seguidas do número de famílias.

TABELA 5 - Água

Retrata a síntese dos conflitos pela água por Estado, com as seguintes informações: número de ocorrências

de conflitos e quantidade de famílias envolvidas.

TABELA 6 - Trabalho

Sintetiza os conflitos trabalhistas por Estado, com dois blocos de informações: 1. Trabalho Escravo: consta o número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e/ou libertados, número de crianças e adolescentes. 2. Superexploração: número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e/ou resgatados, número de crianças e adolescentes.

TABELA 7 - Violência contra a pessoa

Sintetiza o número das ocorrências registradas em Terra, Água, Trabalho, o número de pessoas envolvidas e as violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras: os assassinatos, as tentativas de assassinato, os mortos em consequência de conflitos, os ameaçados de morte, bem como os torturados, presos e agredidos.

TABELAS 8, 9 e 10 - Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaçados de morte

Contém as seguintes informações: município, nome do conflito, data, nome, quantidade, idade e categoria da vítima da violência.

TABELA 11 – Manifestações

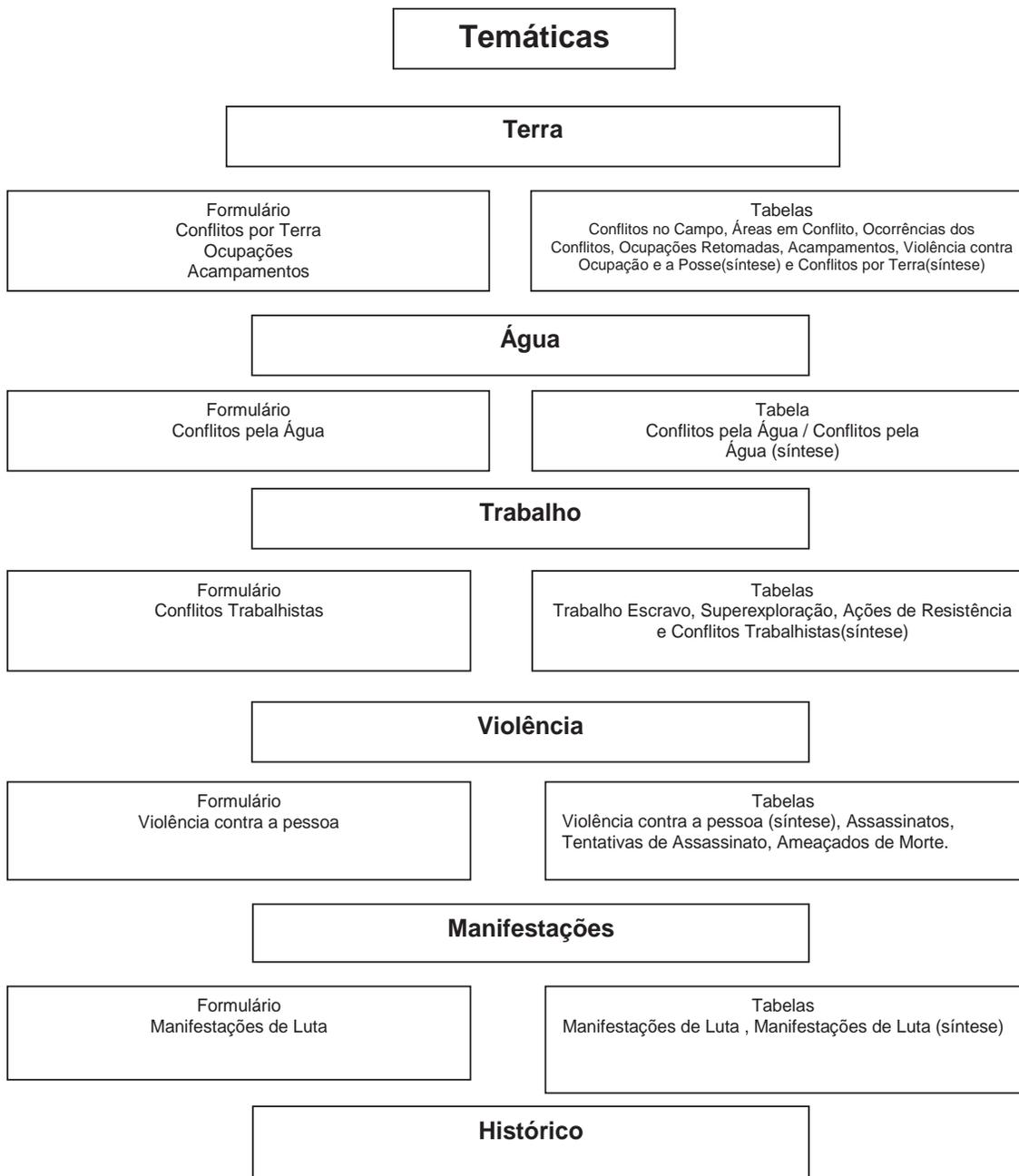
Relatório síntese por Estado. Possui as seguintes informações: número de ocorrências e quantidade de manifestantes.

As tabelas vêm acompanhadas de textos de análise produzidos por professores de diferentes universidades e pelos agentes de pastoral da própria CPT, religiosos ou algum outro especialista na temática.

A última parte do Conflitos no Campo reproduz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, ou outros documentos, sobre as diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos.

Organograma

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.



Comparação dos Conflitos no Campo (2002-2011)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Conflitos de Terra*										
Ocorrências de Conflito	495	659	752	777	761	615	459	528	638	805
Ocupações/Retomadas	184	391	496	437	384	364	252	290	180	200
Acampamentos	64	285	150	90	67	48	40	36	35	30
Total Conf. Terra	743	1.335	1.398	1.304	1.212	1.027	751	854	853	1.035
Assassinatos	43	71	37	38	35	25	27	*25	30	29
Pessoas Envolvidas	425.780	1.127.205	965.710	803.850	703.250	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675
Hectares	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	147	238	236	276	262	265	280	240	204	230
Assassinatos	1		2		3	1	1		1	
Pessoas Envolvidas	5.559	8385	6.075	7.707	6.930	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929
Supereexploração	22	97	107	178	136	151	93	45	38	30
Assassinatos		2			1					1
Pessoas Envolvidas	5.586	6.983	4.202	3.958	8.010	7.293	5.388	4.813	1.643	466
Total Conf. Trabalhista	169	335	343	454	398	416	373	285	242	260
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	14	20	60	71	45	87	46	45	87	68
Assassinatos						2		1	2	
Pessoas Envolvidas	14.352	48.005	107.245	162.315	13.072	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855
Outros ***										
Nº de Conflitos				52	2	8			4	
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas				43.525	250	3.660			4.450	
Total										
Nº de Conflitos	925	1.690	1.801	1.881	1.657	1.538	1.170	1.184	1.186	1.363
Assassinatos	43	73	39	38	39	28	28	26	34	29
Pessoas Envolvidas	451.277	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925
Hectares	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626

*** Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo. Em 2011 nenhum caso foi registrado.



Foto: João Zinclar

Conflitos no Campo

Da seiva ao sangue

Leslie Tavares, ecólogo

A Amazônia levou cerca de 2 milhões de anos para ser formada. O ser humano começou a ocupá-la há mais de 10.000 anos atrás. Já sua destruição vem se dando em poucas décadas. Milhares de hectares são devastados anualmente simplesmente para a criação de gado, que se desenvolve sob os piores índices de produtividade, destruindo a mais rica biodiversidade do planeta, arrasando recursos hídricos, expulsando povos, alienando culturas seculares e promovendo violência e morte. Como então tal tragédia pode vir ocorrendo em um país dito democrático e que se destaca como a quinta economia mundial?

A resposta é o resultado do processo histórico reflexo de uma política modernizadora iniciada na década de 60, quando a Amazônia ainda possuía 90% de sua cobertura original. O objetivo era a instalação, na região, de uma base produtiva capaz de atender ao mercado de grande escala. Este modelo veio se chocar com a ocupação humana existente, nunca anteriormente contestada, cujo meio de produção tradicional está relacionado ao uso das florestas e dos rios. A disponibilização de terras de forma privilegiada e de incentivos transformou a natureza em mercadoria, promoveu a exclusão social e enfraqueceu os princípios da justiça social. A ideologia produzida por um Estado pouco democrático impregnou o processo de ocupação, enfraquecendo os limites éticos e legais.

As mortes da família Canuto e de Chico Mendes evidenciaram um dos piores aspectos desse modelo de ocupação. A violência adquiriu um papel estruturante na lógica fundiária e econômica da Amazônia revelando-se um instrumento eficaz utilizado pelos grupos de poder da região.

Assim, o êxito econômico do processo de ocupação passa obrigatoriamente pela legitimação da

propriedade da terra e conseqüentemente da eliminação de quaisquer obstáculos e embaraços. A terra, portanto, é o cerne da disputa, dela depende essencialmente o trabalho tradicional e familiar e ao mesmo tempo o abastecimento do grande mercado. A expansão do latifúndio nesta vasta região não encontra resistência ideológica ou política em se proliferar, restando como única resistência uma população pouco assistida.

A facilidade na obtenção de terras e o curto prazo para sua reivindicação fizeram proliferar a folclórica figura do grileiro que se transformou no promotor da fronteira agrícola, e ao mesmo tempo promotor da violência contra os habitantes locais, que representam obstáculo à especulação da terra e ao projeto de mercado. Ao assumir a terra pública, os novos detentores empenham-se em desocupá-la, expulsando seus moradores. Os que resistem o fazem de forma desigual, pois enfrentam grupos economicamente fortes, os quais recebem tratamento privilegiado do Estado, são resguardados por uma legislação discriminatória e por acordos políticos, além de possuírem influência sobre o Poder Executivo e Judiciário.

A consolidação da propriedade não é obtida apenas com a documentação providenciada pelo grileiro, mas principalmente com a efetiva ocupação, que se dá pela implantação da atividade produtiva que em sua maior parte se refere à pecuária extensiva. Assim o desmatamento é a forma de consolidação do projeto econômico e o símbolo da conquista da terra. Não é a toa que dos 100 municípios indicados como os mais violentos do país, mais da metade correspondem também aos que mais desmatam. O desmatamento e violência andam juntos, lado a lado.

A criação de gado necessariamente pressupõe a supressão de vegetação para o plantio de pastagens. Neste contexto os ativos ambientais disponíveis na

floresta são instrumento-chave na capitalização dos empreendimentos pecuário. Assim fazendas complexas são instaladas sem não antes se considerar o potencial madeireiro de sua área. Quando retirado das florestas, cada metro cúbico de madeira pode ser comercializado entre 30 e 100 dólares, e uma vez processado e pronto para exportação este valor pode atingir mais de 600 dólares por metro cúbico. Além de grande mercado consumidor, o Brasil figura-se como um dos principais exportadores de madeira, sendo que cerca de 40% da produção proveniente da Amazônia destina-se ao mercado externo. Os produtos florestais representam assim parte significativa da pauta de exportações da Região Norte, o que destaca o papel do madeireiro no processo de ocupação.

Diante destes números fica evidente que os altos valores dos produtos florestais são úteis ao modelo de ocupação da região e servem diretamente à capitalização dos empreendimentos pecuários. Assim, mesmo para grupos de poder que possuam grande capacidade econômica, é conveniente que o processo de ocupação seja suportado pelos lucros do próprio desmatamento que consolida sua ocupação.

A exploração madeireira em meio aos obstáculos impostos pelas distâncias e pela própria floresta não é uma ação simples, necessita de uma estrutura e de uma logística comparáveis a uma operação de guerra, com o uso de numerosos homens e equipamentos pesados. Todo este esforço tem por finalidade, ao final, a ocupação de terras. Da madeira vêm os principais recursos que, a grosso modo, financiam, não só os projetos agropecuários, mas também a pistolagem e a contratação de seguranças para a consolidação de ocupações. De fato, as terras não são abandonadas após a exploração florestal, mas sim ocupadas pela pecuária, atividade dominante na Amazônia. As terras abandonadas, ao contrário, representam aquelas esgotadas sem qualquer cerimônia pela pecuária o que soma atualmente mais de 170 milhões de hectares, tal é a falta de embaraço para a ocupação e para a sua exploração.

O desmatamento representa para as populações tradicionais o fim da disputa, não só pela consolidação da posse da terra pelo fazendeiro, mas pela extinção do seu modo de vida, estritamente ligado às florestas e à pequena propriedade.

Nota-se, porém, que a madeira é extraída longe dos centros consumidores e para isso devem ser revestidas de legalidade, uma vez que documentos fiscais e de origem da madeira devem acompanhar as cargas por longas distâncias, através de inúmeros postos de fiscalização, além de atenderem às rigorosas exigências aduaneiras e às crescentes preocupações ambientais do consumo nacional e internacional. Assim, sem este aspecto legal a madeira proveniente de desmatamentos não obteria os valores compensadores para o financiamento e instalação da pecuária. A madeira torna-se então o principal facilitador da ocupação da região, porém, o seu valor é dependente de aspectos legais, sem os quais não se torna um ativo atraente.

Como se observa na atual estrutura de controle constituída pelo Estado, a madeira somente pode receber o documento que atesta a sua origem lícita quando se trata de desmatamento autorizado, ou do manejo florestal sustentável, no qual técnicas que vão desde a identificação de árvores potenciais, até a forma de derrubada e arraste das toras, são realizadas para produzirem o menor impacto e uma rápida restauração florestal.

Ambas as formas de obtenção implicam na aprovação de projetos pelos órgãos ambientais, gerando um volume de madeira que pode ser então comercializado. Apesar do mecanismo de controle possuir acesso público e dispor de tecnologias que utilizam imagens de satélite, as fraudes em planos de manejo sustentável e de autorização de desmatamento se multiplicam na Amazônia.

Esta lógica foi desvendada inúmeras vezes nas ações recentes de combate ao desmatamento, como a Operação Curupira, realizada em 2005 no Mato Grosso, onde centenas de envolvidos, incluindo

uma maioria de servidores públicos federais e estaduais foram acusados pela aprovação fraudulenta de planos de manejo florestal e de emissão de documentos de transporte, que constituem os principais mecanismos de “esquentamento” da madeira ilegal.

Após esta ação que teve grande peso simbólico, o Estado adotou controles eletrônicos supostamente mais eficientes e o uso do sensoriamento remoto para o melhor controle do processo de legalização da madeira na Amazônia. Porém, em 2007 a operação Mapinguari desencadeada pelo Ibama e a Polícia Federal, nas fronteiras do Parque Indígena do Xingu, demonstraram que menos de dois anos depois, o Mato Grosso vivia uma onda de fraudes para legalização de madeira extraída das terras indígenas. Operações como Guilhotina, também realizada em 2007 naquele Estado e posteriormente a Jurupari em 2010, indicaram que mais da metade dos planos de manejo aprovados pelo órgão ambiental em Mato Grosso eram suspeitos de fraude possibilitando a extração ilegal de madeira, levando à prisão de centenas de servidores públicos, fazendeiros e políticos.

A ocupação da Amazônia depende da aparente legalidade da madeira, que representa, ao final, o meio facilitador da expansão pecuária e que tem como um de seus piores reflexos a violência no campo. Sem esta riqueza a contabilidade do modelo de ocupação muda drasticamente. Desta forma a extração da madeira se transformou, também, no primeiro sintoma do conflito fundiário. Daí, mortes mais recentes como as da irmã Dorothy e do casal José Cláudio e Maria do Espírito Santo estarem profundamente relacionadas com as denúncias que faziam de extração ilegal de madeira.

A aprovação de projetos em áreas onde não há mais qualquer potencial madeireiro significativo é o que acaba permitindo a exploração em novas áreas florestais onde também se iniciam novas disputas fundiárias, perpetuando o ciclo do desmatamento e da violência. Assim áreas legalizadas que preenchem

os critérios de aprovação de projetos florestais são também aquelas mais esgotadas do ponto de vista madeireiro, uma vez que as terras, ao final, servirão à pecuária extensiva. Os documentos obtidos de forma fraudulenta, porém, servem para a extração e transporte da madeira proveniente de novas fronteiras de expansão, onde começam a se estabelecer novos conflitos. As fraudes promovidas para se obter autorizações de desmatamento e planos de manejo são essenciais, portanto, para a implantação do projeto de ocupação da Amazônia.

A detecção destas ilegalidades não é tarefa difícil, pois dependem da análise de imagens de satélites, cujo acesso inclusive é público. Através delas é possível visualizar o estado da cobertura florestal e, na maioria dos casos, concluir pela incompatibilidade do projeto florestal com o potencial madeireiro presente. Porém, como se demonstrou em diversas operações realizadas no combate ao desmatamento, a explicação pela cegueira institucional se dá basicamente pelas estreitas ligações entre o poder público e o poder econômico e político. Nesta situação não é raro o envolvimento de servidores públicos e de dirigentes de órgãos de controle, que chegam a blindar o acesso aos meios autorizativos de exploração florestal.

O sucesso no controle do desmatamento vem se dando essencialmente pela ocupação e presença de policiais e fiscais nas fronteiras do desmatamento, onde podem efetivamente identificar o momento em que se dá o “esquentamento” da madeira extraída ilegalmente de áreas não autorizadas. Apesar desta estratégia ter se mostrado eficaz, é evidente que não é possível o controle de tão vasta região, e por isso ocorrem lacunas onde a violência acaba explodindo. O endurecimento no controle de projetos florestais, porém, ainda não vem se dando da forma necessária, deixando descoberta a possibilidade de nossos conflitos.

A relação entre desmatamento e violência é direta. Neste contexto é essencial o controle de mecanismos de ocupação das terras, em especial o controle de projetos florestais, dada a importância da ex-

tração de madeira no financiamento da violência e do desmatamento. Sem a coragem para o enfrentamento político e para as mudanças dos mecanismos de ocupação, pouco ou nada mudará. As conquistas obtidas até agora no combate à violência e ao desmatamento tem um caráter essencialmente temporário, uma vez que há ainda uma enorme distância a ser percorrida para consolidação de novas políticas estruturantes. Muitas dessas políticas ainda são transitórias para um modelo sustentável. Porém, os interesses econômicos há muito vêm se apropriando da esfera política e, portanto, têm

imobilizado movimentos sociais, além do próprio poder Executivo e Judiciário.

Ao longo de milhões de anos a Amazônia criou a riqueza que financia sua destruição. Por milênios o homem construiu a sabedoria de interagir com a floresta e que agora vem sendo demolida. Há décadas a fome do homem moderno vem consumindo tudo à sua frente, ainda que acabe devorando a ele mesmo. Poucos anos, porém, é tempo que nos resta para mudar essa realidade e para que evitemos que tudo isso seja irreversível.

Tabela 2 - Conflitos no Campo

Acre						
TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Acrelândia	Seringal Porto Luiz	14/8/2011	45	Posseiros		
Boca do Acre/Rio Branco	Comunidade Floresta do Acre	15/11/2011	67	Posseiros		
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Andaraí	26/11/2011	120	Posseiros		
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Bom Lugar/Com. Nova Vida	9/11/2011	50	Posseiros		
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Macapá	15/6/2011		Posseiros		
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Macapá	12/11/2011	105	Posseiros		
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Nova Axioma	5/11/2011	48	Posseiros		
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Pirapora	1/10/2011	350	Posseiros		
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Redenção	3/6/2011	96	Posseiros		
Capixaba/Plácido de Castro	Seringal Capatará	31/8/2011	137	Seringueiros		
Manoel Urbano	Km 42 e 52/BR-364	3/5/2011	2	Posseiros		
Manoel Urbano	Seringal Afluente	31/8/2011	40	Posseiros		
Manoel Urbano	Seringal Entaúba	30/4/2011	22	Posseiros		
Manoel Urbano	Seringal Liberdade	15/4/2011	12	Seringueiros		
Manoel Urbano	Seringal Novo Destino	11/11/2011	70	Posseiros		
Marechal Thaumaturgo	T. I. Arara do Amônia/Apolima-Arara/P. A do Rio Amônia	6/10/2011	64	Assentados		
Porto Acre	Ramal Carapeta/Costa e Silva/Estrada Velha	16/3/2011	60	Posseiros		
Rio Branco	Ameaça de Morte a Darlene Braga	8/6/2011		Agente pastoral		
Rio Branco	Pólo Agroflorestal Custódio Freire	24/1/2011	27	Assentados		
Rio Branco	Ramal Castanheira	25/3/2011	600	Posseiros		
Rio Branco	Seringal Belo Horizonte/Laminados Triunfo	30/8/2011	100	Posseiros		
Rio Branco	Seringal Cachoeira/Laminados Triunfo	30/8/2011	100	Posseiros		
Rio Branco	Seringal Macapá/Laminados Triunfo	30/8/2011	300	Posseiros		
Rio Branco	Seringal Remanso/Laminados Triunfo	30/8/2011	20	Posseiros		
Rio Branco	Seringal São Bernardo	14/8/2011	19	Posseiros		
Rio Branco	Seringal São Francisco do Espalha/Laminados Triunfo	30/8/2011	350	Posseiros		
Rio Branco	Seringal São Francisco do Iracema/Laminados Triunfo	30/8/2011	300	Posseiros		
Sena Madureira	Ramal Cacirian	3/11/2011	150	Posseiros		
Tarauacá	Floresta Pública do Rio Gregório	11/12/2011		Sindicalista		
Subtotal:		29	3254			
Total Conflitos por Terra - AC		29	3254			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Feijó	Fazenda Massipira	11/11/2011	7	7		Pecuária
Plácido de Castro	Fazenda Vale Verde	5/5/2011	8	8		Pasto e agrotóxicos
Subtotal:		2	15	15		
Total Conflitos Trabalhistas - AC		2	15			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Boca do Acre/Rio Branco	Comunidade Lago Novo	11/6/2011	46	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Subtotal:		1	46			
Total dos Conflitos no Campo AC		32	Pessoas: 16515			

Alagoas

TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Atalaia	Faz. Santa Fé/Boa Fé	6/1/2011	60	Sem Terra
Branquinha/Chã Preta	Fazenda Jundiá	9/2/2011	72	Sem Terra
Capela	Faz. Pitombeira/Pedrinhas/Pereira/Us. João de Deus	14/12/2011	300	Sem Terra
Jacuípe	Engenho Pintado	27/1/2011	60	Sem Terra
Joaquim Gomes	T. I. Wassu Cocal	4/2/2011	300	Índios
Joaquim Gomes/Matriz do Camaragibe	Fazenda São Vicente	21/2/2011	20	Sem Terra
Maragogi	Faz. Cachoeira/Us. Sta. Maria/Acamp. Patativa do Assaré	16/2/2011	80	Sem Terra
Maragogi	Fazenda Mato Grosso	3/2/2011	80	Sem Terra
Maragogi	Fazenda Teste	10/10/2011	60	Sem Terra
Maragogi/Porto de Pedras	Fazenda Boa Vista	31/1/2011	40	Sem Terra
Matriz do Camaragibe	Engenho Peru	28/1/2011	95	Sem Terra
Messias	Eng. Jussara/Us. Utinga Leão	28/1/2011	120	Sem Terra
Messias	Engenho Novo Horizonte	2/1/2011	60	Sem Terra
Messias	Faz. Baixa Funda/Us. Utinga Leão	4/1/2011	32	Sem Terra
Messias	Faz. Flor do Bosque/Us. Sta. Clotilde	6/1/2011	17	Sem Terra
Messias	Faz. Oriente/Acamp. Pachamama/Us. Utinga Leão	5/1/2011	45	Sem Terra
Messias	Fazenda Esperança	26/1/2011	28	Sem Terra
Messias	Fazenda Gitirana	4/1/2011	40	Sem Terra
Messias/Rio Largo	Faz. Riachão/Acamp. Lajeiro/Us. Utinga Leão	28/1/2011	22	Sem Terra
Murici	Engenho Ceridó	31/1/2011	70	Sem Terra
Murici	Engenho Moco	2/1/2011	33	Sem Terra
Murici	Faz. Cavaleiro II/Gulangi/Us. Sta. Clotilde	24/1/2011	75	Sem Terra
Murici	Fazenda Bota Velha	20/1/2011	100	Sem Terra
Paripueira	Engenho Cruzeiro	1/2/2011	72	Sem Terra
Paripueira	Engenho Macarenco	4/1/2011	28	Sem Terra
Paripueira	Engenho Santa Quitéria	28/1/2011	34	Sem Terra
Paripueira	Engenho São Brás	3/2/2011	47	Sem Terra
Paripueira	Faz. Paraguai/Bloq. da AL-101 Norte	6/1/2011	54	Sem Terra
Rio Largo	Engenho Águas Claras	4/1/2011	38	Sem Terra
Rio Largo	Engenho Canoel	4/1/2011	45	Sem Terra
Rio Largo	Engenho Pau Amarelo	5/1/2011	28	Sem Terra
Rio Largo	Faz. Bom Regalo/ Us. Utinga Leão	30/1/2011	58	Sem Terra
Rio Largo	Faz. Riacho de Pedras/ Us. Utinga Leão	28/1/2011	35	Sem Terra
Rio Largo	Faz. Urucum/Us. Utinga Leão	24/1/2011	45	Sem Terra
São José da Tapera	Fazenda Padre Cícero	24/2/2011		Sem Terra
São José da Tapera	Fazenda Padre Cícero	9/4/2011	21	Sem Terra
São Sebastião	T. I. Karapotó-Guariri/Faz. Sta. Izabel II	28/4/2011	60	Índios
Subtotal:		37	2374	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Joaquim Gomes/Matriz do Camaragibe	Fazenda São Vicente	13/2/2011	20	MLST
Maragogi	Faz. Cachoeira/Us. Sta. Maria/Acamp. Patativa do Assaré	31/1/2011	80	MST
Maragogi	Fazenda Teste	10/10/2011	60	MST
Palmeira dos Índios	T. I. Xucuru-Kariri/Faz. Canto	31/10/2011	100	Índios
Piranhas	Fazenda Luís Xavier	18/4/2011	150	MST
São José da Tapera	Fazenda Padre Cícero	17/2/2011	21	MST
São Sebastião	T. I. Karapotó-Guariri/Faz. Sta. Izabel II	25/4/2011	60	Índios
Subtotal:		7	491	
Acampamentos				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Maragogi	Fazenda Teste	10/10/2011	60	MST
Messias	Faz. Baixa Funda/Us. Utinga Leão	4/1/2011	32	CPT
Murici	Faz. Cavaleiro II/Gulangi/Us. Sta. Clotilde	31/1/2011	75	MTL
Subtotal:		3	167	

Total Conflitos por Terra - AL 47 3032

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Roteiro	Fazenda Gunga	10/5/2011	51	51		Coco
Subtotal:		1	51	51		

Total Conflitos Trabalhistas - AL 1 51

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Maceió	Comunidade Pescadores do Jaraguá	9/3/2011	315	Uso e preservação	Ameaça de expropriação
Pilar	Colônia Z8 do Pilar/Petrobras	19/5/2011	1200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
União dos Palmares	Comunidade Quilombola Muquém	19/6/2011	120	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		3	1635		

Total dos Conflitos no Campo AL 51 Pessoas: 23386

Amapá

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amapá	Fazenda Espírito Santo	31/12/2011	10	Posseiros
Amapá	Fazenda Itapoã/Amcel/Piquiá	31/12/2011	20	Posseiros
Amapá	Terreno da Universidade	31/12/2011	586	Posseiros
Calçoene	Bela Vista	31/12/2011	8	Posseiros
Calçoene	Cunani e 7 Ilhas	31/12/2011	12	Posseiros
Calçoene	Juncal	31/12/2011	30	Posseiros
Cutias do Araguari	Amcel/Alta Floresta/Gurupora	31/12/2011	54	Posseiros
Ferreira Gomes	CFA/Grilagem	31/12/2011		
Ferreira Gomes	Chácara Bonito da Pedreira	31/12/2011		
Ferreira Gomes	Faz. Teimoso/Grilagem	31/12/2011		
Ferreira Gomes	Igarapé do Palha/Amcel	1/3/2011	15	Posseiros
Ferreira Gomes	Retiro Bom Pastor	31/12/2011		
Ferreira Gomes	Retiro Chácara do Céu	31/12/2011		
Ferreira Gomes	Retiro dos Pinhais	31/12/2011		Posseiros
Ferreira Gomes	Retiro Pedreira	31/12/2011		
Itaubal do Piriirim	Áreas em Itaubal /Agronegócio Sinal Verde	31/12/2011	18	Posseiros
Itaubal do Piriirim	Retiro São Francisco/Areia Branca	31/12/2011	1	Posseiros
Itaubal do Piriirim	Retiro São João/Areia Branca	31/12/2011	1	Posseiros
Itaubal do Piriirim/Macapá	Amcel/Inajá/Corre Água	31/12/2011	43	Posseiros
Laranjal do Jari	Resex/Cajari	31/12/2011	190	Posseiros
Macapá	Abacate do Pedreira	31/12/2011	15	Quilombolas
Macapá	Bonito da Pedreira	31/12/2011		Quilombolas
Macapá	Quilombo Maruanum/Sta. Luzia	10/6/2011	6	Quilombolas
Macapá	Ramal do Abacate/Chácara Fabel/Jardim das Acácias/Retiro São Cristóvão/Fazenda Chaparral/Retiro Nova Esperança/Retiro São Francisco/Amcel	30/11/2011		
Macapá	Retiro Boa Vista	31/12/2011		
Macapá	Sítio Petry	31/12/2011		
Macapá	Torrão do Matapi/Ramal dos Maranhenses	31/12/2011	35	Quilombolas
Macapá/Porto Grande	Amcel/Porto Grande	31/12/2011	52	Posseiros
Mazagão	Assentamento Pancada do Camaipi	31/1/2011	6	Assentados
Mazagão/Porto Grande	Mineração Amapari/Santa Maria	31/12/2011	200	Posseiros
Pedra Branca do Amapari	Igarapé William/MPBA	31/12/2011	31	Posseiros
Pedra Branca do Amapari	Mina da MMX/Anglo Ferrous	31/12/2011		
Pedra Branca do Amapari	Servidão Estrada e Ferrovia/MMX/Anglo Ferrous	12/4/2011	500	Posseiros

Porto Grande	Amcel/Copalma/Km 92	31/12/2011	29	Posseiros
Porto Grande	Assentamento Munguba	31/12/2011	20	Assentados
Porto Grande	Assentamento Nova Colina	31/12/2011	70	Assentados
Porto Grande	Km 117 da EFA	31/12/2011	30	Posseiros
Porto Grande	P. A. Nova Canaã	31/12/2011	8	
Pracuúba	Retiro Santo André	31/12/2011		
Pracuúba	Retiro São Jorge	31/12/2011		
Pracuúba	Rio Flexal/Igarapé Henrique	31/12/2011	10	Posseiros
Santana	Retiro São José/MD Igarapé Piaçacá/Divisa com P. A. Matão do Piaçacá 2	1/4/2011	1	Posseiros
Tartarugalzinho	Aporema/Livramento	31/12/2011	12	Posseiros
Tartarugalzinho	Aporema/Ramal São Benedito/Amcel	31/5/2011	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Assentamento Janary Nunes	31/12/2011	30	Assentados
Tartarugalzinho	Duas Bocas/Cassimiro/S. Bento e Manoel/Agrop. Nova Canaã	31/12/2011	10	Posseiros
Tartarugalzinho	Faz. Santo Antônio/Grilagem	31/12/2011		
Tartarugalzinho	Ramal do Ariramba/Grilagem	31/12/2011	25	Posseiros
Tartarugalzinho	Ramal Nova Canaã/Colônia de Itauba/Faz. Santa Isabel/Amcel/Pedreiro/Boca do Braço	31/12/2011	50	Posseiros
Tartarugalzinho	Três Marias	31/12/2011	52	Posseiros
Subtotal:		50	2185	

Total Conflitos por Terra - AP 50 2185

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Mazagão	Rio Preto/PAE Maraçá	31/12/2011	150	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		1	150		

Total dos Conflitos no Campo AP 51 Pessoas: 11675

Amazonas

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Apuí	Comunidades ao longo do Rio Aripuanã	1/8/2011	170	Ribeirinhos
Apuí	Comunidades ao longo do Rio Sucunduri	2/8/2011	70	Ribeirinhos
Apuí	Rodovia BR-230	2/8/2011		Pequenos proprietários
Atalaia do Norte/Benjamin Constant/Jutaí/São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	27/8/2011		Índios
Barreirinha	10 Comunidades Intimidadas por Empresas Estrangeiras	29/7/2011	400	Ribeirinhos
Canutama	Castanhal do Coaru/Resex de Canutama	31/12/2011	17	Ribeirinhos
Carauari/Jutaí	T. I. Rio Biá/Índios Katukina	8/9/2011	140	Índios
Humaitá	Com. Ribeirinhas do Rio Madeira	16/5/2011		Ribeirinhos
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	5/10/2011		Posseiros
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	19/10/2011	500	Posseiros
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	1/6/2011		Assentados
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	29/11/2011	250	Assentados
Lábrea	Gleba Curuquetê/Linha 02/Km 09/Ramal do Jequitibá	27/5/2011		Assentados
Lábrea	Gleba Curuquetê/Linha 02/Km 09/Ramal do Jequitibá	6/10/2011	20	Assentados
Lábrea	P. A. Umari/Km 12/BR-230	31/12/2011	2	Assentados
Lábrea	Resex Ituxi	28/5/2011	109	Ribeirinhos
Manacapuru	Manairão/Índigenas Apurinã/Km 44/Estrada de Novo Airão/Margem Esquerda	1/7/2011	68	Índios
Manacapuru	Maniquara/Rodovia Manoel Urbano/Km 42	31/12/2011		Posseiros
Manaus	Comunidade Pau Rosa	28/7/2011	130	Pequenos proprietários
Manaus	Comunidades Ribeirinhas do Puraquequara	9/9/2011	800	Ribeirinhos

Manaus	Tarumã/Com. Frederico Veiga/Empresa Eletroferro	10/11/2011	200	Posseiros
Manaus	Tarumã-Açú/Com. Novo Paraíso/Empresa Eletroferro	10/11/2011	250	Posseiros
Manaus	Uberê	9/5/2011	80	Posseiros
Maués	Com. Menino Deus/São Benedito/Índios Sateré	21/10/2011	16	Índios
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco- Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	12/6/2011	118	Ribeirinhos
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	1/6/2011	200	Posseiros
Santo Antônio do Itá	Com. Vila Presidente Vargas/Índios Kaixana	30/1/2011		Índios
Tapauá	Reserva Biológica de Abufari	3/10/2011	389	Ribeirinhos
Tonantins	Comunidade Baixa Verde	31/12/2011	11	Ribeirinhos
Tonantins	Comunidade Boa Esperança	18/6/2011	20	Ribeirinhos
Tonantins	Comunidade da Prosperidade	31/12/2011	27	Ribeirinhos
Tonantins	Comunidade Missão Velha	31/12/2011	22	Índios
Subtotal:		32	4009	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Manacapuru	Estrada Novo Airão/Km 4/Com. Katibiri/Ramal Carlos Vevelha	1/7/2011	68	Índios
Subtotal:		1	68	

Total Conflitos por Terra - AM

33 **4077**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Boca do Acre	Fazenda Santa Terezinha	13/7/2011	29	29	3	Pecuária
Boca do Acre	Fazenda Simonik	13/7/2011	13	13	3	Pecuária
Lábrea	Castanhal Lusitânia	14/6/2011	35			Castanha
Lábrea	Fazenda Três Barras	7/7/2011	8	8		Pecuária e desmatamento
Manaus	Cifec Indústria e Compensados da Amazônia	15/1/2011	4	4		Serraria
Manicoré	Fazenda Água Azul	25/3/2011	3	3		Pecuária
Manicoré	Fazenda Tic-Tec	25/3/2011	4	4		Pecuária
Manicoré	Linha Milton Maia	8/7/2011				Desmatamento
Manicoré	Lir Rufatto	25/3/2011	2	2		Lavoura
Subtotal:		9	98	63	6	

Total Conflitos Trabalhistas - AM

9 **98**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Canutama	Paraná do Cura-Cura/Com. do São Raimundo	31/12/2011	15	Uso e preservação	Pesca predatória
Tonantins	Comunidade do Caité	31/12/2011		Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		2	15		

Total dos Conflitos no Campo AM

44

Pessoas: 20558

Bahia

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Barra	Comunidade Quilombola Torrinha	30/6/2011	52	Quilombolas
Barra	Faz. Boqueirão/13 Comunidades Atingidas	28/7/2011	512	Camponeses de fundo de pasto
Barra/Muquém de São Francisco	Fazenda Boa Vista do Pixaim	19/4/2011	200	Quilombolas
Barreiras	Fazenda Santa Rita	22/9/2011	67	Sem Terra
Bom Jesus da Lapa	Com. Quil. Lagoa do Peixe/Bebedouro/Araçá Volta/Fioli	21/11/2011	45	Quilombolas

Brumado	Com. Represo/Tocadas/Capote/Barreiro Branco II/Vau/Zé Gomes/Pov. de Itaquari/Fiol	21/11/2011	167	Pequenos proprietários
Caetité	Com. de Caldeiras/Empresa Polimix	13/9/2011	13	Pequenos proprietários
Caetité	Com. de Malhada/EPP Energia Eólica	6/7/2011	60	Quilombolas
Caetité	Com. Maniaçu/Mina de Urânio INB	15/5/2011	500	Posseiros
Caetité	Com. Manoel Vicente/Serragem/Curral Velho/Fiol	21/11/2011	170	Pequenos proprietários
Cairu	Com. Quilombola de Batateira	28/5/2011	28	Quilombolas
Caravelas	Quilombo de Volta Miúda	24/6/2011	120	Quilombolas
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	29/9/2011	214	Quilombolas
Carinhanha/Serra do Ramalho	PAE São Francisco/Fiol	21/11/2011		Assentados
Euclides da Cunha	Fazenda Jiboia	22/8/2011		Sem Terra
Euclides da Cunha	Fazenda Jiboia	6/9/2011		Sem Terra
Guanambi	Com. Malhada da Pedra/Lagoa da Pedra/Lagoa do Rancho/Tanquinho/Jatobá/Olho d'Água/Betânia/Teiú/Mulungu/Capim de Raiz/Boa Vista/Sítio Novo/Fiol	21/11/2011		Pequenos proprietários
Ilhéus	Fazenda Belo Horizonte	25/2/2011	15	Índios
Ilhéus	Fazenda Deus Querer	25/2/2011		Índios
Ilhéus	Fazenda Deus Querer	14/4/2011	15	Índios
Ilhéus	Fazenda São José	5/7/2011	50	Índios
Ilhéus	Fazenda São Paulo Galiléia	15/4/2011	30	Índios
Ilhéus	Fazs. Acuípe I, Acuípe II, Califórnia e Sítio Rodovia I	10/11/2011		Índios
Ilhéus	Fazs. Acuípe I, Acuípe II, Califórnia e Sítio Rodovia I	14/11/2011	40	Índios
Ilhéus	Reg. de Arituaguá/Bamin/Complexo do Porto Sul	12/4/2011	60	Assentados
Itaju do Colônia	Aldeia Barreta/Bahetá	27/9/2011	40	Índios
Itaju do Colônia/Pau Brasil	Região dos Vinte e Cinco/Faz. Bela Vista	15/2/2011	40	Índios
Itamaraju	Fazenda Toca da Onça	22/7/2011	300	Sem Terra
Jacobina	Com. de Canaveira/Itapicuru/Jaboticaba/Mineração Yamana Gold	22/2/2011	300	Pequenos proprietários
Jaguarari	Riacho dos Morrinhos	8/1/2011	35	Camponeses de fundo de pasto
Juazeiro	Área do Projeto de Irrigação Salitre	9/4/2011	200	Sem Terra
Jucuruçu	Fazenda Itaúboi	7/4/2011	200	Sem Terra
Lagoa Real	Com. Queimada Grande/Fiol	21/11/2011	37	Pequenos proprietários
Monte Santo	Comunidade Serra do Bode	6/1/2011		Camponeses de fundo de pasto
Monte Santo	Comunidade Serra do Bode	9/2/2011	36	Camponeses de fundo de pasto
Oliveira	Aldeia Guarani Taba Atã	5/4/2011		Índios
Palmas de Monte Alto	Com. Mandacaru/Sambaíba/Vargem do Capim/Atoleiro/Campo de Baixo/Picadas/Fiol	21/11/2011	60	Pequenos proprietários
Ponto Novo	Terra da Agrovale/Acamp. Terra Nossa	22/2/2011	20	Sem Terra
Porto Seguro	T. I. Barra Velha/16 Aldeias	25/2/2011	119	Índios
Riacho de Santana	Com. Boca da Vereda/Araticum/Lagunas/Fiol	21/11/2011		Pequenos proprietários
Santa Maria da Vitória	Cana Brava dos Eugênios	21/11/2011	20	Ribeirinhos
Santa Maria da Vitória	Com. Aldeia/Fiol	21/11/2011	42	Ribeirinhos
Santa Maria da Vitória	Com. Angico/Currallinho/Fiol	21/11/2011	16	Ribeirinhos
Santa Maria da Vitória	Com. Capão do Leandro/Fiol	21/11/2011	12	Ribeirinhos
Santa Maria da Vitória	Com. Coragina/Fiol	21/11/2011	70	Ribeirinhos
Santa Maria da Vitória	Com. Daniel/Fiol	21/11/2011	18	Ribeirinhos
Santa Maria da Vitória	Com. Lagoa do Foba/Fiol	21/11/2011	11	Ribeirinhos
Santa Maria da Vitória	Com. Nova Franca/Fiol	21/11/2011	300	Ribeirinhos
Santa Maria da Vitória	Com. Ponte Velha/Fiol	22/11/2011	85	Ribeirinhos
Santa Maria da Vitória	Com. São Francisco/Fiol	21/11/2011	250	Ribeirinhos
Santa Maria da Vitória	Com. Vau/Manga/Fiol	21/11/2011	95	Ribeirinhos
Santa Maria da Vitória	Fazenda Brás/Fiol	21/11/2011	20	Ribeirinhos
Santa Maria da Vitória	Fazenda Lapinha/Fiol	21/11/2011	15	Ribeirinhos
São Desidério	Com. Puba/Formoso/Fiol	21/11/2011	7	Ribeirinhos
Simões Filho	Comunidade Quilombola Rio dos Macacos	22/7/2011		Quilombolas
Simões Filho	Comunidade Quilombola Rio dos Macacos	6/12/2011	43	Quilombolas
Sobradinho	Área às margens da BA-210/Índios Truká	21/1/2011	25	Índios
Subtotal:			57	4774

Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alcobaça	Fazenda São Bernardo	2/4/2011	200	MST
Cafarnaum	Fazenda Onça	3/4/2011	350	MST
Camacan	Fazenda Sapucaia	2/4/2011	120	MST
Camaçari	Fazenda Avestruz	12/4/2011	200	MST
Camamu	Faz. Culturosa/Cultrosa	2/4/2011	300	MST
Casa Nova	Fazenda Língua de Vaca	3/4/2011	100	MST
Encruzilhada	Fazenda Jabutelho	3/4/2011	60	MST
Eunápolis	Faz. Nova América/Veracel Celulose	3/4/2011	400	MST
Feira de Santana	Ocup. de Área Estadual/Beira do Rio Jacuípe	2/4/2011	400	MST
Feira de Santana	Quil. Lucas da Feira/Área da Antiga Empresa Alimba	23/4/2011	87	Quilombola
Gandu	Faz. Conjunto Reunida/Cachoeira/Secasa	2/4/2011	100	MST
Guaratinga	Fazenda Conjunto Guarani	12/4/2011	200	MST
Guaratinga	Fazenda Vitória	2/4/2011	200	MST
Iramaia	Fazenda Cachoeira	2/4/2011	200	MST
Iramaia	Fazenda Jequirimirin	2/4/2011	200	MST
Iramaia	Fazenda Onça	2/4/2011	200	MST
Itabela	Faz. Conjunto Muqui/Veracel Celulose	3/4/2011	450	MST
Itajuípe	Fazenda Rapa Pau	5/4/2011	200	MST
Itamaraju	Fazenda Toca da Onça	26/7/2011	300	MST
Itamaraju/Prado	Faz. Cutia/Fibria Celulose	3/4/2011	150	MST
Itambé/Vitória da Conquista	Área às margens da BA-263	2/10/2011	120	MTD
Itapetinga	Fazenda Jiru	3/4/2011	200	MST
Jaguaquara	Fazenda Santo Amaro	3/4/2011	80	MST
Jeremoabo	Fazenda Estrelinha	25/4/2011	100	MST
Juazeiro	Área do Projeto de Irrigação Salitre	3/4/2011	200	MST
Juazeiro	Fazenda Mariad I	3/4/2011	400	MST
Jucuruçu	Fazenda Itaúboi	3/4/2011	200	MST
Jucuruçu	Fazenda Reunidas	2/4/2011	200	MST
Mascote	Fazenda Guanabara	27/6/2011	20	Ceta
Mata de São João	Fazenda Reunidas Santo Antônio	24/7/2011	100	MST
Mucuri	Fazenda das Pedras	8/4/2011	150	MST
Nilo Peçanha	Fazenda Mutupiranga	2/4/2011	80	MST
Poções	Fazenda Santa Rosa	3/4/2011	50	MST
Porto Seguro	Veracel	2/4/2011	250	MST
Queimadas	Fazenda Horizonte Novo	25/4/2011	100	MST
São Sebastião do Passé	Fazenda Pouco Ponto	2/4/2011	120	MST
Sátiro Dias	Fazenda Boa Sorte	3/4/2011	100	MST
Teixeira de Freitas	Fazenda Nova Esperança	2/4/2011	250	MST
Teolândia	Fazenda Águas Claras	2/4/2011	200	MST
Subtotal:		39	7337	

Acampamentos				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Ponto Novo	Terra da Agrovale/Acamp. Terra Nossa	22/2/2011	60	MPA
Riachão das Neves	Fazenda Casa Amarela	3/4/2011	160	MST
Subtotal:		2	220	

Total Conflitos por Terra - BA 98 12331

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Barreiras	Fazenda Santa Rita 2	16/2/2011	21	21	1	Eucalipto
Bom Jesus da Lapa	Fazenda Porto	26/4/2011	1	1		Carvoaria
Correntina	Alfio Gabriel Thomaselli Filho	26/4/2011	30	30		Serviços gerais
Correntina	Brasilago/Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	26/4/2011	23	23		Cana-de-açúcar
Cristópolis	Fazenda Barcelona	26/4/2011	7	7		Carvoaria
Formosa do Rio Preto	Fazenda Terra Nova	22/8/2011	12			Raiz
Luiz Eduardo Magalhães	Rocha e Silva Madeireira e Construção Ltda	14/4/2011	4	4		Serraria

Crateús	Fazenda Curralinho	11/4/2011	100	MST
Mauriti	Fazenda Gravata	4/4/2011	100	MST
Tamboril	Fazenda São Paulo	11/4/2011	100	MST
Tamboril	Fazenda São Pedro	11/4/2011	100	MST
Subtotal:		4	400	

Total Conflitos por Terra - CE	16	3626
---------------------------------------	-----------	-------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Alto Santo/Iracema/Potiretama	Barragem do Figueiredo	7/7/2011	120	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Alto Santo/Jaguaruana/Limoeiro do Norte/Quixerê	Proj. de Irrigação Jaguaribe-Apodi	18/2/2011	61	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		2	181		

Total dos Conflitos no Campo CE	18	Pessoas: 19035
--	-----------	-----------------------

Distrito Federal

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brasília	Com. Indígena do Bananal/St .Noroeste/Brasal/Santuário dos Pajés	13/10/2011		Índios
Brasília	Com. Indígena do Bananal/St .Noroeste/Brasal/Santuário dos Pajés	3/11/2011	27	Índios
São Sebastião	Área Rural em São Sebastião	15/2/2011	90	Pequenos proprietários
Subtotal:		3	117	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Brazlândia	Núcleo Rural Alexandre Gusmão/Reserva D	14/4/2011	300	MST
Subtotal:		1	300	

Total Conflitos por Terra - DF	4	417
---------------------------------------	----------	------------

Total dos Conflitos no Campo DF	4	Pessoas: 2085
--	----------	----------------------

Espírito Santo

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Anchieta	Com. Tupinikim da Chapada do Á/Vale/CSU	26/3/2011	65	Índios
São Mateus	Com. Quilombola Serraria/São Cristovão/Sapê do Norte/Aracruz	27/9/2011	45	Quilombolas
Subtotal:		2	110	

Total Conflitos por Terra - ES	2	110
---------------------------------------	----------	------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Brejetuba	Complexo Agrop. Pindobas/Pindobas IV Itapemirim	5/10/2011	22	22		Pinus
Subtotal:		1	22	22		

Total Conflitos Trabalhistas - ES	1	22
--	----------	-----------

ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Linhares/São Mateus	Com. das praias de Barra Seca e Urussuquara/Transpetro/Petrobras	8/12/2011	168	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		1	168		

Total dos Conflitos no Campo ES	4	Pessoas: 1412
--	----------	----------------------

Goiás

TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Acreúna	Fazenda Santa Fé	1/11/2011	80	Sem Terra	
Aruanã	Resex Lago do Cedro/Colônia de Pescadores de Aruanã	31/12/2011		Liderança	
São Domingos	Resex Recanto das Araras de Terra Ronca e Contagem dos Buritis	31/12/2011		Liderança	
Subtotal:		3	80		

Ocupações/Retomadas					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização	
Acreúna	Fazenda Santa Fé	30/9/2011	80	MST	
Doverlândia	Fazenda Asa Branca	23/9/2011	31	Fetraf	
Santo Antônio da Barra	Fazenda Lage da Capivara	17/11/2011		Terra Livr	
Subtotal:		3	111		

Total Conflitos por Terra - GO	6	191
---------------------------------------	----------	------------

TRABALHO							
Trabalho Escravo							
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho	
			Libertos	Menores			
Anicuns	Fazenda Barreiro Preto	5/5/2011	22	22			Desmatamento
Aporé	Fazenda Agrório	3/6/2011	20				Laranja
Araguapaz	Fazenda Tesouras	11/11/2011	8	8			Carvoaria
Crixás	Fazenda Dois Córregos	20/6/2011	9	9			Carvoaria
Goianésia	Canavial do Grupo Otávio Lage	10/5/2011	200				Cana-de-açúcar
Gouvelândia	Olaria do Dilcelani Silva do Prado	30/3/2011	2	2			Olaria
Gouvelândia	Olaria do Edilson Lopes de Araújo	30/3/2011	1	1			Olaria
Gouvelândia	Olaria do Edson Malaquias da Silva	30/3/2011	3	3			Olaria
Gouvelândia	Olaria do Idércio Lemes do Prado	30/3/2011	3	3			Olaria
Gouvelândia	Olaria do Joaquim Gonçalves Rodrigues	30/3/2011	9	9			Olaria
Gouvelândia	Olaria do Manoel Diniz	30/3/2011	8	8			Olaria
Gouvelândia	Olaria do Márcio Adriano Pereira da Silva	30/3/2011	9	9			Olaria
Gouvelândia	Olaria do Marcos de Moura Henrique	30/3/2011	8	8			Olaria
Gouvelândia	Olaria do Marcos Roberto Pereira da Silva	30/3/2011	4	4			Olaria
Gouvelândia	Olaria do Nivaldo de Oliveira Paracatu	30/3/2011	4	4			Olaria
Gouvelândia	Olaria do Renato Sérgio de Moura Henrique	30/3/2011	7	7			Olaria
Gouvelândia	Olaria do Sebastião Ribeiro do Prado	30/3/2011	3	3			Olaria
Gouvelândia	Olaria do Sílvio da Silva	30/3/2011	4	4			Olaria
Itajá	Carvoaria da MG Transportadora Ltda	9/9/2011	19	19			Carvoaria
Montes Claros de Goiás	Fazenda do Edson Ragagnin	30/8/2011	26	26			Soja
Novo Planalto	Faz. Rancharia/Carvoaria do Antônio	20/6/2011	5	5			Carvoaria
Paraúna	Faz. Vale do Sonho/São Domingos	14/4/2011	30	10			Eucalipto
Santa Rita do Novo Destino	Fazenda Boa Sorte	2/6/2011	2				Serviços gerais
Santa Terezinha de Goiás	Carvoaria da Família Cavalcante	27/6/2011	69	69			Carvoaria
São Miguel do Araguaia	Faz. Araponga/Carvoaria do Antônio	20/6/2011	11	11			Carvoaria
Vianópolis	Fazenda Santa Rita da Estalagem	13/9/2011	16	16			Eucalipto

Vicentinópolis	Faz. Santa Laura/Usina Bom Sucesso/Grupo Vrec	30/9/2011	39	39	Cana-de-açúcar
Subtotal:		27	541	299	
Total Conflitos Trabalhistas - GO		27	541		
Total dos Conflitos no Campo GO		33	Pessoas: 1496		

Maranhão

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
	Com. Mirinzal/Imobiliária Santa Mônica	15/12/2011	60	Posseiros
Açailândia	Assentamento Califórnia/Vale	18/5/2011	200	Assentados
Açailândia	Com. Piquiá de Baixo/Gusa Nordeste S/A/Vale	16/2/2011	350	Posseiros
Açailândia	Correguinho/Corguinho	31/12/2011	40	Posseiros
Açailândia	Faz. Conquista/Acamp. João do Vale/Vale	3/3/2011	39	Sem Terra
Açailândia	Fazenda Toca da Raposa	31/12/2011	110	Posseiros
Alcântara	Com. Quil. Baracatuiua/Centro de Lançamento de Alcântara	8/12/2011	26	Quilombolas
Alcântara	Com. Quil. Brito/Centro de Lançamento de Alcântara	8/12/2011	22	Quilombolas
Alcântara	Com. Quil. Manuninha/Centro de Lançamento de Alcântara	8/12/2011	56	Quilombolas
Aldeias Altas	Pov. Gostoso, Barro I e II, Pati, Bom Sucesso/TG Agroindústria	30/4/2011	32	Posseiros
Aldeias Altas	Santo Antônio/TG Agroindústria	31/12/2011	25	Posseiros
Aldeias Altas/Caxias	Pov. São Miguel e Poção/TG Agroindústria	31/12/2011	13	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Com. Diamantina/KBF Participação e Empreendimentos Ltda	16/2/2011	30	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Com. Faveira/KBF Participação e Empreendimentos Ltda	16/2/2011	35	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	9/6/2011	70	Posseiros
Alto Alegre do Pindaré/Bom Jardim/São João do Caru	Incêndio Casa do Cimi/T. I. Caru	3/9/2011		Missionário
Alto Alegre do Pindaré/Bom Jardim/São João do Caru	T. I. Caru	9/9/2011		Índios
Amarante do Maranhão	Terra Indígena Governador	10/2/2011	220	Índios
Amarante do Maranhão/Arame/Bom Jesus das Selvas/Buriticupu/Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	30/10/2011		Índios
Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rollete	22/9/2011	310	Sem Terra
Anajatuba	Povoado Pacoval	20/12/2011	2	Posseiros
Anajatuba/Itapecuru Mirim	Quilombolo Monge Belo/Vale	28/1/2011	67	Quilombolas
Anajatuba/Itapecuru Mirim/Santa Rita	Sítio do Meio/São João da Mata/Mata dos Pires	18/7/2011	56	Quilombolas
Anapurus	Com. Formiga/Suzano Papel Celulose	20/11/2011	12	Posseiros
Araguanã/Centro do Guilherme/Centro Novo do Maranhão/Maranhãozinho/Nova Olinda do Maranhão/Santa Luzia do Paruá/Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	31/3/2011		Índios
Arame	Citema/Temasa	8/12/2011	400	Assentados
Arari	Assentamento Piçarreira	31/12/2011	16	Assentados
Arari	Cedro	31/12/2011	5	Posseiros
Arari	Pov. Estirão Grande/Gleba Data Santa Inês/Macaquiçal	15/12/2011	70	Assentados
Arari	Povoado Olho d'Água	31/12/2011	10	Ribeirinhos
Arari	Povoado Pedrinhas	31/12/2011	7	Posseiros
Bacabal	Piratininga	17/7/2011	250	Quilombolas
Bacabeira/Rosário	Pov. Santa Quitéria/Refinaria Premium da Petrobras	15/8/2011	290	Posseiros
Bacabeira/Rosário	Salva Terra I e II/Refinaria Premium da Petrobras	16/5/2011	40	Posseiros
Barra do Corda/Fernando Falcão/Formosa da Serra Negra/Grajaú	T. I. Porquinho	4/4/2011		Índios
Barreirinhas	Anajás	24/6/2011	25	Posseiros

Barreirinhas	Assentamento Bartolomeu	24/6/2011	30	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Braço	24/6/2011	30	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Guariba das Neves	24/6/2011	30	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Guaribinha	24/6/2011	40	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Mamede II	16/5/2011	60	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Mangas	24/6/2011	40	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Munim	24/6/2011	15	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Pati	24/6/2011	55	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Tabocas	24/6/2011	10	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Tiririca	24/6/2011	35	Assentados
Barreirinhas	Buriti	24/6/2011	20	Posseiros
Barreirinhas	Comunidade Armazém I	24/6/2011	25	Posseiros
Barreirinhas	Comunidade Armazém II	24/6/2011	60	Posseiros
Barreirinhas	Gleba de Santa Cruz	26/8/2011	53	Quilombolas
Barreirinhas	Gonçalo	24/6/2011	30	Posseiros
Barreirinhas	Onça	24/6/2011	40	Posseiros
Barreirinhas	Pacas	24/6/2011	20	Posseiros
Barreirinhas/Paulino Neves	Assentamento Cachoeira	10/9/2011	80	Assentados
Barreirinhas/Paulino Neves	Assentamento São Raimundo	10/9/2011	60	Assentados
Barreirinhas/Urbano Santos	Cocal e Santa Isabel/Suzano Papel Celulose	24/6/2011	45	Posseiros
Belágua	Amador/Suzano Papel Celulose	10/1/2011	106	Posseiros
Belágua	Cabeceira da Prata/Suzano Papel Celulose	10/1/2011	12	Posseiros
Belágua	Jabuti/Suzano Papel Celulose	10/1/2011	30	Posseiros
Belágua	Mendes/Suzano Papel Celulose	10/1/2011	19	Posseiros
Belágua	Prata dos Bazilos/Suzano Papel Celulose	10/1/2011	20	Posseiros
Belágua	Santana dos Quirinos/Suzano Papel Celulose	10/1/2011	16	Posseiros
Belágua/Chapadinha	Com. Pequizeiro/Suzano Papel Celulose	10/1/2011	120	Posseiros
Belágua/Urbano Santos	Centro Seco/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	25	Posseiros
Bequimão	Comunidade Quilombola de Mafra	24/7/2011	13	Quilombolas
Bequimão	Comunidade Quilombola Sibéria	31/12/2011	10	Quilombolas
Bom Jardim/Carutapera/Grajaú/Turiação/Zé Doca	Área Indígena Awá - Guajá	18/5/2011		Índios
Brejo	Com. Quilombola de Depósito	18/4/2011	22	Quilombolas
Brejo	Faz. Mirim/Anapurus/Comercial Agrícola Paineiras Ltda	14/6/2011	1	Posseiros
Brejo	Quilombo Alto Bonito	28/5/2011		Quilombolas
Brejo	Quilombo Alto Bonito	14/10/2011	60	Quilombolas
Brejo/Buriti	Com. Quilombola Saco das Almas/Vila das Almas	20/6/2011		Quilombolas
Brejo/Milagres/Santa Quitéria do Maranhão	Com. Lagoa Seca/Suzano Papel Celulose	2/12/2011	40	Posseiros
Buriticupu/Santa Luzia	P. A. Rosa Saraiva	6/2/2011		Assentados
Cajari	Comunidade Quilombola Camaputua	11/5/2011	46	Quilombolas
Caxias	Pai Geraldo e Aldeias Altas	2/8/2011	3	Posseiros
Centro Novo do Maranhão	P. A. Água Azul e Sabiá/Empresa Mineradora MCT	20/9/2011		Assentados
Codó	Cocal/Empresa Costa Pinto	14/12/2011	46	Quilombolas
Codó	Com. Queimadas/Empresa Costa Pinto	14/12/2011	18	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Matões dos Moreira/Matões dos Caboclo	9/6/2011	48	Quilombolas
Codó	Com. Três Irmãos/Empresa Costa Pinto	14/12/2011	20	Posseiros
Codó	Comunidade Riacho Seco	30/4/2011	32	Posseiros
Codó	Estiva/Empresa Costa Pinto	14/12/2011	15	Quilombolas
Codó	Mata Virgem	9/6/2011	25	Quilombolas
Codó	Monta Barro/Empresa Costa Pinto	14/12/2011	10	Posseiros
Codó	Paiol de Barro/Empresa Costa Pinto	7/4/2011	22	Posseiros
Codó	Parnaso/Empresa Costa Pinto	14/12/2011	12	Posseiros
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	9/6/2011	140	Quilombolas
Codó	Pov. Cacimba de Areia/Empresa Costa Pinto	7/4/2011	50	Posseiros
Codó	Pov. Limão/Empresa Costa Pinto	14/12/2011	50	Posseiros
Codó	Pov. São Domingos/Empresa Costa Pinto	14/12/2011	12	Posseiros
Colinas	Comunidade Quilombola Peixe	2/8/2011	30	Quilombolas
Cururupu	Comunidade Quilombola Rumo	31/12/2011	160	Quilombolas
Godofredo Viana	Com. Bacuri/Aurizona Mineração	29/3/2011	30	Posseiros
Godofredo Viana	Com. Barão de Pirucaua/Aurizona Mineração	29/3/2011	20	Posseiros
Godofredo Viana	Com. Jenipapo/Aurizona Mineração	29/3/2011	25	Posseiros
Godofredo Viana	Com. São José de Pirucaua/Aurizona Mineração	29/3/2011	60	Posseiros

Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	4/4/2011	70	Índios
Itapecuru Mirim	Estrada do Vinagre	15/12/2011	3	Posseiros
Itapecuru Mirim	Gleba Entroncamento/Com. Quilombola Outeiros dos Nogueiras	31/8/2011	25	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Quil. Jaibara/Vale	28/1/2011	48	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Quil. Juçara/Vale	28/1/2011	70	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Quil. Ribeira/Vale	28/1/2011	55	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Quil. Santa Helena/Vale	28/1/2011	43	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Quilombo Sta. Rosa dos Pretos/Vale	28/1/2011	500	Quilombolas
Matinha	Comunidade Quilombola Bom Jesus	30/12/2011	45	Quilombolas
Matinha	Comunidade Quilombola São Caetano	30/12/2011	60	Quilombolas
Matinha	Comunidade Quilombola Tanque de Valença	30/12/2011	72	Quilombolas
Matões	Com. São João/Suzano Papel Celulose	27/10/2011	18	Posseiros
Matões	Com. Tanque de Rodagem/Faz. Castiça/Suzano Papel Celulose	27/10/2011	20	Posseiros
Matões do Norte	Quilombo Lago do Coco	9/6/2011	30	Quilombolas
Milagres	Com. Santa Helena/Suzano Papel Celulose	2/12/2011	35	Posseiros
Miranda do Norte	Comunidade Carro Quebrado	26/9/2011		Quilombolas
Miranda do Norte	Comunidade Carro Quebrado	28/9/2011	48	Quilombolas
Mirinzal/Santa Helena	Comunidade Quilombola Vivo	8/6/2011	40	Quilombolas
Moção	Comunidade Quilombola Outeiro	30/3/2011	400	Quilombolas
Montes Altos	Terra Indígena Krikati	9/3/2011	206	Índios
Paço do Lumiar	Cajueiro	22/6/2011	58	Posseiros
Paço do Lumiar	Pernambucana	8/7/2011	2	Posseiros
Paço do Lumiar	Pov. Pindoba/Enciza Engenharia	18/4/2011	200	Posseiros
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro	16/7/2011	212	Quilombolas
Parnarama	Pov. Guerreiro/Faz. Cana Brava/Suzano Papel Celulose	31/8/2011	72	Posseiros
Peri - Mirim	Comunidade Quilombola Pericumã	8/6/2011	55	Quilombolas
Pinheiro	Arrombamento da Sede da CPT	15/7/2011		Agente pastoral
Pio XII	Povoado Jeová	10/10/2011	5	Posseiros
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	11/1/2011		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	6/7/2011		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	25/7/2011		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	27/8/2011		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	4/12/2011		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	11/12/2011		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	14/12/2011		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	21/12/2011	30	Quilombolas
Porto Franco	Faz. São Raimundo/Sta. Eliza	13/4/2011	3	Posseiros
Presidente Vargas	Povoado Primeiros Campos	9/6/2011	52	Assentados
Riachão	Acampamento Longa Vida	31/12/2011	110	Sem Terra
Riachão	Assentamento Sucupira	31/12/2011	92	Assentados
Ribamar Fiquene/Senador La Rocque	Faz. Arizona/Acamp. Salete Moreno	28/8/2011	58	Sem Terra
Rosário	Com. Vista Alegre/Refinaria Premium da Petrobras	12/12/2011	50	Posseiros
Rosário	Faz. Perizes/Loteamento Birui	5/7/2011	2	Posseiros
Santa Luzia	Assentamento Flechal	8/6/2011		Assentados
Santa Luzia	Assentamento Flechal	24/9/2011		Assentados
Santa Quitéria do Maranhão	Alto Formoso/Suzano Papel Celulose	20/7/2011	120	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Cabeceira da Tabatinga/Suzano Papel Celulose	20/7/2011	35	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Baixão do Coceira/Suzano Papel Celulose	2/12/2011	20	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Coceira/Suzano Papel e Celulose	2/3/2011	20	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Lagoa das Caraíbas/Suzano Papel e Celulose	20/7/2011	30	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Pau Serrado/Suzano Papel Celulose	20/7/2011	280	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Sucuruju/Suzano Papel Celulose	20/7/2011	30	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão/Urbano Santos	Bracinho/Suzano Papel Celulose	17/5/2011	39	Posseiros
Santa Rita	Com. Quilombola Alto da Pedra/Vale	17/7/2011	40	Quilombolas

Santa Rita	Com. Quilombola Cariongo/Vale	17/7/2011	30	Quilombolas
Santa Rita	Com. Quilombola Morada Nova/Vale	17/7/2011	45	Quilombolas
Santa Rita	Com. Quilombola Pedreiras/Vale	18/7/2011	36	Quilombolas
Santa Rita	Com. Quilombola Santa Luzia/Vale	17/7/2011	25	Quilombolas
Santa Rita	Comunidade Quilombola Centro das Violas	17/7/2011	22	Quilombolas
Santa Rita	Quilombo Jiquiri dos Pretos	9/6/2011	150	Quilombolas
Santa Rita	Quilombo Santana	27/5/2011		Quilombolas
São Bento	Com. Enseada, São Francisco, Canarana e Jorge	9/6/2011	160	Pescadores
São Bernardo	Cabeceira do Magu/Suzano Papel Celulose	10/10/2011	30	Posseiros
São Bernardo	Com. Baixa Grande/Suzano Papel Celulose	10/10/2011	20	Posseiros
São Bernardo	Com. Enxu/Suzano Papel Celulose	10/10/2011	110	Posseiros
São Bernardo	Com. São José/Suzano Papel Celulose	10/10/2011	30	Posseiros
São Bernardo	Mamorana/Suzano Papel Celulose	20/7/2011	60	Posseiros
São Bernardo	Santo Antônio do Magu/Suzano Papel Celulose	10/10/2011	60	Posseiros
São José de Ribamar	Matinha	26/11/2011	4	Posseiros
São Luís	Ameaçados de Morte: CPT, CDVDH, STTR e Extrativista	31/12/2011		Agente pastoral
São Luís	Arrombamento da Sede da CPT	13/6/2011		Agente pastoral
São Luís	Arrombamento da Sede da CPT	4/12/2011		Agente pastoral
São Luís	Assent. Cassaco/Arraial de Anajitua/Região do Quebra Pote	8/6/2011	242	Assentados
São Luís	Cajueiro/MPX/Suzano Papel Celulose	11/10/2011	180	Posseiros
São Luís	Com. Camboa dos Frades/MPX	25/6/2011	80	Posseiros
São Luís	Com. Irinema Ilhinha/Empresa Ribeirão S/A	6/11/2011	1	Posseiros
São Luís	Com. Nova Camboa dos Frades/MPX	25/6/2011	60	Posseiros
São Luís	Comunidade Maracujá	8/6/2011	51	Assentados
São Luís	Matinha	3/1/2011	80	Posseiros
São Luís	Pov. Ilhinha/Vila Maranhão/MPX/Suzano Papel Celulose	11/10/2011	250	Posseiros
São Luís	Sítio Ilhinha/Vila Embratel	16/11/2011	2	Posseiros
São Luís	Taim/MPX/Suzano Papel Celulose	11/10/2011	120	Posseiros
São Luís Gonzaga do Maranhão	Comunidade Quilombola de Santarém	9/6/2011	72	Quilombolas
São Luís Gonzaga do Maranhão	Comunidade Quilombola São Pedro	23/2/2011	29	Quilombolas
São Mateus do Maranhão	Pov. Pai Mané/Retiro Velho/Barroco e Simão/Faz. Ouro Azul	9/6/2011	30	Posseiros
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	27/5/2011	30	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Boa Esperança II	9/6/2011	92	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	26/8/2011		Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	13/9/2011	100	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola de Frechal dos Campos	21/5/2011	36	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Quilombolas Cedro, Sta. Filomena, Ponta/Curral Grande	24/5/2011	300	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Comunidade Quilombola Mariano	8/6/2011	30	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Povoado Portinho	7/11/2011		Quilombolas
Serrano do Maranhão	Quilombo Rosário	8/6/2011		Quilombolas
Serrano do Maranhão	Quilombo Rosário	2/10/2011		Quilombolas
Urbano Santos	Baixa do Cocal/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	40	Posseiros
Urbano Santos	Baixa Grande/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	25	Posseiros
Urbano Santos	Baixinha/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	4	Posseiros
Urbano Santos	Boa União II/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	80	Posseiros
Urbano Santos	Bom Fim/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	35	Posseiros
Urbano Santos	Bom Jesus/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	40	Posseiros
Urbano Santos	Bom Princípio/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	25	Posseiros
Urbano Santos	Cajazeiras/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	250	Posseiros
Urbano Santos	Cajueiro/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	105	Posseiros
Urbano Santos	Canzilo/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	25	Posseiros
Urbano Santos	Escondido/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	9	Posseiros
Urbano Santos	Esviva/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	80	Posseiros
Urbano Santos	Ingar/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	23	Posseiros
Urbano Santos	Jacu/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	35	Posseiros
Urbano Santos	Joaninha/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	25	Posseiros
Urbano Santos	Juçaral/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	40	Posseiros
Urbano Santos	Lagoa dos Costas/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	40	Posseiros
Urbano Santos	Lagoinha/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	40	Posseiros

Urbano Santos	Mangabeira/Mangueira/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	105	Posseiros
Urbano Santos	Marçal das Onças/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	30	Posseiros
Urbano Santos	Mato Grande/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	110	Posseiros
Urbano Santos	Pedra Grande/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	45	Posseiros
Urbano Santos	Santa Filomena/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	30	Posseiros
Urbano Santos	Santana/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	23	Posseiros
Urbano Santos	São Raimundo/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	55	Posseiros
Urbano Santos	Serraria/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	30	Posseiros
Urbano Santos	Surrão/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	55	Posseiros
Urbano Santos	Todos os Santos/Suzano Papel Celulose	13/1/2011	55	Posseiros
Viana	Comunidade Quilombola Prequeu	30/12/2011	70	Quilombolas
Vitória do Mearim	Juçaralzinho/Bom Jardim/Paiol/Boca do Campo/Cafezal/Vamos Ver/Palmeira Comprida	9/6/2011	70	Posseiros
Vitória do Mearim	P. A. Jussaralzinho	8/6/2011		Assentados
Subtotal:		223	12603	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Tuilândia	Área no Povoado Pimenta	7/1/2011	60	ATR
Subtotal:		1	60	

Total Conflitos por Terra - MA 224 12663

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Açailândia	Faz. Paraíso/Santa Maria	30/6/2011	14	19		Cerca, roçagem e agrotóxicos
Açailândia	Fazenda Barro Branco	28/5/2011	11	11		Pecuária
Açailândia	Fazenda Boa Vista	24/2/2011	5			Roçagem
Açailândia	Fazenda Maralina	17/3/2011	6			Roçagem
Açailândia	Fazenda Novo Horizonte	3/5/2011	3			Roçagem
Bom Jardim	Fazenda Boa Vista	8/4/2011	8			Roçagem, cerca e pecuária
Bom Jardim/Santa Luzia	Fazenda Santa Gertrudes	27/6/2011	25		2	Roçagem
Bom Jesus das Selvas	Fazenda Córrego do Açaí	5/4/2011	15			Roçagem
Bom Jesus das Selvas	Fazenda do João dos Porcos	20/7/2011	4		1	Milho
Carutapera	Fazenda Triângulo	15/10/2011	8	1		Desmatamento
Itinga do Maranhão	Faz. Bom Jardim/Santa Rita	8/6/2011	6	4		Roçagem
Itinga do Maranhão	Fazenda Ipuí	11/8/2011	3			Roçagem e cerca
Maracaçumé	Fazenda Água Limpa	3/8/2011	4	4		Pecuária
Maracaçumé	Fazenda Entre Rios	25/3/2011	16	16		Pecuária
Peritoró	Fazenda São Pedro	6/6/2011	3	3		Pecuária
Riachão	Fazenda Rio Verde	27/6/2011	20			Roçagem
Santa Luzia	Faz. do Pedro Mídio ou do Antônio Emídio	5/7/2011	5	6	1	Roçagem
Santa Luzia	Fazenda Água Boa	21/1/2011	5			Roçagem
Santa Luzia	Fazenda do Antônio Rocha	20/5/2011	9			Roçagem e agrotóxicos
Santa Luzia	Fazenda Palmeiras	30/11/2011	30	7		Roçagem
São João do Caru	Fazenda Asa Branca 1 e 3	26/1/2011	20	20	3	Roçagem
São Mateus do Maranhão	Fazenda Outeiro	26/8/2011	10	10		Pecuária
Tuilândia	Fazenda Gavião	27/6/2011	29			Roçagem
Subtotal:		23	259	101	7	

Total Conflitos Trabalhistas - MA 23 259

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Brejo	Quilombo Alto Bonito	2/3/2011	60	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Brejo/Buriti	Com. Quilombola Saco das Almas/Vila das Almas	1/6/2011		Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Estreito	Assent. Brejo da Ilha/UHE de Estreito	7/6/2011	104	Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água
Santa Rita	Com. Quilombola Vila Fé em Deus/Odebrecht/Vale	17/7/2011		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		4	164		

Total dos Conflitos no Campo MA	251	Pessoas: 64394
--	------------	-----------------------

Mato Grosso

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acorizal/Jangada/Várzea Grande	Gleba Espinheiro/Acamp. Chico Mendes/Itambaracá	6/6/2011	280	Sem Terra
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	9/5/2011	600	Índios
Bom Jesus do Araguaia/Serra Nova Dourada	Faz. Bordon/P. A. Bordolândia	28/5/2011	560	Assentados
Cáceres	Fazenda Nova Mutum	26/9/2011	250	Sem Terra
Cáceres	Fazenda Rancho Verde	3/8/2011	100	Sem Terra
Campinápolis/Nova Xavantina	T. I. Parabubure/Xavante	31/1/2011		Índios
Colniza	Área da Cooper-Roosevelt/P.A Taquaruçu do Norte	29/7/2011	185	Posseiros
Confresa/Santa Terezinha	T. I. Urubu Branco/Tapirapé	3/11/2011	300	Índios
Confresa/Vila Rica	Fazenda Sol Vermelho	4/5/2011	20	Posseiros
Cuiabá	Área em Coxipó do Ouro	18/1/2011		Posseiros
Cuiabá	Área em Coxipó do Ouro	7/12/2011	170	Posseiros
Jaciara	Gleba Jatobá/Faz. Colorado	31/12/2011	86	Sem Terra
Juara	Faz. Bom Sucesso/Assent. Vale do Arinos	25/10/2011	18	Assentados
Juína	Faz. Tarciana/Assent. Vale do Juíno	11/6/2011	30	Assentados
Marcelândia	P. A. Tupã/Agrovila Santa Rita do Norte	8/6/2011		Assentados
Marcelândia	P. A. Tupã/Agrovila Santa Rita do Norte	18/8/2011	100	Assentados
Nova Guarita	Gleba Gama	31/7/2011	12	Assentados
Nova Mutum	Assentamento Pontal do Marape	17/5/2011	346	Assentados
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	9/3/2011	180	Sem Terra
Poconé	Assentamento Santa Filomena	22/6/2011		Liderança
Rondonópolis	Acamp. 13 de Outubro/Rod. do Peixe	23/3/2011	200	Sem Terra
Sorriso	Assentamento Santa Rosa I e II	6/6/2011	270	Assentados
União do Sul	Gleba Esperança/Faz. Jaguaribe	19/2/2011	210	Assentados
Subtotal:		23	3917	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	9/5/2011	40	Índios
Cáceres	Fazenda Nova Mutum	14/6/2011		MST
Cáceres	Fazenda Nova Mutum	17/10/2011	650	MST
Cáceres	Fazenda Rancho Verde	14/6/2011	100	MST
Colniza	Fazenda Bauru	4/6/2011	10	SI
Subtotal:		5	800	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Cuiabá	Área em Coxipó do Ouro	19/1/2011	170	ATR
Primavera do Leste	Acampamento São Sebastião	14/9/2011	170	ATR
Subtotal:		2	340	

Total Conflitos por Terra - MT	30	5057
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
--------------	------------------	------	-------------------	----------	---------	------------------

Brasnorte	Fazenda Froelich	9/8/2011	4	4		Cerca e algodão
Chapada dos Guimarães	Fazenda Joaquina Marcondes	15/1/2011	4	4		Extrativismo
Chapada dos Guimarães	Fazenda Mutuca	31/1/2011	7	7		Carvoaria
Juara	Fazenda São Francisco	15/2/2011	5	5		Pecuária
Lucas do Rio Verde	Fazenda Capuaba	10/3/2011	15			Extrativismo
Nova Monte Verde	Fazenda Embu	15/3/2011				Pecuária
Porto dos Gaúchos	Fazenda Catarinense	15/2/2011	12	12		Reforestamento
Porto dos Gaúchos	Fazenda Santíssima Trindade	10/10/2011	2	2		Pecuária
Porto dos Gaúchos	Fazenda WL	20/1/2011	3	3		Arroz
Primavera do Leste	Fazenda São Francisco	15/2/2011	12	12		Eucalipto
Rondonópolis	Área em Rondonópolis	23/9/2011	13	13		Cerca e agrotóxico
Santo Antônio do Leverger	Agropecuária Ribeirópolis Ltda	25/9/2011	14	14		Pecuária
São Félix do Araguaia	Fazenda Morada Nova	15/9/2011	18	18		Soja
Subtotal:		13	109	94		

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Várzea Grande	Parque Chapada dos Guimarães/PAC	28/7/2011	9			Serviços gerais
Subtotal:		1	9			

Total Conflitos Trabalhistas - MT 14 118

Total dos Conflitos no Campo MT 44 Pessoas: 25403

Mato Grosso do Sul

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amambaí	T. I. Taquaperi	19/6/2011		Índios
Amambaí/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	16/11/2011		Índios
Amambaí/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	18/11/2011	60	Índios
Caarapó	Aldeia Te Yikue	21/11/2011		Índios
Campo Grande	Ameaçados de Morte	21/11/2011		Índios
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	28/6/2011	15	Índios
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	14/8/2011		Índios
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	23/8/2011		Índios
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	5/9/2011		Índios
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	27/11/2011		Índios
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	28/11/2011	125	Índios
Itaquiraí	Fazenda Mestiço	21/10/2011	240	Sem Terra
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	21/11/2011	100	Índios
Miranda	Faz. Petrópolis/T. I. Cachoeirinha	5/4/2011	100	Índios
Miranda	Fazenda Charqueado	4/4/2011		Índios
Miranda	Fazenda Charqueado	3/6/2011		Índios
Miranda	Fazenda Charqueado	23/8/2011	100	Índios
Paranhos	Faz. São Luiz/Triunfo/Com. Indígena Y'poí	28/9/2011		Índios
Paranhos	Faz. São Luiz/Triunfo/Com. Indígena Y'poí	29/9/2011		Índios
Paranhos	Faz. São Luiz/Triunfo/Com. Indígena Y'poí	30/9/2011	30	Índios
Sidrolândia	Fazenda 3R	20/5/2011	200	Índios
Tacuru	T. I. Jaguapiré/Faz. Redenção	2/12/2011		Índios
Subtotal:		22	970	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Amambaí/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	1/11/2011	60	Índios
Douradina	Área Próxima às Aldeias Lagoa Rica e Panambi/Acamp. Ita'y Ka'aguyrusu	27/5/2011	73	Índios
Iguatemi	Fazenda Piray	17/3/2011	120	Fetagri
Itaquiraí	Fazenda Mestiço	14/10/2011	240	MST
Miranda	Faz. Petrópolis/T. I. Cachoeirinha	4/4/2011	100	Índios
Miranda	Fazenda Charqueado	4/4/2011	100	Índios

Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	15/5/2011	80	Índios		
Sidrolândia	Fazenda 3R	12/5/2011	200	Índios		
Subtotal:		8	973			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Dourados	Terra Indígena Panambi	31/5/2011	70	Índios		
Miranda	Faz. Petrópolis/T. I. Cachoeirinha	5/4/2011	100	Índios		
Subtotal:		2	170			
Total Conflitos por Terra - MS		32	2113			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Dourados	Nantes Lenhadora Ltda	4/8/2011	7	7		Cargas
Naviraí	Faz. Cruzeiro do Sul/Infinity Agrícola S/A	30/6/2011	827	368		Cana-de-açúcar
Naviraí	Faz. Cruzeiro do Sul/Usina Naviraí Açúcar e Álcool	30/6/2011	455			Cana-de-açúcar
Rio Verde de Mato Grosso	Fazenda São Domingos	25/10/2011	4	4		Desmatamento
Subtotal:		4	1293	379		
Total Conflitos Trabalhistas - MS		4	1293			
Total dos Conflitos no Campo MS		36	Pessoas: 11858			

Minas Gerais

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açucena/Belo Horizonte/Carmésia	T. I. Pataxó	13/9/2011	17	Índios
Belo Horizonte	Ameaçados de Morte/Extrativistas e Agroextrativistas	31/12/2011		Liderança
Belo Horizonte	Quilombo Mangueiras	12/6/2011	12	Quilombolas
Belo Horizonte/Nova Lima	Com. Quilombola dos Luízes/Construtora Patrimar	19/7/2011	30	Quilombolas
Conceição do Mato Dentro	Com. Quil. Três Barras/Buraco/Cubas	5/4/2011	140	Quilombolas
Frei Inocêncio	Faz. Eldorado/Acamp. Pe. Gino	1/7/2011	150	Sem Terra
Itamarandiba	Parque Estadual Serra Negra	8/6/2011	150	Posseiros
Manga	Faz. Marilândia/Acamp. Valdir Júnior	24/11/2011	66	Sem Terra
Manga	Fazenda Pau d' Arco	1/9/2011		Posseiros
Manga	Fazenda Pau d' Arco	3/9/2011		Posseiros
Manga	Fazenda Pau d' Arco	8/10/2011	1	Posseiros
Ouro Verde de Minas	Comunidade Quilombola do Córrego Santa Cruz	13/12/2011	1	Quilombolas
Paracatu	Com. Quilombola Machado/Faz. Espalha/Mineradora Kinross	2/3/2011	9	Quilombolas
Paracatu	Com. Quilombola São Domingos/Mineradora Kinross	3/3/2011	69	Quilombolas
Paracatu	Quilombo dos Amaro/Mineradora Kinross	2/3/2011	161	Quilombolas
Patrocínio	Com. Sto. Antônio da Lagoa Seca/Vale Fertilizantes	30/8/2011	150	Pequenos proprietários
Pedro Leopoldo	Comunidade Quilombola Pimentel	11/3/2011		Quilombolas
Porteirinha	Faz. Mulunguzinho/Acamp. Planeta Verde	25/2/2011	33	Sem Terra
Prata	Faz. Três Barras/Buriti Alto/Vertente do Córrego do Tejado	28/4/2011	40	Sem Terra
Prata	Fazenda Rubi	28/4/2011	40	Sem Terra
Prata	Fazenda São Bateia	28/4/2011	35	Sem Terra
Prata	Fazenda São Jorge	28/4/2011	35	Sem Terra
Prata/Uberlândia	Fazenda Douradinho	28/4/2011	24	Sem Terra
Prata/Uberlândia	Fazenda Rio das Pedras	28/4/2011	110	Sem Terra
Rio Pardo de Minas	Com. de São Miguel/Destilaria Meneghetti Ltda	20/12/2011		Geraizeiro
Rio Pardo de Minas	Faz. Olhos d'Água/Com. Vereda Funda	2/12/2011	60	Geraizeiro
Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	8/7/2011	60	Sem Terra
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	28/5/2011		Quilombolas

São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	20/8/2011		Quilombolas
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	25/9/2011	512	Quilombolas
São João das Missões	Terra do Morro Vermelho/Xakriabá	1/8/2011	35	Índios
Taiobeiras	Com. Impactadas pelo Mineroduto da Sul Americana de Metais	2/12/2011		Pequenos proprietários
Uberaba	Faz. Cedros/Empresa Cossisa	28/4/2011	80	Sem Terra
Uberaba	Fazenda Inhumas	17/2/2011		Sem Terra
Uberaba	Fazenda Inhumas	1/3/2011	200	Sem Terra
Veríssimo	Fazenda Colinas	20/3/2011	200	Sem Terra
Subtotal:		36	2420	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Bocaiúva	Faz. Malvina/Assent. Betinho	3/2/2011	35	SI
Campo do Meio	Faz. Ariadnópolis/Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	21/2/2011	180	MST
Engenheiro Navarro	Fazenda Duas Barras	9/2/2011	72	MST
Manga/Matias Cardoso	Ilha de Pau Preto/Rio São Francisco	24/7/2011	105	SS
Prata/Uberlândia	Fazenda Douradinho	21/1/2011	24	MLST
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	10/9/2011	150	Quilombola
Uberaba	Fazenda Inhumas	26/2/2011	200	SS
Uberlândia	Fazenda na MG-455	13/5/2011	60	SI
Vazante	Fazenda Lavado	18/9/2011	60	MST
Veríssimo	Fazenda Colinas	19/3/2011	200	Fetaemg
Subtotal:		10	1086	

Total Conflitos por Terra - MG

46

3506

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Bonfinópolis de Minas	Fazenda Assa Peixe	7/7/2011	4	4		Carvoaria
Bonfinópolis de Minas	Fazenda Formosa	7/7/2011	2	2		Carvoaria
Bonfinópolis de Minas	Fazenda Retiro	7/7/2011	15	15		Carvoaria
Buritit	Faz. do Antônio José de Oliveira	10/5/2011	1	1		Pecuária
Buritit	Faz. do Raul Cezar Esteves de Souza	10/5/2011	3	3		Carvoaria
Buritit	Fazenda Mãe Lourdes	10/5/2011	5	5		Carvoaria
Buritit	Fetal	30/9/2011	15	15	2	Eucalipto
Campos Gerais	Sítio Aldeia	8/7/2011	27	27		Café
Cássia	Fazenda Lagoinha	7/7/2011	20	20		Café
Diamantina	Fazendas Estoque e Dom Bosco	11/4/2011	40	40		Mineração
João Pinheiro	Faz. Areião/Riacho Fundo	5/2/2011	4	4		Carvoaria
João Pinheiro	Faz. São Bartolomeu	28/4/2011	12	12		Carvoaria
João Pinheiro	Fazenda Capão ou Lages	5/2/2011	2	2		Carvoaria
Oliveira	Faz. Capoeira Grande	9/6/2011	27	27	1	Café
Oliveira	Fazenda Folha Larga	9/6/2011	15	15	1	Café
Paracatu	Faz. Giramundo e Guariroba	5/5/2011	10	5		Feijão
Paracatu	Fazenda Forquilha	24/1/2011	1	1		Carvoaria
Paracatu	Fazenda Santo Aurélio	5/5/2011	10	10		Pecuária
São Romão	Fazenda Estiva	11/11/2011	8	8		Carvoaria
Simonésia	Fazenda Vargem Grande	8/8/2011	11	11		Café
Unaí	Faz. Bocaina e Camisa	9/9/2011	4	4		Carvoaria
Subtotal:		21	236	231	4	

Total Conflitos Trabalhistas - MG

21

236

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
--------------	------------------	------	----------	---------------	----------

Abre Campo/Raul Soares	UHE Emboque e Granada/Brookfield	20/9/2011	50	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Aimorés/Itueta/Resplendor	Usina Hidrelétrica de Aimorés/Vale	15/6/2011		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Berilo/Grão Mogol/José Gonçalves de Minas/Leme do Prado	UHE de Irapé/Porto Coris/42 Comunidades	7/6/2011		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Berizal/Taiobeiras	Barragem de Berizal	7/6/2011	700	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Brumadinho	Com. Casa Branca/Mina da Jangada/Vale	16/5/2011		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Claro dos Poções/Engenheiro Navarro/Francisco Dumont/Jequitai/Lagoa dos Patos/Várzea da Palma	UHE Jequitai	7/6/2011		Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Cônego Marinho/Miravânia	Comunidade Xakriabá do Peruaçu e Dizimeiro/EMPA	10/2/2011		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Diogo de Vasconcelos	Hidrelétrica de Fumaça	17/8/2011		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Santa Cruz do Escalvado/São Sebastião de Soberbo	UHE Risoleta Neves/Candongua/Novelis/Vale	3/8/2011	250	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
São João do Paraíso	Barragem do Peão	28/2/2011	26	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		10	1026		

Total dos Conflitos no Campo MG 77 **Pessoas:** 22896

Pará

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Abel Figueiredo	Faz. Caracol/Acamp. Paz com Cristo	26/5/2011		Sem Terra
Abel Figueiredo	Faz. Caracol/Acamp. Paz com Cristo	27/5/2011	58	Sem Terra
Afuá	Cajueiro**	31/12/2011	20	Ribeirinhos
Afuá	Furo da Cidade**	31/12/2011	15	Ribeirinhos
Afuá	Furo Grande**	31/12/2011	1	Ribeirinhos
Afuá	Furo Seco/Furo dos Porcos**	31/12/2011	5	Ribeirinhos
Afuá	Igarapé Boa Vista/Baiano**	31/12/2011	2	
Afuá	Igarapé Jovino**	31/12/2011	4	Ribeirinhos
Afuá	Igarapé Picanço**	2/8/2011	6	Ribeirinhos
Afuá	Igarapé Viana**	31/12/2011	7	Ribeirinhos
Afuá	Ilha da Luzitana**	31/12/2011	8	Ribeirinhos
Afuá	Ilha do Cajual/Riozinho**	31/12/2011	10	Ribeirinhos
Afuá	Ilha do Caldeirão**	31/12/2011	18	Ribeirinhos
Afuá	Ilha do Chagas**	31/12/2011	8	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Caetano**	31/12/2011	6	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Cajueiro**	31/12/2011	30	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Carás**	31/12/2011	20	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Igarapé Grande**	31/12/2011	4	Ribeirinhos
Afuá	PAE Ilha Charapucu**	1/2/2011	140	Ribeirinhos
Afuá	Rio Baiano**	31/12/2011	17	Ribeirinhos
Afuá	Rio Baturité**	31/12/2011	25	Ribeirinhos
Afuá	Rio Cemitério**	31/12/2011	8	Ribeirinhos
Afuá	Rio Espera**	31/12/2011	12	Ribeirinhos
Afuá	Rio Furtado**	31/12/2011	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Gabriel**	31/12/2011	10	Ribeirinhos
Afuá	Rio Ipanema**	31/12/2011	30	Ribeirinhos
Afuá	Rio Laranjal**	31/12/2011	32	Ribeirinhos

** As ocorrências de conflitos no município de Afuá-PA são acompanhadas pela CPT Amapá.

Afuá	Rio Maniva**	31/12/2011	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Salvadorzinho**	31/12/2011	48	Ribeirinhos
Afuá	Rio Tartaruga**	14/9/2011	3	Ribeirinhos
Afuá	Serraria Pequena**	31/12/2011	20	Ribeirinhos
Altamira	Resex Riozinho do Anfrísio/Grileiro CR Almeida	19/8/2011	51	Ribeirinhos
Anapu	G. Belo Monte/PDS Vírola Jatobá/L. 108/ Milton Lemos	30/12/2011	200	Assentados
Anapu	G. Belo Monte/PDS Vírola Jatobá/L. 134/ Gilberto e Luiz Dezinho	30/9/2011	200	Assentados
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 86 de Peixoto	30/11/2011	16	Sem Terra
Anapu	Gl. Bacajá/P. A. Pilão Poente II/Lote 69-71-73	5/11/2011	88	Assentados
Anapu	Gl. Bacajá/PDS Esperança/Lt. 57/José Ricardo	30/9/2011	200	Assentados
Anapu	Gl. Bacajá/PDS Esperança/Lt. 68	1/1/2011	50	Sem Terra
Anapu	Gl. Manduacari/Lote 2	1/1/2011	42	Sem Terra
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Caso Dorothy	9/1/2011		Assentados
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Caso Dorothy	1/4/2011		Assentados
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Caso Dorothy	25/6/2011		Assentados
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Caso Dorothy	20/7/2011	178	Assentados
Breu Branco	Faz. de Marlene Nerys e Darli	3/3/2011	1300	Occupante
Cachoeira do Arari/Ponta de Pedras	Ilhas de Marajó	7/2/2011	200	Ribeirinhos
Canaã dos Carajás	Faz. Marajá/Acamp. Luís Inácio Lula da Silva	19/3/2011	250	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Vila Racha Placa/Empresa Vale	31/8/2011	60	Posseiros
Capitão Poço/São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembê/Alto Rio Guamá	12/8/2011	300	Índios
Conceição do Araguaia	Faz. Cruzeiro Novo/Acamp. São José	5/8/2011	45	Sem Terra
Conceição do Araguaia/Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	15/1/2011		Sem Terra
Conceição do Araguaia/Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	24/5/2011	120	Sem Terra
Eldorado dos Carajás	Complexo Iraque/Acamp. Jerusalém	6/6/2011	75	Sem Terra
Eldorado dos Carajás	Faz. Nova Era/Esplanada	24/8/2011	150	Sem Terra
Eldorado dos Carajás	Faz. Peruano/Acamp. Lourival Santana	16/9/2011	450	Sem Terra
Goianésia do Pará	Faz. Palmeiras/Acamp. da Paz	5/6/2011	66	Sem Terra
Itaituba	Com. de Miritituba/P. A. Areia	22/10/2011	60	Assentados
Itaituba	Com. Miritituba/P. A. Ipiranga	28/2/2011	6	Assentados
Itupiranga	Faz. Potiguar/Bandeirantes/Acamp. Planta Brasil	29/1/2011		Sem Terra
Itupiranga	Faz. Potiguar/Bandeirantes/Acamp. Planta Brasil	2/10/2011	70	Sem Terra
Itupiranga	Fazenda Lago Vermelho	1/1/2011		Sem Terra
Itupiranga	Fazenda Lago Vermelho	31/7/2011	150	Sem Terra
Itupiranga	P. A. Palmeira Setor Sete/Faz. Nova Era	28/8/2011	5	Assentados
Jacundá	Fazenda Califórnia	25/8/2011	85	Sem Terra
Juruti	Gleba Curumucuri/Mamuru-Arapiuns	12/1/2011	1600	Posseiros
Juruti	Gleba Mamuru Rio	13/2/2011	300	Posseiros
Marabá	Faz. Barreira Branca	24/2/2011	55	Sem Terra
Marabá	Faz. Pioneira/Cosipar	10/8/2011		Sem Terra
Marabá	Faz. Pioneira/Cosipar	15/10/2011	110	Sem Terra
Marabá	Faz. Ponta da Serra/Mururé/Pequizeiro/Acamp. Darci Ribeiro	30/6/2011		Sem Terra
Marabá	Faz. Ponta da Serra/Mururé/Pequizeiro/Acamp. Darci Ribeiro	10/8/2011	154	Sem Terra
Marabá	Fazenda Mutamba	26/9/2011	78	Sem Terra
Marabá	P. A. Sapucaia/Acamp. Paulíneo	4/6/2011	18	Sem Terra
Marabá/Rondon do Pará	Assentamento José Dutra	16/5/2011	1	Assentados
Moju	Faz. Santa Martha/Terranorte	30/8/2011	500	Sem Terra
Moju	Quil. de Jambu-Açu/Vale do Rio Doce	27/4/2011	788	Quilombolas
Nova Ipixuna	Área em Nova Ipixuna	23/8/2011	50	Sem Terra
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhreira/Cupu/Passé Bem/Mamona	24/5/2011		Assentados
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhreira/Cupu/Passé Bem/Mamona	26/5/2011	400	Assentados
Ourilândia	P. A. Tucumã/Campos Altos/Proj. Onça Puma/Vale	13/3/2011		Assentados
Pacajá	P. A. Barrageira	9/6/2011	221	Assentados
Pacajá	P. A. Rio Bandeiras	30/4/2011	160	Assentados
Parauapebas	Faz. Santo Antônio/Antigo Assent. Carajás II	14/8/2011	29	Assentados
Portel	PDS Liberdade/Gl. Tuerê II/Manduacari II/Pracupi II	12/6/2011	162	Sem Terra

Rondon do Pará	Faz. Bela Vista/Sta. Cruz/Acamp. Deus é fiel	7/10/2011	110	Liderança
Santa Maria das Barreiras	Faz. Riachuelo/Acamp. Novo Tempo	15/6/2011		Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	Faz. Riachuelo/Acamp. Novo Tempo	30/9/2011	50	Sem Terra
Santana do Araguaia	Faz. Mabel/Nobel	1/10/2011	74	Sem Terra
Santana do Araguaia	Faz. Santa Fé/Águas do Papagaio	17/5/2011	100	Sem Terra
Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino/P. A. Lua Clara	25/8/2011	500	Sem Terra
Santana do Araguaia	P. A. Colônia Verde Brasileira	15/8/2011	38	Sem Terra
Santana do Araguaia	Parte da Fazenda Vale do Rio Cristalino	3/4/2011		Sem Terra
Santana do Araguaia	Parte da Fazenda Vale do Rio Cristalino	25/8/2011	482	Sem Terra
Santarém	Quilombo Bom Jardim	27/9/2011	70	Quilombolas
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	30/3/2011		Sem Terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	8/7/2011	316	Sem Terra
São Félix do Xingu	Faz. Jaguará/Belauto	21/7/2011	70	Sem Terra
São João do Araguaia	Fazenda Retiro	18/8/2011		Sem Terra
São João do Araguaia	Fazenda Retiro	29/8/2011	35	Sem Terra
Sapucaia/Xinguara	Faz. Rio Vermelho/Acamp. João Canuto	19/9/2011	150	Sem Terra
Tomé-Açu	Fazenda Mancha Negra	18/5/2011		Sem Terra
Tomé-Açu	Fazenda Mancha Negra	30/8/2011	50	Sem Terra
Tucuruí	Faz. Piratinga/Acamp. Salvador Alende	15/11/2011	40	Sem Terra
Ulianópolis	Faz. Palestina/P. A. Nova Vida	28/4/2011	500	Sem Terra
Subtotal:		103	12197	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Anapu	Gl. Bacajá/Lote 86 de Peixoto	11/12/2011	16	ATR
Anapu	Gl. Bacajá/PDS Esperança/Lt. 68	31/5/2011	50	ATR
Anapu	Gl. Belo Monte/Lote 125/Rio Areia	31/1/2011	50	ATR
Anapu	Gl. Belo Monte/PDS Virola Jatobá/L. 131/Irmãos Trindade	30/9/2011	50	ATR
Anapu	Gl. Manduacari/Lote 2	30/1/2011	42	ATR
Anapu	P. A. Bom Jardim	31/5/2011	23	ATR
Conceição do Araguaia	Fazenda Bom Jardim	10/10/2011	55	ATR
Eldorado dos Carajás	Faz. Nova Era/Esplanada	23/8/2011	150	MST
Marabá	Faz. Pioneira/Cosipar	9/10/2011	110	SI
Marabá	Faz. Ponta da Serra/Mururé/Pequizeiro/Acamp. Darci Ribeiro	23/8/2011	154	MST
Marabá	Fazenda Mutamba	7/10/2011	78	OI
São Félix do Xingu	Faz. Jaguará/Belauto	25/2/2011	70	STR
São João do Araguaia	Fazenda Retiro	24/8/2011	35	Fetraf
Tomé-Açu	Fazenda Mancha Negra	17/5/2011	50	STR
Tucumã	Faz. Taomé/Calmer	23/8/2011	58	MST
Subtotal:		15	991	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Abel Figueiredo	Faz. Caracol/Acamp. Paz com Cristo	8/5/2011	58	OI
Eldorado dos Carajás	Faz. Nova Era/Esplanada	24/8/2011	150	MST
Marabá	Faz. Pioneira/Cosipar	10/8/2011		SI
Marabá	Faz. Pioneira/Cosipar	15/10/2011	110	SI
Marabá	Faz. Ponta da Serra/Mururé/Pequizeiro/Acamp. Darci Ribeiro	13/8/2011	154	MST
Santa Maria das Barreiras	Faz. Riachuelo/Acamp. Novo Tempo	30/8/2011	50	STR
Tomé-Açu	Fazenda Mancha Negra	18/5/2011	50	STR
Subtotal:		7	572	

Total Conflitos por Terra - PA

125

13760

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na			Tipo de Trabalho
			denúncia	Libertos	Menores	
Abel Figueiredo	Carvoaria do Beto	12/4/2011	3	3		Carvoaria
Abel Figueiredo	Carvoaria do Sheran	15/6/2011	2	2		Carvoaria
Abel Figueiredo	Fazenda Alô Brasil	12/4/2011	11	11		Pecuária
Abel Figueiredo	Fazenda Inhumas	25/2/2011	6	6		Pecuária

Água Azul do Norte	Fazenda Campos Altos	11/4/2011	16	13		Mineração
Água Azul do Norte	Fazenda Gavisa	14/4/2011	4			Roçagem
Baião	Fazenda da Bianca Lana Cortez	7/6/2011	5			Cerca e roçagem
Brejo Grande/Palestina do Pará	Fazenda Serra Grande	12/5/2011	8			Roçagem
Conceição do Araguaia	Fazenda São Vicente	5/6/2011	11	11		Pecuária
Curionópolis/Xinguara	Fazenda Santa Lúcia	25/9/2011	19	19		Pecuária
Dom Eliseu	Faz. Ariadne/Arivelte	12/1/2011	16	5	1	Roçagem e agrotóxico
Eldorado dos Carajás	Fazenda Pedra Preta	6/11/2011	8			Cerca e roçagem
Floresta do Araguaia	Fazenda Nova Aliança	25/5/2011	22		1	Roçagem e abacaxi
Goianésia do Pará	Carvoaria da DeJane	15/10/2011	2	2		Carvoaria
Goianésia do Pará	Carvoaria do Pezinho	15/10/2011	6	6		Carvoaria
Goianésia do Pará	Fazenda e Carvoaria 06	5/4/2011	34	11	5	Carvoaria, cerca e capim
Igarapé-Miri	Rio Jamorin	15/3/2011	7	7		Açaí
Itupiranga/Marabá	Fazenda Maria de Jesus	4/5/2011	6	5		Roçagem e agrotóxicos
Marabá	Fazenda Arco Íris	30/10/2011	4	4		Pecuária
Moju	Leal Comércio e Transporte Ltda	15/3/2011	4	4		Carvoaria
Novo Repartimento	Faz. do Val/Boa Vida	15/6/2011	10	2		Roçagem
Novo Repartimento	Fazenda Alto Bonito	25/9/2011	6	6		Pecuária
Novo Repartimento	Fazenda Nossa Senhora de Fátima	15/3/2011	11	7	1	Cerca, pasto e agrotóxicos
Novo Repartimento	Fazenda Nossa Senhora de Fátima	4/5/2011	6			Cerca, roçagem e capim
Novo Repartimento	Fazenda Vitória	20/9/2011	11	5		Roçagem
Ourilândia do Norte	Fazenda Eliana	28/10/2011	6			Roçagem
Ourilândia do Norte	Fazenda Indiaporã	4/8/2011	6	4		Roçagem e agrotóxicos
Pacajá	Empresa Eletro Júnior	15/6/2011	22	31	2	Roçagem
Paragominas	Fazenda Campos Dourados	9/9/2011	11	11		Pecuária
Parauapebas	Fazenda Catuchi	6/7/2011	7			Roçagem, agrotóxico e cerca
Parauapebas	Fazenda do Wilker	30/10/2011	2	2		Pecuária
Parauapebas	Fazenda do Willian	5/10/2011	15			Roçagem
Piçarra	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	12/1/2011	20			Agrotóxicos
Redenção	Sítio Nova Vida/Nova Aliança	10/10/2011	27	29		Abacaxi
Rondon do Pará	Fazenda Heródica	21/11/2011	12			Roçagem
Rondon do Pará	Fazenda Rio do Ouro/Rio Preto	2/3/2011	5			Roçagem
São Félix do Xingu	Fazenda Ana Carolina	18/3/2011	2			Roçagem
São Félix do Xingu	Fazenda Colorado	7/12/2011	25			Cerca
São Félix do Xingu	Fazenda Galope	9/6/2011	8	8		Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Lua Nova	9/8/2011	6	6		Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Pinguim	24/6/2011	47			Desmatamento
São Félix do Xingu	Fazenda Valadares	17/5/2011	8			Roçagem, cerca e agrotóxicos
São Geraldo do Araguaia	Faz. Beira Rio/Águas Claras	29/8/2011	7	3		Roçagem, desmatamento e cerca
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Monoporã	2/8/2011	3	3		Pecuária
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Santa Luzia	31/1/2011	8	7		Cerca, capim e agrotóxicos
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Vale do Paraíso	17/8/2011	1	1		Roçagem e serviços gerais
Tailândia	Carvoaria do Rogério	15/10/2011	4	4		Carvoaria
Tucumã	Fazenda Santa Lúcia	6/8/2011	5			Roçagem
Subtotal:		48	495	238	10	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Rondon do Pará	Fazenda Itajubá	26/1/2011	4			Roçagem
São Félix do Xingu	Fazenda Boa Esperança	16/1/2011	7			Roçagem, agrotóxicos e cacau

São Félix do Xingu	Fazenda Rabelo	31/1/2011	2		Roçagem e agrotóxicos
Subtotal:		3	13		

Total Conflitos Trabalhistas - PA	51	508
--	-----------	------------

ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Altamira	Hidrelétrica Belo Monte/Consórcio Norte Energia	26/1/2011	6000	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte/T.I. Parakanã	29/3/2011		Barragens e Açudes	Não reassentamento
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte/T.I. Parakanã	23/8/2011	1000	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		3	7000		

Total dos Conflitos no Campo PA	179	Pessoas: 104308
--	------------	------------------------

Paraíba					
TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Alhandra/Conde/Pitimbu	Destilaria Tabu-Grupo João Santos/Emp. Elizabeth/T. I. Tabajara	30/11/2011	100	Índios	
Alhandra/Conde/Pitimbu	Grande Mucatu/Vários Assent./Empresa de Cimento Elizabeth	3/5/2011	1500	Assentados	
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	31/1/2011		Posseiros	
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	3/6/2011		Posseiros	
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	15/9/2011	35	Posseiros	
Barra de São Miguel	Fazs. Maravilha/Boi Bravo/Bom Sucesso/Estrela	15/11/2011	12	Sem Terra	
João Pessoa	Fazenda Ponta de Gramame	10/1/2011	36	Posseiros	
Marcação/Rio Tinto	T. I. Jacaré de São Domingos/Monte-Mor/Potyguara	15/9/2011	100	Índios	
Mogeirol	Fazenda Salgadinho	13/1/2011	33	Posseiros	
Pitimbu	João Gomes/Grande Mucatu/Emp. Elizabeth	30/11/2011	40	Assentados	
Subtotal:		10	1856		

Ocupações/Retomadas					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização	
Alhandra/Conde/Pitimbu	Destilaria Tabu-Grupo João Santos/Emp. Elizabeth/T. I. Tabajara	9/11/2011	100	Índios	
Bonito de Santa Fé	Área em Bonito de Santa Fé	10/4/2011	50	MST	
Jericó	Área em Jericó	11/4/2011	300	MST	
Juru	Área em Juru	12/4/2011	60	MST	
Marcação/Rio Tinto	T. I. Jacaré de São Domingos/Monte-Mor/Potyguara	25/8/2011	100	Índios	
Pitimbu	João Gomes/Grande Mucatu/Emp. Elizabeth	13/6/2011	40	CPT	
Subtotal:		6	650		

Total Conflitos por Terra - PB	16	2506
---------------------------------------	-----------	-------------

ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Itabaiana/São Miguel de Taipu	Rio Paraíba/15 Comunidades Ribeirinhas	30/11/2011	1033	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Rio Tinto	Rio Mamanguape/Área de Mangue/Com. Ribeirinha	20/9/2011	85	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		2	1118		

Total dos Conflitos no Campo PB	18	Pessoas: 18120
--	-----------	-----------------------

Paraná

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alvorada do Sul	Faz. Palheta/Atalla	5/3/2011	50	Sem Terra
Cascavel	Fazenda Kely/Grupo Rimafra	10/11/2011	100	Sem Terra
Cascavel/Corbélia	Faz. Bom Sucesso/Acamp. Primeiros Passos	10/11/2011	150	Sem Terra
Subtotal:		3	300	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alvorada do Sul	Faz. Palheta/Atalla	5/3/2011	30	Contag
Subtotal:		1	30	

Total Conflitos por Terra - PR 4 330

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Palmas	Fazenda Alegria do Machorras	4/5/2011	2	2		Lavoura
Porto Vitória	Mário Kreling e Cia Ltda	4/5/2011	6	6		Erva mate
Subtotal:		2	8	8		

Total Conflitos Trabalhistas - PR 2 8

Total dos Conflitos no Campo PR 6 Pessoas: 1658

Pernambuco

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Afogados da Ingazeira	Com. Gangorra/Macambira/Borges/Transnordestina	14/12/2011	29	Posseiros
Água Preta	Eng. Barro do Caraúpe	30/11/2011		Sem Terra
Água Preta/Joaquim Nabuco	Engenho Brasileiro	30/11/2011	170	Sem Terra
Altinho	Fazenda Serro Azul	31/7/2011		Sem Terra
Altinho	Fazenda Serro Azul	11/10/2011		Sem Terra
Altinho	Fazenda Serro Azul	12/10/2011	100	Sem Terra
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Serraria/Complexo Suape	3/2/2011	58	Posseiros
Escada	Área da Ferrovia Transnordestina	28/8/2011	63	Trabalhador Rural
Igarassu	Fazenda Mangabeira	31/12/2011	70	Sem Terra
Igaraci	Fazenda Cedro Branco	16/1/2011	30	Sem Terra
Ipojuca	Eng. Aredepe/Tabatinga/Conceição/Pirajá/Complexo Suape	27/2/2011	521	Posseiros
Ipojuca	Engs. Massangana e Penderama/Complexo de Suape/PAC	12/1/2011	30	Posseiros
Jaqueira	Fazenda Guerra	30/6/2011	40	Sem Terra
Jataúba	Fazenda Balame	12/3/2011	350	Sem Terra
Jataúba	Fazenda Ramada	30/10/2011	50	Sem Terra
Moreno	Engenho Una	15/11/2011	35	Posseiros
Moreno	Engenho Xixaim	6/4/2011	40	Sem Terra
Passira	Fazenda Taquari	31/12/2011	40	Sem Terra
Recife	Quilombo das Onze Negras	7/2/2011	486	Quilombolas
São Bento do Una	Faz. Santa Rita/Caracol	30/4/2011	80	Sem Terra
São José do Egito	Faz. Cipó/Melancia	25/3/2011	40	Sem Terra
São Lourenço da Mata	Eng. São João/Assent. Chico Mendes/Us. Tiúma	24/7/2011	55	Assentados
São Lourenço da Mata/Tracunhaém	Eng. Penedo/Penedinho/Assent. Nova Canaã	23/1/2011	39	Assentados
Serra Talhada	Com. Varzinha/Transnordestina/Odebrecht	13/10/2011	200	Trabalhador Rural
Serra Talhada	Fazenda Quixadá	31/12/2011	100	Sem Terra
Sertânia	Cachoeira do IPA	2/7/2011	13	Sem Terra
Tracunhaém	Eng. Prado/Us. Sta. Tereza/Assent. Chico Mendes I e II/Taquara	21/3/2011	280	Assentados

Subtotal:		27	2919			
Ocupações/Retomadas						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Água Preta/Joaquim Nabuco	Engenho Brasileiro	17/4/2011	170	MST		
Água Preta/Maraial/Xexéu	Fazenda Cavaco	20/9/2011	50	Fetape		
Altinho	Fazenda Serro Azul	17/4/2011		MST		
Altinho	Fazenda Serro Azul	21/8/2011	100	MST		
Bezerros	Fazenda Reunida Santa Rosa	16/4/2011	40	MST		
Buíque/Ibimirim	T. I. Kapinawá	11/8/2011	600	Índios		
Floresta	Fazenda Sertaneja	19/4/2011	120	MST		
Granito	Fazenda Santa Tereza	17/4/2011	60	MST		
Iati	Faz. Juçara/Jussara	19/4/2011	50	MST		
Ibimirim	Fazenda Serra Verde	19/4/2011	200	MST		
Igarassu	Fazenda Mangabeira	17/4/2011	70	MST		
Inajá	Fazenda Barro Branco	19/4/2011	100	MST		
Inajá	Fazenda Geraldo Bulhões	16/4/2011	300	MST		
Itamaracá	Fazenda São João	21/6/2011		MST		
Itambé	Engenho Paraguaçu	16/4/2011	80	MST		
Jaqueira	Fazenda Guerra	1/5/2011	40	MST		
Jataúba	Fazenda Balame	12/3/2011	350	MST		
Lagoa Grande	Faz. Várzea Grande/Sítio Traira	19/4/2011	50	MST		
Passira	Fazenda Taquari	6/2/2011	40	MST		
Pesqueira	Fazenda Ipiranga	5/3/2011	63	MST		
Petrolândia	T. I. Pankararu/Faz. do Sr. Dimas	14/9/2011	100	Índios		
Petrolina	Área no Proj. Pontal Sul	23/8/2011	500	Via Campes		
Petrolina	Fazenda Califórnia do Nordeste	16/4/2011	900	MST		
Petrolina	Fazenda da Empresa Copa Fruit	7/8/2011	150	MST		
Sairé	Fazenda Santa Zélia	15/4/2011	80	MST		
São Bento do Una	Faz. Santa Rita/Caracol	14/4/2011	80	MST		
São Joaquim do Monte	Faz. Sta. Maria/Consulta	21/8/2011	70	MST		
São José do Belmonte	Fazenda Baixa Verde	7/8/2011	110	MST		
Serra Talhada	Fazenda Quixadá	19/4/2011	100	MST		
Sertânia	Fazenda Juá	14/5/2011	25	MST		
Sertânia	Fazenda Nossa Senhora do Carmo	17/4/2011	80	MST		
Subtotal:		31	4678			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Altinho	Fazenda Serro Azul	12/10/2011	60	MST		
São José do Egito	Faz. Cipó/Melancia	23/3/2011	40	CPT		
Subtotal:		2	100			
Total Conflitos por Terra - PE		60	7697			
TRABALHO						
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Carpina	Eng. do Instituto do Açúcar e do Alcool	28/9/2011	40			Cana-de-açúcar
Palmares	Engenho Barra do Dia	21/6/2011	80			Cana-de-açúcar
Palmares	Engenho Viola	21/6/2011	35			Cana-de-açúcar
Palmares/São Benedito do Sul	Engenho Bom Destino	21/6/2011	50			Cana-de-açúcar
Subtotal:		4	205			
Total Conflitos Trabalhistas - PE		4	205			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Brejinho	Rio Pajeú/ Com. Ferreiros e Outras	18/12/2011		Uso e preservação	Destrução e ou poluição	

Cabrobó	Com. Jatobá/Transposição do Rio são Francisco/PAC	22/2/2011	116	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Carpina	Barragem de Carpina	31/12/2011	80	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Moreno	Engenho Una	30/9/2011	35	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Palmares	Barragem de Serro Azul	25/8/2011	1200	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Petrolina	Fazenda Lagoa da Pedra	22/2/2011	103	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Petrolina	Com. Quil. Cupira/Barragem de Riacho Seco/PAC	22/2/2011	250	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Recife	Quilombo das Onze Negras	7/2/2011		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Lourenço da Mata	Com. Chã de Sapé/Us. Santa Tereza	11/7/2011	800	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Sirinhaém	Com. Guaiamum/Viveiro Costa Dourada	7/7/2011		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Sirinhaém	Comunidade Aver-o-Mar	27/7/2011	100	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		11	2684		

Total dos Conflitos no Campo PE 75 Pessoas: 52110

Piauí

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Altos	Serra do Coroatá	31/12/2011	55	Posseiros
Baixa Grande do Ribeiro	Piaçava/Cabela d' Água/Brejo Novo/Brejo Velho/Angical	31/12/2011	200	Posseiros
Baixa Grande do Ribeiro	Vale do Riozinho	31/12/2011	20	Posseiros
Barras	Barra do Taquari	31/12/2011	27	Posseiros
Barras	Boa Presença	31/12/2011	54	Posseiros
Beneditinos	Assentamento Barreiros	31/12/2011	32	Assentados
Bom Jesus	Cocos	31/12/2011	5	Posseiros
Bom Jesus	Fazenda Barrocão	31/12/2011	6	Posseiros
Bom Jesus/Curimatá/Guaribas/Morro Cabeça no Tempo/Redenção do Gurguéia	Pov. Gaipaba e Lagoa do Arroz/Serra Vermelha	20/6/2011		Ambientalista
Bom Jesus/Currais	Aroeira Correntinho/Com. Sucruíú	31/7/2011	26	Posseiros
Cajazeiras do Piauí	Bom Jesus	31/12/2011	26	Posseiros
Cristino Castro	Araçás	20/12/2011	37	Posseiros
Jardim do Mulato	Área Boqueirão	31/12/2011	44	Posseiros
Madeiro	Murici	31/12/2011	62	Posseiros
Miguel Alves	Olho d' Água	31/12/2011	90	Posseiros
Miguel Alves	Pov. Mato Seco/Assent. Jenipapeiro da Mata	31/12/2011	50	Assentados
Miguel Alves	Povoado Mato Seco	31/12/2011	42	Posseiros
Monsenhor Gil	Assentamento Nova Conquista	31/12/2011	43	Assentados
Palmeira do Piauí	Palmeirinha	31/12/2011	100	Pequenos proprietários
Queimada Nova	Comunidade Serra Grande	20/12/2011	87	Posseiros
São Miguel da Baixa Grande	Faz. Calumbi/Palheiros	31/12/2011	22	Sem Terra
Tanque do Piauí	Ameaças de Morte/Extratvistas e Agroextrativistas	31/12/2011		Liderança
União	Aroeiras/São Felipe	31/12/2011	50	Posseiros
União	Divinópolis	31/12/2011	31	Posseiros
União	Lagoa dos Macacos	31/12/2011	28	Posseiros
União	Retrato/Barra dos Kágados/Novo Nilo/Mamede/P.A. Barra dos Kágados Sambaiba/Empresa Gecosa	31/12/2011	68	Assentados
União	Santa Rita I	31/12/2011	30	Posseiros
União	Veneza/Limoeiro	31/12/2011	13	Posseiros
Uruçuí	Comunidade Corrente	16/2/2011		Posseiros

Uruçuí	Vale do Rio Uruçuí Preto	31/12/2011	150	Posseiros
Subtotal:		30	1398	

Total Conflitos por Terra - PI	30	1398
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO**Trabalho Escravo**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Bom Jesus	Loteamento/Damião Medeiros	11/5/2011	13	13	1	Roçagem
Oeiras	Faveira do Horácio	12/12/2011	12	12		Desmatamento
Santa Filomena	Fazenda Reunidas	15/6/2011	5	5		Soja
Subtotal:		3	30	30	1	

Total Conflitos Trabalhistas - PI	3	30
--	----------	-----------

ÁGUA**Conflitos pela Água**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Campo Maior	Colônia de Pescadores Z-09	28/9/2011		Uso e preservação	Pesca predatória
Subtotal:		1	0		

Total dos Conflitos no Campo PI	34	Pessoas: 7020
--	-----------	----------------------

Rio de Janeiro**TERRA****Conflitos por Terra**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Bom Jesus do Itabapoana	Acamp. São Roque/Faz. Providência/Us. Sta. Maria	7/7/2011	12	Sem Terra
Rio de Janeiro	Aldeia Maracanã	28/12/2011	25	Índios
Rio de Janeiro	Comunidade Quilombola da Vila Sacopã	8/7/2011	6	Quilombolas
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX	25/4/2011		Pequenos proprietários
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX	30/6/2011	450	Pequenos proprietários
Subtotal:		5	493	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Campos dos Goytacazes	Usina Sapucaia/Faz. Itaquareçu/Outeiro	14/7/2011	552	Fetag/RJ
Campos dos Goytacazes	Usina Sapucaia/Faz. Itaquareçu/Outeiro	30/7/2011	25	MST
Subtotal:		2	577	

Total Conflitos por Terra - RJ	7	1070
---------------------------------------	----------	-------------

TRABALHO**Trabalho Escravo**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Bom Jardim	Fazenda Pedra Lisa	8/8/2011	20	20		Café
Campos dos Goytacazes	Fazenda Lagoa Limpa	6/6/2011	2	2		Cana-de-açúcar
Campos dos Goytacazes	Jardim do Eden Indústria e Comércio Ltda	6/6/2011	18	18		Grama
Campos dos Goytacazes	Tocos Agrocanavieira S/A	4/5/2011	53	53		Cana-de-açúcar
Duas Barras	Fazenda São João	7/7/2011	9	9		Café
Santo Antônio de Pádua	Daso M. Brum/Pedras Decorativas Ltda	13/4/2011	1	1		Mineração
Santo Antônio de Pádua	Indústria e Comércio de Pedras Rola Ltda	13/4/2011	1	1		Mineração
Santo Antônio de Pádua	Pedras Decorativas Alves e Andrade Ltda	13/4/2011	1	1		Mineração
Santo Antônio de Pádua	Pedras Decorativas Pimenta de Pádua Ltda	13/4/2011	1	1		Mineração
Santo Antônio de Pádua	Quatro Irmãos Pedras Decorativas Ltda	13/4/2011	5	5		Mineração
Subtotal:		10	111	111		

Total Conflitos Trabalhistas - RJ	10	111
--	-----------	------------

ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Itaguaí/Mangaratiba/Rio de Janeiro	Baía de Sepetiba/Vale/Thyssen Krupp CSA	4/3/2011	8075	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	5/6/2011	800	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		2	8875		

Total dos Conflitos no Campo RJ 19 Pessoas: 49836

Rio Grande do Norte

TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Apodi	Proj. Irrigação Chapada do Apodi	10/6/2011	351	Assentados
Subtotal:		1	351	
Total Conflitos por Terra - RN		1	351	

ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Guamaré/Macau	RDS Ponta do Tubarão/Pq. Eólico Miassaba I e II/Pq. Alegrial/Consórcio Brasventos/PAC	6/10/2011	1200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		1	1200		

Total dos Conflitos no Campo RN 2 Pessoas: 7755

Rio Grande do Sul

TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande da Forquilha/Kaingang	13/6/2011	40	Índios
Capivari do Sul	Acamp. Indígena Capivari/Mbyá Guarani	12/7/2011	10	Índios
Carazinho/Engenho Velho	T. I. Serrinha/Kaingangue/BR-386	22/11/2011	30	Índios
Eldorado do Sul	Área da Fepagro	25/10/2011	30	Sem Terra
Maquiné/Osório	Quilombo de Morro Alto	21/10/2011	400	Quilombolas
Nonoai	T. I. Nonoai Rio da Várzea	10/11/2011		Índios
Porto Alegre/Viamão	T. I. Tekoá Jat'ity/Aldeia Santa Galo	19/4/2011	145	Índios
Sananduva	Fazenda Bela Vista	3/10/2011	40	Sem Terra
Santa Maria	Acamp. Indígena Ketyjug Tentu/Kaingang	5/12/2011	13	Índios
Santa Maria	T. I. Guarani Mbyá do Arenal	11/6/2011	6	Índios
São Borja	Fazenda Palermo	23/3/2011	400	Sem Terra
Vacaria	Área da Fepagro	25/10/2011	100	Sem Terra
Viamão	Faz. próximo ao Posto de Pedágio Águas Claras/RS-040	27/9/2011		Sem Terra
Viamão	Faz. próximo ao Posto de Pedágio Águas Claras/RS-040	7/10/2011	200	Sem Terra
Subtotal:		14	1414	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande da Forquilha/Kaingang	11/6/2011	8	Índios
Charqueadas	Faz. Charqueadas/Col. Penal/Assent. 30 de Maio	7/10/2011	200	MST
Coqueiros do Sul	Faz. Guerra/Coqueiros	12/4/2011	120	MAB/MST
Eldorado do Sul	Área da Fepagro	24/10/2011	30	MST
Lagoa Vermelha/Sananduva	Faz. Três Pinheiros/Granja Três Pinheiros	3/10/2011	40	MST
Sananduva	Fazenda Bela Vista	26/9/2011	40	MST
Santa Maria	Acamp. Indígena Ketyjug Tentu/Kaingang	5/12/2011	13	Índios

São Borja	Fazenda Palermo	21/3/2011	400	MST
Vacaria	Área da Fepagro	26/9/2011	100	MST
Viamão	Faz. próximo ao Posto de Pedágio Águas Claras/RS-040	26/9/2011	200	MST
Subtotal:		10	1151	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
São Borja	Fazenda Palermo	23/3/2011	400	MST
Subtotal:		1	400	

Total Conflitos por Terra - RS **25** **2965**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Cambará do Sul	Fazenda Morro Agudo	10/11/2011	3			Pinus
São Francisco de Paula	Fazenda Chimarrãozinho	10/11/2011	4	3	3	Pinus
São Jerônimo	Fazenda do Laurélio Rogemar Kochenborger	21/7/2011	5	5	2	Acácia
Vacaria	Brasdoor Agroflorestal Importadora e Exportadora Ltda	27/7/2011	8	8		Pinus
Vacaria	Fazenda do Marcos Kuhn Adames	27/4/2011	12	12	5	Pinus
Subtotal:		5	32	28	10	

Total Conflitos Trabalhistas - RS **5** **32**

Total dos Conflitos no Campo RS **30** **Pessoas: 14857**

Rondônia

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alta Floresta do Oeste	Com. Quilombola de Rolim de Moura do Guaporé/T. I. Wuajuru	10/6/2011	60	Índios
Alto Alegre do Parecis	Faz. Morimoto/Acamp. Che Guevara	10/6/2011	197	Sem Terra
Alto Paraíso/Buritis/Porto Velho	Floresta Nacional Bom Futuro	6/9/2011	154	Posseiros
Ariquemes	Área Canaã/Faz. Arrobas e Só Cacau	12/7/2011	120	Sem Terra
Ariquemes	Faz. Cauan/Galhardi/Acamp. Raio do Sol/Linha C-19/Trav. 1 da Linha 45	10/6/2011	40	Posseiros
Ariquemes	Projeto Burareiro/Acamp. São Francisco/Lote 31 e 31A	29/6/2011	45	Posseiros
Buritis	Acampamento Rio Alto/Linha 36	12/3/2011	45	Sem Terra
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	16/6/2011		Índios
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	1/10/2011		Índios
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	30/8/2011		Assentados
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	30/9/2011		Assentados
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	22/12/2011	163	Assentados
Candeias do Jamari	Aldeia Boyatã Soyakã/Povo Karitiana	7/12/2011		Índios
Candeias do Jamari	Linha 43/Com. Nossa Sra. Aparecida	30/6/2011		Religioso
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	9/2/2011		Sem Terra
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	24/6/2011		Sem Terra
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	22/9/2011	54	Sem Terra
Costa Marques	Comunidade Quilombola de Santa Fé	10/6/2011	12	Quilombolas
Costa Marques	Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira	31/3/2011	80	Quilombolas
Costa Marques	Reserva Extrativista do Rio Cautário/T. I. Cojubim	30/6/2011		Índios
Espigão do Oeste	Assentamento Emburana	10/6/2011	7	Assentados
Guajará-Mirim/Nova Mamoré	Acampamento Serra do Ouro	26/7/2011	45	Sem Terra
Jaru	P. A. Palma Arruda	31/1/2011	60	Assentados
Nova Brazilândia do Oeste	Faz. Gladys Willians/Acamp. Paulo Freire	10/6/2011	45	Sem Terra
Nova Mamoré/Porto Velho	T. I. Karipuna	26/8/2011	14	Índios

Parecis	Arraial do Cajueiro/Lote 30	10/6/2011		Sem Terra
Parecis	Arraial do Cajueiro/Lote 30	3/8/2011	27	Sem Terra
Porto Velho	Acampamento Nova Aliança	16/6/2011	40	Sem Terra
Porto Velho	Comunidade de Bom Jardim	4/3/2011	50	Ribeirinhos
Porto Velho	Comunidade de Brasileira	3/3/2011	50	Ribeirinhos
Porto Velho	Comunidade de Cujubinzinho	5/3/2011	60	Ribeirinhos
Porto Velho	Comunidade de Mutuns	4/3/2011	48	Ribeirinhos
Porto Velho	Comunidade de Sobral	3/3/2011	50	Ribeirinhos
Porto Velho	Distrito de Extrema/Gl. Marmelo/Faz. Gobbi	7/6/2011		Agente pastoral
Porto Velho	Distrito de Extrema/Gl. Marmelo/Faz. Gobbi	3/8/2011	11	Posseiros
Porto Velho	Fazenda Morro Vermelho	30/6/2011		Posseiros
Porto Velho	Fazenda Morro Vermelho	25/8/2011		Posseiros
Porto Velho	Fazenda Morro Vermelho	31/8/2011	97	Posseiros
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	7/6/2011		Posseiros
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	26/8/2011	170	Posseiros
Porto Velho	P. A. Pau d' Alho/Faz. Fartura/Fartura Agropecuária e Mineração Ltda	30/1/2011	51	Assentados
Porto Velho	T. I. Karitiana/Aldeia Myniwini/Igarapé Preto	17/6/2011	70	Índios
São Francisco do Guaporé/Seringueiras	Indígenas Puroborá/Rio Manoel Correia	10/6/2011	65	Índios
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	1/8/2011	80	Sem Terra
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	23/5/2011		Posseiros
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	11/10/2011		Posseiros
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	13/10/2011	45	Posseiros
Vilhena	Gleba Corumbiara/Assoc. Canarinho/Setor 12/Lotes 42 e 52	3/12/2011		Posseiros
Vilhena	Gleba Corumbiara/Assoc. Canarinho/Setor 12/Lotes 42 e 52	26/12/2011	75	Posseiros
Vilhena	Nova Vida/Lotes 77 e 78	10/6/2011	80	Sem Terra
Vilhena	P. A. Águas Claras	25/7/2011	64	Assentados
Vilhena	União da Vitória/Lote 57	10/6/2011	170	Posseiros

Subtotal: 52 2444

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	24/6/2011	89	STR

Subtotal: 1 89

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	9/2/2011	89	STR
Parecis	Arraial do Cajueiro/Lote 30	3/8/2011	27	MAP

Subtotal: 2 116

Total Conflitos por Terra - RO 55 2649

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Ariquemes	Fazenda São João	13/6/2011	6	6		Pecuária
Cacaulândia	Fazenda Nova Querência	16/2/2011	7	7		Pecuária
Chupinguaia	Fazenda Nova Descoberta	8/8/2011	6	6		Pecuária
Cujubim	Fazenda Pedra Preta	28/6/2011	22	22		Pecuária
Guajará-Mirim	Fazenda Guará II	30/9/2011	5	5		Abacaxi
Guajará-Mirim	Fazenda São Francisco	22/3/2011	4	4		Pecuária
Guajará-Mirim	Pompeu/Eplan	22/3/2011	9	9		Serviços gerais
Porto Velho	Fazenda Pica - Pau 2	18/1/2011	6	6		Pecuária
Porto Velho	Fazenda Pica - Pau I	18/1/2011	1	1		Pecuária
Porto Velho	Fazenda Sonho Meu	13/9/2011	4	4		Roçagem
Porto Velho	Fazenda Tuliane	13/9/2011	8	8	1	Roçagem
Porto Velho	Fazenda Wakayama	18/1/2011	2	2		Pecuária
Vilhena	Fazenda do Renato	7/7/2011	4			Pecuária

Subtotal:	13	84	80	1	
Total Conflitos Trabalhistas - RO	13	84			
ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Alta Floresta do Oeste/São Francisco do Guaporé	Área Indígena Rio Branco	28/6/2011	72	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Ariquemes/Cacaulândia/Monte Negro	PCH Santa Cruz de Monte Negro e Canaã	30/9/2011		Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Candeias do Jamari	Usina Hidrelétrica Samuel	28/3/2011	20	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Machadinho d'Oeste	UHE Tabajara	17/8/2011	135	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Porto Velho	São Domingos/UHE Sto. Antônio	31/1/2011	15	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Porto Velho	Morrinhos/UHE Sto. Antônio	30/4/2011	50	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Porto Velho	Parque dos Buritis	30/4/2011	187	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Porto Velho	Santa Rita/UHE Sto. Antônio	30/4/2011	135	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Porto Velho	Riacho Azul/UHE Sto. Antônio	29/9/2011	42	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Porto Velho	Novo Engenho Velho/UHE Sto. Antônio	29/9/2011	40	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Porto Velho	Nova Vila de Teotônio/UHE Sto. Antônio	29/9/2011	72	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Subtotal:		11	768		

Total dos Conflitos no Campo RO	79	Pessoas: 17169
--	-----------	-----------------------

Santa Catarina

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cerro Negro	Área em Umbu/Acamp. Terra Nova	17/6/2011	120	Atingidos por barragens
Chapecó	Linha Gamelão/Índios Kaingang	29/9/2011	30	Índios
Fraiburgo	Área da Empresa Renar/Índios Kaingang	8/3/2011	15	Índios
Subtotal:		3	165	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Cerro Negro	Área em Umbu/Acamp. Terra Nova	13/6/2011	120	MAB/MST
Chapecó	Linha Gamelão/Índios Kaingang	13/5/2011	30	Índios
Curitibanos	Fazenda Xaxim	14/4/2011	150	MST
Mafra	Fazenda Batatais	14/4/2011	100	MST
Major Vieira	Fazenda Toldo de Cima	20/11/2011	150	MST
Subtotal:		5	550	

Total Conflitos por Terra - SC	8	715
---------------------------------------	----------	------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Caçador	Faz. do Adriano Dale Laste	5/7/2011	5	5	2	Erva mate
Canoinhas	Ervateira (Não Identificada)	5/7/2011	5	5	1	Erva mate
Canoinhas	Ervateira Baldo	12/12/2011	4	4		Tomate
Concórdia	Ervateira Tiecher	5/7/2011	10	10	1	Erva mate
Concórdia	Fazenda do Sérgio Baseggio	10/10/2011	6	6		Pinus
Erval Velho	Ervateira Catanduvas	18/7/2011	2	2		Erva mate
Lages	Fazenda Sumidouro	10/6/2011	2	2		Desmatamento
Lindóia do Sul	Transportes Ari Barbieri	15/3/2011	4	4		Desmatamento

Monte Castelo	Ervateira Anzolin	5/7/2011	10	10		Erva mate
Passos Maia	Faz. Santo Agostinho/Zoller	15/9/2011	6	6		Pinus
Porto União	Fazenda do Alvir Ferreira de Mello	13/9/2011	9	9		Pinus
Porto União	Giotti e Basi	4/5/2011	8	8		Erva mate
Rio Negrinho	Faz. Arrendada por Wilson Zemann	20/1/2011	22	22	12	Fumo
São José do Cerrito	Fazenda Emboque	10/10/2011	8	8		Pinus
Xanxerê	Granja Voltão	13/9/2011	6	6		Pinus e porcos
Subtotal:		15	107	107	16	

Total Conflitos Trabalhistas - SC 15 107

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Abdon Batista/Campo Belo do Sul/Cerro Negro/São José do Cerrito/Vargem	UHE de Garibaldi/Rio Canoas	6/6/2011	700	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Porto União	PCH Rio dos Pardos/T. I. Rio dos Pardos	5/5/2011	5	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		2	705		

Total dos Conflitos no Campo SC 25 Pessoas: 7207

São Paulo

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Altair	Fazenda São José	6/11/2011	80	Sem Terra
Americana	Sítio Boa Vista/Usina Ester	30/8/2011	100	Sem Terra
Borebi/Iaras	Faz. Capim/Santo Henrique/Núcleo Monções/Cutrale	26/8/2011	80	Sem Terra
Cafelândia	Fazenda Chapadão da Santa Rita	19/1/2011	200	Sem Terra
Caieiras/Cajamar/São Paulo	Assentamento Comuna da Terra/Irmã Alberta	13/4/2011	40	Sem Terra
Iaras	Faz. Santana/Colonial/Capão Rico/Zumbi dos Palmares	13/9/2011	560	Assentados
Iporanga	Comunidade Quilombola de Praia Grande/Vale do Ribeira	18/2/2011	26	Quilombolas
Paulistânia	Fazenda Tropical	16/5/2011	8	Sem Informação
Pirajuí/Presidente Alves	Destilaria Guaricanga/BR Limitada	19/4/2011	410	Sem Terra
Presidente Bernardes	Faz. Guarani/Guaranizinho	16/1/2011	10	Sem Terra
Queirós	Fazenda Santa Bárbara	19/1/2011	20	Sem Terra
Rinópolis	Fazenda Caru	17/1/2011	50	Sem Terra
Rinópolis	Fazenda Leonilda	4/4/2011	36	Sem Terra
Serrana	Fazenda Martinópolis	7/1/2011	70	Sem Terra
Subtotal:		14	1690	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Agudos	Faz. Nossa Sra. Aparecida/Geada	16/4/2011		MST***
Altair	Fazenda São José	6/11/2011	80	MST
Americana	Sítio Boa Vista/Usina Ester	6/8/2011		MST
Americana	Sítio Boa Vista/Usina Ester	10/9/2011	100	MST
Araçatuba	Fazenda Santa Cecília	15/4/2011	70	MST
Araçatuba	Fazenda Santa Maria	16/4/2011		MST***
Avaré	Faz. Tarsul/Ind. Eucatex	7/2/2011	70	RL*
Birigüi/Brejo Alegre	Fazenda Pau d'Alho	16/4/2011		MST***
Borebi	Fazenda Ipiranga	26/9/2011	100	MST
Cafelândia	Fazenda Bertazoni	6/1/2011	40	MST***
Cafelândia	Fazenda Chapadão da Santa Rita	6/1/2011	200	MST***
Caiuá	Fazenda Três Sinos	15/1/2011	60	CUT/Feraesp/MAST/MLST/MST***/MTST*/STR/Uniterra
Castilho	Fazenda Rancho Alegre	7/1/2011	300	MST
Dracena	Fazenda das Cobras/Cobra	9/4/2011		MST***
Dracena	Fazenda Santo Antônio	9/4/2011		MST***

Dracena	Fazenda Turmalina	9/4/2011		MST***
Dracena	Fazenda Vista Alegre	9/4/2011		MST***
Emilianópolis	Faz. Boa Vista/Bela Vista	15/1/2011	60	CUT/Feraesp/MAST/MLST/ MST***/MTST*/STR/Uniterra
Iacri	Fazenda Santo Antônio	17/11/2011		MST***
Iepê	Fazenda São Benedito	25/9/2011	7	MST***
Itapetininga	Fazenda Barro Branco	18/4/2011	250	MST
Itapetininga	Fazenda Pedra Branca	16/4/2011		MST***
Lucélia	Fazenda Salto Botelho	16/4/2011		MST***
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	7/10/2011	80	MST
Panorama	Fazenda Guiomar	15/1/2011	60	CUT/Feraesp/MAST/MLST/ MST***/MTST*/STR/Uniterra
Parapuã	Faz. Granja Experimental	17/11/2011		MST***
Parapuã	Fazenda Liberdade	17/11/2011		MST***
Paulicéia	Fazenda Corpus Christi	10/4/2011		MST
Paulistânia	Fazenda Tropical	8/5/2011	8	MST
Pereira Barreto	Fazenda Maria Ofélia	15/4/2011	24	MST
Pirajuí/Presidente Alves	Destilaria Guaricanga/BR Limitada	16/4/2011	410	MST
Presidente Bernardes	Faz. Guarani/Guaranizinho	16/1/2011	10	MST***
Presidente Bernardes	Fazenda Oito e Meio	15/1/2011	85	CUT/Feraesp/MAST/MLST/ MST***/MTST*/STR/Uniterra
Presidente Epitácio	Fazenda Santo Antônio	15/1/2011	60	CUT/Feraesp/MAST/MLST/ MST***/MTST*/STR/Uniterra
Queirós	Fazenda Santa Bárbara	15/1/2011	20	MST***
Rancharia	Fazenda Santa Maria	23/9/2011	16	MST***
Rinópolis	Fazenda Dona Elizabete	17/11/2011		MST***
Rinópolis	Fazenda Leonilda	2/4/2011	36	MST***
Rinópolis	Fazenda Pauliceia	17/1/2011	70	MST***
Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo/UHE de Taquaraçu	15/4/2011	280	MST
Santo Antônio do Aracanguá	Fazenda São Pedro de Aracanguá	31/1/2011	20	MST***
Serrana	Fazenda Martinópolis	6/1/2011	70	MST
Teodoro Sampaio	Fazenda Copacabana	9/4/2011		MST***
Teodoro Sampaio	Fazenda Galpão de Zinco	9/4/2011		MST***
Teodoro Sampaio	Fazenda Lago Azul	9/4/2011		MST***
Teodoro Sampaio	Fazenda Minerva	16/4/2011		MST***
Teodoro Sampaio	Fazenda Pontal Agropecuária	9/4/2011		MST***
Teodoro Sampaio	Fazenda São José	9/4/2011		MST***
Teodoro Sampaio	Fazenda Timburi	9/4/2011		MST***
Teodoro Sampaio	Gleba Ribeirão Bonito	16/4/2011		MST***
Tupã	Fazenda Altamira	17/11/2011		MST***
Subtotal:		51	2586	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Santa Cecília	16/4/2011		MST***
Orlândia	Acamp. às Margens da Rodovia do Rosário/Fepasa	14/4/2011	30	MST
Rinópolis	Fazenda Caru	15/1/2011	50	MST***
Subtotal:		3	80	

Total Conflitos por Terra - SP

68 **4356**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
São Carlos	Fazenda Palmeira	10/11/2011	20	20	7	Tomate
Subtotal:		1	20	20	7	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Itatinga	Cutralé	15/9/2011	32	32		Laranja
Subtotal:		1	32	32		

Total Conflitos Trabalhistas - SP

2 **52**

Total dos Conflitos no Campo SP 70 **Pessoas:** 21832

Sergipe

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brejo Grande	Comunidade Resina	31/7/2011	50	Quilombolas
Capela	Área no Povoado Coqueiro	28/3/2011	40	Sem Terra
Subtotal:		2	90	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Capela	Área no Povoado Coqueiro	28/3/2011	40	MST
Japarutaba	Fazenda São João	28/4/2011	60	MST
Subtotal:		2	100	

Total Conflitos por Terra - SE 4 **Famílias** 190

Total dos Conflitos no Campo SE 4 **Pessoas:** 950

Tocantins

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Goiatins	Faz. Capelinha/Gruta Funda	7/2/2011	24	Posseiros
Nova Olinda/Palmeirante	Faz. Boa Esperança/Chác. Carvoeiro/Chác. Deus Pertence/Assent. Gameleira	21/8/2011		Sem Terra
Nova Olinda/Palmeirante	Faz. Boa Esperança/Chác. Carvoeiro/Chác. Deus Pertence/Assent. Gameleira	23/8/2011	33	Sem Terra
Palmeirante	Faz. Sto. Reis/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	1/6/2011		Sem Terra
Palmeirante	Faz. Sto. Reis/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	27/10/2011	19	Sem Terra
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	27/4/2011		Assentados
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	1/6/2011		Assentados
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	4/6/2011		Assentados
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	5/6/2011		Assentados
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	15/6/2011		Assentados
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	22/7/2011	10	Assentados
Porto Nacional	Faz. Dom Augusto/Acamp. Sebastião Bezerra	22/4/2011	300	Sem Terra
Subtotal:		12	386	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Palmas	Fazenda Santa Rita	17/10/2011	200	MST
Porto Nacional	Faz. Dom Augusto/Acamp. Sebastião Bezerra	21/4/2011	300	Via Campes
Subtotal:		2	500	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Porto Nacional	Faz. Dom Augusto/Acamp. Sebastião Bezerra	22/4/2011	300	Via Campes
Subtotal:		1	300	

Total Conflitos por Terra - TO 15 **Famílias** 1186

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Araguacema	Faz. do Janesmar Vaz da Costa	18/2/2011	6	6		Abacaxi
Arapoema	Fazenda Dois Irmãos	17/5/2011	12			Roçagem, cercas e agrotóxicos
Arapoema	Fazenda Jardim	30/8/2011	10			Pecuária
Bandeirantes do Tocantins	Faz. Prosperidade da Serra/Avelinos	22/6/2011	17	17	1	Cerca e roçagem

Bandeirantes do Tocantins	Fazenda Polinarado	18/2/2011	16	16		Pecuária
Brasilândia	Fazenda Chapada Alta	11/11/2011	6			Roçagem
Brasilândia	Fazenda Girassol	30/9/2011	8	8		Roçagem e agrotóxicos
Chapada da Natividade	Fazenda Lambari I e II	30/5/2011	27	27		Carvoaria
Conceição do Tocantins	Carvoaria Teixeira	13/2/2011	6	6	2	Carvoaria
Goiatins	Fazenda Talismã	16/2/2011	12			Carvoaria
Goiatins	Fazenda Talismã	15/9/2011	2			Carvoaria
Itapiratins	Carvoaria do Edson	22/8/2011	2	2		Carvoaria
Natividade	Faz. Pedra Branca/Carvoaria Dois Irmãos	13/2/2011	20	20		Carvoaria
Nova Olinda	Fazenda Estrela	1/7/2011	3			Roçagem
Nova Olinda	Sollum Empreendimentos Florestais	12/9/2011	17			Eucalipto
Palmas	Fazenda Manduca	5/5/2011	6	6		Eucalipto
Palmeirante	Acamp. Malhada/Faz. Paraná/Santa Clara	6/5/2011	23			Soja
Porto Alegre do Tocantins	Faz. Lajinha e do Sr. Cláudio	21/11/2011	40			Carvoaria
Taguatinga	Faz. São Miguel/Carvoaria	24/8/2011	9			Carvoaria
Taguatinga	Fazenda União	13/2/2011				Teca
Xambioá	Fazenda da Sra. Ione	7/2/2011	3			Roçagem
Xambioá	Fazenda São Luís	17/10/2011	11			Roçagem, cercas e agrotóxicos
Subtotal:			22	256	108	3

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Ananás	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	14/1/2011	60			Eucalipto
Araguacema	Faz. do Brejo/Dois Lagos	28/3/2011	7			Roçagem e agrotóxicos
Araguacema	Fazenda Nossa Senhora do Carmo	17/1/2011	11		1	Roçagem e cerca
Araguacema	Fazenda Nossa Senhora do Carmo	28/11/2011	5		1	Roçagem e cerca
Araguaína	Fazenda do Dega	5/8/2011	4			Serviços gerais
Araguaína	Fazenda Eldaiane	23/8/2011	2			Serviços gerais
Araguatins	Faz. Santo Hilário/Acamp. Alto da Paz	13/2/2011	4			Pecuária
Arapoema	Fazenda Carangola	19/8/2011	1			Pecuária
Carmolândia	Fazendinha Santa Maria	14/6/2011	5			Roçagem
Conceição do Tocantins	Fazenda Perseverença	15/2/2011	33	33		Teca
Filadélfia	Fazenda Progresso	5/8/2011	3			Serviços gerais
Formoso do Araguaia	Fazenda da Cobrape	7/1/2011	20			Lavoura
Goianorte	Fazenda Cocal	11/7/2011	1			Serviços gerais
Natividade	Faz. Agro-União/Ex Rodete	8/8/2011	6			Soja
Pequizeiro	Fazenda Moreira	15/7/2011	5			Roçagem
Piraquê	Fazenda Novo Horizonte II	11/1/2011	1			Pecuária
Santa Fé do Araguaia	Faz. Mutambá/Mutema	13/5/2011	12			Pecuária
Xambioá	Fazenda do Chico Claro	23/5/2011	10		1	Roçagem
Subtotal:		18	190	33	3	

Total Conflitos Trabalhistas - TO

40

446

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Babaçulândia	UHE de Estreito/Suez, Vale, Alcoa, BHP Billiton Metais, Camargo Correa Energia	31/3/2011	345	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Tocantinópolis	T. I. Apinajé/Apinayés/UHE Serra Quebrada/PAC	7/10/2011	340	Barragens e Açudes	Divergência
Subtotal:		2	685		

Total dos Conflitos no Campo TO

57

Pessoas: 9801

Brasil

	Conflitos	Pessoas
Terra	1035	458675
Trabalho	260	4395
Água	68	137855
Seca	0	0
Total Brasil	1363	600925



Foto: João Zinclar

O agronegócio, o uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde e no ambiente nos municípios do “interior” do Brasil

Wanderlei Pignati¹; Franciléia Castro²; Marta Pignatti³; Sandro Vieira⁴; Josino C. Moreira⁵

Agronegócio nos municípios do “interior” do Brasil

A partir da década de 70 do século passado intensificou-se a atividade agropecuária no Brasil através da “moderna agroindústria” conjugando produção de insumos (agrotóxicos, fertilizantes, combustíveis), máquinas agrícolas e de transporte. Ao mesmo tempo cresceu a indústria madeireira. (SCHLESINGER, 2005; OLIVEIRA, 2005; PICOLI, 2001).

Essa cadeia agro-industrial-florestal ganhou a expressão de “agronegócio” e entrou de vez no vocabulário cotidiano brasileiro que o relaciona com a agropecuária que “dá certo”, onde a produção com alta tecnologia traz riquezas e modernidade. Isso é vendido como “salvação do país”, por ser responsável pelo equilíbrio das contas públicas e pelo suprimento de alimentos, biocombustível e madeira para o mundo (SCHLESINGER, 2005; OLIVEIRA, 2005; PICOLI, 2001).

¹ 1-Professor da UFMT/ISC; 2-Agrônoma da FASE; 3-Professora da UFMT/ISC; 4-Biólogo da UFMT/ISC; 5-Pesquisador da FIOCRUZ;

Autor correspondente: Wanderlei Pignati; UFMT-ISC; Avenida Fernando Correia s/n, Coxipó, Cuiabá-MT, Brasil; CEP: 78.060-900; 65-36158881; pignatimt@gmail.com.br

Porém, o agronegócio tem trazido benefícios financeiros para poucos (grandes empresas) e gerado impactos negativos à saúde e ao ambiente que ultrapassam os limites dos desmatamentos das fazendas agropecuárias. (SOARES e PORTO, 2007; OLIVEIRA, 2005; MIRANDA et al., 2007; RIGOTTO, 2011).

O agronegócio é predominante no “interior” do Brasil e está presente na maioria dos municípios, excetuando-se as capitais estaduais, regiões metropolitanas e industriais. Forma o “espaço agropecuário”, onde se desenvolve 90% da produção agropecuária e florestal e onde se localizam as indústrias que beneficiam os cereais, a cana, o algodão, as carnes bovina/suína/aves, os couros e as madeiras (IBGE/SIDRA 2012; PIGNATI 2007).

Na maioria dos municípios do “interior” predomina esse processo produtivo onde convivem a derrubada da floresta/cerrado/caatinga/pampa, o preparo da terra, o plantio e cultivo das plantas e colheita e a criação e abate de animais. Nesse processo cresce rapidamente o uso de sementes “modificadas” (híbridas ou transgênicas) que dependem do uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos para terem “alta produtividade”, bem como de rações “balanceadas” com produtos químicos para os animais se desenvolverem e serem abatidos “rapidamente”.

Este modelo de agricultura, facilitado por crédito rural, subsídios públicos e isenções de vários impostos, geralmente induz os fazendeiros a ignorarem o desgaste dos recursos naturais, tornando estas práticas agrícolas poluidoras/degradadoras e lucrativas em curto prazo (GARCIA, 2001; MIRANDA et al 2007; RIGOTTO, 2011).

É um processo de insustentabilidade tanto ambiental, como social. Cria-se um território com muitas e novas situações de riscos ocupacionais: trabalho infantil, trabalho degradante e trabalho escravo, acidentes de trabalho; de riscos sanitários: intoxicações humanas agudas e crônicas, cânceres, malformações, mutilações; e de riscos ambientais: contaminação da água, ar, chuva, solo, alimentos que

marcam sua presença no sangue, urina e leite materno (PERES e MOREIRA 2003; SILVA et al 2005; PIGNATI 2007, MOREIRA et al 2010, PIGNATI e MACHADO 2011).

Contaminação intencional por agrotóxicos e a falsa “deriva” de pulverização

Dentre os impactos à saúde, os de maior relevância para a saúde humana e ambiental são as poluições e/ou contaminações e as intoxicações agudas e crônicas relacionadas à aplicação de agrotóxicos, presente em todas as etapas desta cadeia produtiva. Devido ao modelo que alia o “uso e abuso” de agrotóxicos com deficientes comunicações de riscos (rótulos, orientações e receituários) e com as dificuldades de percepção de risco pelos trabalhadores e população, esses tóxicos atingem de maneira imediata os que vendem, transportam, manipulam/pulverizam estes insumos e, indiretamente, suas famílias que moram dentro ou na periferia das plantações, ou armazenam esses produtos dentro ou próximo de suas residências (PERES e MOREIRA 2003; SOBREIRA e ADISSI 2003; SILVA et al. 2005; PIGNATI e MACHADO 2011).

É interessante observar que a aplicação de agrotóxicos é, provavelmente, a única atividade em que a contaminação do ambiente de produção e trabalho é intencional.

A poluição é provocada pelos fazendeiros no intuito de combater as “pragas da lavoura”, seja uma erva, fungo ou um inseto, consideradas por eles como “daninha, peste ou praga” e que passam a ser “alvo” de combate por meio da intoxicação com agrotóxicos com ação herbicida, fungicida ou inseticida. Entretanto, como essas “pragas” se reproduzem junto com a lavoura, sendo impossível separá-las ou individualizá-las, o fazendeiro “ataca” todo o conjunto lavoura-praga com esses biocidas na intenção ou na probabilidade de atingir o “alvo”. Além disso, todos os agrotóxicos estão classificados pelo grau de toxicidade I a IV (extremamente tóxi-

co, altamente tóxico, medianamente tóxico e pouco tóxico) para o homem ou ambiente. Não cabe dúvidas ao fazendeiro e ao agrônomo que emitiu o receituário, quanto à contaminação intencional pelo uso daqueles tóxicos.

Nesse processo efetuam-se várias pulverizações. Algumas névoas tóxicas atingem o objeto de ataque, outras atingem as plantas e o solo e várias evaporam ou são levadas pelo vento ou chuva, para outros locais. O mais grave deste processo é que na agricultura, o ambiente de trabalho é o próprio meio ambiente. Neste caso, como prevenir as poluições e contaminações? “Normalmente, as contaminações dos ambientes de trabalho são indesejáveis e devem ser controladas, mas como proceder quando a contaminação é a finalidade da atividade?”, comenta Garcia (2001, p.70). Para a prevenção destes riscos, Garcia (2005, p.14) recomenda como medida fundamental, a adoção de práticas agrícolas que propiciem a redução da incidência de pragas e que “se houver necessidade de uso de um agrotóxico, isso se dê dentro dos critérios agronômicos, ambientais e de saúde mais rígidos possíveis (o que raramente acontece)”.

Esses desvios ou erros de alvo são considerados pelos fazendeiros e agrônomos como “derivas” ou acidente na aplicação por falta de treinamento ou porque as condições climáticas mudaram rapidamente ou ainda, porque houve um descuido ou um ato inseguro do pulverizador. Acabam por culpabilizar o clima ou o trabalhador (tratorista, piloto). Entretanto, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) diz que existe normalmente uma “deriva técnica” que acontece com os atuais equipamentos de pulverização, que mesmo com calibração, temperatura e ventos ideais, eles deixam apenas cerca de 32% dos agrotóxicos pulverizados retidos nas plantas, 19% vai pelo ar para outras áreas circunvizinhas da aplicação e 49% vai para o solo que após algum tempo, parte dele se evapora, outra parte lixivia para o lençol freático e outra parte se degrada (CHAIM, 2004).

Além disso, há pulverizações intencionais nas plantações próximas às residências, aos córregos, à criação

de animais e às reservas florestais. Pela proximidade criam desvios de agrotóxicos pulverizados que são classificadas erroneamente pelos fazendeiros como derivas, porém estes desrespeitaram a proibição de pulverizar nesses espaços como preconiza o Código Florestal, a Lei dos agrotóxicos 7809/89 (Brasil 1989), o Decreto 4074/02 (Brasil 2002), a Instrução Normativa do MAPA nº 02/2008 (Brasil 2008). Esta, em seu artigo 10, diz que é proibida a pulverização aérea de agrotóxicos a uma distância mínima de 500 metros de residências, vilas, córregos e nascentes d’água. No Mato Grosso o decreto n. 2283/2009 diz em seu artigo 46 que é proibida a pulverização terrestre (por trator ou costal) de agrotóxicos a uma distância mínima de 300 metros de residências, vilas, córregos e nascentes d’água.

Neste modelo da agricultura química dependente, os fazendeiros não estão praticando um “crime doloso” por estas poluições intencionais? Eles estão se responsabilizando social e economicamente pelos impactos negativos na saúde humana e pelos danos ambientais? Os consumidores de alimentos estão conscientes e mobilizados para agir e cobrar alimentos, ambientes e vidas saudáveis? Onde vai parar o conteúdo de agrotóxicos que estavam nas embalagens? Ou só serão recolhidas as embalagens vazias? Existe “uso seguro” de agrotóxicos? O uso poderá ser com menor risco para o pulverizador se ele estiver com todos os EPI’s, iguais aos de um astronauta. Mas, para o ambiente, os alimentos e a biota não será seguro. Nesse processo haverá contaminação das águas, do ar, da chuva, dos alimentos, das pessoas e dos animais.

Produção agropecuária e uso de agrotóxicos no “interior” do Brasil

Não podemos ignorar e nem desconsiderar os 71 milhões de hectares de lavoura temporária (soja, milho, cana, algodão) e permanente (café, cítricos, frutas, eucaliptos), plantados no Brasil na safra 2011. Porém devemos fazer uma reflexão sobre o volume dos agrotóxicos pulverizados intencionalmente nessas lavouras. Cerca de 853 milhões de li-

tros de agrotóxicos, principalmente herbicidas, fungicidas e inseticidas. Representam uma média de 12 litros/hectare e uma exposição média ambiental/ocupacional/alimentar de 4,5 litros de agrotóxicos por habitante brasileiro (IBGE/SIDRA, 2012; SINDAG, 2011).

No quadro 01, mostra-se o crescente consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos pela agricultura brasileira, proporcionais ao aumento das monoculturas, cada vez mais dependentes dos insumos químicos.²

Quadro 01 - Consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil; 2002 a 2011

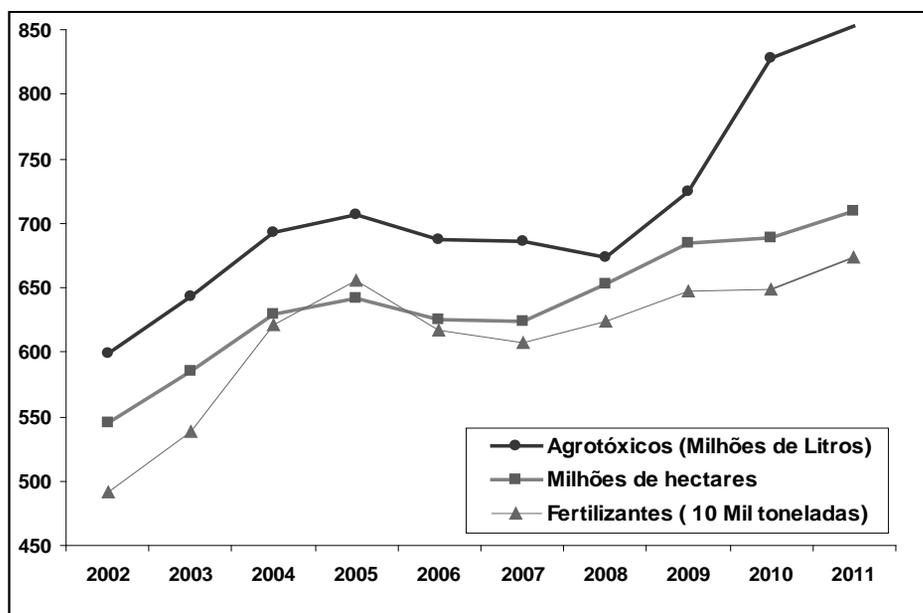
BRASIL	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agrotóxicos										
(Milhões de L)	599,5	643,5	693	706,2	687,5	686,4	673,9	725	827,8	852,8
Fertilizantes										
(Milhões de Kg)	4910	5380	6210	6550	6170	6070	6240	6470	6497	6743

Fonte: SINDAG, 2011; ANDA, 2011; IBGE/SIDRA, 2012; MAPA, 2010.

No gráfico 01, nota-se que o consumo médio de agrotóxicos vem aumentando em relação à área plantada, ou seja, passou-se de 10,5 L/hectare, para 11,0 L/hectare, chegando a 12,0 L/hectare, causado por vários fatores, entre eles, o aumento da resistência das ervas “daninhas”, dos fungos e dos insetos e/ou o aumento de doenças nas lavouras, como por exemplo, a ferrugem asiática na soja e/ou a diminuição dos preços e impostos dos agro-

tóxicos fazendo com que os agricultores utilizem maior quantidade por hectare. Quanto aos fertilizantes químicos, a média de consumo por hectare continua no mesmo nível no período.

Gráfico 01 – Produção agrícola e consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil; 2002 a 2011.



Fonte: SINDAG, 2011; ANDA, 2011; IBGE/SIDRA, 2012; MAPA, 2010.

² O uso de agrotóxicos foi calculado a partir de dados de 2008 a 2010 divulgados pelo SINDAG (2009) e SINDAG (2011) e estimou-se de 2002 a 2007 utilizando o consumo médio por hectare, por tipo de cultura dos dados divulgados e produção anual informada pelo IBGE (2012) e projeção elaborada pelo MAPA (2010). O uso de fertilizantes químicos: Soja (200kg/Ha.), Milho (100kg/Ha.) e Algodão (500 kg/Ha.) foi calculado através de dados divulgados pela ANDA (2011).

A soja utilizou 40% do volume total entre herbicidas, inseticidas, fungicidas, acaricidas e outros (adjuvantes, surfactantes, reguladores), em seguida vem o milho com 15%, depois a cana com 10%, o algodão com 10%, os cítricos com 7%, o café: 3%, o trigo: 3%, o arroz: 3%, o feijão: 2%, a pastagem: 1%, a batata: 1%, o tomate: 1%, a maçã: 0,5%, a banana: 0,2%. As demais culturas consumiram 3,3% do total de 852,8 milhões de litros pulverizados em 2011, segundo o SINDAG (2009), SINDAG (2011) e projeção do MAPA (2010).

Para calcularmos a quantidade de agrotóxicos utilizados por tipo de cultura, utilizamos a média nacional na produção agrícola de 2002 a 2011, em milhões de hectares e o consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil; 2002 a 2011, (quadro 1), mais os dados informados acima do consumo/cultura e pareados com os dados de consumo/cultura/hectare retirado do banco de dados do INDEA-MT (2011). Essas informações nos indicam que o consumo médio de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas e fungicidas) por hectare de soja foi de 12 litros, o de milho: 6 L/hect; de algodão: 28 L/hect; de cana: 6 L/hect; de cítricos: 23 L/hect; de café: 10 L/hect; arroz 10 L/hect; trigo: 10L/hect e feijão: 5 L/hectare.³

Esses dados e informações são importantes para elaborarmos uma matriz de produção e uso de agrotóxicos ou de riscos e inferirmos uma matriz de agravos à saúde e outra matriz de danos ambientais em cada município do “interior” do

Brasil. O problema será sabermos os tipos ou os ingredientes ativos (IA) utilizados para inferirmos suas toxicidades agudas, crônicas e ambientais, porém este dado poderá ser obtido através de pesquisa com os agricultores e secretarias de agricultura.

Cerca de 670 ingredientes ativos (IA) e 1.500 formulações de agrotóxicos estão registrados nos Ministérios da Saúde, Agricultura e Meio Ambiente, MS, MAPA e MMA e todos são permitidos no Brasil de acordo com os critérios de uso e indicação estabelecidos em suas monografias. Porém, dos 50 mais utilizados nas lavouras de nosso país, 22 são proibidos na União Européia. Na Anvisa estão em processo de revisão 14 agrotóxicos desde 2008, três deles já foram proibidos (acefato, cihexatina e tricloform), um deles será proibido a partir de junho de 2012 (metamidofós), outro a partir de junho 2013 (endosulfan) e outros dois estão em consulta pública de revisão (forato e paration-metilico) (Brasil, ANVISA, 2008).⁴

Segundo Bombardi (2011), os dados do Censo Agropecuário Brasileiro (IBGE 2006) indicam que usam agrotóxicos: 27% das propriedades de 0 a 10 hectares, 36% das propriedades de 10 a 100 hectares, e 90% das maiores de 100 hectares.

As maiores concentrações de utilização de agrotóxicos coincidem com as regiões de maior intensidade de monoculturas de soja, milho, cana, cítricos, algodão e arroz.⁵

³ No Mato Grosso está em funcionamento desde 2005, um sistema de registro de agrotóxicos, de vendas e consumo. Esse sistema registra nas notas fiscais das revendedoras, todos os dados constantes nos receiptários agrônômicos que são enviados online para a sede do INDEA-MT em Cuiabá. Através de projeto de pesquisa da UFMT e FIOCRUZ, coordenado por Moreira et al (2010), se teve acesso ao banco de dados do INDEA-MT (2011).

⁴ No Mato Grosso, desses 673 ingredientes ativos de agrotóxicos, verificamos que 202 foram usados no estado, num total de 103 milhões de litros pulverizados nas lavouras temporárias em 2009 numa área cultivada de 6,4 milhões de hectares (soja, milho, algodão, cana, arroz e outras), onde os principais ingredientes ativos usados foram: glifosato (40%), metamidofós (6%), endosulfan (6%), 2.4D (5%), tebuconazol (4%), atrazina (4%), metomil (3,5%), paration metílico (2%), carbenfentazim (2%), lactofen (2%), carbo-sulfan (2%), imazetapir (1,5%), pyroclostrobin (1,5%), clomazona (1,5%), clorpirifós (1%), diquat (1%), flutriafol (1%), azostrobin (1%), diuron (1%), paraquat (1%), fomesafen (1%), acefato (1%), trifluralina (0,7%), permetrina (0,5%), triflostrobin (0,5%), outros 9,3% (cipermitrina, etefon, malation, carbofuran, MSMA, zetacipermitrina, fipronil, ...), segundo o banco de venda/consumo de agrotóxico do INDEA-MT (2011).

⁵ Mato Grosso é o maior consumidor de agrotóxicos, representando 18,9%, seguido de São Paulo (14,5%), Paraná (14,3%), Rio Grande do Sul (10,8%), Goiás (8,8%), Minas Gerais (9,0%), Bahia (6,5%), Mato Grosso do Sul (4,7%), Santa Catarina (2,1%) e demais estados consumiram 10,4% do total do Brasil, segundo o SINDAG, (2011) e Theisen (2012).

As intoxicações agudas e crônicas dos agrotóxicos permitidos no Brasil

A toxicidade aguda e crônica dos agrotóxicos depende do seu Princípio Ativo, da via e tempo de exposição, da sensibilidade individual, da classe toxicológica (DL50 para I-extremamente; II-altamente; III-moderadamente e IV-pouco tóxico), da dose absorvida e de sua distribuição, acumulação, bio-

transformação e eliminação do organismo humano ou de outro animal (OPAS, 1996; PERES e MOREIRA, 2003).

As intoxicações agudas e crônicas dos agrotóxicos, dependem das características acima. A seguir mostramos no quadro 05, os principais grupos de agrotóxicos e seus efeitos agudos e crônicos na saúde humana.

Quadro 02: Classificação de efeitos e/ou sintomas agudos e crônicos dos agrotóxicos

Classificação quanto à praga que controla	Classificação quanto ao grupo químico	Sintomas de intoxicação aguda	Sintomas de intoxicação Crônica
Inseticidas	Organofosforados e carbamatos	Fraqueza, cólicas abdominais, vômitos, espasmos musculares e convulsões	Efeitos neurotóxicos retardados, alterações cromossômicas e dermatites de contato
	Organoclorados	Náuseas, vômitos, contrações musculares involuntárias	Lesões hepáticas, arritmias cardíacas, lesões renais e neuropatias periféricas
	Piretróides Sintéticos	Irritações das conjuntivas, espirros, excitação, convulsões	Alergias, asma brônquica, irritações nas mucosas, hipersensibilidade
Fungicidas	Ditiocarbamatos	Tonteiras, vômitos, tremores musculares, dor de cabeça	Alergias respiratórias, dermatites, Doença de Parkinson, cânceres
	Fentalamidas		Teratogêneses
Herbicidas	Dinitroferóis e pentaclorofenol	Dificuldade respiratória, hipertermia, convulsões	Cânceres (PCP-formação de dioxinas), cloroacnes
	Fenoxiacéticos	Perda de apetite, enjôo, vômitos, fasciculação muscular	Indução da produção de enzimas hepáticas, cânceres, teratogêneses
	Dipiridilos	Sangramento nasal, fraqueza, desmaios, conjuntivites	Lesões hepáticas, dermatites de contato, fibrose pulmonar

Fonte: OPAS/OMS, (1996).

Segundo dados do SINITOX, Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas, cerca de 62 mil pessoas se intoxicaram por agrotóxicos de uso agrícola no período de 1999 a 2009, o que representa 5.600 intoxicações por ano ou 15 por dia. Salientamos que existem estudos de vários autores e da

OPAS (2006) que nos informam que para cada caso de intoxicação aguda por agrotóxico notificada oficialmente, existem 50 casos não notificados. Nesse mesmo período, foram notificadas 1.876 mortes por intoxicação por agrotóxico ou 170 mortes por ano.

A distribuição das intoxicações por estado coincide

de com os percentuais de consumo de agrotóxicos, com exceção de Mato Grosso, onde provavelmente é o estado com maior subnotificação e/ou não implantação da vigilância em saúde ambiental e do trabalhador.

As intoxicações crônicas (exposição a baixas doses por anos ou décadas) que se externalizam em cânceres, malformações, abortos e distúrbios endócrinos, neurológicos, psiquiátricos e cognitivos, não são registradas oficialmente com nexo causal relacionado aos agrotóxicos usados nas lavouras, nos alimentos ou como causa ocupacional (OPAS, 1996; PERES e MOREIRA, 2003, SILVA et al, 2005; BOCHENER, 2007; FARIA et al. 2007).

Para contornarmos a falta de notificação de intoxicações crônicas, poderemos elaborar a “matriz de agravos à saúde” de doenças e internações hospitalares relacionadas com os agrotóxicos, a partir dos dados dos últimos dez anos, disponíveis nos sistemas digitais e públicos de dados do MS/SINITOX (2011), do MS/DATASUS (2011) e MPAS/CAT (2011). Neles estarão incluídas as intoxicações agudas por agrotóxicos, os cânceres, as malformações e os distúrbios endócrinos, neurológicos e psiquiátricos relacionados aos agrotóxicos, bem como os acidentes de trabalho relacionados às atividades do agronegócio, conforme metodologia aplicada em nível de estado por Pignati e Machado (2011) e em nível de município (Lucas do Rio Verde) por Moreira et al (2010). A distribuição dos dados destas doenças por estado e município desta matriz de agravos estará correlacionada com a distribuição dos dados de produção agrícola e consumo de agrotóxicos.

Avaliação integrada de poluição-contaminação-doenças por agrotóxicos em um município do interior do Brasil: o caso de Lucas do Rio Verde – MT

Mato Grosso é o maior produtor agropecuário do Brasil e destaca-se, dentre os cinco maiores, o município de Lucas do Rio Verde, com 37 mil habitantes, que produziu em 2010, cerca de 420 mil hectares en-

tre soja, milho e algodão e consumiu 5,1 milhões de litros de agrotóxicos nessas lavouras (IBGE, 2011 e INDEA, 2011).

Um dos impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente em Lucas Rio Verde foi avaliado pela UFMT e relatado em artigo, livro e vídeo, dando início ao movimento popular que denunciou a “chuva” de agrotóxicos sobre a zona urbana em 2006 quando os fazendeiros dessecavam soja transgênica para a colheita com paraquat em pulverização aérea no entorno da cidade o que ocasionou “queima” de 180 canteiros de plantas medicinais no centro da cidade e de 65 chácaras de hortaliças do entorno da cidade e desencadeou um surto de intoxicações agudas em crianças e idosos (PIGNATI et al., 2007; MACHADO, 2008; MACHADO, 2009).

Durante os anos de 2007 a 2010 se realizou em Lucas Rio Verde, uma pesquisa da UFMT e FIOCRUZ em conjunto com professores e alunos de quatro escolas, sendo uma escola no centro da cidade, outra na interface urbana/rural e duas escolas rurais, onde se avaliaram alguns componentes ambientais, humano, animal e epidemiológico relacionados aos riscos dos agrotóxicos. Os dados foram coletados, analisados e demonstraram:

- a) exposição ambiental de 136 litros de agrotóxicos por habitante durante o ano de 2010 (MOREIRA et al. 2010; IBGE 2011; INDEA 2011);
- b) as pulverizações de agrotóxicos eram realizadas a menos de 10 metros de fontes de água potável, córregos, criação de animais, residências, vilas e periferia da cidade (Moreira et al.2010), desrespeitando o Decreto/MT/2283/2009 (MT 2009) que proíbe pulverizar com trator ou costal a uma distância mínima de 300 metros dessas localidades. Também desrespeitaram a IN/MAPA/02/2008 (Brasil 2008) que proíbe a pulverização por avião a uma distância mínima de 500 metros daquelas localidades;
- c) contaminação com resíduos de vários tipos de agrotóxicos em 83% dos 12 poços de água potável (escolas), em 56% das amostras de chuva (pátio das

escolas) e em 25% das amostras de ar (pátio das escolas) monitoradas por 02 anos (MOREIRA et al.2010; DOS SANTOS et al.2011);

d) presença de resíduos de vários tipos de agrotóxicos em 88% das amostras de sangue e urina dos professores daquelas escolas, sendo que os níveis de resíduos nos professores que moravam e atuavam na zona rural foram o dobro dos professores urbanos (MOREIRA et al.2010);

e) contaminação com resíduos de agrotóxicos (Endosulfan, Deltametrina, DDE e DDT) de 100% das amostras de leite materno de 62 mães que pariram e amamentavam em 2010 (PALMA 2011);

f) presença de resíduos de vários tipos de agrotóxicos em sedimentos de duas lagoas, semelhantes aos tipos de resíduos encontrados no sangue de sapos, sendo que a incidência de malformação congênita nestes animais foi quatro vezes maior do que na lagoa controle (MOREIRA et al.2010);

g) não estava implantada nos Serviços de Saúde do município, a Vigilância em Saúde dos Trabalhadores e nem das populações expostas aos agrotóxicos. Na Agricultura, a Vigilância se resumia ao treinamento do uso “seguro” de agrotóxicos e recolhimento de embalagens vazias (MOREIRA et al.2010);

h) as incidências de agravos correlacionados (acidentes de trabalho, intoxicações por agrotóxicos, neoplasias, málfomções congênitas e agravos respiratórios) aumentaram entre 40% a 102% nos últimos 10 anos, com linha de tendência com 50% acima da incidência anual estadual destes anos (MOREIRA et al.2010; PALMA 2011; FÁVERO 2011; CUNHA 2010; PIGNATI e MACHADO 2011).

Esta situação sócio-sanitária crítica foi apresentada às autoridades da saúde, agricultura, educação, câmara municipal, sindicato rural patronal, sindicato dos trabalhadores rurais e MPE do município, onde foram sugeridas várias medidas de mitigação e prevenção.

Porém, nesse processo de pesquisa-ação, lideranças populares e alguns pesquisadores foram “pressionados” por gestores públicos e pelo agronegócio para recuarem com as pesquisas, denúncias e ações populares. Porém vários “afetados” resolveram caminhar com apoio na academia e nos movimentos organizados na busca do desenvolvimento sustentável regional. O movimento continua e existem vários avanços como o recuo das pulverizações em torno das residências e córregos, explicitados em Termo de Ajuste de Conduta (TAC/MPE). Ainda existem vários processos na Justiça, em que os chacareiros e moradores cobram indenizações pelos danos às hortaliças, ao ambiente e à saúde.

Algumas considerações

Ao longo do tempo as condições para as poluições e/ou contaminações intencionais têm sido dadas por esse cenário onde os produtores agrícolas contaminam com agrotóxicos as “pragas” da lavoura, o ambiente de trabalho, o ambiente geral e a produção agropecuária.

Além disto, a maioria da população do “interior do Brasil” está submetida a várias condições peculiares, ocasionadas pelo desequilíbrio no processo de vigilância-produção-controle social que amplificam os impactos à saúde-ambiente: a) convivem pacificamente com as pulverizações próximas às moradias, cursos d’água e criadouros de animais; b) não há controle e divulgação das quantidades e tipos de agrotóxicos pulverizados na região; c) não há notificação às autoridades sanitárias dos acidentes rurais ampliados, classificados erroneamente de “derivadas” de pulverizações dos agrotóxicos; d) não há uma política de vigilância à saúde das populações expostas aos agrotóxicos; e) não há ações rotineiras de monitoramento de resíduos de agrotóxicos nos alimentos e água de consumo humano; f) não há ações rotineiras de combate ao trabalho escravo rural, os quais estão obrigatoriamente expostos aos agrotóxicos; g) o marketing do agronegócio induziu mudanças culturais errôneas de que não há produção sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos e modernas tecnologias, e h) o governo privilegia e subsidia o agronegócio com verbas pú-

blicas em detrimento do modelo agroecológico de agricultura.

A partir da avaliação e análise desses dados de produção agropecuária e de insumos, poderemos prevenir a ocorrência das poluições/contaminações por agrotóxicos e fertilizantes e intoxicações agudas e crônicas dos trabalhadores, de suas famílias e do ambiente e inferirmos as epidemias de acidentes ocupacionais, coletivos e ambientais, intencionais, que deverão ocorrer em centenas de municípios do “interior” do Brasil.

Há necessidade de continuar esta discussão para que se implementem ações sanitárias nos serviços de saúde e agricultura e medidas de responsabili-

zação social, jurídica e econômica do agronegócio pelas contaminações intencionais e consequentes agravos à saúde e ao ambiente.

Devemos tratar este tema como evento grave de saúde pública, analisando-o com participação ativa dos afetados/agravados, dos técnicos da saúde, agricultura e ambiente, num processo de vigilância em saúde, em cooperação com a sociedade organizada, de forma articulada com a luta pela democracia e justiça social, na busca da “sociedade” que tenha o desenvolvimento sustentável como eixo de vida (democracia, equidade, eficiência e saúde) e como meta, o modelo agroecológico de agricultura.

Referências bibliográficas:

ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos – Estatísticas. Disponível em <http://www.anda.org.br>. Acessado em 22 de dez. 2011.

BOMBARDI, LM. A intoxicação por agrotóxicos no Brasil e a violação dos direitos humanos. In: Merlino, T; Mendonça, ML. (Org.). Direitos Humanos no Brasil 2011: Relatório. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011, p. 71-82.

BRASIL, Lei n.º 7.802, de 12 de julho de 1989. “lei federal dos agrotóxicos”. Brasília, Diário Oficial da União de 12/07/1989.

BRASIL, Decreto n.º 4.074 de 04 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei n.º 7.802/89 (lei federal dos agrotóxicos). Brasília, Diário Oficial da União de 08/01/2002

BRASIL, MAPA, Instrução Normativa (IN) n.º 02 de 03 de janeiro de 2008. Aprova as normas de trabalho da aviação agrícola. Brasília, DOU de 08/01/2008. BRASIL, ANVISA. Resolução RDC n. 10 de 22 de fevereiro de 2008. Que estabelece a reavaliação toxicológica de 14 agrotóxicos. Brasília, DOU de 28/02/2008.

BOCHNER, R. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 12(1): 73-89, 2007.

CHAIM, A. Tecnologia de aplicação de agrotóxicos: fatores que afetam a eficiência e o impacto ambiental. In: Silva CMMS, Fay EF. *Agrotóxicos & Ambiente*. Brasília: Embrapa; 2004. p. 289-317.

CUNHA, MLON. Mortalidade por câncer e a utilização de pesticidas no estado de Mato Grosso. (Dissertação de Mestrado), São Paulo: Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo, 2010.

DELGADO, GC. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados* 2001, 15 (43): 157-172.

DOS SANTOS, L ; LOURENCETTI, C ; PINTO, A ; PIGNATI, WA ; DORES, E . Validation and application of an analytical method for determining pesticides in the gas phase of ambient air. *Journal of Environmental Science and Health. Part B*, v. 46, p. 150-162, 2011.

FARIA, NMX; FASSA AF; FACCHINI. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos. *Ciência & Saúde Coletiva*. 12(1): 25-38; 2007.

FÁVERO, KAS. Pulverizações de agrotóxicos nas lavouras de Lucas do Rio Verde e os agravos respiratórios em crianças menores de 05 anos. (Dissertação de Mestrado), Cuiabá: UFMT/ISC, 2011.

GARCIA EG. Segurança e Saúde no Trabalho Rural: a questão dos agrotóxicos. São Paulo: MTE/FUNDACENTRO; 2001; 182p.

GARCIA EG. Aspectos de prevenção e controle de acidentes no trabalho com agrotóxicos. São Paulo: MTE/FUNDACENTRO; 2005; 51p.

IBGE/SIDRA. Brasil, série histórica de área plantada; série histórica de produção agrícola; safras 1998 a 2010. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric ou www.mapa.gov.br, acessado em 21 mar 2012.

INDEA-MT, Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso. Relatório de consumo de agrotóxicos no Mato Grosso, anos de 2005 a 2010. (banco eletrônico). Cuiabá: INDEA-MT; abril 2011

MAPA, Ministério da Agricultura e Pecuária/AGE. Projeções do agronegócio de 2009/10 a 2019/2020. Brasília: MAPA/AGE/ACS, 2010, 76 p.

MACHADO, P. Radiobrás. Vídeo - A ameaça do agrotóxico: a cidade pulverizada com o veneno. [2006 jun 22]. Disponível em: www.radiobras.gov.br/especiais/agrotoxico/# ou www.agenciabrasil.gov.br/listagem-grandes-reportagens, acessado em 21jun2009

MACHADO, P. Um avião contorna o pé de jatobá e a nuvem de agrotóxico pousa na cidade. Brasília: ANVISA, 2008, 264p.

MATO GROSSO, Lei n.º 8.588 de 27 de novembro

de 2006; “lei estadual dos agrotóxicos”. Diário Oficial de Mato Grosso de 27/11/2006.

MATO GROSSO, Decreto n.º 2.283 de 09 de dezembro de 2009. Regulamenta a Lei n.º 8.588/06 (lei estadual dos agrotóxicos). Diário Oficial de Mato Grosso de 09/12/2009

MIRANDA, AC; MOREIRA, JC; CARVALHO, R; PERES, F. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e crise da soberania nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2007, 12 (1): 7-14.

MOREIRA, JC; PERES, F; PIGNATI, WA; DORES, EFGC. Avaliação do risco à saúde humana decorrente do uso de agrotóxicos na agricultura e pecuária na região Centro Oeste. 2010. Relatório de Pesquisa. Brasília: CNPq 555193/2006-3.

OLIVEIRA, AU. BR-163, Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq; 2005. p.67-183.

OPAS - Organização Panamericana de Saúde. Ministério da Saúde do Brasil. Secretaria de Vigilância Sanitária. Manual de Vigilância de populações expostas a agrotóxicos. Brasília, 1996.

PALMA, DCA. Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde - MT. (Dissertação de Mestrado), Cuiabá: UFMT/ISC, 2011. PERES, F, MOREIRA, JC. (orgs.). *É veneno ou remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003; 384 p.

PICOLI, F. Amazônia e o capital: uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira. Sinop-MT: Amazônia Editora; 2005, 82p.

PIGNATI, WA. Os riscos, agravos e vigilância em saúde no espaço de desenvolvimento do agronegócio no Mato Grosso [tese de doutorado]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ensp, 2007

- PIGNATI, WA; MACHADO, JMH. O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do estado de Mato Grosso. . In: GOMEZ, MACHADO e PENA (Orgs.). Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, p. 245-272.
- PIGNATI, WA; MACHADO, JMH, CABRAL, JF. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde-MT. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12 (1): 105-114, 2007.
- PIGNATTI, MG. ONGs e a política ambiental nos anos 90: um olhar sobre Mato Grosso. São Paulo: Annablume, 2005, 205p.
- RIGOTTO, R. (Org.). Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Editora UFC, 2011. 612p.
- SCHLESINGER, S. Que agronegócio é esse? : porque a agricultura e a pecuária crescem sem beneficiar a população brasileira. Rio de Janeiro: FASE: 2005; 23p.
- SINDAG. Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas; Anais do Workshop: Mercado Brasileiro de Fitossanitários; Avaliação da Exposição de Misturadores, Abastecedores e Aplicadores de Agrotóxicos. Brasília: 28/04/2009.
- SINDAG. Sindicato Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas. Dados de produção e consumo de agrotóxicos. Disponível em www.sindag.com.br, acessado em 20 dez 2011.
- SILVA, CMS; FAY, EF. Agrotóxicos & Ambiente. Brasília: Embrapa; 2004; 400p.
- SILVA, JM, NOVATO-SILVA, FARIA, HP e PINHEIRO, TMM. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência & Saúde Coletiva*; 10 (4): 891-904, 2005
- SINITOX. Sistema nacional de informações tóxico-farmacológica. FIOCRUZ. www.fiocruz.br/sinitox. 2012
- SOARES, WL; PORTO MF. Atividade agrícola e externalidade ambiental: uma análise a partir do uso de agrotóxicos no cerrado brasileiro. *Ciencia & Saúde Coletiva*,12(1): 131-143; 2007
- SOBREIRA, AEG, ADISSI, PJ. Agrotóxicos: falsas premissas e debates. *Ciência & Saúde Coletiva*: 8(4), 985-990, 2003.
- THEISEN, G. O mercado de agroquímicos. Disponível em: www.cpact.embrapa.br/eventos/2010/met/palestras/28/281010_Painel3_Giovani_THEISEN.pdf. Acessado em: 17 mar 2012.



Foto: João Zinclar

Terra

Tabela 3 - Violência contra a ocupação e a posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem
Centro-Oeste											
DF	4	417	4000				54				
GO	6	191	18338		80						
MS	32	2113	20204	350		440	440	251		60	950
MT	30	5057	760432	170	840	474	30	440	282	185	775
Subtotal:	72	7778	802974	520	920	914	524	691	282	245	1725
Nordeste											
AL	47	3032	7334	21	1454	241	380		134		101
BA	98	12331	163809	40	460	708	792	28	20	23	126
CE	16	3626	5735	1	40	229	1	81		80	
MA	224	12663	100491	39	48	1687	3548	5	124	3	767
PB	16	2506	21217		40	236	80	41	81		103
PE	60	7697	38733	690	410	941	135	130	1150	616	490
PI	30	1398	123818			197	870				
RN	1	351	13855			351					
SE	4	190	0		40				50	50	
Subtotal:	496	43794	1379416	791	2492	4590	5806	285	1559	772	1587
Norte											
AC	29	3254	398182			172	2250	18		13	150
AM	33	4077	987242	22	518	926	1429	152	209	61	770
AP	50	2185	196963			890	413	22		50	
PA	125	13760	112137	523	634	1500	5727	106	1138	74	9477
RO	55	2649	500330		270	1698	198	146		121	884
RR											
TO	15	1186	9184		300		73	2		10	92
Subtotal:	307	271111	2098465	545	1722	5186	10090	446	1347	329	11373
Sudeste											
ES	2	110	1219				65				
MG	46	3506	60942	151	220	920	380	1	70	62	371
RJ	7	1070	0		58		25			1	
SP	68	4356	35280	80	966	18		100		100	
Subtotal:	123	9042	97441	231	1244	938	470	101	70	163	371
Sul											
PR	4	330	2054	50		250					
RS	25	2965	29176		640	370	413		145		400
SC	8	715	1100		15	120	30				
Subtotal:	37	4010	32330	50	655	740	443	0	145	0	400
Total:	1035	917351	4410626	2137	7033	12368	17333	1523	3403	1509	15456

O número de ocorrências e famílias envolvidas referem-se à soma de Ocupações/Retomadas, Acampamentos e Conflitos por Terra.

A Violência que se esconde atrás de êxito do modelo agro-exportador

Geografia dos conflitos e da violência no campo brasileiro em 2011¹

Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves²

MS. Luís Henrique Ribeiro Santos³

Introdução

As análises do processo que vem-se desenvolvendo no campo brasileiro têm sido marcadas pela ênfase no dinamismo econômico, em sua maior parte destacando o êxito desse modelo agrário/agrícola. Essa visão encontra respaldo nos números de nossa pauta de exportações onde os produtos primários, depois de uma queda significativa de 86,6%, em 1970, para 42%, no ano 2000, voltou a crescer em meados da década atingindo 60,9% do total das nossas exportações em 2009! Uma favorável combinação de fatores no comércio internacional vem elevando o preço dos produtos primários, as *commodities*, onde a especulação financeira e a demanda dessas matérias primas pela China jogaram um papel importante.

A importância da economia primária – agricultura, pecuária, extrativismo mineral e outros – torna-se ainda mais relevante quando vemos que, no ano 2011, a conta específica de exportação/importação de produtos industrializados do país apresentou um déficit de 92 bilhões de dólares, segundo o presidente da Confederação Nacional das Indústrias. Todavia, surpreende nessas análises o completo silêncio sobre o contexto das relações sociais e de poder no bojo do qual se desenvolve esse “êxito econômico”. Essa cegueira esconde um mundo marcado por intensos conflitos, entre outras ra-

zões, porque o atual modelo agrário/agrícola continua apoiando-se em injustas tradições históricas de nossa formação territorial como a extrema concentração fundiária e, com base nisso, constitui um cenário de violência e devastação que teima em se atualizar, em se reproduzir. Desde 2003, os dados de violência contra as pessoas implicadas na luta pela terra vêm apresentando números recordes em proporções sem comparação desde 1985, ano em que se inicia a série histórica de registro sistemático de conflitos de terra no país, conforme vem tornando público anualmente a Comissão Pastoral da Terra. A análise dos dados de 2011, objeto deste artigo, confirma essa tendência embora com algumas particularidades que nos permitem melhor compreender as contradições por que vem passando a sociedade brasileira.

A análise a seguir da geografia dos conflitos no campo brasileiro em 2011 dá concretude ao que, a princípio, poderia parecer mero recurso retórico discursivo que, no entanto, tem sido a dura realidade vivenciada por aquela/es que acompanham de perto as lutas e os dilemas dos que vêm sofrendo os efeitos práticos do “êxito desse modelo agrário/agrícola”. Passemos, então, à análise dos dados que evidenciam esse contraditório processo de desenvolvimento.

Em 2011 os conflitos no campo brasileiro se mantém no patamar mais elevado de toda série histórica de 1985-2011

¹ Agradecemos ao Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano, professor da UERJ e coordenador do GeoAgrária, por suas observações não só a este artigo como à sua contribuição à análise da geografia dos conflitos no campo brasileiro. Embora seja de exclusiva responsabilidade dos autores que assinam esse artigo queremos registrar que, no fundo, se trata de construção coletiva de conhecimento onde o LEMTO, o GeoAgrária e o Setor de Documentação da CPT estão implicados.

² Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF e coordenador do LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

³ Professor da Rede de Ensino do estado do Rio de Janeiro e Pesquisador do LEMTO.

O número de conflitos por terra no Brasil, em 2011, aumentou em 21,34% em relação a 2010, ao passar de 853 para 1.035. Esse aumento foi generalizado. Houve aumento em 17 das 27 unidades da Federação, em duas outras o número se manteve igual ao de 2010.

Esse número de 1.035 conflitos por terra, em 2011, se mantém no mesmo nível do período de maior intensidade - entre 2003 e 2010 - cuja média anual foi de 1.034,2. Gráfico 1.

Assim, há uma convergência entre o aumento do número de conflitos desde 2003 e a afirmação do modelo primário exportador de *commodities* que tem garantido o superávit nas nossas contas externas e ajudado a financiar os programas supletivos de transferência de renda. Deste modo, a legitimidade que os gestores políticos alcançam com suas políticas supletivas de transferência de renda vem se sustentando com a reprodução de injustas estruturas de poder, fundadas na concentração fundiária e, ainda, na modernização tecnológica.

Gráfico 1

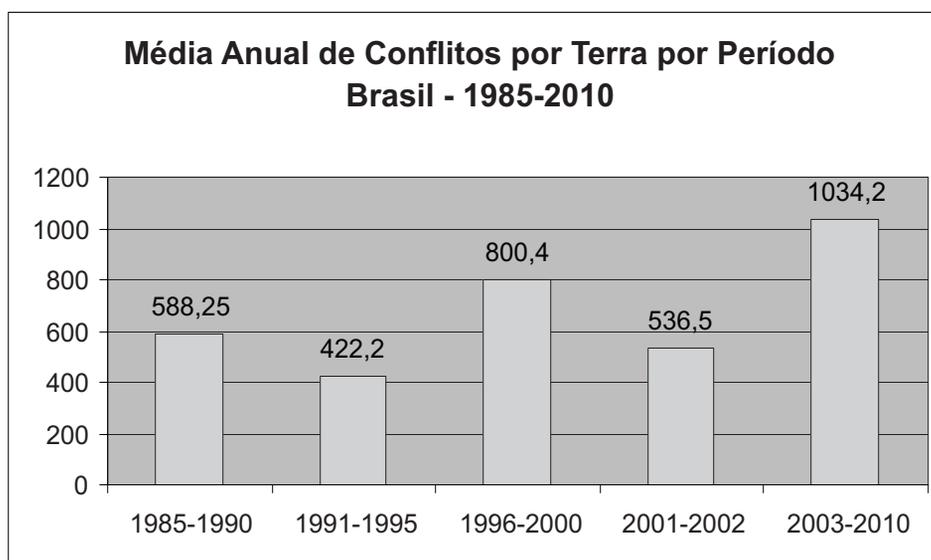
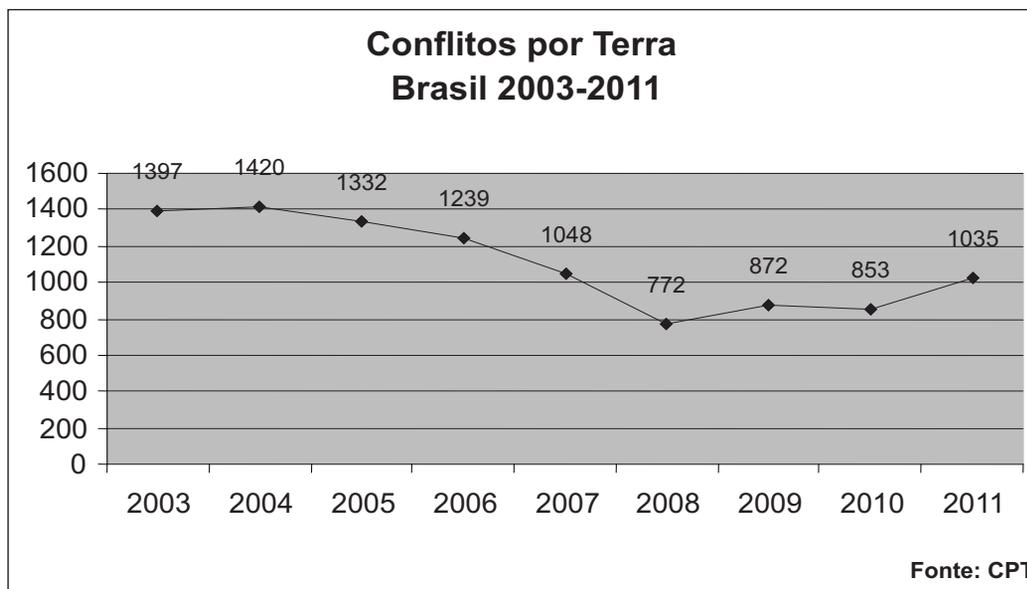


Gráfico 2



O gráfico 2 mostra que o ano 2011 registra uma inflexão numa curva que vinha registrando queda desde 2005, recolocando o número de conflitos no campo no mesmo patamar do primeiro mandato

do governo de Lula da Silva (2003 a 2006) que foram os anos de maior intensidade de conflitos de terra no Brasil desde 1985 (Vide Gráfico 2).

A tabela 1 sintetiza a evolução dos conflitos por terra entre 2010 e 2011.

TABELA 1 - Evolução do N° de Conflitos no campo Brasileiro 2010-2011

REGIÃO	UF	2010	2011
NORTE	RR	4	0
	AM	29	33
	AC	5	29
	RO	27	55
	AP	49	50
	PA	125	125
	TO	19	15
	NORDESTE	MA	170
PI		13	30
CE		10	16
RN		4	1
PB		16	16
PE		46	60
AL		33	47
SE		5	4
BA		72	98
CENTRO-OESTE		DF	0
	GO	17	6
	MT	24	30
	MS	18	32
SUDESTE	ES	6	2
	MG	54	46
	RJ	3	7
SUL	SP	63	68
	PR	29	4
	SC	4	8
BRASIL	RS	8	25
	Total	853	1035

O número de famílias envolvidas em conflitos também registrou aumento, 30,33% a mais que em 2010, com mais famílias envolvidas em conflitos em 17 das 27 unidades da federação. Os estados do Amapá (10,5) e o Acre (5,3) são os que registraram os maiores índices de conflitividade (famílias envolvidas).

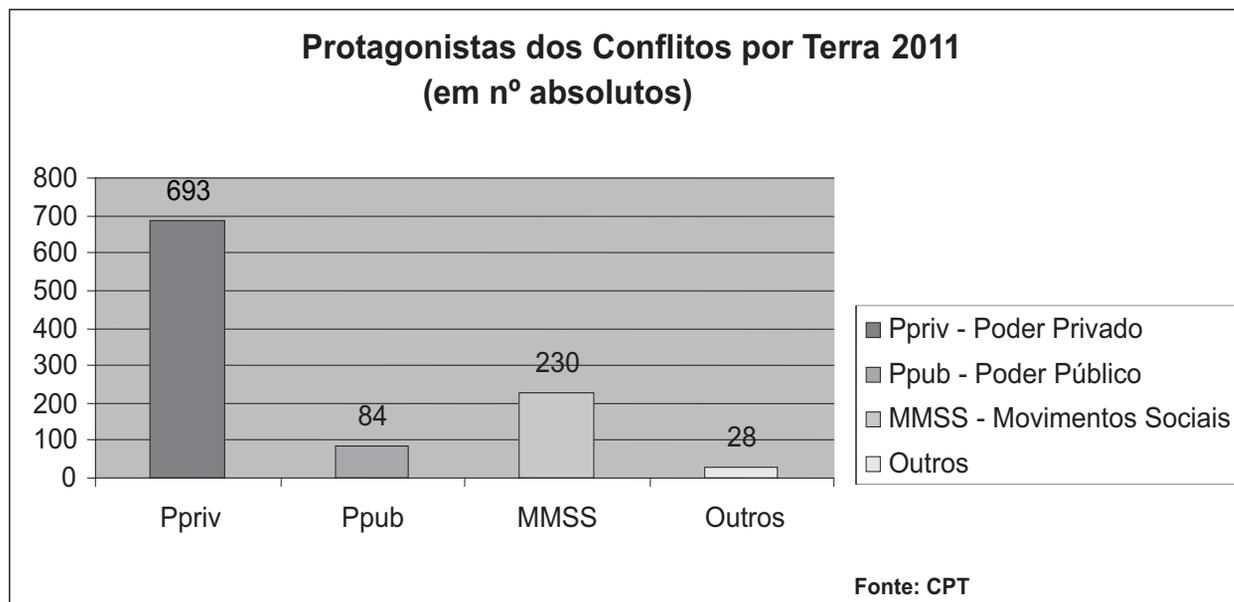
Observemos, entretanto, que o número de famílias envolvidas em 2011, embora 30,33% maior que em 2010, não acompanha o que apuramos com relação ao número de conflitos que, como vimos, é dos maiores em comparação com as médias anuais dos períodos desde 1985. Isso indica que a participação dos movimentos sociais nos conflitos está sendo menor, já que suas ações sempre implicam um nú-

mero maior de famílias envolvidas, por serem fenômenos coletivos de massa.

Aumenta a Violência do Poder Privado no país A Contra-Reforma Agrária na marra

A análise dos diferentes grupos/classes/categorias sociais envolvidos em conflitos (Gráfico 3), nos revela a ampla dominância da ação do Poder Privado que, para fins de nosso estudo, foi considerada empiricamente através de práticas violentas como expulsão de famílias, assassinatos e ameaças de morte. São 693 ações violentas do poder privado, em face da ação do poder público que é pequena com menos de 100 registros no total dos conflitos.

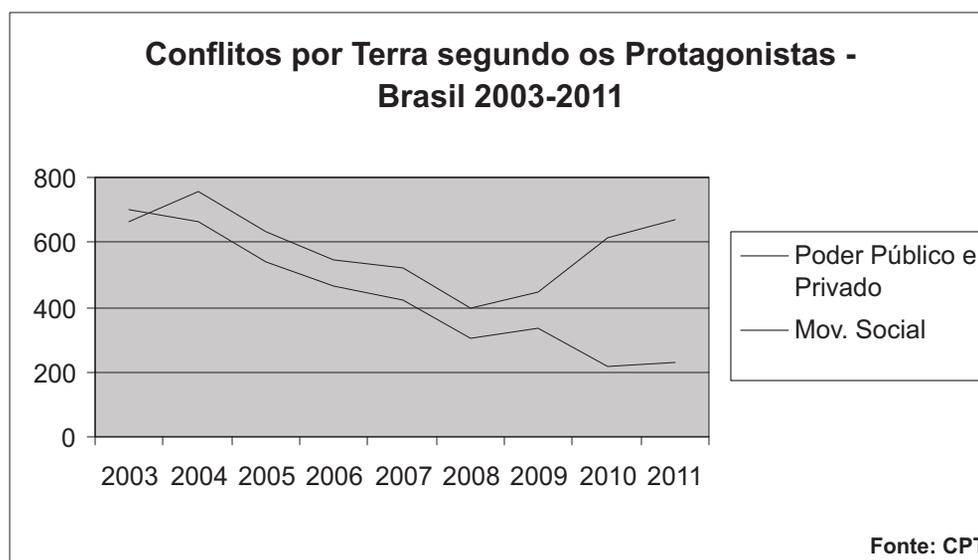
Gráfico 3



Com relação à participação dos Movimentos Sociais, enquanto protagonistas das ações, observamos que, mais uma vez, cai sua participação relativa no total dos conflitos: de 25%, em 2010, para 22% em 2011, com 200 ocupações e 30 acampamentos. Essa queda relativa da participação dos Movimentos Sociais reforça a argumentação já analisada na edição anterior de Conflitos no Cam-

po 2010, quando assinalamos que o Poder Privado era o maior responsável pela escalada de conflitos no espaço agrário brasileiro, dada a forma violenta com que vem avançando o complexo de violência e devastação do agronegócio no território nacional, baseado na agroexportação e na exploração desenfreada de recursos naturais, inclusive, minerais.

Gráfico 4



Por outro lado, embora tenha havido queda em termos relativos, houve aumento em termos absolutos das ações dos movimentos sociais, em 2011, indicando estar havendo ligeira retomada das mobilizações. O número de ocupações teve uma elevação de 11,11%, enquanto o número de famílias envolvidas em ocupações aumentou em 35,15% com relação a 2010. Considere-se, todavia, que esse crescimento se dá em referência aos números de 2010, os mais baixos já registrados desde 1985.

Já o número de acampamentos e de famílias acampadas, uma vez mais, apresentou queda reduzindo-se em 16% com relação a 2010.

Com relação ao número de assassinatos, houve diminuição geral puxada pela queda no Pará, que ainda continua concentrando mais de 40% dos assassinatos no país, a maioria em função de conflitos socioambientais que custaram as vidas de sem-terras, assentados e agentes de pastoral. Outro fator observado foi a diminuição desses casos na região Nordeste, com exceção do estado do Maranhão que registrou aumento de quase 100% no número de assassinatos, com crimes contra a vida de indígenas e quilombolas.

Mas se o número de assassinatos apresenta ligeira queda, depois de uma alta em 2010, as expulsões

aumentaram. Principalmente, no que se refere à quantidade de famílias expulsas, que aumentou em oito estados (alta de 70% em relação à 2010).

Outro fenômeno marcante em 2011, com relação a ações violentas do poder privado, foi o grande número de ameaças de morte registrado: 347 no total, em 18 estados brasileiros, com destaque para o Maranhão (116), Pará (78), Amazonas (48) e Rondônia (30).

Importante registrar que a violência do poder privado através de expulsões, assassinatos ou ameaças de morte, manteve a tendência de alta que já vinha se desenhando desde 2008, último ano que acusara uma tendência de queda iniciada em 2006. A violência do poder privado se destaca na região da Amazônia Legal com 69% do total geral do país, ao passo que corresponde a 49% das ações do poder público no país.

A tabela abaixo nos permite verificar que a Amazônia legal é a única entre as regiões geoeconômicas a apresentar uma correlação positiva do poder privado sobre o poder público (1,4), contra os índices de 0,5 e 0,6 respectivamente para a região Nordeste e Centro-Sul. Isso implica dizer que há um deslocamento geográfico que revela o poder público não acompanhar a violência do poder privado.

Tabale 2 - Relação entre a Violência do Poder Privado e do Poder Público

Região	(a) Poder Privado	(b) Poder Público	Relação a/b	Relação b/a
Amazônia	69 %	49 %	1,4	0,7
Nordeste	19 %	33 %	0,5	1,7
Centro-Sul	12 %	18 %	0,6	1,5
Total	100 %	100 %	-	

O gráfico 5 nos mostra com clareza que 2003 foi o ano em que a ação do poder público, com prisões e ações de despejo, atinge seu auge em todo o período de 2001 a 2011 e vem caindo desde então.

Os dados da CPT nos permitem concluir, e o ano de 2011 parece confirmar, é que a partir do final do primeiro governo Lula (2006), houve um ligeiro recuo da ação do poder público (Prisões e Ações de Despe-

Gráfico 5



jos) diante do poder privado (Expulsões, Assassina- tos e Ameaças de Morte) que, entretanto, os dois se mantiveram sempre acima da participação dos movi- mentos sociais em conflito (Ocupações e Acampa- mentos), sendo que em 2009 a evolução da curva da ação do Poder Público e do Poder Privado se mostra divergente da curva que registra a ação dos movi- mentos sociais. (Gráfico 4). Talvez aqui resida, de um ponto de vista conservador, o maior êxito da ação do governo, qual seja, sua capacidade de diminuir o poder de convocação dos movimentos sociais sem mexer na estrutura do poder fundiário.

A análise da violência do poder público em 2011 in- dica que, houve expressivo crescimento das prisões na região Norte, com destaque para o Pará, e na re- gião Centro-Oeste. Com relação às ações de despejo, houve uma queda tanto no número de ocorrências quanto no de famílias despejadas. Em somente seis unidades da federação aumenta o número de famí- lias despejadas (Amazonas, Rondônia, Tocantins, Alagoas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul).

Os dados parecem comprovar cientificamente o ca- ráter de classe da justiça no Brasil, haja vista que

a ação do poder público se move de acordo com a ação dos movimentos sociais em luta pela terra, mas se mostra indiferente com relação ao poder privado, na medida em que, como se observa, a intervenção do poder público aumenta ou diminui acompanhando o aumento ou queda da ação dos movimentos sociais. O jargão clássico da sociologia e da ciência política que atribui um caráter normativo à violência do Estado que deteria a prerrogativa do monopólio da violência legítima se vê em questão concretamente. O mesmo pode ser dito com relação ao próprio símbolo da justiça que deveria ser cega, muda e surda e, no entanto, se move vendo a ação dos movimentos sociais, mas se mostra cega com relação à violência do poder privado. Assim, os dados nos autorizam a triste conclusão que, no Brasil, o Estado sequer detém o monopólio da violência na medida em que o poder privado continua campeando com suas ações de expulsão de famílias, de ameaças de morte e de assassinatos.

Uma análise mais qualificada da violência protagonizada pelo poder privado nos revela que os fazendeiros se destacam com 24,42% do total entre todas as categorias sociais que promoveram expulsões, assassinatos e ameaças de morte. Seguem em importância os Empresários, com 20,06%; os Grileiros, com 14,73%, as Mineradoras, com 4,17%; os Madeireiros, com 3,49%. A Amazônia destaca-se como a região onde é mais intensa a violência do poder privado, com uma participação de 52,2% do total das ações violentas dos Fazendeiros em todo país; 67,7% do total das ações violentas dos Empresários; 86,6% das ações dos Grileiros; 96,8% das ações dos Madeireiros; 65,1% das ações violentas das Mineradoras e 80% das ações dos Pistoleiros. Esses números dão conta da expansão violentíssima sobre a Amazônia do complexo de violência e devastação protagonizado pelo poder privado, onde se destacam não só os tradicionais protagonistas como os Fazendeiros, os Grileiros, os Madeireiros e os Pistoleiros, mas também protagonistas que se apresentam com nova roupagem, como a de Empresários, inclusive de Mineradoras, e que são surpreendidos com as mesmas e tradicionais práticas de violência! A violência moderno-colonial continua nos atingindo.

Tabela 3
Categorias Sociais Envolvidas em Conflitos 2011

Categorias Sociais	Número	%
Fazendeiro	255	24,42
Empresário	207	20,06
Grileiro	152	14,73
Mineradora	43	4,17
Madeireiro	36	3,49
Estado	84	8,14
Movimentos Sociais (Ocupações e Acampamentos)	230	22,29
Outros	28	2,70
Total	1035	

Entre as categorias sociais que sofreram essas ações violentas merecem destaque as Populações Tradicionais com 483 registros, os Sem-Terra com 176, os Assentados com 89, os Pequenos proprietários com 22 e os Mediadores com 16 casos. Isso implica uma participação elevadíssima das Populações Tradicionais, com 60,0% dos casos!

Tabela 4
Categorias Sociais que Sofreram Violência 2011

Número	%	
Sem Terra	176	21,86
Assentados	89	11,06
Pequenos proprietários	22	2,73
Mediadores	16	1,99
Trabalhador Rural	3	0,37
Populações Tradicionais	483	60,00
Sem Informação	16	1,99
	805	100

Observamos que das 12 unidades federadas com índices elevados de conflitos, em oito há o destaque absoluto das populações tradicionais, a saber, o Amazonas, o Acre, Rondônia, o Amapá, o Maranhão, o Piauí, o Distrito Federal e o Mato Grosso do Sul. Essas informações nos autorizam a afirmar que estamos diante de um intenso processo de expropriação de populações que historicamente mantém vínculos concretos com a terra conformando territórios como os quilombolas, os povos indígenas,

os camponeses que fazem uso de fundos de pasto, entre outros.

Nesse sentido cabe registrar a entrevista da antropóloga Lidiane Amorim, coordenadora do setor de regularização de quilombos do Incra, no Maranhão, que bem ilustra o clima de insegurança entre as populações tradicionais que buscam o reconhecimento e demarcação de seus territórios, comentando a emblemática situação da comunidade de Charco, no Maranhão:

“Infelizmente a situação de Charco é um retrato de todos os quilombos no Maranhão e no Brasil. O Incra é uma instituição que tem um contingente de técnicos muito pequeno. No Maranhão temos 266 processos abertos e só temos 14 relatórios publicados. Então você vê a questão da questão quilombola e o tratamento que está tendo pelo governo. Poderia te citar várias situações de comunidades que estão na mesma situação, são mais de cem, e estão na mesma urgência da comunidade de Charco, e não tem estrutura para atender, não tem estrutura operacional. Então, o problema não é questão do recurso é a estrutura da instituição, que não está adequada para atender essa política com qualidade e eficiência que ela merece ter”.⁴

Considerações Finais

A análise da geografia dos conflitos sociais no campo brasileiro nos oferece uma boa perspectiva para compreendermos as contradições do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Afinal, a concentração de terras é um dos pilares das assimétricas relações sociais e de poder no país desde sempre e a evolução recente só confirma essa tese.

Se, de um lado, vemos entre os apologistas desse modelo o destaque para seu êxito econômico, é possível identificarmos o preço que a sociedade brasileira vem pagando, sobretudo os grupos sociais que vêm sendo vítimas da violência imanente a esse processo. A geografia dos conflitos é elucidativa desse caráter desigual ao nos revelar que não só em 2011, mas desde 2003⁵, temos o período de maior número de conflitos desde que se têm dados históricos disponíveis, ou seja, desde 1985! Essa intensa conflitividade que acompanha o contraditório processo de desenvolvimento em curso tem, sobretudo desde o ano de 2008, apresentado as seguintes características:

- 1- aumento da violência do poder privado com ações de expansão de famílias e de ameaças de morte;
- 2- redução da ação do poder público que não acompanha a ação violenta do poder privado;
- 3- débil participação dos movimentos sociais nos conflitos;
- 4- aumento da participação das populações tradicionais entre as categorias sociais que mais sofrem violência. Isso indica que esse dinâmico modelo de desenvolvimento não só produz muitas *commodities*, como produz também muitos trabalhadores rurais sem terra.

Urge estar atentos a essas contradições tendo em vista o caráter estrutural da crise capitalista mundial em curso, o que já vem merecendo atenção por parte do governo Dilma Roussef, ainda que as medidas que vêm sendo tomadas se mantenham na perspectiva da superação capitalista da crise do capitalismo. No caso brasileiro se caracteriza, so-

⁴ <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/vida-rural/noticia/2011/06/marcados-para-morrer-vivem-em-alerta-em-quilombolas-do-ma.html>. Acessado em 11.04.2012, às 16,15 hs.

⁵ O ano de 2003 é emblemático não só por assistirmos à posse enquanto Presidente da República de um cidadão que não vinha das fileiras de nossas elites tradicionais, mas também pelas medidas que esse próprio governo começará a tomar. Para a análise dos efeitos sobre o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro cabe destacar a medida tomada nesse mesmo ano que permite ao BNDES emprestar dinheiro a empresas brasileiras no exterior, em particular pelo seu enorme crescimento nos países da América Latina favorecendo a exportação de commodities. Registre-se que é somente depois desse ano que a IIRSA – Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul - pela abertura que oferece ao Pacífico e, assim, aos mercados asiáticos, sobretudo à China, se consolida.

bretudo no campo, pela violência estrutural como bem o demonstram os dados acima analisados. A análise dos conflitos sociais no campo brasileiro em 2011, expressa o fato de o êxito do atual modelo de desenvolvimento se sustentar em pilares históricos da assimétrica relação de poder que nos caracteriza onde a concentração fundiária joga um papel estruturante. A concentração fundiária no Brasil não é somente uma questão que diz respeito ao mundo rural, haja vista implicar o mundo financeiro e os grupos empresariais como um todo⁶, para não dizer do mundo da política *stricto sensu*. O peso desproporcional da bancada ruralista no Congresso Nacional, tendo em vista o pequeno número de grandes proprietários na sociedade, nos diz muito desse caráter. Em suma, o agravamento da crise tende a desgastar politicamente seus gestores governamentais ao mesmo tempo em que mantém de pé estruturas de poder históricas e injustas e, assim, toda uma oportunidade histórica aberta pela própria sociedade civil brasileira, em particular pelas lutas sociais das décadas de oitenta e noventa pode estar sendo jogada fora pelos acordos políticos por cima e que deixam intocadas as estruturas mais profundas das relações de poder da nossa sociedade. A análise dos conflitos e da violência no campo brasileiro em 2011, ratifica algumas tendências que já vinham se delineando desde 2003 e, sobretudo desde 2006, e nos autorizam a fazer um alerta: está em curso uma contra-reforma agrária na lei e na marra. Na marra, como podemos ver pela crescente ação da violência do poder privado sem que o poder público acompanhe punindo os seus responsáveis. Na lei, como mostram diferentes iniciativas que apontam para um reordenamento territorial que perpetua o caráter perverso de concentração de terras e expropriação de camponeses, posseiros, indígenas e quilombolas. É o caso da legalização de terras apropriadas ilegalmente na Amazônia, MP 458, transformada na Lei 11.952/09 que legaliza 67

milhões de hectares de terras; a tentativa em curso de modificar o Código Florestal onde os maiores beneficiários serão os grandes proprietários de terras colocando em risco o patrimônio natural do país, como já assinalaram os movimentos sociais e a SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São as propostas de retirar do Executivo a competência de definir as terras indígenas, de quilombolas e de outras comunidades tradicionais. São as tentativas de facilitar a exploração mineral em áreas indígenas, assim como a pressão para alterar a legislação ambiental, inclusive de redução da área das unidades de conservação já decretadas, quando não a pressão contra funcionários que buscam cumprir a legislação em vigor, como se viu com afastamentos de responsáveis pelas licenças da hidrelétrica de Belo Monte. É toda a logística que implica a construção de grandes obras de infraestrutura (estradas, comunicações, hidrelétricas, portos), ampliando as condições gerais de produção para a acumulação por parte das unidades particulares de produção do capital, como nas obras do PAC-IIRSA. É a manutenção dos Índices de Produtividade que permanecem desde os anos 1970. Os estoques de terra sem cumprir a função social (e ambiental) da propriedade cumprem a função financeira de captação de renda dos cofres públicos. É recorrente vermos empresários com tecnologia de ponta nas áreas mais dinâmicas do país ser grandes proprietários de terras nas chamadas “frentes de expansão”. Daí ser só aparente o paradoxo do setor moderno se manter com práticas de violência tradicional. E não olvidemos o caráter colonial implicado nessas práticas, como a invasão pelo latifúndio empresarial com suas monoculturas e pela mineração de exportação das áreas daqueles que historicamente não se moveram pela lógica econômica estritamente mercantil, como os povos indígenas, os posseiros, os múltiplos camponeses e os quilombolas.

⁶ Não olvidemos que duas das mais significativas lideranças político-intelectuais do bloco de poder moderno-conservador e sua base no campo brasileiro ocuparam cargos-chave no governo Lula da Silva: Roberto Rodrigues, ex-presidente da Abag – Associação Brasileira de Agribusiness, como Ministro da Agricultura, e o Sr. Luiz Furlan, diretor da Sadia, então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Enfim, olhar a dinâmica da sociedade brasileira a partir do campo e, sobretudo na perspectiva dos que lutam pelos direitos humanos contra a violência e pela justiça através da reforma agrária nos oferece uma perspectiva rica para compreender as contradições em curso em nossa sociedade, entre outras razões porque nos permite afirmar, com base científica segura, que a questão (da reforma)

agrária não saiu de pauta. Ao contrário de um falso consenso que vem sendo interessadamente induzido através de poderosos meios de comunicação de que a reforma agrária é uma questão superada para a sociedade brasileira, os dados que nos mostram o aumento da intensidade dos conflitos e da violência do setor privado, no mínimo, indicam que o agrário está em questão!

Tabela 4 - Conflitos por Terra

	Conflitos por Terra*		Ocupações		Acampamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste								
DF	3	117	1	300			4	417
GO	3	80	3	111			6	191
MS	22	970	8	973	2	170	32	2113
MT	23	3917	5	800	2	340	30	5057
Subtotal:	51	5084	17	2184	4	510	72	7778
Nordeste								
AL	37	2374	7	491	3	167	47	3032
BA	57	4774	39	7337	2	220	98	12331
CE	12	3226	4	400			16	3626
MA	223	12603	1	60			224	12663
PB	10	1856	6	650			16	2506
PE	27	2919	31	4678	2	100	60	7697
PI	30	1398					30	1398
RN	1	351					1	351
SE	2	90			2	100	4	190
Subtotal:	399	29591	88	13616	9	587	496	43794
Norte								
AC	29	3254					29	3254
AM	32	4009			1	68	33	4077
AP	50	2185					50	2185
PA	103	12197	15	991	7	572	125	13760
RO	52	2444	1	89	2	116	55	2649
RR							0	0
TO	12	386	2	500	1	300	15	1186
Subtotal:	278	24475	18	1580	11	1056	307	27111
Sudeste								
ES	2	110					2	110
MG	36	2420	10	1086			46	3506
RJ	5	493			2	577	7	1070
SP	14	1690	51	2586	3	80	68	4356
Subtotal:	57	4713	61	3672	5	657	123	9042
Sul								
PR	3	300	1	30			4	330
RS	14	1414	10	1151	1	400	25	2965
SC	3	165	5	550			8	715
Subtotal:	20	1879	16	1731	1	400	37	4010
Brasil:	805	65742	200	22783	30	3210	1035	91735

* Conflitos por terra referem-se às ocorrências de despejos, expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem.



Foto: João Zinclar

Água

O Avanço do Hidronegócio e os Conflitos pela Água

Roberto Malvezzi¹

O avanço do capital sobre as águas brasileiras, como política de Estado, já era cenário desenhado desde a década de 90 do século passado. Claro que antes já havia iniciativas nesse sentido, mas, com a Lei Brasileira de Recursos Hídricos 9433/97 os parâmetros legais para pavimentar o avanço estava definido. Dessa forma, organismos multilaterais como FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial conseguiram implantar no Brasil a política hídrica que desenharam para o mundo inteiro na onda neoliberal, mas com detalhes tipicamente brasileiros.

As águas brasileiras constitucionalmente continuam como um bem da União, embora conforme a lei 9433/97 elas sejam um bem público. Para muitos juristas a lei começa com uma inconstitucionalidade. Mas ela permanece válida mesmo sofrendo esse paradoxo jurídico. Vale observar que não houve a privatização do bem em si, mas de seu uso.

Porém, como a Pastoral da Terra já denuncia há mais de uma década, o instrumento que permite o uso privado de nossas águas é a outorga. Por ela - um contrato entre o Estado e o usuário privado - os particulares podem solicitar uma parcela do volume de determinado corpo d'água para utilizá-la. A outorga pode ser preventiva, isto é, feita como uma reserva para usos futuros, ou para uso imediato. Ela pode ser concedida por até 30 anos e pode ser renovada.

Assim, ao fazer seu contrato, o capital garante grandes volumes de água para suas iniciativas econômicas, particularmente geração de energia, uso industrial, irrigação e abastecimento urbano. Vale

lembrar que o uso prioritário da água em nossa legislação é para o abastecimento humano e a dessedentação dos animais.

Entretanto, entre a legislação e a realidade há um fosso cada vez mais profundo. A falta de água para abastecimento humano e a dessedentação animal que recai sobre a população nordestina nesse momento - particularmente no semiárido baiano - enquanto milhares de quilômetros de canais de irrigação são construídos, nos dá a dimensão prioritária do uso da água em território brasileiro. Ainda mais, os 8,2 bilhões de reais imobilizados na Transposição de águas do São Francisco não nos permitem qualquer ilusão, senão confirmar o uso econômico como prioridade real de nossa política hídrica.

A água passou a ser vista com mercadoria, como um bem a ser privatizado e mercantilizado, ainda que seja pelo "jeitinho" brasileiro da outorga. O argumento da normatização do uso da água pela outorga - instrumento de controle do uso - é legítimo, mas ele é apenas o pretexto para o uso intensivo da água de forma legal e tantas vezes ilegal, além de predadora. Mesmo que funcionasse como instrumento de normatização, a outorga não garante a equidade social no uso da água, já que o capital tem o poder de reservar para si volumes que as populações não têm.

Ao registrar os conflitos nacionais pela água, a Pastoral da Terra mais uma vez presta um enorme serviço à sociedade brasileira, particularmente àqueles que se alimentam da fome e da sede de justiça. Entretanto, vale ressaltar que esses números são apenas uma amostragem, muito longe de contabilizar efetivamente o que acontece em todo território nacional.

¹ Agente da CPT

Mas, os números da CPT apontam e confirmam a tendência desenhada desde o século passado.

A expansão do hidronegócio - como também já era previsto no mundo inteiro -, seria necessariamente acompanhada de conflitos de vários graus, sendo que a ONU (Organização das Nações Unidas) chega a prever guerras pela água, que já existem, como no conflito entre árabes e israelenses.

O fato obedece a uma simples razão: o capital avança sobre comunidades tradicionais, sobre seus territórios, inclusive territórios aquáticos, tornando privado o que antes era público ou bem da União. No Brasil, podemos citar as obras emblemáticas da Transposição de Águas do Rio São Francisco, as usinas hidrelétricas de Belo Monte, Jirau, Santo Antônio e tantas outras.

Em seu avanço o capital se apropria dos mananciais e os depreda. Assim, atividades essenciais para as populações tradicionais, como a pesca, a agricultura de vazante, a água potável, até mesmo a navegação, são subtraídas dessas populações em nome de um progresso excludente, tendo o capital como único beneficiário. O processo que acontece no interior do Brasil, dá-se também no litoral, particularmente na apropriação privada dos mangues, como tem denunciado o Conselho Pastoral dos Pescadores.

Esse avanço depreda os corpos d'água, tanto de superfície como rios, açudes e mangues, como também os subterrâneos, como é o caso do Oeste baiano.

O avanço sobre as comunidades e seus territórios gera conflitos que se ampliam ano a ano. Os registros de 2011 nos mostram que tivemos 68 conflitos pela água em 2011, atingindo 27.571 famílias, espalhados por 18 estados brasileiros. As vítimas principais são as comunidades tradicionais.

O papel do Estado nessa situação caótica fica mais evidente quando as estatísticas mostram que 42 dos conflitos (61,7%) tem origem em obras promovidas pelo Estado e 25 (38,3%) originados por iniciativas privadas.

O Brasil já destina cerca de 69% do consumo de nossas águas doces para a agricultura irrigada. Porém, o uso na geração de energia elétrica - por não ser um uso consuntivo, isto é, a água não é retirada do seu corpo original - na verdade tem a prioridade no uso em nossos leitos de rios. A política energética, a irrigação e o uso industrial determinam nossa real política hídrica. Depois entra o abastecimento das populações urbanas. Nossas populações rurais, particularmente a nordestina, tem exclusivamente a captação da água de chuva para beber e produzir porque há aí uma iniciativa da sociedade civil, de certa forma encampada pelo Estado. Mas, é um apêndice, uma compensação, não fruto de uma política hídrica que pense o conjunto da população brasileira e suas necessidades fundamentais.

Continuamos distantes de uma política hídrica nacional consistente, embora o Atlas Brasil de Águas da ANA (Agência Nacional de Águas) seja uma obra de respeito, mesmo não sendo ainda uma referência sequer para as políticas públicas de abastecimento.

O futuro de nossas águas, tão previsível, já é uma realidade. O impacto sobre nossas comunidades e ambiente se confirma, assim como a apropriação privada pelo capital. Se o Estado brasileiro continuar com sua política de expansão do hidronegócio, novos e maiores conflitos pela água acontecerão pelo território brasileiro. Nada indica que esse roteiro possa ser mudado, a não ser a resistência instintiva das comunidades.

Tabela 5 - Conflitos pela Água

UF	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste		
DF		
GO		
MS		
MT		
Subtotal:	0	0
Nordeste		
AL	3	1635
BA	9	1151
CE	2	181
MA	4	164
PB	2	1118
PE	11	2684
PI	1	
RN	1	1200
SE		
Subtotal:	33	8133
Norte		
AC	1	46
AM	2	15
AP	1	150
PA	3	7000
RO	11	768
RR		
TO	2	685
Subtotal:	20	8664
Sudeste		
ES	1	168
MG	10	1026
RJ	2	8875
SP		
Subtotal:	13	10069
Sul		
PR		
RS		
SC	2	705
Subtotal:	2	705
Brasil:	68	27571



Foto: Carmelo Fioraso

Trabalho

Os (não direitos) dos trabalhadores rurais: “A permanência do intolerável”.

Maria Aparecida de Moraes Silva¹

Beatriz Medeiros de Melo²

Lúcio Vasconcellos de Verçoza³

Stroibus engaiolava os ratos; depois, um a um, ia-os sujeitando ao ferro. Primeiro, atava uma tira de pano no focinho do paciente; em seguida, os pés; finalmente, cingia com um cordel as pernas e o pescoço do animal à tábua da operação. Isto feito, dava o primeiro talho no peito, com vagar, e com vagar ia enterrando o ferro até tocar o coração, porque era opinião dele que a morte instantânea corrompia o sangue e retirava-lhe o princípio. Hábil anatomista, operava com uma firmeza digna do propósito científico. Outro, menos destro, interromperia muita vez a tarefa, porque as contorções de dor e de agonia tornavam difícil o meneio do escalpelo; mas essa era justamente a superioridade de Stroibus: tinha o pulso magistral e prático. (Machado de Assis. Conto Alexandrino).

“Permanência do intolerável”. Essa frase, inspirada em Habermas (1980), foi amplamente discutida no importantíssimo livro *Agricultura Ilustrada* de autoria de Fernando Antônio Lourenço (2001), a respeito do papel das elites agrárias na formação do pensamento social brasileiro no período da escravidão. A análise instigante do autor se assenta nas contradições daquele pensamento na medida em que, paradoxalmente, aliava o liberalismo - de matrizes europeias e norteamericanas - ao escravismo. Como conciliar, portanto, princípios libertários e direitos dos cidadãos com escravismo, dois elementos inconciliáveis? De um lado, a liberdade e do outro a escravidão. Essa contradição está na

formação do pensamento das elites agrárias gestadas nos séculos XVIII e XIX. A leitura de *Agricultura Ilustrada* nos remete à continuidade do mesmo, nos dias atuais, ainda que tenha havido avanços consideráveis na legislação trabalhista referente aos trabalhadores rurais. A leitura dos diversos números dos Conflitos no Campo nos conduz a essa conclusão e, ao mesmo tempo, nos remete a duas necessidades prementes: acabar com tais injustiças e explicar os porquês dessa realidade, bem como sua “intolerável permanência”. O objetivo do presente artigo é, em primeira mão, trazer à luz a interpretação dos dados coligidos pela CPT referentes ao ano de 2011, e, em seguida, elencar alguns pontos para a reflexão em torno do *habitus* dos proprietários de terra (no sentido lato, ou seja, da água, das florestas e dos recursos minerais), cujas práticas caracterizam-se pela superexploração, escravização e desrespeito aos direitos trabalhistas, bem assemelhados ao Stroibus, segundo o personagem do conto machadiano, em epígrafe.

A anatomia do intolerável

A fim de interpretar as informações coligidas pela CPT foram elaborados vários gráficos. É interessante observar que os casos de desrespeito à legislação trabalhista não ocorrem apenas nos confins, nas chamadas áreas de fronteira agrícola, onde poder-se-ia supor “que seriam espaços onde a lei não chegou”. Ao contrário. Ainda que haja maior número de certas ocorrências nessas áreas de fronteira agrícola, os dados apontam para o espalhamento dessa realidade pelo conjunto do território nacional.

A análise dos dados se baseou nos conceitos adotados pela CPT que estão expressos em sua Metodologia. (pg. 9)

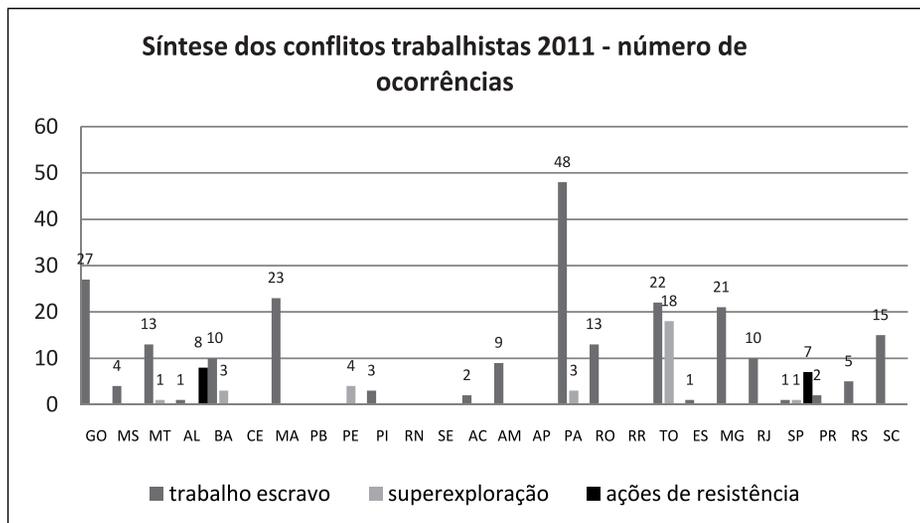
¹ Professora livre-docente do PPG/Sociologia da UFSCar e do PPG/Geografia da UNESP/PP. Pesquisadora do CNPq.

² Doutoranda do PPG/Sociologia/UFSCar.

³ Doutorando do PPG/Sociologia/UFSCar.

Os dados da Tabela 6 (pg 98) desta publicação podem ser visualizados no gráfico abaixo levando-se em conta os estados.

Gráfico 1



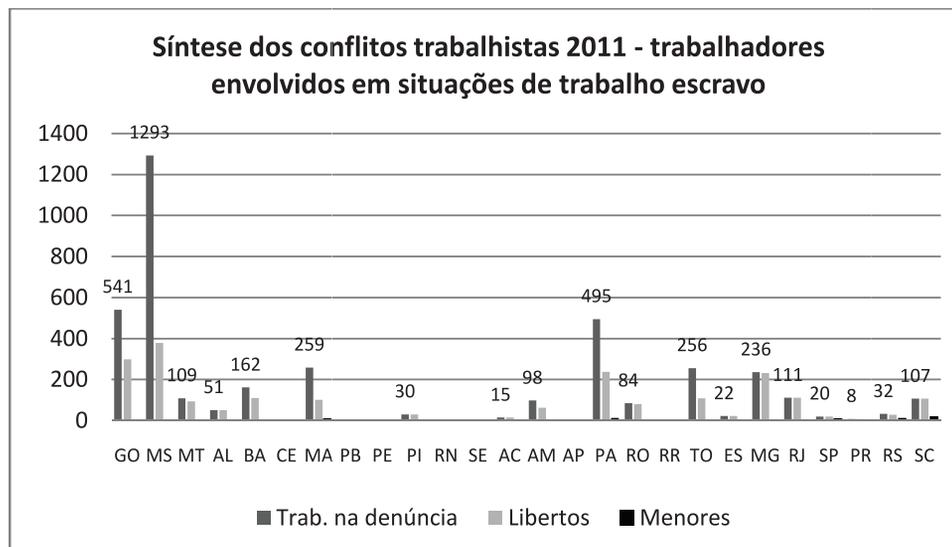
Fonte: Comissão Pastoral da Terra – Síntese dos conflitos trabalhistas 2011

O gráfico 1 revela a generalização do desrespeito às normas trabalhistas vigentes. No que tange ao trabalho escravo, segundo a definição do artigo 149 do Código Penal, o maior número de ocorrências foi encontrado nos estados de Pará (48), Goiás (27), Maranhão (23), seguidos por Tocantins (22), Minas Gerais (21), Santa Catarina (15), Mato Grosso e Ron-

dônia (13), Rio de Janeiro e Bahia (10); nos demais estados apontados pelo gráfico, o número de ocorrências é inferior a 10.

Focando diretamente no item trabalho escravo elaboramos o gráfico 2 relativo a trabalhadores submetidos a condições análogas ao trabalho escravo.

Gráfico 2

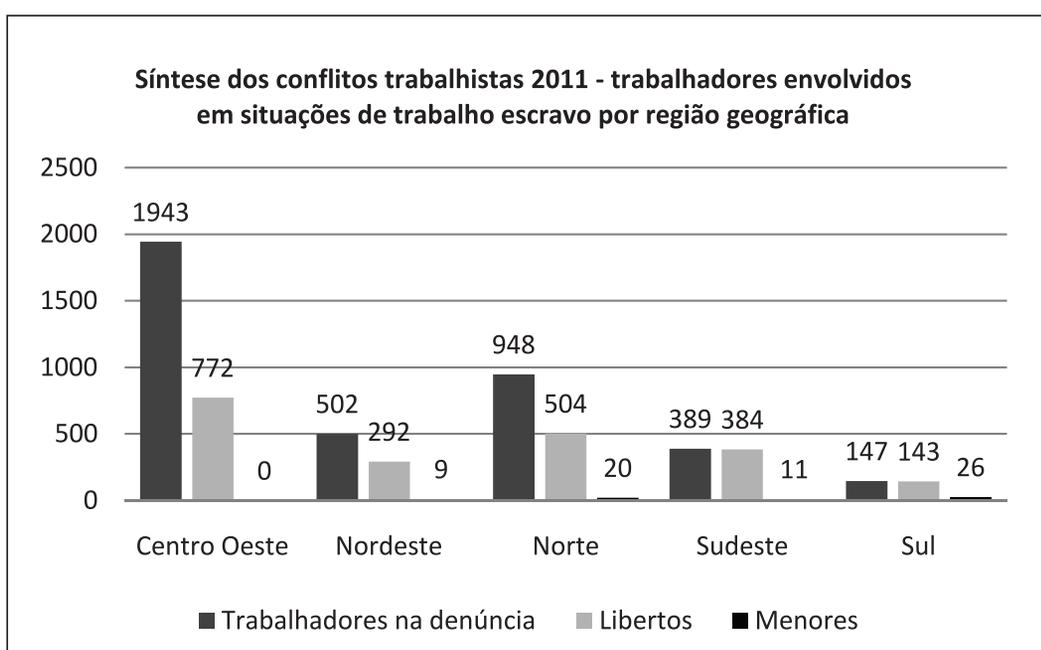


Fonte: Comissão Pastoral da Terra – Síntese dos conflitos trabalhistas 2011.

Os dados do gráfico 2 revelam o seguinte. Ainda que o estado de Mato Grosso do Sul tenha registrado apenas quatro ocorrências foi o estado campeão em número de trabalhadores escravizados (1293), seguido por Goiás (541); Pará (495); Maranhão (259); Tocantins (256); Minas Gerais (236); Bahia (162); Rio de Janeiro (111); Mato Grosso (109); Santa Catarina (107). Nos demais estados, o

quantum de trabalhadores escravizados, no campo, foi inferior a 100. O gráfico também mostra que o número daqueles que foram libertos pelos órgãos responsáveis pela fiscalização é bem menor em vários estados, havendo, portanto, uma significativa decalagem entre os atos de denunciar e/ou de libertar. Mais adiante retomaremos essa questão.

Gráfico 3



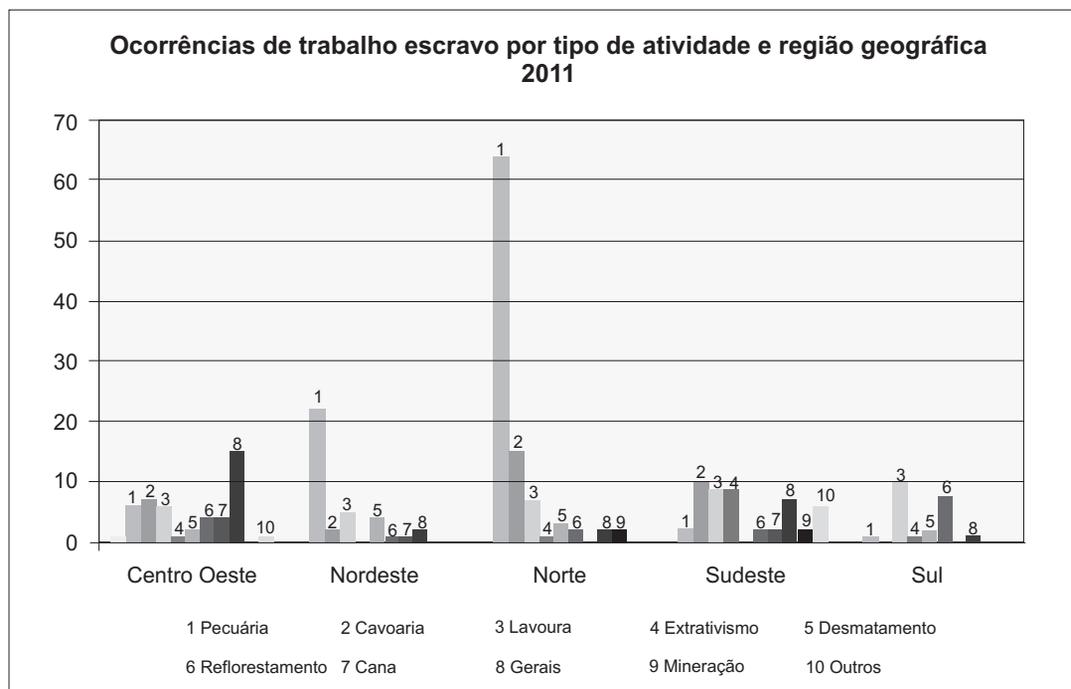
Fonte: Comissão Pastoral da Terra – Síntese dos conflitos trabalhistas 2011.

O gráfico 3 sintetiza essas informações por regiões. A região Centro-Oeste é aquela que apresenta o maior número de trabalhadores escravizados, seguida pelo Norte, Sudeste, Nordeste e Sul.

Os trabalhadores, em geral, migrantes, provenientes de estados do nordeste (Maranhão, Tocantins, Piauí); arregimentados por intermediários de mão de obra (os gatos), desenvolvem atividades na pecuária, (roçar pasto, fazer cercas, retirar a “juquira” (espécie de erva daninha), tarefas essas precedidas pelo desmatamento e eliminação das florestas nativas. Além da pecuária, os trabalhadores foram encontrados em situação

de escravidão nas carvoarias, cujo produto é vendido às siderúrgicas, nas plantações de pinus, nas olarias, nas lavouras de cana-de-açúcar, soja, tomate, erva-mate e na mineração. Vale ainda destacar no estado de Santa Catarina a presença de trabalhadores escravizados, inclusive menores de idade, nas plantações de fumo, além de casos registrados no corte de madeira. O gráfico 4 mostra com clareza as ocorrências de trabalho escravo por tipo de atividade e região geográfica. O avanço da pecuária na região norte, sobretudo no estado do Pará, e no Maranhão é responsável pelo maior número de ocorrências de trabalho escravo.

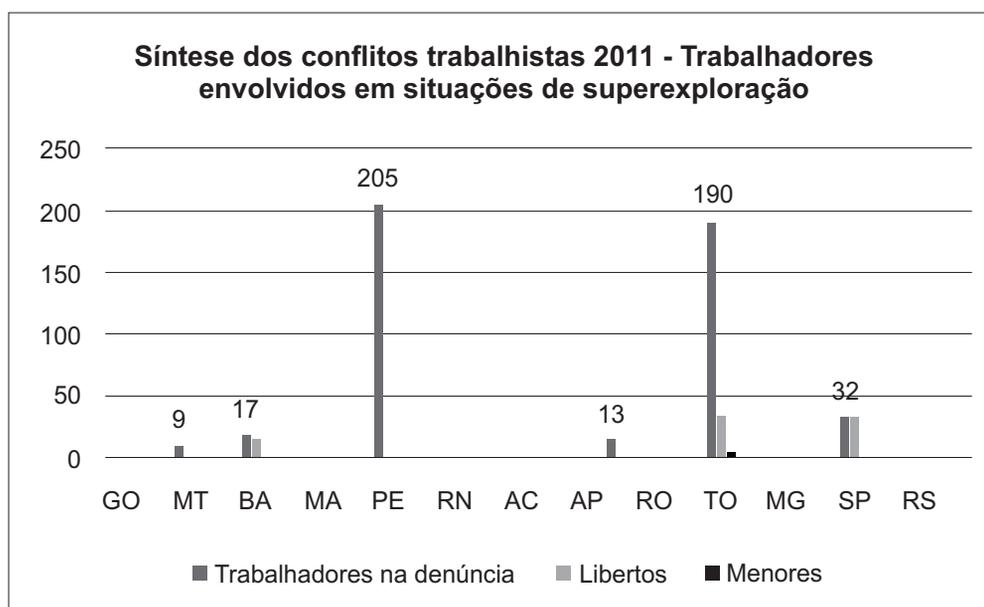
Gráfico 4



Fonte: Comissão Pastoral da Terra – Síntese dos conflitos trabalhistas 2011

O gráfico 5 se refere à situação de superexploração, definida pela precariedade das condições de trabalho e moradia, além do não pagamento dos salários, segundo as normas vigentes.

Gráfico 5



Fonte: Comissão Pastoral da Terra – Síntese dos conflitos trabalhistas 2011.

O estado de Tocantins apresenta o maior número de casos neste quesito. As atividades referidas são: roço de juquira, reflorestamento, catação de pedra em lavoura de soja para não danificar as máquinas colheitadeiras, além de outros serviços gerais.⁴ No que tange à Bahia, os casos de superexploração se reportam à carvoaria, mineração e plantação de eucalipto

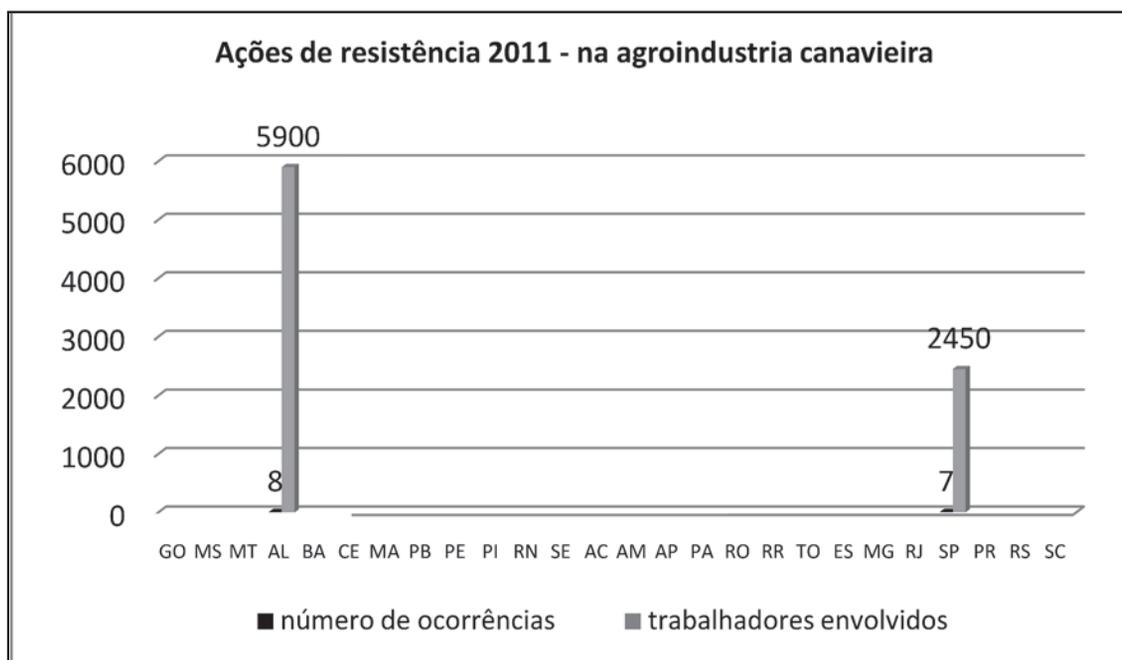
Ações de resistência

Segundo os critérios da metodologia utilizada pela CPT, descritos acima, ações de resistência são definidas como “ações de luta dos trabalhadores

por conquista de direitos trabalhistas e referem-se às greves ou outras formas de protesto.” No tocante aos dados colhidos pela CPT em 2011, as ações de resistência ocorreram nos estados de Alagoas e São Paulo. Merece atenção o fato do estado de Alagoas ter registrado o maior número de trabalhadores rurais envolvidos nestas ações com uma expressiva margem de diferença em relação a São Paulo.

Os trabalhadores rurais da agroindústria canavieira foram responsáveis pelas ações de resistência registradas, como ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 6



Fonte: Comissão Pastoral da Terra – Síntese dos conflitos trabalhistas 2011

No que tange ao estado de Alagoas, conforme apontaram algumas pesquisas⁵, nas safras de 2007-2008 e 2008-2009 também ocorreu um significativo número de paralisações de trabalhadores canavieiros. As reivindicações desse período foram diver-

sas, destacando-se: contra a fraude no sistema de pesagem da cana; pela redução da média diária mínima de toneladas de cana cortadas; pelo aumento do preço da tonelada; contra o atraso do pagamento de salário, dentre outras.

⁴ Vale a pena ressaltar que o *boom* da construção civil, por meio de obras dos governos municipais, estaduais e federal, tem sido alvo de inúmeras denúncias de superexploração do trabalho em vários estados. Essa realidade aparece nos estados de Tocantins, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso

⁵ Candido e Malagodi (2010).

Na safra 2010-2011, as ações de resistência dos trabalhadores canavieiros foram ainda mais intensas, sendo que a principal reivindicação foi pelo fim do contrato safrista (ou por tempo determinado). Essa forma de contrato, que é prevista em lei, não permite o acesso do trabalhador ao aviso prévio, à multa rescisória de 40% e ao seguro desemprego. Com isso, tanto os usineiros pagam menos tributos, quanto o Ministério do Trabalho economiza recursos que seriam destinados para o seguro desemprego. Das 24 usinas de Alagoas, 16 adotaram o contrato safrista naquele ano⁶. A esmagadora maioria dessas greves e paralisações foi organizada à revelia dos sindicatos⁷ e contaram tanto com cortadores de cana locais (“os da rua”) quanto com os trabalhadores migrantes do sertão alagoano e pernambucano, que, em geral, residem em alojamentos durante a safra da cana.

O saldo geral das greves da safra 2010-2011 foi positivo, visto que na safra 2011-2012 apenas uma usina de Alagoas continua trabalhando com o contrato safrista⁸. Mas, mesmo que essa conquista tenha sido fruto de árduas e perigosas lutas, é preciso reconhecer os seus limites, pois, o grau de exploração-dominância da força de trabalho ainda permanece elevadíssimo nos canaviais. Conquistas básicas como o corte de cana em eitos de cinco ruas, que em São Paulo foi fruto das históricas greves de Guariba e Leme em meados dos anos 1980, ainda não foram alcançadas em solo alagoano. Em

Alagoas existem não somente eitos com sete ruas, mas também “eitos gigantes” com nove ruas⁹. Se o trabalho nos canaviais paulistas é extremamente degradante e superexplorado, nos canaviais de Alagoas ele tende a ser ainda mais.

Em relação ao estado de São Paulo, várias greves pipocaram em diversas regiões do estado, envolvendo, sobretudo, trabalhadores migrantes¹⁰. De modo geral, os conflitos acirraram-se com a forte presença da polícia e a demissão de muitos trabalhadores.

As práticas dos anatomistas¹¹

Da leitura das denúncias feitas por auditores-fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), por representantes da Comissão da Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH) e outras instituições da sociedade civil, registradas e muitas das vezes mediadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), observamos, que em grande parte delas, os trabalhadores resgatados em situações de superexploração e trabalho análogo à escravidão não possuíam registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social, conforme estabelecido pela CLT. Foram encontrados, mesmo, trabalhadores exercendo atividades em explorações agropecuárias há 10 anos, contratados por um mesmo “em-

⁶ Essa informação foi colhida no site da FETAG-AL: <http://www.fetagal.org.br/>

⁷ (PLANCHEREL et all, 2011);

⁸ De acordo com informações coletadas no site da FETAG-AL: <http://www.fetagal.org.br>.

⁹ O aumento do tamanho do eito tende a elevar o dispêndio de energia do trabalhador, ao mesmo tempo em que diminui a sua produção, rebaixando, conseqüentemente, o seu salário (que é determinado por produção). Neste caso, a diminuição na produção do trabalhador ocorre paralelamente com o aumento da produtividade do trabalho, isto porque no sistema de sete ou nove ruas é elevado o rendimento industrial oriundo da diminuição de impurezas na cana e ocorre também economia de gastos e tempo no transporte da matéria prima. Ou seja, a menor média de toneladas cortadas não significa necessariamente menor dispêndio de energia do trabalhador (VERÇOZA, 2011).

¹⁰ Cerca de 200 cortadores de cana da usina Alcoazul, em Araçatuba, estão em greve e exigem mudança no contrato de prestação de serviços. <http://www.Folhadaregião.com> (01/09/2011). Acesso em 27/03/2012. Mais de mil cortadores de cana entraram em greve na região noroeste. A usina de Catiguá, que demitiu 34 cortadores, informou que todos receberão os acertos previstos na lei. A reunião da tarde desta sexta-feira em Monte Aprazível terminou em acordo e os cortadores devem voltar ao trabalho no início da semana que vem. Em Novo Horizonte, 400 homens, inclusive motoristas, também estão parados, com a mesma reclamação: salários baixos. <http://tn.temmais.com/noticias>. (08/07/2011). Acesso em 27/03/2012. Mais de 300 cortadores de cana estão parados em General Salgado. A manifestação foi pacífica, mas a Polícia Militar e a Força Tática estiveram no local para garantir a segurança. Atualmente, os trabalhadores recebem de 6 a 10 centavos por metro cortado de cana. Eles pedem um aumento para, pelo menos, 12 centavos. <http://tn.temmais.com/noticias>. (22/08/2011). Acesso em 27/03/2012.

¹¹ O texto que se segue é uma síntese das declarações de denúncias extraídas do banco de dados da CPT (2011).

pregador”, sem registro em carteira. E mesmo nos casos em que os trabalhadores estão registrados, outras tantas determinações referentes ao transporte, ao pagamento de salário ou remuneração, à excessiva jornada de trabalho, às condições de moradia e à utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) não são cumpridos. Muitos trabalhadores quando sofrem um acidente de trabalho ou adoecem não são socorridos. São frequentes as denúncias de coerção e ameaças, violência física e moral, e até mesmo tentativas de homicídio.

Nas denúncias formalizadas pela CPT, observamos que a maioria dos trabalhadores resgatados são homens, entre 18 e 55 anos. Entretanto, são encontrados recorrentemente também idosos (homens acima dos 65 anos) e menores. As mulheres são minoria, assumindo quase sempre a função de cozinheiras, algumas delas sendo também menores. Uma parte desses trabalhadores vem de municípios do próprio Estado onde estão localizadas as fazendas, tantos outros são também migrantes, ainda outros são moradores locais que passam a ser explorados por comerciantes e empresários advindos de outros estados, que os expropriam ou compram suas terras a preços tão somente simbólicos.

Os meios de transporte até os campos de trabalho são sempre bastante precários e perigosos. Alguns trabalhadores são carregados nos mesmos veículos utilizados para o transporte do produto extraído da terra ou produzido na fazenda, a exemplo das “gaiolas” que transportam o carvão, os caminhões que carregam os pinus ou o gado de corte, etc.

As jornadas de trabalho se estendem até onde a coerção, o isolamento social, ou mesmo a necessidade de rendimentos de trabalhadores e seus empregadores os obrigam. Trabalhadores resgatados em fazendas no Tocantins e Santa Catarina, por exemplo, cumpriam jornadas de 13 horas diárias. Em carvoaria no Estado do Goiás, relatou-se que os trabalhadores “começavam o trabalho à meia-noite e seguiam até o início da noite seguinte”. Estes mesmos trabalhadores afirmavam que algumas vezes dormiam na própria mata, em camas ali mesmo im-

provisadas com madeira e folhagens, para retomar o trabalho na próxima jornada.

Os salários pagos, muitas das vezes não alcança o piso salarial estabelecido pela CLT, equivalendo a menos de um salário mínimo. Foram encontrados casos de trabalhos que recebiam R\$ 160, R\$ 200, R\$ 300 de remuneração mensal.

No caso de remuneração por produção foram denunciados casos em que empregadores ou compradores não obedeciam as medidas utilizadas ou pagavam por elas, valores bastante inferiores aos preços praticados no mercado. Na reserva extrativista do Médio Purus, município no Lábrea / AM, 23 famílias eram exploradas por um comerciante que pagava pela caixa de castanhas a medida de 1.5 latas, quando elas continham 2.5 latas (medida costumeira na região), e ao preço de R\$ 4,00 reais a lata, enquanto, na mesma época (abril de 2011), o preço corrente era de R\$ 13 reais. Estas famílias eram exploradas, por meio de coerção e ameaças, há cerca de 10 anos.

Há também denúncias frequentes de retenção de salários. Trabalhadores da carvoaria de Edson Lima da Silva, no município de Itupiratins/TO, receberam apenas 600 reais, pagos em uma única parcela, em quatro meses. Na fazenda Lajinha, em Porto Alegre do Tocantins, em três meses de trabalho o empregador pagou apenas 2 mil reais para um grupo de 40 trabalhadores. Trabalhadores de uma fazenda de gado de Barra do Outro, em Tocantins, receberam apenas 400 reais por quatro meses de trabalho. Casos como estes se repetem nas denúncias registradas pela Comissão Pastoral da Terra.

Além disso, as condições de trabalho muitas vezes são extremamente insalubres e os trabalhadores não recebem os Equipamentos de Proteção Individual, EPI. Em caso de acidentes de trabalho é comum não se prestar o devido socorro. O trabalhador de nome Luiz Gonzaga, contratado para o trabalho do roçado da juquirá na fazenda Heródica, em Rondon do Pará/PA, de propriedade de Ira Gusmão, foi picado por uma cobra e perdeu 30% da visão. Não

recebeu nenhum atendimento de seu empregador, e nenhuma restituição por despesas médicas. Um trabalhador de carvoaria, no município de Água Azul do Norte, PA, teve sérios problemas pulmonares em decorrência da atividade e recebeu do empregador uma oferta de 100 reais para “contribuir” com as despesas médicas.

Os alojamentos quase sempre são mais que precários e expõem os trabalhadores a riscos de ataques de animais venenosos ou ferozes e às intempéries do clima. Em algumas situações, uma mesma construção serve de abrigo aos trabalhadores e de depósito de produtos químicos.

Há também um sem-número de denúncias que se referem à alimentação fornecida pelo contratante. Em algumas situações é reduzida a arroz e feijão. Trabalhadores de uma fazenda de gado em Cidelândia/MA, de propriedade de Fernando Vaz, relatam que passaram uma semana se alimentando apenas de água de abóbora, porque o empregador não lhes fornecia alimentos.

As frequentes situações de ameaças impedem que muitos se libertem da condição em que estão, e a denunciem. Os registros da CPT dão inúmeros exemplos de formas de ameaça e coerção. “Gerentes”, “fiscais”, proprietários e jagunços circulam pelos campos de trabalho com armas em punho. Armas são colocadas na mesa onde o “gerente” faz os pagamentos mensais. Muitas vezes as ameaças são diretas. Trabalhadores são mantidos em cárcere privado depois de manifestar descontentamento com os salários, ou a falta de pagamento. Um trabalhador denunciante da Fazenda Maralinda, no município de Cidelândia/MA, conta que o “gerente” ameaçou os que denunciassem dizendo que “aquele que anda no chão deixa rastros, aquele que voa, faz sombra”. Outro empregador ameaçou amarrar uma corda com uma pedra no pescoço do denunciante, e jogá-lo no rio, para não deixar rastros do crime.

A violência não se restringe às ameaças mas a atos.

Um trabalhador denunciante do Pará, informou que um homem de nome Magno que trabalhou no garimpo por um ano foi morto em janeiro de 2011 depois de abandonar o trabalho e ameaçar denunciar o empregador, dono da Fazenda Campos Altos, no município de Água Azul do Norte. Trabalhador de carvoaria em Goiás, de nome Paulo, recebeu como resposta à cobrança dos salários atrasados, uma saraivada de tiros, de que conseguiu escapar com vida.

Palavras finais

Muitos estudiosos da “questão agrária” brasileira já demonstraram que as formas de reprodução do capitalismo no campo se caracterizam pela contradição entre dois polos, o moderno e o arcaico. A leitura acima da síntese das denúncias dos trabalhadores pode ser considerada como um exemplo dessa tese. Por detrás da grandiosidade e do brilho da produção e produtividade agrícolas nos diversos recantos deste país continental, que abastecem a economia globalizada com as *commodities* (eufemismo de matéria prima da época colonial), vemos um mundo do trabalho manchado pelas cores do sofrimento, dor, ameaças, medo, indignidade e desrespeito aos direitos humanos.

Pedimos licença aos leitores para, mais uma vez, nos referirmos ao conto machadiano em epígrafe. O bisturi segurado pelas mãos experientes de Strobilus extraía o sangue do animal vivo para alimentar a sua crença num princípio de pureza, alheio ao sofrimento provocado. Do mesmo modo, a leitura acima nos causa indignação e nos horroriza, se levarmos em conta não a frieza dos dados referenciados nos gráficos, mas a subjetividade desses homens e mulheres vitimados por essas práticas. Falamos aqui do sofrimento alheio, impossível de ser quantificado, porém, possível de ser eliminado. Falamos do *habitus* vestido por esses *Strobilus* desde os tempos da escravidão. Falamos da permanência do intolerável.

Referências:

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? Saúde e Sociedade. V. 15, p. 90-98, 2006).

CANDIDO, P.& MALAGODI, E.. Mobilização de Trabalhadores Canavieiros e Ação Estatal no Setor Sucroalcooleiro do Nordeste Brasileiro. Porto de Galinhas: GT 21 ALASRU, 2010. www.alasru.org. Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

PLANCHEREL, A. & ALBUQUERQUE, C. VERÇOZA, L. V. de. Os sertanejos e os “da rua”; idas e vindas do trabalho nos canaviais de Alagoas. In: Anais

do I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente. São Carlos: UFSCar, 2011.

SILVA, M. A. M. A morte ronda os canaviais paulistas. Revista ABRA, V. 33, N.2, ag/dz, p.111-143, 2006.

VERÇOZA, L. V. de. Labor nos “eitos gigantes”: a superexploração da força de trabalho nos canaviais de Alagoas. In: Trabalho e Capitalismo Contemporâneo. PLANCHEREL, A.& BERTOLDO, E. (Orgs.). Maceió: EDUFAL, 2011.

Tabela 6 - Conflitos Trabalhistas

	Trabalho Escravo				Superexploração				Total UF		Ações de Resistência	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Ocorrências	Trab. na Denúncia
Centro-Oeste												
DF									0	0		0
GO	27	541	299						27	541		0
MS	4	1293	379						4	1293		0
MT	13	109	94		1	9			14	118		0
Subtotal:	44	1943	772	0	1	9	0	0	45	1952	0	0
Nordeste												
AL	1	51	51						1	51	8	5900
BA	10	162	110	1	3	17	14		13	179		0
CE									0	0		0
MA	23	259	101	7					23	259		0
PB									0	0		0
PE					4	205			4	205		0
PI	3	30	30	1					3	30		0
RN									0	0		0
SE									0	0		0
Subtotal:	37	502	292	9	7	222	14	0	44	724	8	5900
Norte												
AC	2	15	15						2	15		0
AM	9	98	63	6					9	98		0
AP									0	0		0
PA	48	495	238	10	3	13			51	508		0
RO	13	84	80	1					13	84		0
RR									0	0		0
TO	22	256	108	3	18	190	33	3	40	446		0
Subtotal:	94	948	504	20	21	203	33	3	115	1151	0	0
Sudeste												
ES	1	22	22						1	22		0
MG	21	236	231	4					21	236		0
RJ	10	111	111						10	111		0
SP	1	20	20	7	1	32	32		2	52	7	2450
Subtotal:	33	389	384	11	1	32	32	0	34	421	7	2450
Sul												
PR	2	8	8						2	8		0
RS	5	32	28	10					5	32		0
SC	15	107	107	16					15	107		0
Subtotal:	22	147	143	26	0	0	0	0	22	147	0	0
Brasil:	230	3929	2095	66	30	466	79	3	260	4395	15	8350

* Além das denúncias de trabalho escravo no campo, foi feita a denúncia de 17 casos de trabalho escravo na área urbana, com 393 trabalhadores na denúncia, 391 libertados e 2 menores.



Foto: João Zinclar

Violência contra a pessoa

Tabela 7 - Violência contra a pessoa

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
Centro-Oeste									
DF	4	2085							6
GO	33	1496		1		3		7	
MS	36	11858	2	8	3	7			22
MT	44	25403		1	35	10		3	
Subtotal:	117	40842	2	10	38	20	0	10	28
Nordeste									
AL	51	23386						1	13
BA	120	67589	3		1	13		8	1
CE	18	19035			1			12	
MA	251	64394	7	4		116			
PB	18	18120		5		4		2	5
PE	75	52110	1			1			12
PI	34	7020		1		1			
RN	2	7755							
SE	4	950							
Subtotal:	573	260359	11	10	2	135	0	23	31
Norte									
AC	32	16515	1			5			
AM	44	20558	1		5	48		1	9
AP	51	11675				1			
PA	179	104308	12	6		78		39	133
RO	79	17169	2	4	2	30		10	4
RR									
TO	57	9801				9			
Subtotal:	442	180026	16	10	7	171	0	50	146
Sudeste									
ES	4	1412							
MG	77	22896		6		18			5
RJ	19	49836				1			
SP	70	21832							1
Subtotal:	170	95976	0	6	0	19	0	0	6
Sul									
PR	6	1658				1		6	
RS	30	14857		2	2	1			4
SC	25	7207							
Subtotal:	61	23722	0	2	2	2	0	6	4
Total:	1363	600925	29	38	49	347	0	89	215

* Número de conflitos e de pessoas envolvidas referem-se à soma dos conflitos por Terra, Água e Trabalho

A violência contra os povos indígenas em 2011: um novo governo e velhos problemas

Antonio Brand¹

A violência que seguiu atingindo os povos indígenas e demais populações tradicionais, no Brasil, em 2011 – o primeiro ano do Governo Dilma Rousseff – não pode ser dissociada dos procedimentos adotados pelo mesmo Governo Federal no seu esforço de executar os projetos desenvolvimentistas, previstos no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, considerado prioritário pela atual mandatária. E, nesse sentido, não há como deixar de lembrar, como exemplo paradigmático desse comportamento do Governo Federal, os procedimentos adotados para viabilizar a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará².

Segundo denúncias reiteradas dos movimentos sociais e indígenas, além de passar ao largo de direitos já estabelecidos na legislação em vigor, foram comuns ameaças de morte a indígenas, ribeirinhos, camponeses, trabalhadores rurais e integrantes de movimentos sociais³, caracterizando o que Dom Erwin Krautler, Presidente do Conselho Indigenista Missionário, CIMI, e bispo da Diocese de Altamira, denominou como um empurrar “goela abaixo”, lembrando afirmação do ex-presidente Lula. Em diversas outras regiões o Governo Federal vem adotando os mesmos procedimentos para impor os empreendimentos previstos no PAC – ignorando e atropelando em especial direitos das populações tradicionais. Segundo Dom Erwin, o governo federal está passando como um rolo compressor por cima de todos⁴.

A situação de desespero dos povos indígenas, no final do primeiro ano do atual Governo, vem bem expressa no documento *Perversidade e Autoritarismo: Governo Dilma edita portarias de restrição e desconstrução de direitos territoriais indígenas e quilombolas*, entregue à Comissão de Direitos Humanos do Senado, por 75 organizações indígenas, em 2011⁵. Entre as muitas denúncias constantes no documento das organizações indígenas chama atenção a que se refere ao Vale do Javari, Amazônia, onde cerca de 85% dos índios estariam infectados pelos vários tipos de hepatite.

Os dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra, CPT, são graves e indicam um clima de violência. Ressaltam que 347 pessoas foram ameaçadas de morte, sendo que dessas 18 ligadas à questão indígena e 77 a quilombolas e todas envolvendo questões de terra. De 38 pessoas que sofreram tentativas de assassinato, 8 eram indígenas. De um total de 29 assassinatos, 4 deles estão relacionados à questão indígena. Mesmo assim, esses dados não são exaustivos e podem ser completados pelos dados divulgados pelo CIMI, voltados especificamente à violência contra os povos indígenas no Brasil.

O CIMI constatou um total de 32 indígenas assassinados, em 2011, somente em Mato Grosso do Sul, incluindo nessa relação os índios mortos nos assim denominados conflitos internos, por entender que estes também estão diretamente relacionados a disputas envolvendo a posse de territórios de ocupação tradicional. O levantamento do CIMI indica

¹ Doutor em História e Coordenador do Programa Kaiowá/Guarani – NEPI e professor nos Programas de Mestrado e Doutorado em Educação/UCDB. E-mail: brand@ucdb.br

² Segundo a Agência Brasil (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012.03.16>), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou relatório considerando que o país violou a Convenção 169, no caso de Belo Monte, em especial por não ter realizado as oitavas nas aldeias impactadas pelo projeto antes de qualquer intervenção que pudesse afetar seus bens e direitos.

³ As violações de direitos humanos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), também, foram amplamente constatadas por Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, CDDPH, órgão da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2011 (ver <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia>).

⁴ Ver Informe n. 989, do Conselho Indigenista Missionário, CIMI, de 09.11.2011, in www.cimi.org.br, acessado em 7.04.2012.

⁵ Informe n. 989, do Conselho Indigenista Missionário, CIMI, de 09.11.2011, in www.cimi.org.br, acessado em 7.04.2012.

ainda um total de 13 suicídios nesse mesmo ano, em MS.

Segundo dados do CIMI, entre 2003 e 2011 um total de 282 índios Guarani e Kaiowá foram mortos, representando mais da metade do total dos casos de assassinato de indígenas ocorridos nesse período, no Brasil⁶.

Informações divulgadas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena, DSEI-MS, da Secretaria Especial de Saúde Indígena, SESAI, do Ministério da Saúde, entre os anos de 2000 e 2011 ocorreram, no Mato Grosso do Sul, um total de 555 casos de suicídios entre índios, sendo que 99% dos casos ocorreram entre os Guarani e Kaiowá e 70% eram de pessoas entre 15 e 29 anos. O mesmo relatório registra para os últimos dez anos um total de 317 homicídios entre indígenas, no Mato Grosso do Sul, sendo 39, em 2011⁷.

Em relação aos assassinatos, o fato mais grave e que se tornou já um procedimento exemplar no que se refere às formas de violência contra os Guarani e Kaiowá, nos últimos anos, ocorreu no dia 18 de novembro de 2011, quando um grupo armado e encapuzado atacou o acampamento Tekoha Guai-viry, no município de Aral Moreira, MS, vitimando o cacique Nísio Gomes, que após ser atingido por disparos de arma de fogo, foi arrastado para dentro de uma caminhoneta dos agressores, estando desaparecido até o presente.

Os atropelos de direitos decorrentes do desenvolvimentismo que marca o poder executivo, nesse momento, não constituem, certamente, explicações suficientes para esse quadro de violência no campo, especialmente, contra os povos indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Contribui, também, certamente muito para os elevados índices de violência a impunidade que cerca esses crimes, o que levou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil,

CNBB, em nota divulgada em dezembro de 2011, a falar em “escândalo da impunidade”, que, segundo a entidade, beneficia mandantes e executores de crimes contra indígenas.

Mas, há uma questão de fundo que está na raiz dessa violência e que, por isso mesmo, permite, também, a união na luta contra essa violência por parte dos povos indígenas, populações ribeirinhas, quilombolas e demais sem-terra. São sempre disputas envolvendo a posse da terra. Temos, certamente, muitas leis que garantem os direitos desses segmentos à terra. Mas, são leis cuja execução depende de vários fatores, que denomino aqui de vieses de subjetividade, ou seja, sua aplicação depende de interesses e aspectos não explicitados no arcabouço legal.

Um primeiro viés que gostaria de destacar vem dos interesses majoritários de quem ocupa o Palácio do Planalto e de sua visão de desenvolvimento e dos compromissos previamente assumidos tendo em vista a assim denominada “governabilidade” do país. No Governo Dilma parece que não se admite que uma lei ou direito de qualquer um dos segmentos acima citados possa obstruir ou atrapalhar a execução das obras do PAC, sob o argumento de que seria opor-se ao desenvolvimento do país.

E aí temos um segundo viés que vem exatamente desse modelo desenvolvimentista e concentrador da riqueza que encontra, logicamente, seguidores e respaldo no Legislativo e no Judiciário, onde predomina o mesmo entendimento de que acima de qualquer disposição legal estão os assim denominados interesses maiores do país, que sempre estão voltados, nos discursos circulantes dessa elite, para o bem estar de todos, embora nesse todos nunca estejam incluídos os índios, os quilombolas e demais milhares e milhares de sem-terra e sem-teto.

⁶ Enquanto no Brasil são 25,5 assassinatos para cada 100.000 habitantes, entre os povos indígenas de MS, segundo a SESAI, foram, em 2011, 52,75 por 100.000 habitantes.

⁷ Ver Relatório sobre Violências e Mortes Violentas no DSEI-MS, da SESAI, de abril de 2012.

É o que verificamos em Mato Grosso do Sul, onde a história recente dos povos indígenas vem marcada por um dos processos mais radicais e escandalosos de confinamento geográfico e cultural. E é muito importante destacar que esse confinamento só foi possível graças à histórica convivência dos órgãos oficiais responsáveis pela garantia dos direitos indígenas, permitindo a consequente submissão da política indigenista aos interesses maiores da economia regional. Ou seja, os problemas relativos à posse dos territórios, que estão na raiz de toda a violência que atinge os povos indígenas, em Mato Grosso do Sul, tem sua origem no constante atropelo dos direitos desses povos já amplamente garantidos no arcabouço legal no momento em que os índios, em muitos casos, foram expulsos de suas terras tradicionais, para que estas pudessem ser transferidas a terceiros.

A violência que atinge os Kaiowá e Guarani, em especial a assim denominada violência interna, hoje, é decorrente desse processo histórico de confinamento territorial e é, inclusive, uma das causas para o deslocamento de muitas famílias para a beira de estradas e/ou periferias urbanas, percebidas pelos índios como únicos espaços nos quais ainda é possível, embora em condições extremamente precárias, deslocar-se, ou desenvolver a prática do oguata (caminhar), em casos de conflitos e/ou tensões de diversas ordens⁸.

É sobremodo grave verificarmos que esse “perfeito entendimento” entre as políticas públicas voltadas aos povos indígenas ou, em outros termos, essa submissão do cumprimento das leis constitucionais favoráveis aos índios aos interesses da economia regional persiste até o presente em Mato Grosso do Sul e permite compreender porque as leis favoráveis aos povos indígenas seguem, constantemente, ignoradas. Explica, inclusive, porque o presidente Lula, durante seus oito anos de mandato e apesar de ter prometido, pessoalmente, aos Guarani, em

três ocasiões distintas, demarcar parte das terras por eles reivindicadas, tenha deixado o governo com o triste saldo de não ter conseguido implementar nenhuma medida concreta nesse sentido.

Explica, ainda, porque o prazo de cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas estabelecido na Lei. 6001 – Estatuto do Índio, de 1973, não ter sido cumprido ou, ainda, porque o novo prazo de cinco anos estabelecido nas Disposições Transitórias da Constituição de 1988, igualmente tenha sido ignorado. Explica, também, porque, apesar da intensa e heróica luta dos Guarani e Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, nesses últimos quinze anos, que custou a vida de inúmeras lideranças indígenas, tenha obtido resultados tão pouco expressivos em termos de ampliação efetiva de seus territórios.

No caso dos direitos indígenas no Brasil e no Mato Grosso do Sul está cada vez mais claro que acima do que determina a Constituição Federal/1988 estão as demandas maiores da economia, o que, no caso do estado sulmatogrossense, se traduz no atendimento dos interesses maiores do agronegócio. Justifica-se a suspensão aleatória dos direitos indígenas e poderíamos incluir aqui os direitos dos quilombolas e de todos os demais sem-terra sob o argumento de que o seu cumprimento “atrapalharia” o desenvolvimento regional, identificado naturalmente com os interesses de um setor específico, o agronegócio.

Confrontamo-nos, por isso, com uma violência estrutural, que, tanto ontem como hoje, vem no bojo do sistemático descumprimento da legislação indigenista, decorrente, por sua vez, do entendimento de que o seu cumprimento inviabilizaria o desenvolvimento do país. Um desenvolvimento elitista que, historicamente, sempre excluiu e segue excluindo as grandes maiorias, destinatárias das assim denominadas políticas compensatórias, tais como cestas básicas, bolsas e ajudas de toda ordem, mas que não chegam a romper a situação de exclu-

⁸ O CIMI registra, em Mato Grosso do Sul, cerca de 30 acampamentos de indígenas nas margens de rodovias do estado, aguardando, em condições de extrema precariedade, retornar as suas terras de ocupação tradicional.

são estrutural imposta por este projeto de desenvolvimento do país.

O aumento, verificado nos últimos anos, da violência entre os próprios índios de uma mesma terra indígena, em Mato Grosso do Sul, é, certamente, o indicativo mais importante para avaliar o grau de tensão e profundo mal estar verificado nestas terras indígenas, provocado pelo confinamento geográfico e cultural que lhes é imposto. Outros indicativos desse mal estar são, certamente, os altos índices de suicídio, o alcoolismo e o consumo de outras drogas, presentes em várias comunidades, em especial entre as gerações mais jovens.

No que se refere aos jovens indígenas, que constituem mais da metade do total dessa população⁹ e entre os quais verificamos os maiores índices de violência, estes se percebem sem lugar dentro das pequenas extensões de terra, que os Guarani e Kaiowá conseguiram manter até o momento e sem lugar, também, fora das terras indígenas, nas pequenas e médias cidades, localizadas no entorno, nas quais esses mesmos jovens se percebem, cotidianamente, como pessoas não bem vindas e não bem vistas.

Finalmente, cabe um comentário sobre as respostas dos poderes públicos diante do agravamento dos problemas decorrentes do confinamento em Mato Grosso do Sul. Como já afirmado acima, frente ao problema da fome já estamos no oitavo ano de fornecimento de cestas básicas, uma solução emergencial que não poderia ser transformada em política de longo prazo porque gera cada vez maior dependência, exigindo, também, um volume de recursos cada vez maior. Qual a perspectiva de reversão da dependência em relação a tais programas?

Frente à violência, cresce o número de índios presos e torna-se cada vez mais premente a presença dentro das terras indígenas de órgãos como Polícia

Federal, Força de Segurança Nacional, Conselho Tutelar, entre outros. Como os índios presos sairão de nossas prisões, sabendo exatamente o que estas representam em termos de estímulo a novas violências? Que condições tem os Conselhos Tutelares de agir junto a essa população sem contribuir, ainda mais para o enfraquecimento da organização interna e, dessa forma, provocar maiores estragos a médio prazo?

Frente ao problema dos jovens cresce a implantação do Ensino Médio nas aldeias, porém, sem questionar que ensino médio é esse e que perspectiva permite aos jovens indígenas nesse momento. Como vamos conter o crescente envolvimento dos jovens indígenas - sem qualquer expectativa de vida e de futuro - no mundo das drogas e de outras práticas ilícitas? Que perspectivas de futuro tem um jovem indígena nesse momento? O que preocupa é a aparente falta de questionamento dos resultados dessas ações por parte dos órgãos públicos.

Entendo que o acento nos profundos dramas vivenciados pelos povos indígenas, em especial na total falta de perspectiva para os jovens que acabam envolvidos em problemas como o narcotráfico e a violência, não só no Mato Grosso do Sul, mas em todo o país, é importante para nos darmos conta de que eventuais impactos econômicos, sempre tão bem destacados pelos poderes executivo, judiciário e legislativo, tanto em âmbito federal como estadual, são talvez o aspecto menos importante do problema. A não demarcação dos territórios indígenas gera inúmeras outras consequências de extrema gravidade e certamente de difícil superação no futuro.

Estamos falando de povos para quem a terra não é uma questão primeiramente econômica, mas é, acima de tudo, o espaço necessário para viverem como pessoas culturalmente diferentes, reproduzirem e produzirem seu modo de vida, com seus

⁹ Segundo a SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), cerca de 50% da população guarani e kaiowá tem menos de 14 anos.

valores, sua visão de mundo, sua economia e sua organização social. O argumento da conquista colonial com o qual se buscou justificar, historicamente, a morte de tantos povos indígenas parece que foi substituído pelo argumento do desenvolvimento do país, que permite, como ontem, seguir atropelando direitos e a continuidade das violências.

A título de conclusão cabe lembrar uma citação constante no documento já citado da CNBB: “Para além de declarações oficiais de solidariedade, o momento e as circunstâncias exigem ações concretas, do contrário, pode-se estar contribuindo para a morte de um povo por omissão ou negligência. O não cumprimento dos parâmetros constitucionais, neste caso, configura-se como genocídio”.

Tabela 8 - Assassinatos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Acre						
Sena Madureira	Ramal Cacirian	3/11/2011	João Doido		A	Posseiro
Subtotal:				1		
Amazonas						
Lábrea	Gleba Curuquetê/Linha 02/Km 09/Ramal do Jequitibá	27/5/2011	Adelino Ramos, "Dinho"		57	Liderança
Subtotal:				1		
Bahia						
Caravelas	Quilombo de Volta Miúda	24/6/2011	Diogo de Oliveira Flozina		27	Quilombola
Euclides da Cunha	Fazenda Jiboia	6/9/2011	Leonardo de Jesus Leite		37	Liderança
Monte Santo	Comunidade Serra do Bode	6/1/2011	Antônio de Jesus Souza, "Antônio do Plínio"		A	Liderança
Subtotal:				3		
Maranhão						
Arame	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	30/10/2011	Criança Awá-Guajá		M	Índio
Arame	Citema/Temasa	8/12/2011	Júlio Luna da Silva		60	Assentado
Centro do Guilherme	T. I. Alto Turiaçu	31/3/2011	Tazirã Ka'apor		20	Índio
Santa Luzia	Assentamento Flechal	24/9/2011	João Conceição da Silva		29	Assentado
Santa Luzia	P. A. Rosa Saraiva	6/2/2011	Cícero Felipe da Silva, "Cícero Palácio"		A	Liderança
Serrano do Maranhão	Quilombo Rosário	2/10/2011	Valdenilson Borges		24	Liderança Quilombola
Serrano do Maranhão	Povoado Portinho	7/11/2011	Delmir Silva		57	Quilombola
Subtotal:				7		
Mato Grosso do Sul						
Amambaí	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	18/11/2011	Nísio Gomes		59	Liderança Indígena
Paranhos	Faz. São Luiz/Triunfo/Com. Indígena Y'poí	28/9/2011	Teodoro Ricardi		25	Índio
Subtotal:				2		
Pará						
Breu Branco	Faz. de Marlene Nerys e Darli	3/3/2011	Francisco Alves Macedo		A	Liderança
Itaituba	Com. de Miritituba/P. A. Areia	22/10/2011	João Chupel Primo		55	Ag. pastoral
Itupiranga	Faz. Potiguar/Bandeirantes/Acamp. Planta Brasil	29/1/2011	Pedro Oliveira Teixeira, "Pedro Sacaca"		41	Sindicalista
Juruti	Gleba Curumucuri/Mamuru-Arapiuns	12/1/2011	Jurandir Soares Nunes		23	Assentado
Marabá	Fazenda Califórnia	25/8/2011	Valdemar Oliveira Barbosa, "Piauí"		54	Liderança
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passé Bem/Mamona	24/5/2011	Maria do Espírito Santo da Silva		A	Liderança
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passé Bem/Mamona	24/5/2011	José Cláudio Ribeiro da Silva		A	Liderança
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passé Bem/Mamona	26/5/2011	Herenilton Pereira dos Santos		25	Assentado
Pacajá	P. A. Rio Bandeiras	30/4/2011	Nildo Ferreira		A	Assentado
Pacajá	P. A. Rio Bandeiras	30/4/2011	Adão Ribeiro		A	Assentado
Pacajá	Acampamento Esperança	9/6/2011	Obede Loyla Souza		31	Sem - terra
Rondon do Pará	Faz. Bela Vista/Sta. Cruz/Acamp. Deus é fiel	7/10/2011	José Ribamar Teixeira dos Santos, "Riba"		49	Liderança
Subtotal:				12		
Pernambuco						
Sertânia	Cachoeira do IPA	2/7/2011	José Luiz da Silva		A	Trab. Rural
Subtotal:				1		
Rondônia						
Porto Velho	Acampamento Rio Alto/Linha 36	12/3/2011	Wdiley Alves Martins		27	Pequeno proprietário
Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Porto Velho	Acampamento Rio Alto/Linha 36	12/3/2011	Suelen Cristina Rodrigues Ferreira		22	Pequena proprietária
Subtotal:				2		
Total:				29		



Foto: João Zinclar

Hoje tem festa de tambor!

Estamos em campo a tratar da nossa libertação

Gil Quilombola, Rosimeire, João da Cruz,^{*} Clemir Batista, Fabio Costa, Alexandre Gonçalves, Diogo Cabral, Inaldo Serejo^{**}, Lenora Motta^{***}, Onir de Araújo^{****}

Introdução

Sabe-se que há mais de três séculos, as comunidades quilombolas são vítimas de violentas campanhas no Brasil que objetivam expropriar os seus territórios para destiná-los às obras ditas modernizadoras, por meio de chacinas, assassinatos e despejos, um verdadeiro genocídio à brasileira.

Como forma rígida de enfrentamento ao racismo, presente nos usos e costumes nacionais, consolidados pelas ações dos poderes constituídos, escreveu-se com tambores, cantos e bravura o levante quilombola no Século XXI.

Um Genocídio à brasileira

As violências perpetradas pelo Estado brasileiro e particulares contra as comunidades quilombolas assumem, na atual conjuntura, uma face verdadeiramente hedionda. Trata-se não só de assassinatos,

^{*} Coordenação do MOQUIBOM; ^{**}Agentes da CPT; ^{***}Graduando do curso de Geografia /UFMA e do Núcleo de Estudos sobre a Reforma Agrária, Membro da Frente Nacional de Defesa dos Territórios Quilombolas, ^{****}Advogado e representa o Quilombo Família Silva.

ameaças de morte, expulsões, mas também de despejos violentos determinados pelo poder Judiciário e executados pelo poder Executivo e de ataques aos direitos adquiridos pelos quilombolas no âmbito do Congresso Nacional. Entre os ataques a esses direitos estão: a Ação Direta de Inconstitucionalidade, Adin 3239, proposta pelo DEM (antigo PFL), contra o Decreto 4887/2003; o Projeto de Lei nº 44/07², de autoria do deputado federal Valdir Collato, do PMDB-SC; da PEC nº 161, de 2007³; da PEC 215, já aprovada na CCJ da Câmara⁴; da cobrança judicial de milhões de reais referente ao Imposto Territorial Rural⁵ em Terras de Preto e o cada vez mais escasso orçamento público destinado à titulação de terras de quilombo.

Após mais de 350 anos de opressão histórica contra a população negra, rural e urbana, o século XXI assiste à reedição de medidas sociopolíticas que patrocinam a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição, através de supressão física e opressão cultural.

De Collor de Melo, passando por Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva até o atual governo de Dilma Rousseff, a política de Estado obedeceu cegamente às ordens advindas dos setores ultra conservadores do agronegócio. A fim de garantir a governabilidade, os sucessivos governos Lula da Silva e agora Dilma Rousseff patrocinaram inúmeras violações aos direitos humanos das comunidades quilombolas brasileiras.

O Governo Lula chegou ao seu último ano de mandato emitindo apenas 11 títulos às comunidades quilombolas, com a promessa de que seriam 57 comunidades em 2010.⁶ Até dezembro de 2011, somente 3 das 44 áreas decretadas para desapropriação haviam sido tituladas pelo governo federal. As comunidades beneficiadas foram Família Silva (RS), Colônia São Miguel (MS) e Preto Forro (RJ). A primeira teve suas terras parcialmente tituladas em 2009 e as outras duas em 2011.⁷

Em 2011, o governo federal publicou apenas um decreto de desapropriação beneficiando a Comunidade Brejo dos Crioulos, em Minas Gerais. O governo federal totaliza 44 decretos publicados.

De acordo com Ricardo Verdum, do INESC⁸, “no novo Plano Plurianual PPA(2012-2015), as comunidades quilombolas não mais contam com um programa específico; na transição para o novo PPA não mais existe o programa Brasil Quilombola.” Segundo ainda o INESC, o novo programa, denominado Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, e que tem na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial o órgão gestor responsável, tem para o ano de 2012, um orçamento no valor de R\$ 73.125 milhões, e para os três anos seguintes, mais R\$ 239.498 milhões, totalizando no período de 2012-2015 cerca de R\$ 312.623 milhões. Considerando-se os números apresentados, um orçamento ainda menor que o anterior (2008-2011).

² O PL visa sustar a aplicação do decreto 4887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

³ PEC 161/2007 do deputado Celso Maldaner (PMDB/SC). Estabelece que a criação de espaços territoriais a serem especialmente protegidos, a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento das áreas remanescentes das comunidades dos quilombos deverão ser feitos por lei.

⁴ A PEC 215 inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas e a ratificação das demarcações já homologadas, que atualmente são atribuições da União e também titulação de terras de quilombo.

⁵ Duas associações de comunidades quilombolas de Oriximiná e Abaetetuba, no Pará, estão sendo cobradas na Justiça para pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Os valores somam mais de R\$ 13 milhões, montante impagável para as famílias quilombolas que sobrevivem com menos de um salário mínimo por mês.

⁶ Conforme destaca o INESC, o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 previu como meta a titulação de 264 territórios quilombolas, dos quais 198 somente entre 2008-2010. Passados três anos de implementação da Agenda Social Quilombola (2008-2010) foram emitidos apenas 36 títulos de terra, número bastante aquém da meta estabelecida em 2007.

⁷ Terras Quilombolas. Balanço 2011. Comissão Pró-Índio de São Paulo, disponível em <http://www.cpis.org.br/email/balanco11/img/Balan%C3%A7oTerrasQuilombolas2011.pdf>.

⁸ Terras e territórios quilombolas no PPA 2012-2015.

Por outro lado, na cidade de Ribeirão Preto, nos primeiros meses do seu governo, Dilma anunciou R\$ 107,2 bilhões para financiamento de custeio e investimentos, além de linhas especiais de crédito para o agronegócio.

Aqui cabe uma observação pertinente: antigos defensores das comunidades quilombolas parecem dançar o baile da governabilidade de Lula/Dilma. Como exemplo, podemos citar o Projeto de Lei nº 7447/2010, de autoria do deputado federal Luiz Alberto⁹. Em linhas gerais, o referido projeto não estabelece nenhum mecanismo de titulação das terras de quilombo, limitando-se em estabelecer supostas garantias de acesso aos territórios tradicionais quilombolas. Urge esclarecer que o referido PL já é utilizado pelo INCRA como modelo para aplicação em áreas quilombolas. Ou seja, chove no molhado, ainda se levamos em consideração a tramitação da ADIN 3239 e diversos outros PL que visam sustar o decreto 4887/2003. Não seria esse PL uma típica capitulação?

Afinal, estamos diante de uma política de Estado cujo objetivo é eliminar o inimigo interno, à moda

da doutrina da segurança nacional. A barbárie contra comunidades quilombolas é operada “através do uso abusivo da máquina estatal, leis, bens públicos, força repressiva e expropriação dos recursos que seriam de toda a coletividade”.

A violência como instrumento político

A capitulação do governo brasileiro diante dos setores do agro-hidro-minero negócios, seja pela via legal, como demonstrado anteriormente, seja através do financiamento¹⁰ ou de investimentos diretos (PAC) impulsionou grupos empresariais a avançarem sobre territórios de povos e comunidades tradicionais – última fronteira da biodiversidade. O resultado disso, registrado pela CPT, foi o aumento exponencial do número de comunidades quilombolas em conflito.

Em 2010 foram registradas 71 comunidades em conflito, em oito estados brasileiros, envolvendo 6.926 famílias. Em 2011, foram registradas 100 comunidades em conflito, em 11 estados, envolvendo 7.692 famílias assim distribuídas conforme tabela abaixo:

UF	Total Terra Brasil	Total famílias Brasil	Conflitos quilombolas	Total famílias quilombolas
AMAPÁ	50	2185	4	56
BAHIA	57	4774	9	762
ESPRITIO SANTO	2	110	1	45
MARANHÃO	223	12603	67	4003
MINAS GERAIS	36	2420	11	934
PARÁ	103	12197	2	858
PERNAMBUCO	27	2919	1	486
RIO DE JANEIRO	5	493	1	6
RIO GRANDE DO SUL	14	1414	1	400
RONDÓNIA	52	2444	2	92
SERGIPE	2	90	1	50
Total nacional	571	41649	100	7692

⁹ Estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais

¹⁰ <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/999002-fronteira-agricola-recebe-r-50-bilhoes.shtml>

Os inimigos das comunidades quilombolas se distribuem entre empresários, sobretudo dos setores da mineração (com destaque para a VALE) e celulose, (Suzano Papel e Celulose), o Estado Brasileiro – Marinha e Aeronáutica; e fazendeiros. Todos aprisionados pela execução de uma política de matriz desenvolvimentista.

Conforme Manifesto de Organizações do Campo:

O Brasil vive um processo de reprimarização da economia, baseada na produção e exportação de *commodities* agrícolas e não agrícolas (mineração), que é incapaz de financiar e promover um desenvolvimento sustentável e solidário e satisfazer as necessidades do povo brasileiro¹¹.

Como dito anteriormente, os quilombolas, ao lado de outras comunidades tradicionais, foram declarados inimigos a serem eliminados não apenas culturalmente, o que poderia ser feito integrando-os às cadeias produtivas dos grandes projetos, mas fisicamente. Isso se evidencia no alto índice de ameaças – entre os 347 ameaçados de morte, em 2011, 77 são quilombolas; e atentados contra a própria vida – 3 quilombolas foram assassinados em 2011 e três outros sofreram tentativa de assassinato – além do impedimento às fontes necessárias à reprodução biológica.

Em 2011, esta situação de violência promovida pelo Estado Brasileiro foi evidenciada em alguns casos que merecem destaque pela brutalidade dos meios empregados contra os quilombolas.

No território da Ilha da Marambaia, no Rio de Janeiro, conforme Arruti¹², encontramos um verdadeiro Estado de Sítio.

A administração militar da ilha instaurou, a partir de 1971, um regime de

proibições que decorrem da sobreposição de algumas figuras legais, cuja aplicação local é ambígua e até mesmo distorcida: área de interesse militar – frequentemente confundida com Área de Segurança Nacional; Área de Preservação Ambiental (APA) – pensada como área de uso exclusivo para pesquisa científica (Reserva); e área de patrimônio da União – tomada como Patrimônio Histórico Nacional. Lançando mão da sobreposição e confusão dessas categorias, os administradores da ilha criam um verdadeiro território de exceção, que busca dar aparência legal e justificação legítima à estrutura de precariedades criadas em torno da posse territorial que quase 300 famílias quilombolas mantém na ilha há três gerações.

Na Bahia, a comunidade de Rio dos Macacos vive uma experiência de Gulag Soviético, patrocinado pelo governo de Dilma Rousseff e Marinha brasileira. Os membros da comunidade têm inúmeras restrições de acesso ao território e para circular, devem apresentar, na entrada do Território, carteira de identificação com os dizeres “invasor”. Este território foi invadido pela Base Naval de Aratu desde a década de 1960. A Marinha brasileira ingressou com Ação Reivindicatória contra as famílias quilombolas em 2010, impondo à comunidade mais humilhações e graves violações aos seus direitos territoriais. Conforme Ação Urgente promovida pela Anistia Internacional:

A disputa tem se intensificado, membros da comunidade reclamam que oficiais da Marinha fortemente armados vêm entrando na comunidade, abusando verbalmente dos moradores, entrando nas casas sem permis-

¹¹ <http://racismoambiental.net.br/2012/02/camponeses-lancam-manifesto-pela-reforma-agraria-apos-encontro-historico/>

¹² ARRUTI, José Maurício. A NEGAÇÃO DO TERRITÓRIO: estratégias e táticas do processo de expropriação na Marambaia. In: Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

são e destruindo plantações e casas. A comunidade alega que guardas armados controlam o acesso à comunidade e têm impedido moradores de entrar e sair, impedindo ainda a entrada de oficiais do governo responsáveis por desenvolver os estudos técnicos necessários para o reconhecimento oficial das terras como quilombolas. Um dos moradores afirmou: “Hoje eu vivo com medo dentro da minha própria casa”. Outro: “Os rapazes da Marinha botaram a arma na minha cabeça e disseram que iam atirar. Eles não queriam que eu conversasse, disseram que eu tava conversando muito”¹³.

No norte de Minas Gerais, a Comunidade Quilombola de Brejo dos Crioulos enfrenta latifundiários violentos todos os dias. Reconhecida desde 2004 como Comunidade Quilombola, depois de seis anos de espera, em razão da lentidão e descaso da Fundação Cultural Palmares, para conseguirem a emissão do decreto de desapropriação, centenas de quilombolas acamparam e se acorrentaram diante do Palácio do Planalto em setembro de 2011, pressionando a Presidenta Dilma.

No Maranhão, a Anistia Internacional, diante da violência contra os quilombolas de Salgado, Território Aldeia Velha, Pirapemas, lançou Ação Urgente em defesa da mesma em dezembro de 2011:

Como outras comunidades afrodescendentes no Maranhão, a comunidade de Salgado tem sofrido intimidação e ameaças persistentes, supostamente por poderosos proprietários de terras locais, em consequência de sua longa luta para ganhar *status* oficial como quilombolas (descendentes de

escravos). Salgado ainda não recebeu nenhuma proteção. A comunidade tentou muitas vezes relatar as ameaças e ataques, mas não recebeu proteção oficial, e teme que a polícia esteja de conluio com os latifundiários locais¹⁴.

No Rio Grande do Sul, as famílias do Quilombo Morro Alto, desde 2004, esperam que o Incra complete a regularização e devolução do território. Em 2011, quando deveriam ocorrer as notificações dos ocupantes não quilombolas, ligados ao agronegócio, para indenização e saída da área dos mesmos, ilegalmente o processo foi remetido ao presidente nacional do Incra, sem nenhuma consulta às famílias. No dia 12 de outubro de 2011, o presidente da Associação dos Moradores do Quilombo de Morro Alto, Wilson Marques, foi agredido e recebeu um tiro que pegou de raspão em sua cabeça. Imaginando que o quilombola estivesse morto, os agressores fugiram.

Evidente, pois, que “a ação oficial, nesses casos, padece de uma espécie de racismo institucional, embutido nas práticas de seus operadores. O resultado é uma tomada de partido de parte dos técnicos pela lógica dos proprietários de terra ou de grandes empreendimentos.”¹⁵

Diante deste cenário, cantam os quilombolas: “já chega de tanto sofrer, já chega de tanto esperar, a luta vai ser tão difícil, na lei ou na marra nós vamos ganhar!!”.

FESTA DE TAMBOR

*“Eu tava no alto da floresta, foi quando o tambor me
acordou
Ê não bota fumaça vovó, ê não bota fumaça vovó,
Eu acordei com o toque do tambor”*

¹³ <http://br.amnesty.org/?q=node/1573>

¹⁴ <http://www.amnesty.org/es/library/info/AMR19/020/2011/en>

¹⁵ Andrade, Maristela de Paula. RACISMO, ETNOCÍDIO E LIMPEZA ÉTNICA –AÇÃO OFICIAL JUNTO A QUILOMBOLAS NO BRASIL – in Fronteiras, Publicação da UFGD, n. 19, jan/jun 2009, pg 143-164

Às 3hs da manhã do dia 01 de junho de 2011, chegou à Praça Pedro II¹⁶, em São Luís do Maranhão, o primeiro grupo de quilombolas vindo da Baixada Ocidental Maranhense - a mesma região onde em 1867 se levantaram negros e negras contra a tirania da escravidão, naquela que ficou conhecida como a Insurreição dos Escravos de Viana. Ao romper da aurora, os tambores marcaram o ritmo dos pés e do canto, convocando para a luta que se travaria nos próximos dias. Era o tambor ocupando o centro nesse campo de batalha. Não se tratava de espetáculo para gringo ver e fotografar. Mas tambores da luta em defesa de Territórios Livres.

Nos dias seguintes não foram ouvidos grandes discursos, mas muito canto e dança de resistência com força para agregar dezenas de organizações do campo e da cidade. Assim foram ocupados os espaços do Tribunal de Justiça e Palácio dos Leões e, posteriormente, as dependências internas e externas da Superintendência do Incra-MA.

Diante da intransigência dos governos federal e estadual, um grupo de 17 quilombolas decidiu radicalizar o protesto iniciando uma greve de fome que duraria 36 horas com disposição para se estender por mais tempo se os governos não decidissem ouvir as demandas.

No Maranhão, as comunidades quilombolas articuladas no Movimento Quilombola da Baixada (Mo- quibom) ocuparam por cinco vezes a Superintendência do Incra-MA. Em duas ocasiões, Ministras da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria de Política de Igualdade Racial; Ministério de Desenvolvimento Agrário, os Presidentes do Incra, da Fundação Cultural Palmares, o Defensor Geral da União e outras autoridades estiveram presentes.

Nas duas ocasiões foram assumidos compromissos

para acelerar os processos de titulação dos territórios e garantir a integridade física das lideranças ameaçadas de morte no estado. Entre os compromissos ficaram assegurados: Ao longo de 2012, a elaboração de 54 laudos antropológicos; a conclusão de cinco Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID); a realização de uma Missão da Equipe Técnica Federal do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos.

Até agora, apenas a Missão foi concluída com inclusão de lideranças ameaçadas no programa, o que na prática consiste em comunicação a órgãos dos governos sobre a situação dos ameaçados. Com isso, esperam exercer pressão para que sejam acelerados os processos de titulação e a efetiva proteção. Quanto à elaboração dos Relatórios Antropológicos, apenas para quatro áreas foram apresentados os projetos de pesquisa que estão aguardando parecer do Incra, objetivando o início dos trabalhos de campo. Apenas o Incra acredita que serão todos realizados ainda em 2012. Dentre os cinco RTIDs, o caso do quilombo Charco, em São Vicente Ferrer é o mais grave, pois há um Acordo Judicial no qual o Incra se comprometeu em apresentar o RTID ainda em setembro de 2011, e até o momento o relatório ainda está inconcluso. Isso significa que a Justiça Federal poderá ordenar a reintegração de posse contra a comunidade a qualquer momento.

Na convivência com os povos indígenas Krikati, Guajajara, Krenyê, Kaapor presentes nos acampamentos, os quilombolas do Maranhão aprenderam que é tempo de pisar ligeiro e juntar as forças para resistir e avançar coletivamente na defesa dos territórios:

Pisa ligeiro, pisa ligeiro! Quem não pode com a formiga, não assanha formigueiro.

¹⁶ Um quadrilátero onde estão erguidos o Palácio Clóvis Bevilacqua - Sede do Poder Judiciário -, o Palácio dos Leões - Sede do Poder Executivo Estadual -, O Palácio La Ravardiere - Sede do Poder Executivo Municipal -, o Palácio Arquiepiscopal e a Igreja da Sé. Todos no topo do Cais da Sagração. Essa praça foi palco de vários levantes populares contra os desmandos do poder tirânico de oligarquias - a última ainda em curso comandada pelo senador José Sarney - que se sucedem no comando do Estado do Maranhão.

Mobilizações semelhantes foram realizadas em frente ao Palácio do Planalto por quilombolas de Brejo dos Crioulos (MG) e do Maranhão, entre os dias 28 e 30 de setembro de 2011. Dentre os que se acorrentaram no Palácio, estava o senhor Elizeu, com 83 anos de idade. Durante dois dias ele resistiu ao sol para que a presidenta Dilma assinasse o Decreto de Desapropriação dos imóveis que estão sobrepostos ao território quilombola. Foi assim também no Rio Grande do Sul, onde quilombolas ocuparam por mais de uma vez a sede da Superintendência do Incra; também em Brasília, onde os Kalungas e quilombolas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais ocuparam a Sede Nacional do Incra. Igual mobilização ocorreu no quilombo Rio dos Macacos, em Simões Filho, estado da Bahia, onde a Marinha Brasileira tem tentando sufocar e massacrar

À GUIA DE INCONCLUSÕES

O levante de quilombolas, ribeirinhos, indígenas, quebradeiras de coco e outros apontam caminhos novos para as lutas.

As cláusulas de inalienabilidade, indisponibilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade aplicadas às terras faz com que a luta dos quilombolas se constitua numa afronta ao sistema capitalista, que tem como pilar a propriedade privada absoluta da terra e, conseqüentemente, sua condição de mercadoria. Essa parece ser a causa de tamanho ódio dos ruralistas aos quilombolas e suas lutas.

Enquanto escrevemos este texto, na Câmara dos Deputados, em Brasília, as bancadas ruralista e evangélica se davam as mãos para votar Proposta de Emenda à Constituição que transfere para o Congresso Nacional a titulação de territórios quilombolas e indígenas.

as famílias resistentes daquele quilombo com o intuito de ampliar as instalações da Base Naval de Aratu.

Essas mobilizações – acampamentos, ocupações de prédios públicos, retomadas de territórios – colocaram a luta dos quilombolas em defesa de seus territórios na pauta política do Estado brasileiro. É possível que movimentação igual só tenha ocorrido no período da Constituinte. No dia em que a presidenta Dilma assinou o Decreto de desapropriação dos imóveis que estão sobre o território de Brejo dos Crioulos, uma liderança do povo Kalunga assim se expressou: “estamos cansados de formar tanta comissão pra discutir com o governo, precisamos mudar nossa forma de agir; o pessoal do Brejo dos Crioulos ficou dois dias acampados e acorrentados e a presidente assinou o decreto deles”.

De qualquer modo, as articulações dos povos tradicionais deverão se intensificar ao longo de ano de 2012. Pois há entre todos, diante desse processo espoliativo, a certeza de que há uma luta e um inimigo comum que deverá ser derrotado nos caminhos e praças dos povos.

Como tem falhado o caminho da institucionalidade burguesa resta aos povos tradicionais o caminho da desobediência civil.

Ao som dos tambores, do fundo da terra e com a força de todos os caboclos e orixás, haverá de se ouvir a uma só voz o canto:

Já chega de tanto sofrer /
 Já chega de tanto esperar
 A luta vai ser tão difícil /
 na lei ou na marra
 Nós vamos vencer!

Tabela 9 - Tentativas de Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Goiás						
Santa Terezinha de Goiás	Carvoaria da Família Cavalcante	27/6/2011	Trab. na Carvoaria da Família Cavalcante		A	Trab. Rural
Subtotal:				1		
Maranhão						
Bom Jardim	T. I. Caru	9/9/2011	Kamajuru Awá-Guajá		50	Índio
Montes Altos	Terra Indígena Krikati	3/9/2011	Bebeto Tum Krikati		24	Índio
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	27/8/2011	José da Cruz Conceição Monteiro**		A	Liderança Quilombola
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	27/5/2011	Almirandi Madeira Costa		41	Liderança Quilombola
Subtotal:				4		
Mato Grosso						
Juína	Faz. Tarciana/Assent. Vale do Juíno	11/6/2011	Pastor Sebastião Souza Damasceno		47	Missionário
Subtotal:				1		
Mato Grosso do Sul						
Amambaí	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	18/11/2011	Valmir Cabreira		A	Índio
Igatuemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	23/8/2011	Índigenas Kaiowá Guarani	6	A	Índio
Paranhos	Faz. São Luiz/Triunfo/Com. Indígena Y'poi	29/9/2011	Isabelino Gonçalves		A	Índio
Subtotal:				8		
Minas Gerais						
Rio Pardo de Minas	Com. de São Miguel/Destilaria Meneghetti Ltda	20/12/2011	Geraizeiros da Com. São Miguel	3	A	Liderança
Rio Pardo de Minas	Com. de São Miguel/Destilaria Meneghetti Ltda	20/12/2011	Gerino Alves da Costa		A	Liderança
São João da Ponte	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã /Lagoa da Varanda	20/8/2011	Edmilson de Lima Dutra, "Coquinho"		A	Quilombola
São João das Missões	Terra do Morro Vermelho/Xakriabá	1/8/2011	Cacique Santo Caetano Barbosa		A	Liderança Indígena
Subtotal:				6		
Pará						
Breu Branco	Faz. de Marlene Nerys e Darli	3/3/2011	Graciete (Filha do Francisco)		A	Ocupante
Itupiranga	Fazenda Lago Vermelho	30/7/2011	Acampado da Faz. Lago Vermelho		A	Sem - terra
Itupiranga	Fazenda Lago Vermelho	30/7/2011	Acampado da Faz. Lago Vermelho		14	Sem - terra
Marabá	Faz. Ponta da Serra/Mururé/Pequizeiro/Acamp. Darci Ribeiro	30/6/2011	Trab. Acampado na Faz. Pequizeiro		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Assentamento Vila Sudoeste	20/5/2011	Ceará		A	Assentado
São Félix do Xingu	Assentamento Vila Sudoeste	31/5/2011	Jovêncio Coelho da Luz		A	Assentado
Subtotal:				6		
Paraíba						
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	13/1/2011	José Roberto da Costa		29	Posseiro
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	13/1/2011	João Marcos de Oliveira		40	Posseiro
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	13/1/2011	Cícero Inaldo Dias da Silva		34	Posseiro
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	13/1/2011	Luiz Dias da Silva		24	Posseiro
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	13/1/2011	Josinaldo Dias da Silva		37	Posseiro
Subtotal:				5		
Piauí						
Teresina	Pov. Gaipaba e Lagoa do Arroz/Serra Vermelha	20/6/2011	Francisco Soares		A	Ambientalista
Subtotal:				1		
Rio Grande do Sul						
Nonoai	T. I. Nonoai Rio da Várzea	10/11/2011	Daniel da Silva		33	Índio
Nonoai	T. I. Nonoai Rio da Várzea	10/11/2011	Índios da Reserva Rio da Várzea		A	Índio
Subtotal:				2		

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Rondônia						
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	24/6/2011	Acampados Barro Branco/Faz. Bonadese	2	A	Sem - terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	1/8/2011	Paraíba		A	Liderança
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	1/8/2011	Cangaia		A	Liderança
Subtotal:				4		
Total:				38		

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

Ameaçados de morte: um olhar pastoral

Sandro Gallazzi¹

Quando abriu o quinto selo, vi debaixo do altar aqueles que foram mortos por causa da palavra de Deus e do testemunho que deram. E clamavam com grande voz, dizendo: Até quando, ó Dominador santo e verdadeiro, não julgarás e vingaráis o nosso sangue contra os que habitam sobre a terra? E a cada um deles foram dadas vestes brancas e foi-lhes dito que repousassem ainda um pouco de tempo, até que também se completasse o número de seus companheiros e seus irmãos que iriam ser mortos como eles foram (Apoc 6,9-11).

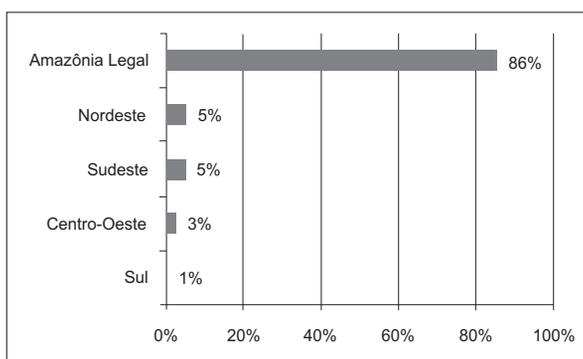
É difícil não deixar de ver nas vítimas da violência o corpo crucificado do nosso Senhor. Nosso olhar se dirige, sobretudo às pessoas que, por quererem o bem e a justiça, estão sendo ameaçadas de morte e, com toda a sua família e a sua comunidade, vivem na insegurança e no desassossego.

É evidente que não se trata de uma violência gratuita, comum, fruto do pecado que habita em todos nós. É uma violência calculada, mirada, contra aqueles e aquelas que são um obstáculo aos projetos dos poderosos.

Uma primeira observação - a partir dos dados desta publicação dos Conflitos no Campo 2011 - é o crescimento avassalador do número dos que estão sendo ameaçados de morte: 125 pessoas, em 2010, 347 pessoas em 2011. Um aumento de 177,6%! Quase o triplo!

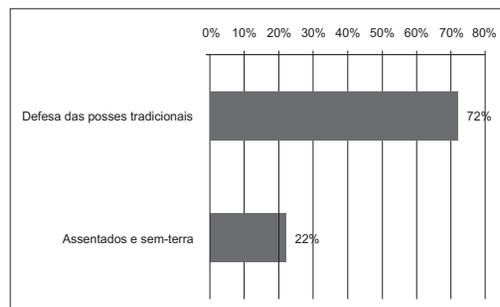
Isso significa que cresceu e se fortaleceu a resistência e a luta das comunidades atingidas e que, por isso, estão aumentando os conflitos e as ameaças de morte.

Outro dado importantíssimo é que mais de 85% das pessoas ameaçadas estão na Amazônia legal, sobretudo nas áreas em que está avançando o desmatamento e o monocultivo de grãos e de eucalipto: Maranhão, Sul do Pará, Sul do Amazonas e Rondônia lideram esta triste estatística. Um terço das pessoas ameaçadas está no Maranhão.



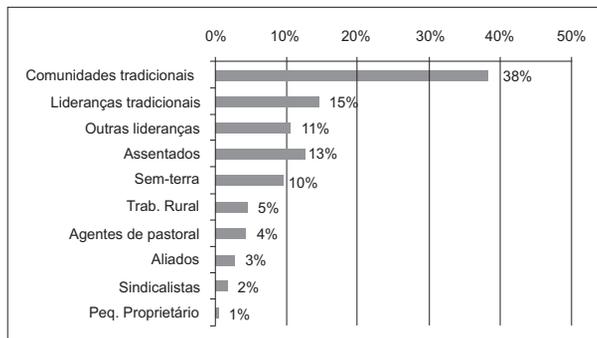
E se olharmos com atenção, iremos constatar que os alvos das ameaças são justamente as pessoas que, em 21/11/2006, o presidente Lula definiu como “entraves” aos investimentos no País: índios, quilombolas, ambientalistas e Ministério Público.

72% das pessoas estão sendo ameaçadas de morte por questões ligadas aos territórios quilombolas, indígenas, ou de outras comunidades tradicionais e na luta pela reforma agrária, (posseiros e assentados) estão 22%. 10% destes são ameaçados também por sua luta em defesa do ambiente.



¹ Doutor em Teologia Bíblica, agente da CPT Amapá.

Os sindicalistas ameaçados de morte são 2%. As lideranças das comunidades tradicionais ameaçadas de morte chegam a 15%. É evidente que o eixo da resistência está mudando significativamente. Os antigos atores estão perdendo fôlego e estão se tornando mais “confiáveis”. Novas frentes de resistência estão surgindo e se manifestando.



Podemos dizer o mesmo quando olharmos a que grupos pertencem as pessoas ameaçadas de morte: 10% dos ameaçados estão entre os sem-terra que já foram um polo de resistência muito significativo; quilombolas, posseiros, ribeirinhos, pescadores e camponeses de fundo de pasto, por sua vez, representam 38% dos que sofreram ameaças de morte em 2011.

A reforma agrária está mudando de perfil: não é mais só conquista de mais terra, é, também, a defesa e a ampliação dos territórios ocupados pelas comunidades tradicionais e, sobretudo, é a reivindicação e a defesa de um modelo de produção camponesa que não se sujeita às exigências da agroindústria, mas tem como prioridade a reprodução da família camponesa.

Importante, neste sentido, constatar que 13% das pessoas que foram ameaçadas de morte são assentadas da reforma agrária. Este grupo deveria viver em paz na terra que conquistou, mas continua em conflito, sobretudo, na luta contra o desmatamento, contra a praga dos desvios de recursos públicos e contra os interesses das mineradoras que querem desalojá-los de seus lotes.

Continua significativo o número dos aliados dos

camponeses (agentes de pastoral, advogados, políticos) que vivem situações de ameaças de morte: 7%.

As mulheres, também, marcam uma importante presença na resistência ao avanço da devastação ambiental e da concentração fundiária: quase 18% das pessoas ameaçadas de morte, em 2011, são mulheres!

Porém, a gente vê que tem mais coisas atrás destes números. Nosso olhar não é só sociológico. Nosso olhar é pastoral.

Ecoam aos nossos ouvidos as palavras premonitórias do Mestre:

Se me perseguiram, também vos perseguirão (Jo, 15,20)

Vem a hora em que aquele que vos matar julgará estar prestando culto a Deus (Jo 16,2).

Tenho-vos dito isto para que tenhais paz em mim: no mundo tereis aflições, mas, coragem, eu venci o mundo (Jo 16,33).

Não há nenhum consolo nestas palavras, só uma grande tristeza e, ainda por cima, a sensação de uma violência que parece inevitável, a sensação de que um mundo sem violência seja algo utópico, sempre além do nosso alcance:

Tenho-vos dito estas coisas para que não vos escandalizeis (Jo 16,1).

Tenho-vos dito isto a fim de que, quando chegar a hora, vos lembreis de que já vo-lo tinha dito (Jo 16,4).

Quase a dizer: eu disse; estavam sabendo; estavam avisados!

E aí, então, não consigo olhar para os vinte e nove companheiros e companheiras assassinados, para as trinta e oito pessoas que sofreram tentativas de homicídio, para os trezentos e quarenta e sete irmãos e irmãs que vivem na insegurança, ameaça-

dos de morte, como simples números de uma estatística que vai ter que ser conferida, comparada: aumentou a violência? Diminuiu?

Perguntas cretinas quando a vida de uma só pessoa vale mais do que tudo que existe: mais do que o saldo da balança comercial, mais do que os monocultivos, mais do que os navios abarrotados de minérios, mais do que o mercado financeiro, mais do que os parques industriais, mais do que os PACs, mais do que os interesses partidários...

E a vontade do Pai que me enviou é esta: Que nenhum de todos aqueles que me deu se perca (Jo 6,39)

Assim, também, não é vontade de vosso Pai, que está nos céus, que um destes pequeninos se perca (Mt 18:14).

É por causa desta palavra e por amor do testemunho vivo dela, que estes irmãos e irmãs, estes jovens e velhos, estes ribeirinhos, posseiros, quilombolas, índios colocam suas vidas a serviço da vida: para que todos tenham vida e a tenham em plenitude.

E junto com eles, não dá para esquecer outras inúmeras vítimas, que não são registradas nesta publicação, mas cujo clamor sobe aos céus: Hosana: nos salva, por favor; socorro; não aguentamos mais!

Fizeram-nos crer que o hosana do povo de Jerusalém era uma aclamação de triunfo, de vitória. Nada disso. Era o grito de uma multidão desesperada, oprimida que só podia pôr sua confiança em Deus e no seu enviado, uma vez que sacerdotes, escribas, centuriões, governadores e reis não estavam nem aí com o sofrimento do povo.

Atrás de cada assassinado, de cada ameaçado de morte tem uma família, tem mulher, tem marido, têm filhos e filhas, têm irmãos, parentes, têm comunidades que gritam, que sofrem, que clamam por justiça: até quando?

Até quando vai demorar para que o sangue deles recaia sobre os que habitam a terra? Habitantes da terra ou, melhor, como entendiam os antigos profetas, os que sentam sobre a terra, os que a colonizam, a governam, a administram, a controlam. Os que não creem que a terra é de todos e de todas, para todos e para todas e a querem para si, até em nome de uma mal entendida doutrina social da igreja, em nome de um absoluto direito de propriedade que lhes permite abusar do que acham que é só deles. É por causa deles que centenas de pessoas continuam sendo ameaçadas, assassinadas, despejadas, escoraçadas de suas terras, exploradas até à exaustão, como escravos.

Até quando?

Até que se complete o número dos que fazem o mesmo serviço, dos irmãos que devem ser mortos como eles.

É difícil de engolir! Passaram quase 20 séculos e o número dos servos da vida, dos servos dos irmãos, dos servos da terra, dos servos de Deus ainda não está completo? Mas quanto falta?

São décadas que a CPT registra, anota, com fidelidade, esta violência, para que ninguém esqueça, para que suas vidas continuem resplandecendo como estrelas no meio de nós:

E muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para vida eterna e outros para vergonha e desprezo eterno. Os que forem sábios, pois, resplandecerão como o fulgor do firmamento; e os que a muitos ensinam a justiça, brilharão como as estrelas sempre e eternamente (Dn 12,2-3).

Elas e eles foram e são os verdadeiros sábios que sabem compreender e fazer a vontade do Pai; elas e eles nos ensinaram e nos ensinam a justiça; nos ensinam a fazer de tudo para que nossas comunidades e nossos povos se ajustem ao projeto do Pai. E por causa disso são perseguidos:

Felizes os que são perseguidos por causa da justiça porque deles é o reino dos céus (Mt 5,10).

Ao refletirmos sobre a perseguição, precisamos, porém, evitar cair em três armadilhas teológicas. A primeira, e mais grave, é pensar que a perseguição é vontade de Deus, uma forma de nos associar ao sofrimento redentor e vicário do Cristo. Não é possível crer que o nosso Deus seja um juiz ou, pior, um carrasco vingador, que precisa do sangue do filho e do nosso para perdoar os pecados da humanidade. Nunca a morte é vontade de Deus. Nem mesmo a morte do pecador:

Eu vivo, diz o Senhor Deus e não tenho prazer na morte do ímpio, mas em que ele se converta do seu caminho e viva (Ez 33,11).

Nunca devemos associar a vontade de Deus à morte. A ressurreição, a “vida eterna” é a celebração, carregada de esperança, de um Pai que não deixa que a morte tenha a última palavra nem com o seu filho crucificado, nem com ninguém que colocou sua vida a serviço da vida, de todas as vidas, de todas as formas de vida.

A morte é coisa nossa; é fruto do nosso querer ser como deuses, deuses adorados pelo nosso poder, pelas nossas riquezas, pelos nossos armazéns abarrotados, pelos nossos conglomerados financeiros, pelos nossos parques industriais, pela nossa subserviência ao único Deus que é gerador de morte: Mamom, a riqueza, um Moloc insaciável que devora os pobres:

Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de odiar um e amar o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a Mamom (Mt 6,24; Lc 16,13)).

A outra armadilha teológica é crer que os que são ameaçados de morte devem ter consciência que estão no lugar certo, fazendo a coisa certa, fazendo a vontade de Deus. Não é preciso, não. Basta estar

do lado da vida. Se em nome de Jesus ou não, se por amor de Jesus ou não, é secundário. Basta fazer por amor da justiça e da verdade e, sobretudo, por amor dos que gritam por vida plena.

Conheço companheiras e companheiros católicos, evangélicos e descrentes, praticantes e não praticantes que estão sendo ameaçados ou que já foram assassinados. Minha fé me diz que suas vidas estão a serviço do Reino de Deus e dos irmãos, a fé deles nem sempre diz a mesma coisa. Não importa. Fé é muito mais que crença. Fé é fidelidade! Ao lado de quem nós estamos? A quem somos solidários? Isso é o que nos une e nos importa. Todos nós conhecemos pessoas que têm a nossa mesma crença, mas que não estão do nosso lado, antes são nossos declarados adversários. Que Deus nos proteja deles!

A terceira armadilha teológica é crer que as coisas não vão poder mudar: sempre foi assim e assim sempre será. Cita-se até o evangelho para justificar esta afirmação: os pobres sempre tereis convosco. Daí se conclui que não é preciso partir para o enfrentamento. É preciso estabelecer atitudes de diálogo; não se pode satanizar o agronegócio, o latifúndio, as grandes empresas de monocultivo, as carvoarias. Tem lugar para todos: para a agricultura familiar e para os empresários, para as madeireiras e para os ambientalistas, para as populações tradicionais e para o moderno agronegócio, altamente tecnológico. Por que radicalizar?

Outra conclusão é que esta não é a esfera da espiritualidade. A espiritualidade evita tudo que possa dividir: as questões políticas, os diferentes projetos de desenvolvimento, a luta de classe, as causas dos conflitos... Afinal, tudo isso faz parte do efêmero, do transitório, não é decisivo. Por que se meter nestas questões? Precisa dar mais atenção ao que é espiritual, ao que é eterno.

As conclusões podem ser diferentes, mas o resultado é o mesmo: não haverá mais pessoas ameaçadas por conflitos fundiários. E, o que é mais difícil de engolir, sempre vai pairar a dúvida: será que os que estão sendo ameaçados não procuraram por isso?

Será que não são eles que deflagraram os conflitos por razões ideológicas?

É a mesma dúvida/denúncia que saiu da boca dos representantes do povo contra Moisés:

Que o Senhor vos examine e julgue: vós nos tornastes odiosos diante do Faraó e de seus servidores e lhe puseste na mão a espada para nos matar (Ex 5,21).

É a mesma dúvida/denúncia que Moisés gritou a Iahweh:

Senhor! Por que maltratas este povo? Por que me enviaste? Desde que me apresentei a Faraó para lhe falar em teu nome, ele maltrata este povo; e tu nada fizeste para libertá-lo (Ex 5,22-23).

É a mesma dúvida/denúncia que Jesus gritou na

cruz, ecoando a angústia milenar de todos os que são perseguidos:

Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste? (Mc 15,34)
É Sexta-feira Santa.

Sábado Santo: um longo, interminável sábado, de silêncio, de impotência, de descida aos inferos. Um tempo que nunca parece acabar, quando todas as saídas parecem estar fechadas: Quem vai tirar para nós a pedra? (Mc 16,3)

Domingo da Ressurreição. Poucas mulheres teimosas e corajosas nos anunciam: Ele vos precede na Galileia. Ele teima em começar de novo, mais uma vez e quer que vocês o sigam, de novo, mais uma vez. Voltem para suas galileias para anunciar o Reino, para fazer o bem.

Lutar não foi em vão.

Tabela 10 - Ameaçados de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Acre						
Boca do Acre	Seringal Redenção	3/6/2011	Cosme Capistano da Silva		45	Ag. pastoral
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Macapá	12/11/2011	José Everaldo Vieira Melo		44	Liderança
Manoel Urbano	Km 42 e 52/BR-364	3/5/2011	Antônio Joel Nascimento da Silva		A	Posseiro
Rio Branco	Ameaça de Morte a Darlene Braga	8/6/2011	Darlene Braga		A	Ag. pastoral
Tarauacá	Floresta Pública do Rio Gregório	11/12/2011	José Sidenir das Chagas		A	Sindicalista
Subtotal:				5		
Amapá						
Mazagão	Assentamento Pancada do Camaipi	31/1/2011	Wilton José Duarte		A	Liderança
Subtotal:				1		
Amazonas						
Apuí	Comunidades ao longo do Rio Sucunduri	2/8/2011	Rosa Cutrim		A	Ribeirinha
Apuí	Comunidades ao longo do Rio Sucunduri	2/8/2011	Francisco Cutrim		A	Ribeirinho
Apuí	Rodovia BR-230	2/8/2011	Odomar Neri Fernandes		63	Pequeno proprietário
Canutama	Castanhal do Coaru/Resex de Canutama	31/12/2011	Lauriano Pereira de Lima		38	Ribeirinho
Canutama	Castanhal do Coaru/Resex de Canutama	31/12/2011	Francisco das Chagas Silva Souza		A	Ribeirinho
Humaitá	Com. Ribeirinhas do Rio Madeira	16/5/2011	Irmã Angélica Toneta		A	Religiosa
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	5/10/2011	Raimunda Barbosa da Silva		59	Ag. pastoral
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	5/10/2011	Maria Célia Lopes de Souza		44	Posseira
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	5/10/2011	Pedro Pio de Souza (Pedro Piu)		48	Posseiro
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	1/6/2011	Nilcilene Miguel de Lima		45	Liderança
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	1/6/2011	Felicidade Araújo da Silva		65	Assentada
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	1/6/2011	Evandro da Silva Santos		33	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	1/6/2011	Raimundo Alexandrino de Oliveira		55	Posseiro
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	1/6/2011	José Carlos de Paula		44	Posseiro

O * ao lado do nome indica que a pessoa recebeu mais de uma ameaça; a + indica que a pessoa recebeu a ameaça e foi assassinada.

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	1/6/2011	João Nonato Piedade		60	Posseiro
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	1/6/2011	Miguel Francisco Farias dos Santos		46	Posseiro
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	29/11/2011	Dinhana Nink+		28	Ocupante
Lábrea	Gleba Curuquetê/Linha 02/Km 09/Ramal do Jequitibá	6/10/2011	Marlon Teixeira de Oliveira		40	Liderança
Lábrea	Resex Ituxi	28/5/2011	Pr. Antônio Vasconcelos de Souza**		A	Missionário
Lábrea	P. A. Umari/Km 12/BR-230	31/12/2011	Francisco Lino de Oliveira		53	Assentado
Manacapuru	Manairão/Indígenas Apurinã/Km 44/Estrada de Novo Airão/Margem Esquerda	1/7/2011	Germano Maia da Silva		39	Índio
Manacapuru	Maniquara/Rodovia Manoel Urbano/Km 42	31/12/2011	Antônio Luiz dos Santos		49	Posseiro
Manaus	Uberê	9/5/2011	Ivaneide Soares Frota		52	Ag. pastoral
Manaus	Uberê	9/5/2011	Edma Jane Muniz Tavares		A	Posseira
Manaus	Uberê	9/5/2011	Maria Aguida Lopes		46	Posseira
Manaus	Uberê	9/5/2011	Laécio Lopes		22	Posseiro
Manaus	Comunidades Ribeirinhas do Puraquequara	9/9/2011	Wilson Gomes Neves		36	Ribeirinho
Manaus	Tarumã-Açú/Com. Novo Paraíso/Empresa Eletroferro	10/11/2011	Francisco Fernandes Gama		A	Posseiro
Manaus	Tarumã-Açú/Com. Novo Paraíso/Empresa Eletroferro	10/11/2011	Carlos Alberto da Silva Lobato		A	Posseiro
Manaus	Tarumã-Açú/Com. Novo Paraíso/Empresa Eletroferro	10/11/2011	Edgar de Souza Batista		71	Posseiro
Manaus	Tarumã-Açú/Com. Novo Paraíso/Empresa Eletroferro	10/11/2011	José Porfílio da Silva		68	Posseiro
Manaus	Tarumã-Açú/Com. Novo Paraíso/Empresa Eletroferro	10/11/2011	José Martins Fernandes Pantoja		A	Posseiro
Manaus	Tarumã-Açú/Com. Novo Paraíso/Empresa Eletroferro	10/11/2011	João Caetano		91	Posseiro
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	12/6/2011	Marcelino Machado Ferreira		25	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	12/6/2011	Valdemar da Silva Brazão		63	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	12/6/2011	Francisco Parede de Lima		44	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	12/6/2011	Marinez Laranjeira de Lima		38	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	12/6/2011	Ademárcia de Nazaré Brazão		23	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	12/6/2011	Alexandro Santana de Souza		26	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	12/6/2011	Maria do Perpétuo Socorro da Silva Nazaré		61	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	12/6/2011	Rosano Dias da Silva		45	Ribeirinho
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	1/6/2011	Antônio Bezerra da Silva		A	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	1/6/2011	Marlene Santos da Silva		A	Posseira
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	1/6/2011	Francinaldo de Souza		A	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	1/6/2011	Valdomiro Machado		A	Posseiro

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	1/6/2011	Eládio Fernandes		A	Posseiro
Santo Antônio do Itá	Com. Vila Presidente Vargas/Índios Kaixana	30/1/2011	Eledilson Côrrea Dias		31	Liderança Indígena
Tonantins	Comunidade Boa Esperança	18/6/2011	Manoel Victor		24	Ribeirinho
Subtotal:				48		
Bahia						
Caetité	Com. Maniaçu/Mina de Urânio INB	19/5/2011	Pe. Osvaldino Alves Barbosa, "Pe. Dino"		A	Religioso
Cairu	Com. Quilombola de Batateira	28/5/2011	Liderança da Com. Quilombola de Batateira		A	Liderança
Caravelas	Quilombo de Volta Miúda	24/6/2011	Adolescente do Quilombo de Volta Miúda		15	Quilombola
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	29/9/2011	Elson Ribeiro Borges		48	Liderança Quilombola
Euclides da Cunha	Fazenda Jiboia	22/8/2011	Leonardo de Jesus Leite+		37	Liderança
Jaguarari	Riacho dos Morrinhos	8/1/2011	Raimundo Jeremias de Souza		A	Camponês de fundo de pasto
Jaguarari	Riacho dos Morrinhos	8/1/2011	Pedro Borges		A	Camponês de fundo de pasto
Jaguarari	Riacho dos Morrinhos	8/1/2011	Josino Duarte		A	Camponês de fundo de pasto
Jaguarari	Riacho dos Morrinhos	8/1/2011	Benedito Borges		A	Camponês de fundo de pasto
Jaguarari	Riacho dos Morrinhos	8/1/2011	José Edmilson		A	Camponês de fundo de pasto
Jaguarari	Riacho dos Morrinhos	8/1/2011	José Jeremias da Silva		A	Camponês de fundo de pasto
Jaguarari	Riacho dos Morrinhos	8/1/2011	José de Souza		A	Camponês de fundo de pasto
Monte Santo	Comunidade Serra do Bode	9/2/2011	Filho de Antônio do Plínio		A	Camponês de fundo de pasto
Subtotal:				13		
Goiás						
Aruanã	Resex Lago do Cedro/Colônia de Pescadores de Aruanã	31/12/2011	Wedson Batista Campos		A	Pescador
Goianésia	Canavial do Grupo Otávio Lage	10/5/2011	Vilmar Gomes de Oliveira		A	Trab. Rural
São Domingos	Resex Recanto das Araras de Terra Ronca e Contagem dos Buritis	31/12/2011	Osmar Alves de Souza		A	Pescador
Subtotal:				3		
Maranhão						
Açailândia	Ameaçados de Morte: CPT, CDVDH, STTR e Extrativista	8/6/2011	Antônio Filho		A	Aliados
Açailândia	Fazenda Maralina	17/3/2011	Francisco Paulino Gonçalves		A	Trab. Rural
Aldeias Altas	Pov. Gostoso, Barro I e II, Pati, Bom Sucesso/TG Agroindústria	30/4/2011	Francisco Rodrigues		A	Liderança
Aldeias Altas	Pov. Gostoso, Barro I e II, Pati, Bom Sucesso/TG Agroindústria	30/4/2011	Valdeci Barbosa de Menezes		A	Liderança
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	9/6/2011	Cearense		A	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Cia. Caxuxa Pastoril	9/6/2011	José Santana		A	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão	Com. Faveira/KBF Participação e Empreendimentos Ltda	16/2/2011	Marcos Antônio Vieira dos Santos		A	Posseiro
Bequimão	Ameaçados de Morte: CPT, CDVDH, STTR e Extrativista	8/6/2011	Fábio C. Silva		A	Ag. pastoral
Bom Jardim	Fazenda Boa Vista	8/4/2011	Edivan Ferreira da Conceição Sales		A	Trab. Rural
Brejo	Com. Quilombola Saco das Almas/Vila das Almas	20/6/2011	Claro Ferreira da Costa		A	Quilombola
Brejo	Quilombo Alto Bonito	28/5/2011	Raimundo Nonato Gomes		A	Liderança Quilombola
Brejo	Com. Quilombola de Depósito	18/4/2011	Manuel Nonato Gonçalves		A	Liderança Quilombola
Cajari	Comunidade Quilombola Camaputiua	11/5/2011	Ednaldo Padilha, "Cabeça"		A	Liderança Quilombola

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Cajari	Comunidade Quilombola Camaputiua	11/5/2011	José Raimundo Araújo dos Santos		A	Liderança Quilombola
Cajari	Comunidade Quilombola Camaputiua	11/5/2011	Maria Antônia dos Santos		A	Liderança Quilombola
Cajari	Comunidade Quilombola Camaputiua	5/11/2011	José do Espírito Santo Lima dos Santos		A	Quilombola
Cantanhede	Ameaçados de Morte: CPT, CDVDH, STTR e Extrativista	25/7/2011	Martin Micha		A	Ag. pastoral
Cantanhede	Ameaçados de Morte: CPT, CDVDH, STTR e Extrativista	25/7/2011	Diogo Cabral		A	Ag. pastoral
Cantanhede	Ameaçados de Morte: CPT, CDVDH, STTR e Extrativista	25/7/2011	Pe. Inaldo Vieira Serejo		A	Ag. pastoral
Codó	Com. Quilombola Matões dos Moreira/Matões dos Caboclo	9/6/2011	Ana Emília Moreira Santos		49	Liderança Quilombola
Codó	Mata Virgem	9/6/2011	Mário Sérgio Moreira de Queiroz		41	Aliados
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	9/6/2011	Edmar dos Santos		A	Quilombola
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	9/6/2011	Raimundo Nonato de Oliveira Costa		A	Quilombola
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	9/6/2011	Antônio Pereira Borges		A	Quilombola
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	9/6/2011	Francisco Batista da Silva		A	Quilombola
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	9/6/2011	Francisco Delmiro da Silva		A	Quilombola
Codó	Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	9/6/2011	Evangelino de Oliveira Costa		A	Quilombola
Davinópolis	Ameaçados de Morte: CPT, CDVDH, STTR e Extrativista	31/12/2011	Elaine Santos Silva		A	Liderança
Itapecuru Mirim	Quilombo Sta. Rosa dos Pretos/Vale	28/1/2011	Raimundo Elesbão Conceição		A	Liderança Quilombola
Itapecuru Mirim	Quilombo Sta. Rosa dos Pretos/Vale	28/1/2011	Libânio Pires		A	Liderança Quilombola
Matinha	Comunidade Quilombola São Caetano	30/12/2011	Tomaz de Aquino Amaral Costa		A	Quilombola
Matinha	Comunidade Quilombola São Caetano	30/12/2011	Valdemir Trindade Mendes		A	Quilombola
Matinha	Comunidade Quilombola São Caetano	30/12/2011	José de Ribamar Trindade Mendes		A	Quilombola
Matinha	Comunidade Quilombola São Caetano	30/12/2011	Antônia Trindade Mendes		A	Quilombola
Matinha	Comunidade Quilombola São Caetano	30/12/2011	Severina Mendes Tavares Maria		A	Quilombola
Matinha	Comunidade Quilombola Bom Jesus	30/12/2011	Paulo Dárcio		A	Quilombola
Matinha	Comunidade Quilombola Bom Jesus	30/12/2011	Maria do Rosário Soares Costa Ferreira		A	Quilombola
Matinha	Comunidade Quilombola Tanque de Valença	30/12/2011	Antônio Dias		A	Quilombola
Matões do Norte	Quilombo Lago do Coco	9/6/2011	Francisco Xavier Casanova		50	Liderança
Mirinzal	Comunidade Quilombola Vivo	8/6/2011	João Batista Saraiva		A	Quilombola
Mirinzal	Ameaçados de Morte: CPT, CDVDH, STTR e Extrativista	8/6/2011	Pe. Clemir Batista da Silva		A	Ag. pastoral
Monção	Comunidade Quilombola Outeiro	30/3/2011	Quilombola da Com. Outeiro		A	Quilombola
Paço do Lumiar	Pov. Pindoba/Enciza Engenharia	18/4/2011	Maria da Conceição de Almeida Ferreira		A	Liderança
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro	16/7/2011	Lázaro de Jesus Almeida		A	Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro	16/7/2011	Elizabeth Pinheiro		A	Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro	16/7/2011	Catarino dos Santos Costa		A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro	16/7/2011	Maria Teresa Bitencourt		A	Quilombola
Peri - Mirim	Comunidade Quilombola Pericumã	8/6/2011	Simeão Soares Gonçalves		A	Quilombola
Pio XII	Povoado Jeová	10/10/2011	José Félix		A	Posseiro
Pio XII	Povoado Jeová	10/10/2011	Maria Tonilda		A	Posseira

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	27/8/2011	José Patrício		A	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	27/8/2011	José da Cruz Conceição Monteiro**		A	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	27/8/2011	Jairon Eduardo da Luz		A	Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	27/8/2011	Rita Maria do Nascimento		A	Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	27/8/2011	Belarmino Costa		A	Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	27/8/2011	João Batista Sousa Pontes		A	Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	27/8/2011	Joel Belarmino Costa		A	Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	27/8/2011	Francisco Belarmino Costa		A	Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	27/8/2011	Benedito Belarmino Costa		A	Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	27/8/2011	Antônio Belarmino Costa		A	Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Data Aldeia Velha	27/8/2011	José Bispo de Sousa		A	Quilombola
Presidente Vargas	Povoado Primeiros Campos	6/9/2011	Antônio Manoel Barbosa		A	Assentado
Ribamar Fiquene	Faz. Arizona/Acamp. Salete Moreno	28/8/2011	Papaizão		A	Sem - terra
Ribamar Fiquene	Faz. Arizona/Acamp. Salete Moreno	28/8/2011	Joelson		A	Sem - terra
Ribamar Fiquene	Faz. Arizona/Acamp. Salete Moreno	28/8/2011	Delcimar		A	Sem - terra
Ribamar Fiquene	Faz. Arizona/Acamp. Salete Moreno	28/8/2011	Vânia		A	Sem - terra
Ribamar Fiquene	Faz. Arizona/Acamp. Salete Moreno	28/8/2011	Roseno		A	Sem - terra
Santa Luzia	Assentamento Flechal	8/6/2011	Valdecir Valtenir Aguiar, "Carreteiro"		A	Assentado
Santa Luzia	Assentamento Flechal	6/8/2011	Raimundo Fontenele da Silva		A	Assentado
Santa Luzia	Assentamento Flechal	6/8/2011	Manoel do Socorro Góes		A	Assentado
Santa Luzia	Fazenda Água Boa	21/1/2011	Trabalhador da Faz. Água Boa		A	Trab. Rural
Santa Rita	Quilombo Santana	27/5/2011	Francisco Chicó+		A	Liderança Quilombola
Santa Rita	Quilombo Jiquiri dos Pretos	9/6/2011	Francisco Gomes da Silva		A	Quilombola
Santa Rita	Quilombo Jiquiri dos Pretos	6/9/2011	Filomeno Ferreira Santos		A	Quilombola
Santa Rita	Quilombo Jiquiri dos Pretos	6/9/2011	José Clemente de Sousa		A	Quilombola
Santa Rita	Quilombo Jiquiri dos Pretos	6/9/2011	Juliana Martins		A	Quilombola
São Bento	Com. Enseada, São Francisco, Canarana e Jorge	6/9/2011	Timóteo Nascimento		A	Pescador
São Bernardo	Santo Antônio do Magu/Suzano Papel Celulose	10/10/2011	Raimundo Silva Almeida		A	Posseiro
São Bernardo	Santo Antônio do Magu/Suzano Papel Celulose	10/10/2011	Maria de Nazaré Silva		A	Posseira
São Luís	Assent. Cassaco/Arraial de Anajatua/Região do Quebra Pote	8/6/2011	Juaci Alves Monteiro		A	Assentado
São Luís	Assent. Cassaco/Arraial de Anajatua/Região do Quebra Pote	8/6/2011	Antônio Ribeiro de Castro		A	Assentado
São Luís	Assent. Cassaco/Arraial de Anajatua/Região do Quebra Pote	8/6/2011	Vitório Trindade		A	Assentado
São Luís	Comunidade Maracujá	8/6/2011	Ademar Costa Rodrigues		A	Assentado
São Luís	Comunidade Maracujá	8/6/2011	Raimundo Nonato Alves Araújo		A	Posseiro
São Luís Gonzaga do Maranhão	Comunidade Quilombola de Santarém	9/6/2011	Paulo Sérgio		A	Quilombola
São Luís Gonzaga do Maranhão	Comunidade Quilombola de Santarém	9/6/2011	Antônio Mires Muniz		A	Quilombola
São Mateus do Maranhão	Pov. Pai Mané/Retiro Velho/Barroco e Simão/Faz. Ouro Azul	9/6/2011	Francisco Lisboa da Silva		A	Posseiro

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
São Mateus do Maranhão	Pov. Pai Mané/Retiro Velho/Barroçã e Simão/Faz. Ouro Azul	9/6/2011	Francisco Gonçalves Dutra		A	Posseiro
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	27/5/2011	Aquiles Serra		A	Liderança Quilombola
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	27/5/2011	Arnaldo dos Santos		A	Liderança Quilombola
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	27/5/2011	Manoel Santana Costa		36	Liderança Quilombola
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	27/5/2011	Zilmar Pinto Mendes		A	Liderança Indígena
São Vicente Ferrer	Comunidade Quilombola de Charco	27/5/2011	Almirandi Madeira Costa		41	Liderança Quilombola
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	26/8/2011	Francisco Neres de Sá		A	Quilombola
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	26/8/2011	Benedito Silva**		A	Quilombola
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	26/8/2011	Leomar Cordeiro de Sá		A	Quilombola
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	26/8/2011	Aldo Cordeiro de Sá		A	Quilombola
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	26/8/2011	Elessandra de Oliveira Silva		33	Quilombola
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	26/8/2011	Irenita Rosa de Oliveira Silva		A	Quilombola
Serrano do Maranhão	Boa Esperança II	9/6/2011	Acácia dos Santos Pontes		A	Liderança
Serrano do Maranhão	Quilombo Rosário	8/6/2011	Jadeildo Borges		A	Liderança Quilombola
Serrano do Maranhão	Quilombo Rosário	8/6/2011	Antônio Silva		A	Liderança Quilombola
Serrano do Maranhão	Quilombo Rosário	8/6/2011	Benedito Borges		A	Liderança Quilombola
Serrano do Maranhão	Quilombo Rosário	8/6/2011	Valdenilson Borges+		24	Liderança Quilombola
Serrano do Maranhão	Quilombo Rosário	8/6/2011	José Ribamar Gonçalves		A	Liderança Quilombola
Serrano do Maranhão	Quilombo Rosário	2/10/2011	Ana Maria dos Reis Abreu		25	Quilombola
Serrano do Maranhão	Comunidade Quilombola Mariano	8/6/2011	Euzita Teixeira		A	Quilombola
Serrano do Maranhão	Comunidade Quilombola Mariano	8/6/2011	Maria Cristina Teixeira		A	Quilombola
Viana	Ameaçados de Morte: CPT, CDVDH, STTR e Extrativista	8/6/2011	Faustino Nonato Madeira		A	Dirigente sindical
Vitória do Mearim	Juçaralzinho/Bom Jardim/Paiol/Boca do Campo/Cafezal/Vamos Ver/Palmeira Comprida	9/6/2011	Francisco dos Santos Feitosa		A	Posseiro
Vitória do Mearim	P. A. Jussaralzinho	8/6/2011	Bertolina Silva		A	Assentada
Vitória do Mearim	P. A. Jussaralzinho	8/6/2011	Antônio Lázaro		A	Assentado
Vitória do Mearim	P. A. Jussaralzinho	8/6/2011	Domingos dos Santos		A	Assentado
Vitória do Mearim	P. A. Jussaralzinho	8/6/2011	José dos Reis		A	Assentado
Vitória do Mearim	P. A. Jussaralzinho	8/6/2011	Edmilson Mendes		A	Assentado
Vitória do Mearim	P. A. Jussaralzinho	8/6/2011	José do Socorro Barbosa		A	Assentado
Subtotal:					116	
Mato Grosso						
Bom Jesus do Araguaia	Faz. Bordon/P. A. Bordolândia	28/5/2011	Pe. Rosécio Alves Santana, "Zezão"		30	Ag. pastoral
Bom Jesus do Araguaia	Faz. Bordon/P. A. Bordolândia	28/5/2011	Pe. Paulo César Moreira Santos		35	Ag. pastoral
Confresa	T. I. Urubu Branco/Tapirapé	3/11/2011	Lideranças Tapirapé/T. I. Urubu Branco	3	A	Liderança Indígena
Juína	Faz. Tarciana/Assent. Vale do Juinão	11/6/2011	Zenildo Souza Damasceno		A	Assentado
Nova Guarita	Gleba Gama	31/7/2011	Adriano Caetano Alves		A	Assentado
Nova Guarita	Gleba Gama	31/7/2011	Antônio Bento		A	Assentado
Nova Guarita	Gleba Gama	31/7/2011	Reinaldo, "Chapéu"		A	Liderança
Poconé	Assentamento Santa Filomena	22/6/2011	Rosimeire Rodrigues Nardes de Campos		A	Liderança
Subtotal:					10	
Mato Grosso do Sul						
Amambaí	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	16/11/2011	Nísio Gomes+		59	Liderança Indígena
Caarapó	Aldeia Te Yikue	21/11/2011	Otoniel Ricardo		A	Liderança Indígena

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Caarapó	Ameaçados de Morte	21/11/2011	Cacique Ambrósio		A	Liderança Indígena
Campo Grande	Ameaçados de Morte	21/11/2011	Cacique Carlito		A	Liderança Indígena
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	21/11/2011	Ládio Veron		A	Liderança Indígena
Paranhos	Faz. São Luiz/Triunfo/Com. Indígena Y'poí	29/9/2011	Rodolfo Verá		A	Liderança Indígena
Tacuru	T. I. Jaguapiré/Faz. Redenção	2/12/2011	Tonico Benites		A	Liderança Indígena
Subtotal:				7		
Minas Gerais						
Belo Horizonte	Quilombo Mangueiras	12/6/2011	Ione Maria Oliveira		43	Liderança Quilombola
Buritzeiro	Ameaçados de Morte/Extrativistas e Agroextrativistas	31/12/2011	Wellington Lins dos Santos		A	Liderança
Campo do Meio	Faz. Ariadnópolis/Acamp. Ir. Dorothy/Vitória da Conquista	21/2/2011	Camilo de Lelis Fernandes		A	Político
Formoso	Ameaçados de Morte/Extrativistas e Agroextrativistas	31/12/2011	Neurivan Pereira de Farias		A	Liderança
Lassance	Ameaçados de Morte/Extrativistas e Agroextrativistas	31/12/2011	Adalberto Gomes dos Santos		A	Liderança
Montezuma	Ameaçados de Morte/Extrativistas e Agroextrativistas	31/12/2011	José da Silva		A	Liderança
Ouro Verde de Minas	Comunidade Quilombola do Córrego Santa Cruz	13/12/2011	Vandeli Paulo		A	Liderança Quilombola
Rio Pardo de Minas	Com. de São Miguel/Destilaria Meneghetti Ltda	20/12/2011	Orlando dos Santos		A	Liderança
Rio Pardo de Minas	Com. de São Miguel/Destilaria Meneghetti Ltda	20/12/2011	Wilson Ferreira dos Santos		A	Liderança
Rio Pardo de Minas	Com. de São Miguel/Destilaria Meneghetti Ltda	20/12/2011	João Pereira Nunes		A	Liderança
Rio Pardo de Minas	Com. de São Miguel/Destilaria Meneghetti Ltda	20/12/2011	Gilvan Gonçalves de Almeida		A	Liderança
Rio Pardo de Minas	Ameaçados de Morte/Extrativistas e Agroextrativistas	31/12/2011	Maria Lúcia de Oliveira Agostinho		A	Liderança
São João da Ponte	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã /Lagoa da Varanda	28/5/2011	Clayton Ferreira da Silva		29	Quilombola
São João da Ponte	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã /Lagoa da Varanda	28/5/2011	Vetinho Soares de Souza		29	Quilombola
São João da Ponte	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã /Lagoa da Varanda	28/5/2011	José Carlos Oliveira Neto		A	Liderança Quilombola
São João da Ponte	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã /Lagoa da Varanda	28/5/2011	João Pinheiro de Abreu, "João Pera"		A	Liderança Quilombola
São João da Ponte	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã /Lagoa da Varanda	20/8/2011	Zé do Mário		A	Quilombola
São João das Missões	Terra do Morro Vermelho/Xakriabá	1/8/2011	Cacique Santo Caetano Barbosa		A	Liderança Indígena
Subtotal:				18		
Pará						
Abel Figueiredo	Faz. Caracol/Acamp. Paz com Cristo	31/5/2011	Antônio Marcos Gonçalves Barbosa		A	Sem - terra
Abel Figueiredo	Faz. Caracol/Acamp. Paz com Cristo	25/10/2011	Carlinhos		A	Político
Água Azul do Norte	Fazenda Campos Altos	11/4/2011	João Dias Borges		56	Trab. Rural
Água Azul do Norte	Fazenda Gavisa	14/4/2011	Djalma		A	Trab. Rural
Altamira	Resex Riozinho do Anfrísio/Grileiro CR Almeida	19/8/2011	Raimundo Belmiro de Lima dos Santos		46	Liderança
Anapu	Gl. Bacajá/P. A. Pilão Poente II/Lote 69-71-73	29/11/2011	Antônio Felício da Silva		A	Liderança
Anapu	Gl. Bacajá/PDS Esperança/Lt. 68	1/1/2011	Presidente da Associação		A	Liderança
Breu Branco	Faz. de Marlene Nerys e Darli	3/3/2011	Antônio Pereira dos Santos		A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Conceição do Araguaia	Faz. Cruzeiro Novo/Acamp. São José	5/8/2011	Joacir Fran Alves Mota		A	Liderança
Curionópolis	Fazs. Bom Jesus e Santa Maria	27/5/2011	Raimundo Alves da Cruz		A	Liderança
Eldorado dos Carajás	Complexo Iraque/Acamp. Jerusalém	6/6/2011	Pernambuco		50	Liderança
Eldorado dos Carajás	Complexo Iraque/Acamp. Jerusalém	21/9/2011	Edvaldo Moura da Silva		46	Sem - terra
Eldorado dos Carajás	P. A. Sapucaia/Acamp. Paulíneo	4/6/2011	Djesus Martins Araújo		A	Liderança
Eldorado dos Carajás	Fazenda Pedra Preta	6/11/2011	Deilson dos Reis Lopes		A	Trab. Rural
Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	24/5/2011	Manoel José		A	Sem - terra
Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	31/12/2011	Jonas Vieira da Silva		A	Liderança
Goianésia do Pará	Faz. Palmeiras/Acamp. da Paz	5/6/2011	Acampados na Faz. Palmeiras	6		Sem - terra
Itaituba	Com. de Mirirituba/P. A. Areia	26/10/2011	Júnior José Guerra		38	Assentado
Itaituba	Com. de Mirirituba/P. A. Areia	26/10/2011	Edvaldo da Silva, "Divaldinho" +		35	Assentado
Itaituba	Com. Mirirituba/P. A. Ipiranga	28/2/2011	Marinalva Eugênia Martins		32	Assentada
Itaituba	Com. Mirirituba/P. A. Ipiranga	28/2/2011	Edmar Pereira de Souza		A	Assentado
Itaituba	Com. Mirirituba/P. A. Ipiranga	28/2/2011	Erandy Abreu de Souza		A	Assentado
Itaituba	Com. Mirirituba/P. A. Ipiranga	28/2/2011	Evangelista Rodrigues Cordeiro		44	Liderança
Itaituba	Com. Mirirituba/P. A. Ipiranga	28/2/2011	Gerlando dos Santos Lopes		46	Assentado
Itaituba	Com. Mirirituba/P. A. Ipiranga	28/2/2011	Rosália Alvarado de Souza		32	Assentada
Itaituba	Com. Mirirituba/P. A. Ipiranga	28/2/2011	Vera Márcia da Silva		38	Assentada
Itupiranga	Fazenda Lago Vermelho	31/7/2011	Francisca Pereira Moreira de Sousa		A	Liderança
Itupiranga	Fazenda Lago Vermelho	31/7/2011	Damiana Nélia Rodrigues Ribeiro		A	Liderança
Itupiranga	Fazenda Lago Vermelho	31/7/2011	Neildes Alves Coimbra		A	Liderança
Itupiranga	P. A. Palmeira Setor Sete/Faz. Nova Era	28/8/2011	Bruno Martins		A	Liderança
Itupiranga	P. A. Palmeira Setor Sete/Faz. Nova Era	28/8/2011	Agnaldo da Silva Dias		A	Assentado
Itupiranga	P. A. Palmeira Setor Sete/Faz. Nova Era	28/8/2011	Americo Santos da Silva		A	Assentado
Itupiranga	P. A. Palmeira Setor Sete/Faz. Nova Era	28/8/2011	Gilmar Ribeiro Bezerra		A	Assentado
Itupiranga	P. A. Palmeira Setor Sete/Faz. Nova Era	28/8/2011	Rafael		A	Assentado
Juruti	Gleba Mamuru Rio	13/2/2011	Valdenice Batista Queiroz		A	Assentada
Marabá	Assentamento José Dutra	16/5/2011	Antônio Lopes da Silva		51	Assentado
Marabá	Fazenda Maria de Jesus	4/5/2011	José Felipe Ferreira dos Santos		A	Trab. Rural
Marabá	Fazenda Califórnia	31/5/2011	Valdemar Oliveira Barbosa, "Piauí" +		A	Sindicalista
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	2/6/2011	Eduardo Rodrigues		A	Assentado
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	2/6/2011	João Pereira		62	Assentado
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	5/6/2011	Francisco Tadeu Vaz Silva		42	Assentado
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	5/6/2011	José Martins		57	Assentado
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	18/8/2011	José Maria Gomes Sampaio**		A	Assentado
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	18/8/2011	Laisa Santos Sampaio**		A	Assentada
Novo Repartimento	Fazenda Vitória	20/9/2011	Antônio Gomes Dias		A	Trab. Rural
Pacajá	P. A. Barrageira	9/6/2011	Francisco Evaristo da Conceição		50	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Portel	PDS Liberdade/Gl. Tuerê II/Manduacari II/Pracupi II	12/6/2011	Fredeciano de Oliveira Sacramento		A	Sem - terra
Portel	PDS Liberdade/Gl. Tuerê II/Manduacari II/Pracupi II	12/6/2011	Três moradores do PDS Liberdade	3	A	Sem - terra
Portel	PDS Liberdade/Gl. Tuerê II/Manduacari II/Pracupi II	12/6/2011	Josuel dos Santos Sacramento		A	Sem - terra
Prainha	Gl. Pacoval/Corta-Corda/Raisan/PDS Sta. Clara/PAE Curuá II	31/1/2011	Valdeci dos Santos Gomes		A	Liderança
Prainha	Resex Renascer/Com. Sta. Maria do Uruará e Outras	27/9/2011	Rosa Maria Moraes Viégas, "Rosinha"		A	Liderança
Rondon do Pará	Ameaçados de Morte	3/7/2011	Maria Joel Dias Costa		47	Sindicalista
Rondon do Pará	Fazenda Heródica	21/11/2011	Luiz Gonzaga Simeão Pinto		50	Trab. Rural
Rondon do Pará	Fazenda Rio do Ouro/Rio Preto	2/3/2011	Francisco Martins Araújo		60	Trab. Rural
Santarém	Gl. Nova Olinda/Madeira Rondonbel/Coepa/14 Com. Ribeirinhas e 3 Aldeias Indígenas	8/6/2011	Odair José Alves de Souza, "Dadá Borari"		A	Índio
São Félix do Xingu	Faz. Jaguará/Belauto	25/10/2011	José Rodrigues de Souza		A	Liderança
São Félix do Xingu	Fazenda Valadares	17/5/2011	Antônio Petuba		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	7/7/2011	José Goiano		A	Liderança
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	7/7/2011	Osvaldo Rodrigues da Costa		52	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	8/7/2011	Vanderlan Rocha Freires		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	8/7/2011	Esposa de Vanderlan Rocha Freires		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	9/7/2011	Luciano Bispo Alves		29	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	9/7/2011	Lucimar Bispo Alves		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	9/7/2011	Acampados do Novo Oeste	5		Sem - terra
São Geraldo do Araguaia	Faz. Beira Rio/Águas Claras	29/8/2011	Valdijo de Oliveira		A	Trab. Rural
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Vale do Paraíso	17/8/2011	Zacarias Noronha de Sousa		30	Trab. Rural
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Vale do Paraíso	17/8/2011	Edorval Feliciano dos Santos		70	Trab. Rural
Subtotal:				78		
Paraíba						
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	15/9/2011	Jobia Ferreira		A	Posseira
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	15/9/2011	Antônio Alves Batinga		A	Posseiro
Barra de São Miguel	Faz. Sta. Rosa/Santana/Poço	15/9/2011	Mauro Irineu de Lima		59	Posseiro
Barra de São Miguel	Fazs. Maravilha/Boi Bravo/Bom Sucesso/Estrela	15/11/2011	Sr. Raimundo		A	Sem - terra
Subtotal:				4		
Paraná						
Querência do Norte	Faz. Pontal do Tigre/Assent. Oziel Alves Pereira	28/6/2011	Testemunha do Assassinado de Eduardo Anghinoni			Sem Informação
Subtotal:				1		
Pernambuco						
Sertânia	Cachoeira do IPA	14/6/2011	José Luiz da Silva+		A	Trab. Rural
Subtotal:				1		
Piauí						
Tanque do Piauí	Ameaças de Morte/Extrativistas e Agroextrativistas	31/12/2011	Francisca Lustosa		A	Liderança
Subtotal:				1		
Rio de Janeiro						
Magé	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	6/5/2011	Alexandre Anderson de Souza		41	Liderança
Subtotal:				1		
Rio Grande do Sul						
Maquiné	Quilombo de Morro Alto	14/10/2011	Wilson Marques da Rosa		A	Quilombola
Subtotal:				1		
Rondônia						
Alta Floresta do Oeste	Com. Quilombola de Rolim de Moura do Guaporé/T. I. Wuajuru	10/6/2011	Valda Wajuru		A	Índia
Buritís	Acampamento Rio Alto/Linha 36	12/3/2011	Luiz Carlos Lemes		A	Pequeno proprietário

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	16/6/2011	Almir Narayamoga Suruí		37	Liderança
Candeias do Jamari	Linha 43/Com. Nossa Sra. Aparecida	30/6/2011	Pe. José Geraldo da Silva, "Pe. Juquinha"		A	Religioso
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	9/2/2011	Maria Helena Felipe, "Nina"		A	Liderança
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	9/2/2011	Udo Wahldrink**		A	Presidente de STR
Costa Marques	Reserva Extrativista do Rio Cautário/T. I. Cojubim	30/6/2011	Pedro Gomes		A	Índio
Ji-Paraná	T. I. 7 de Setembro	1/10/2011	Daniel Fontenele		A	Aliados
Porto Velho	Distrito de Extrema/Gl. Marmelo/Faz. Gobbi	7/6/2011	Sérgio Britto		50	Ag. pastoral
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	7/6/2011	Natalino Alexandre dos Santos		A	Liderança
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	26/8/2011	Alcimar Rodrigues Ferreira		A	Posseiro
Porto Velho	Comunidade de Brasileira	3/3/2011	Dona Nunir		A	Posseira
Porto Velho	Projeto Burareiro/Acamp. São Francisco/Lote 31 e 31A	29/6/2011	Dom Moacyr Grechi		A	Religioso
Porto Velho	Fazenda Morro Vermelho	30/6/2011	Luiz Pires		A	Dirigente sindical
Porto Velho	Fazenda Morro Vermelho	30/6/2011	Antônio Marques dos Santos**		A	Liderança
Porto Velho	Fazenda Morro Vermelho	25/8/2011	Leonel dos Santos Feitosa		51	Posseiro
Porto Velho	Fazenda Morro Vermelho	25/8/2011	Adevair José de Souza		A	Posseiro
Seringueiras	Indígenas Puroborá/Rio Manoel Correia	10/6/2011	Hosana Puroborá		A	Índia
Vilhena	P. A. Águas Claras	25/7/2011	Adilson Machado		A	Ag. pastoral
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	23/5/2011	Espiridião Pinto Ribeiro		A	Posseiro
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	23/5/2011	João da Mata Borges		70	Posseiro
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	8/6/2011	Clebes Souza Cláudio		A	Posseiro
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	8/6/2011	José Cláudio Filho		A	Posseiro
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	8/6/2011	Edionilda E. Rocha		A	Posseira
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	8/6/2011	Paulo de Jesus Rocha		A	Posseiro
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	8/6/2011	Fábio Souza Cláudio		28	Posseiro
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	8/6/2011	Paulo César da Conceição		A	Posseiro
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	8/6/2011	Thomé (Tomás) Gomes da Rocha		A	Posseiro
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	8/6/2011	Iza Hersmidorff		A	Posseira
Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	6/8/2011	Nelsinho Batista de Freitas		A	Posseiro
Subtotal:					30	
Tocantins						
Goiatins	Faz. Capelinha/Gruta Funda	7/2/2011	Raimundo Cordeiro Alves Ferreira		A	Posseiro
Palmeirante	Faz. Sto. Reis/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	1/6/2011	José Valdir Muniz		A	Sem - terra
Palmeirante	Faz. Sto. Reis/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	1/6/2011	Divino de Jesus Vieira***		A	Sem - terra
Palmeirante	Faz. Sto. Reis/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	27/10/2011	Noginel		A	Liderança
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	29/5/2011	Noginel Batista Vieira		A	Assentado
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	1/6/2011	Raimundo Nonato Silva		A	Assentado
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	1/6/2011	Valdeni da Silva Medeiros		A	Assentado
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	1/6/2011	Silvano Lima Rezende		A	Ag. pastoral
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	22/7/2011	Esposo da Sr. Ednilza		A	Assentado
Subtotal:					9	
Total:					347	



Foto: Cristiane Passos

Manifestações

Tabela 11 - Manifestações

UF	Ocorrências	Pessoas
Centro-Oeste		
DF	25	87480
GO	19	8911
MS	23	5504
MT	54	11076
Subtotal:	121	112971
Nordeste		
AL	40	13270
BA	56	40700
CE	18	28685
MA	20	16686
PB	18	8050
PE	47	28430
PI	11	27610
RN	12	9670
SE	12	3747
Subtotal:	234	176848
Norte		
AC	16	4352
AM	9	9880
AP		
PA	53	19125
RO	26	8000
RR		
TO	10	2950
Subtotal:	114	44307
Sudeste		
ES	9	3050
MG	44	27420
RJ	15	2562
SP	31	11475
Subtotal:	99	44507
Sul		
PR	26	12837
RS	44	27759
SC	17	13301
Subtotal:	87	53897
Brasil:	655	432530

Manifestação de acampados do Pará dura 46 dias

De 09 de maio a 24 de junho, 46 dias, foi o tempo que durou a maior manifestação realizada pelos trabalhadores sem-terra, em 2011.

A manifestação reuniu mais de 5.000 pessoas, na cidade de Marabá, sul do Pará, após a onda de assassinatos de trabalhadores rurais que aconteceu na região e em outros pontos do país. A manifestação juntou acampados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) que acamparam em frente ao Incra. Os trabalhadores e trabalhadoras pediam o assentamento das milhares de famílias acampadas na região. De acordo com os manifestantes, cerca de 12.000 famílias estavam acampadas nos 39 municípios da área de abrangência da Superintendência Regional do Incra em Marabá. E a meta da

Superintendência para 2011 era o assentamento de apenas 1.500 famílias. Efetivamente foram assentadas no ano apenas 1.186 famílias.

No dia 17 de junho, 39 dias depois de iniciado o acampamento, depois de diversas manifestações, entre as quais a interdição da BR 230 (Transamazônica), os trabalhadores divulgaram uma carta à população de Marabá em que expõem os motivos que os levaram a esta ação. Reconhecem também “os transtornos que causaram à população de Marabá” com a interdição da rodovia, mas justificam que tal ação foi necessária para chamar a atenção sobre a pauta de suas reivindicações.

Na carta, os movimentos pedem, ainda, a punição dos “pistoleiros e mandantes dos assassinatos” de trabalhadores rurais e o fim da criminalização dos movimentos sociais.

Carta à população de Marabá

Somos mais de cinco mil trabalhadores e trabalhadoras rurais, ligados à FETAGRI, MST e FETRAF dos vários municípios das regiões sul e sudeste do nosso Estado. Viemos de acampamentos e assentamentos e há mais de 30 dias estamos acampados em frente ao Incra de Marabá, exigindo a vinda de autoridades do governo federal e do governo estadual para negociarmos nossa pauta.

Foi graças à nossa luta nas últimas décadas que temos hoje na região 500 assentamentos onde estão morando e produzindo mais de 70 mil famílias de agricultores familiares. Um número de trabalhadores quase duas vezes o tamanho da população da cidade de Marabá, espalhados na área rural de nossos municípios. Imaginem se toda essa população estivesse morando na periferia das cidades da

região. O problema da pobreza e da violência seria ainda mais grave.

É o trabalho desses camponeses que faz chegar à mesa de grande parte da população das cidades do sul e sudeste, o arroz, o milho, a farinha, o feijão, o leite, o queijo, as hortaliças, o peixe, o cupuçu, o maracujá, o açaí e muitos outros produtos. Nos latifúndios onde apenas o boi, criado para exportação, pisava e pastava e onde o trabalhador foi sempre explorado e escravizado, hoje temos milhares de famílias, plantações e muita produção. De acordo com o último censo agropecuário do IBGE, a agricultura familiar é responsável pela maioria dos produtos que vão para a mesa dos brasileiros, ou seja, 34% do arroz, 70% do feijão, 46% do milho, 58% do leite, 59% dos suínos e 50%

das aves, são produzidos pelos trabalhadores rurais.

Mesmo produzindo a maioria dos alimentos, ocupamos a menor parte das terras. Quase 50% das propriedades rurais no Brasil possuem menos de 10 hectares e ocupam apenas 2,36% das terras agricultáveis, por outro lado, menos de 1% das propriedades rurais no Brasil tem área acima de mil hectares, no entanto, ocupam 44% das terras agricultáveis. É muita terra nas mãos de poucos latifundiários que produzem apenas para exportação.

Queremos continuar no campo e produzir ainda mais, mas, para isso necessitamos de estradas para escoar a produção, de créditos para os projetos produtivos, de assessoria técnica para orientar o processo produtivo, de energia elétrica e do assentamento das famílias que estão nos acampamentos. É POR ESSA RAZÃO QUE ESTAMOS ACAMPADOS!

O governo se nega a atender nossas reivindicações. Há dinheiro para construir hidrelétricas, ferrovias, hidrovias, siderúrgicas etc., mas dizem que não há recursos para a reforma agrária e a agricultura familiar. É tempo de prepararmos a terra para uma nova safra e não podemos voltar para nossos lotes de mãos vazias. Por isso continuaremos acampados.

Reconhecemos os transtornos causados à população de Marabá em razão das interdições da BR

230 (Transamazônica), mas, infelizmente, foi a alternativa que nos restou para chamar a atenção do poder público. Se duas manhãs de interrupção da pista causou tanta indignação, imaginem vocês, a situação de quem vive isolado ano após ano nos assentamentos rurais!

Nos últimos 10 anos, de acordo com o IBGE, quatro milhões de pessoas deixaram o campo e migraram para as cidades. A maioria foi direto para a periferia, vivendo em situações precárias, sem saneamento básico, sem acesso à saúde e educação de qualidade e ainda convivendo com a violência, as drogas e a prostituição. A nossa luta é para que possamos continuar no campo.

Nos dirigimos à sociedade marabaense para pedir seu apoio e compreensão. É preciso unirmos as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade. UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA DEPENDE DO ESFORÇO DE TODOS NÓS!

EXIGIMOS: Atendimento imediato de nossa pauta; prisão e punição para pistoleiros e mandantes dos assassinatos de José Cláudio e Maria e de outros trabalhadores; o fim da criminalização dos movimentos sociais.

Marabá, 17 de junho de 2011.

FETAGRI, MST e FETRAF



Foto: Carmelo Fioraso

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

Seis anos depois do assassinato de Irmã Dorothy Stang conflitos continuam*

A Coordenação Nacional da CPT, por motivo do sexto aniversário da morte de Irmã Dorothy Stang, no dia 12 de fevereiro, ao mesmo tempo em que presta uma justa homenagem a esta pessoa que acompanhou com total dedicação os homens e mulheres da região de Anapu (PA), que buscavam terra para trabalhar dentro de uma proposta que garantisse uma convivência harmoniosa com a floresta, quer denunciar que a situação que levou ao assassinato de Dorothy continua a provocar tensões e conflitos na área.

No mês de janeiro, conforme foi noticiado pela imprensa nacional, os assentados do PDS Esperança, onde Dorothy foi morta, bloquearam as estradas que davam acesso à área, para impedir a continuidade da retirada ilegal de madeira. Com esta ação os assentados pretenderam chamar a atenção das autoridades para a completa falta de fiscalização e controle dos órgãos públicos na região.

Na realidade os interesses do capital e dos grupos que assassinaram Irmã Dorothy continuam presentes. Destacam-se, sobretudo, as madeiras que envolvem e cooptam organizações de trabalhadores, como sindicatos, para defender a exploração da madeira. A estratégia para isso foi a infiltração, no PDS, de famílias que não participaram da luta para a construção do mesmo e, portanto, alheias ao espírito e aos princípios que nortearam sua criação. Estas abriram brechas no PDS para a derrubada e retirada de árvores da floresta. Com isso, as madeiras, com a participação da direção do sindicato, conseguiram semear o confronto e a

discórdia entre os próprios trabalhadores. Isso ficou explícito nos dias de maior tensão em janeiro. Para manifestar sua contrariedade pela ação dos assentados do PDS, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais junto com outras entidades bloqueou a Transamazônica, acusando os agentes da CPT de serem os responsáveis pela ação dos assentados e até exigindo seu afastamento da região. A realização de uma Audiência Pública, em 25 de janeiro, da qual participaram representantes de diversos órgãos públicos estaduais e federais e que reuniu mais de 1.000 pessoas, tentou amenizar as tensões com a promessa de serem atendidas as reivindicações dos assentados.

O que acontece em Anapu, se repete em muitas outras áreas da Amazônia, como a mesma Coordenação Nacional da CPT denunciou em 2010, com um crescente aumento da violência. Em 2010, o setor de Documentação da CPT registrou, no Pará, 18 assassinatos de trabalhadores do campo, 100% a mais do que em 2009, quando foram registrados nove.

Os interesses econômicos, com seu olhar focado exclusivamente no lucro, recusam-se a ver outras dimensões e valores da natureza e utilizam diversas estratégias para minar a resistência popular, inclusive jogando trabalhadores contra trabalhadores. O próprio governo é refém desta visão economicista, à medida em que apoia declaradamente o agro e hidronegócios e a mineração na Amazônia e, a qualquer custo, quer impor seus grandes projetos de infraestrutura para dar sustentação à exploração econômica. É o caso da construção de

hidrelétricas, como a de Belo Monte, que mesmo diante de todos os argumentos contrários, vai sendo levada adiante, sem mesmo observar o que ditam as leis.

A Coordenação Nacional faz um apelo veemente às autoridades deste país. O sangue vertido por irmã Dorothy clama para que a vida e os interesses das comunidades ribeirinhas e das florestas estejam

acima dos interesses econômicos. Um desenvolvimento harmonioso, respeitando a natureza e suas riquezas e as comunidades indígenas e camponesas, precisa ser colocado como horizonte de um país novo e justo, sem violência.

Goiânia, 11 de fevereiro de 2011.

A Coordenação Nacional da CPT

* Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT, em 11 de fevereiro de 2011, sobre o clima de tensão vivido em Anapu, PA.

“Se nos calarmos, as florestas gritarão”*

A Coordenação Nacional da CPT, reunida em Goiânia para uma de suas reuniões ordinárias, recebeu com extrema tristeza e indignação a notícia do assassinato do casal Maria do Espírito Santo da Silva e José Cláudio Ribeiro da Silva, ocorrido na manhã do dia 24 de maio, no Projeto de Assentamento Extrativista, Praia Alta Piranha, no município de Nova Ipixuna, sudeste do Pará.

Esta é mais uma das ações do agrobandidismo e mais uma das mortes anunciadas. O casal já vinha recebendo ameaças de morte. O nome deles constava da lista de ameaçados de morte registrada e divulgada pela CPT. O de José Cláudio em 2009 e em 2010, e o de sua esposa Maria do Espírito Santo, em 2010. Esta lista, junto com a dos assassinatos no campo de 1985 a 2010 foi entregue ao Ministro da Justiça, no ano passado. Mas nenhuma providência foi tomada.

“José Cláudio e Maria do Espírito Santo se dirigiam de moto para a sede do município, localizada a 45 km, ao passarem por uma ponte, em péssimas condições de trafegabilidade, foram alvejados com vários tiros de escopeta e revólver calibre 38, disparados por dois pistoleiros que se encontravam de tocaia dentro do mato na cabeceira da ponte. Os dois ambientalistas morreram no local. Os pistoleiros cortaram uma das orelhas de José Cláudio e a levaram como prova do crime”, registra nota da CPT de Marabá, que esteve no local do crime.

José Cláudio e Maria do Espírito Santo foram pioneiros na criação da reserva extrativista do Assentamento Praia Alta Piranha no ano de 1997. Devido à riqueza em madeira, a reserva era cons-

tantemente invadida por madeireiros e pressionada por fazendeiros que pretendiam expandir a criação de gado no local.

Mas nossa indignação aumentou com a notícia, veiculada pelo jornal Valor Econômico do dia de hoje, 25, de que o deputado José Sarney Filho ao ler, em plenário, a reportagem da morte dos dois lutadores do povo, foi vaiado por alguns deputados ruralistas e pessoas presentes nas galerias da Câmara Federal, que lá estavam para acompanhar a votação do novo Código Florestal. Este fato nos dá a exata dimensão de como a violência contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo é tratada. Certamente a notícia destas mortes foi recebida com alegria em muitos espaços, pois mais um “estorvo” no caminho dos ruralistas e dos defensores do agronegócio foi removido.

A Coordenação Nacional da CPT reafirma a responsabilidade do Estado por este crime. A vida das pessoas e os bens da natureza nada valem se estes se interpuserem como obstáculo ao decantado “crescimento econômico”, defendido pelos sucessivos governos federais, pelos legisladores do Congresso Nacional que aprovam leis que promovem maior destruição do meio ambiente, e pelo judiciário sempre muito ágil em atender os reclames da elite agrária, mas mais que lento para julgar os crimes contra os camponeses e camponesas e seus aliados. A certeza da impunidade alimenta a violência.

Parafraseando o Evangelho, não podemos nos calar diante desta barbárie, pois se nos calarmos, as florestas gritarão (Lc 19,40).

Goiânia, 25 de maio de 2011.

A Coordenação Nacional da CPT

* Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT, em 25 de maio de 2011, pelo assassinato do casal José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva.

O Estado não pode lavar as mãos diante de mortes anunciadas*

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra reputa como muito estranhas as afirmativas de representantes da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Pará, do Ibama e do Incra que disseram no dia 25 desconhecer as ameaças de morte sofridas pelos trabalhadores José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, assassinados a mando de madeireiros no dia 24, em Nova Ipixuna. O Ouvidor Agrário Nacional, Gercino José da Silva Filho, chegou a afirmar que o casal não constava de nenhuma relação de ameaçados em conflitos agrários, elaborada pela Ouvidoria ou pela Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo.

A CPT que desde 1985 presta um serviço à sociedade brasileira registrando e divulgando um relatório anual dos conflitos no campo e das violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras, com destaque para os assassinatos e ameaças de morte, desde 2001 registrou entre os ameaçados de morte o nome de José Cláudio. Seu nome aparece nos relatórios de 2001, 2002 e 2009. E nos relatórios de 2004, 2005 e 2010 constam o nome dele e de sua esposa, Maria do Espírito Santo. Pela sua metodologia, a CPT registra a cada ano só as ocorrências de novas ameaças.

Também o nome de Adelino Ramos, assassinado no dia 27 de maio, em Vista Alegre do Abunã, Rondônia, constou da lista de ameaçados de 2008. Em 22 de julho de 2010, o senhor Adelino participou de audiência, em Manaus, com o Ouvidor Agrário Nacional, Dr. Gercino Filho, e a Comissão de Combate à Violência e Conflitos no Campo e denunciou as ameaças que vinha sofrendo constantemente, inclusive citando nomes dos responsáveis pelas ameaças.

No dia 29 de abril de 2010, a CPT entregou ao mi-

nistro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, os dados dos Conflitos e da Violência no Campo, compilados nos relatórios anuais divulgados pela pastoral desde 1985. Um dos documentos entregues foi a relação de Assassinatos e Julgamentos de 1985 a 2010. Neste período, foram assassinadas 1580 pessoas, em 1186 ocorrências. Destas somente 91 foram a julgamento com a condenação de apenas 21 mandantes e 73 executores. Dos mandantes condenados somente Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser um dos mandantes do assassinato de Irmã Dorothy Stang, continua preso.

As mortes no campo podem se intitular de crônicas de mortes anunciadas. De 2000 a 2011, a CPT tem registrado em seu banco de dados ameaças de morte no campo, contra 1855 pessoas. De 207 pessoas há o registro de terem sofrido mais de uma ameaça. E destas, 42 foram assassinadas e outras 30 sofreram tentativas de assassinato. 102 pessoas, das 207, foram ou são lideranças e 27 religiosos ou agentes de pastoral.

O que se assiste em nosso país é uma contra-reforma agrária e é uma falácia o tal desmatamento zero. O poder do latifúndio, travestido hoje de agronegócio, impõe suas regras afrontando o direito dos posseiros, pequenos agricultores, comunidades quilombolas e indígenas e outras categorias camponesas. Também avança sobre reservas ambientais e reservas extrativistas. O apoio, incentivo e financiamento do Estado ao agronegócio o fortalece para seguir adiante, acobertado pelo discurso do desenvolvimento econômico que nada mais é do que a negação dos direitos fundamentais da pessoa, do meio ambiente e da natureza. Isso ficou explícito durante a votação do novo Código Florestal que melhor poderia se denominar de Código do Desmatamento. Além de flexibilizar as leis, a repugnante atitude dos deputados ruralistas que vaiaram o anúncio da mor-

te do casal, vem reafirmar que o interesse do grupo está em garantir o avanço do capital sobre as florestas, pouco se importando com as diferentes formas de vida que elas sustentam e muito menos com a vida de quem as defende. A violência no campo é alimentada sobretudo pela impunidade, como se pode concluir dos números dos assassinatos e julgamentos. O poder judiciário, sempre ágil para atender os reclamos do agronegócio, mostra-se pouco ou nada interessado quando as vítimas são os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

A morte é uma decorrência do modelo de exploração econômica que se implanta a ferro e fogo. Os

que tentam se opor a este modelo devem ser cooptados por migalhas ou promessas, como ocorre em Belo Monte, silenciados ou eliminados.

A Coordenação Nacional da CPT vê que na Amazônia matar e desmatar andam juntos. Por isso exige uma ação forte e eficaz do governo, reconhecendo e titulando os territórios das populações e comunidades amazônicas, estabelecendo limites à ação das madeireiras e empresas do agronegócio em sua voracidade sobre os bens da natureza. Também exige do Judiciário medidas concretas que ponham um fim à impunidade no campo.

Goiânia, 30 de maio de 2011.

A Coordenação Nacional da CPT

* Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT, em 30 de maio de 2011, sobre a declaração de autoridades que afirmaram desconhecer as ameaças de morte sofridas por trabalhadores assassinados.

Livre pela solidariedade, condenado pela justiça*

A Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou ontem, 20 de junho, o recurso de apelação impetrado pela defesa do advogado José Batista Afonso, da CPT de Marabá. O recurso visava a reforma da sentença do juiz federal de Marabá, que condenou o advogado a 2 anos e 5 meses de prisão, em regime aberto. No julgamento de ontem, os desembargadores do TRF votaram pela manutenção da condenação, mas concordaram com a tese da defesa sobre a redução da pena. O tempo de pena fixado na sentença de 2 anos e 5 meses foi reduzido para 1 ano e 11 meses. A redução abriu caminho para a decretação da prescrição.

Os desembargadores também reformaram a sentença no que se refere ao direito de substituição da prisão pela pena alternativa. Na sentença do juiz federal de Marabá ele tinha negado essa possibilidade. No entanto, a prioridade agora é o reconhecimento da prescrição, pois, com essa medida, se colocará, definitivamente, um ponto final no processo.

Batista foi condenado como culpado pela ocupação da sede da Superintendência Regional do Incra, em Marabá, por cerca de 10 mil trabalhadores e trabalhadoras do MST e da Fetagri, em 1999, na época em que ele ainda não era advogado, mas já prestava assessoria aos movimentos sociais. Ele fazia parte da mediação das negociações entre o grupo de trabalhadores e o Incra. As alterações na sentença valem, também, para Raimundo Nonato Silva, à época dos fatos coordenador regional da Fetagri Pará e condenado à mesma pena que José Batista.

A Coordenação Nacional da CPT se sente aliviada por não ver um de seus valorosos agentes atrás das grades, mas sente um profundo pesar pela manutenção da condenação, embora reduzida. Mesmo que este julgamento represente de certa forma uma vitória, ele é um claro exemplo de que os pesos da justiça no Brasil são diferenciados. Enquanto a impunidade se mantém constante - das 1.580 pessoas assassinadas em conflitos no campo de 1985 a 2010, apenas 91 casos foram julgados, com só 74 executores e 21 mandantes condenados e destes só um se encontra preso - um defensor dos direitos humanos é condenado. Isto no contexto dos assassinatos de trabalhadores que aconteceram desde o dia 24 de maio último, e que encontraram em José Batista uma das vozes que mais se levantou na denúncia da violência e de suas causas geradoras.

A Coordenação Nacional expressa a José Batista todo seu apreço pelo trabalho desempenhado com a maior competência e dedicação e espera que a marca que carrega pela manutenção desta condenação não o desanime, mas antes lhe dê novo ânimo para continuar lutando ao lado dos homens e mulheres do campo, como sempre tem feito.

A Coordenação Nacional também agradece o apoio e a solidariedade de milhares de pessoas que se manifestaram através de cartas, mensagens, abaixo-assinados, orações, exigindo o fim da condenação. Juntos sonhamos com o raiar de um novo amanhã pleno de justiça e dignidade.

Goiânia, 21 de junho de 2011.

A Coordenação Nacional da CPT

* Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT, em 21 de junho de 2011, a respeito da condenação de José Batista Afonso, advogado da CPT em Marabá, PA.

Escândalo em Naviraí (MS) – A dignidade dos trabalhadores mais uma vez preterida pela ganância*

“Mudam o direito em veneno e arrastam por terra a justiça”. (Amós 5, 7)

Nesse Dia do Agricultor, as entidades abaixo-assinadas vêm a público esclarecer e denunciar a situação lamentável a que se chegou em Naviraí, um mês após a fiscalização do canavial da empresa Infinity, no qual foram flagradas condições degradantes de trabalho, levando à decisão de suspender as atividades. Enquanto o Judiciário multiplica sentenças contraditórias, o problema encontrado pouco se resolve e as vítimas, indígenas e migrantes, ficam a mercê do bel prazer do empregador.

É um verdadeiro escândalo a novela encenada desde o início de julho com a sucessão de decisões judiciais contraditórias, questionando a fiscalização empreendida pelo Grupo Móvel do Ministério do Trabalho nos canaviais do grupo Infinity em Naviraí (MS) e inviabilizando o resgate de 827 cortadores ali encontrados em situação análoga à de escravo.

Estão em confronto os interesses imediatos da empresa e a dignidade fundamental dos trabalhadores. Está em jogo a competência do poder público em fazer valer a lei.

No último dia 28 de junho, uma equipe do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho coordenada pela auditora Camilla de Vilhena Bermegui e integrada por oito auditores, o Procurador do Trabalho Jonas Ratier Moreno e quatro agentes da Polícia Federal, interditou todas as frentes do corte de cana da empresa no local, por constatarem a infração de mais de 20 itens das normas trabalhistas. Com base no relatório onde concluem sobre as “condições degradantes a que estão submetidos os trabalhadores de corte manual de

cana-de-açúcar, uma vez que nem o patamar mínimo de direitos relativos ao conforto e segurança no local de trabalho está respeitado”, os auditores, como é de praxe nestes casos, determinaram a interdição das frentes de trabalho e a rescisão indireta dos contratos.

Após uma primeira liminar anulando a fiscalização e seus efeitos imediatos (interdição das frentes e resgate dos trabalhadores), concedida dia 5 de julho em Brasília na 20ª Vara do Trabalho da 10ª Região, em sede de mandado de segurança, por Marli Lopes da Costa de Góes Nogueira, uma juíza trabalhista distante dos fatos, veio, no dia 13, uma decisão contrária do Tribunal Regional do Trabalho da mesma 10ª Região (suspensão de segurança), que restaurou a fiscalização e cassou a liminar: o desembargador presidente do TRT, Ricardo Alencar Machado, argumentou que “o esforço no combate ao regime de trabalho análogo ao de escravo deve reunir todos os segmentos da sociedade organizada e o valor a ser considerado, sem nenhuma dúvida, é o da preservação do trabalhador”, não vislumbrando “qualquer ilegalidade nas condutas dos órgãos fiscalizadores, visto que pautadas no ordenamento legal e na preservação da dignidade da pessoa humana”.

Na sequência, dia 21 de julho, atuando em função corregedora, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen, reformou a decisão do TRT e restaurou aquela de primeiro grau, desautorizando os fiscais, negando sua competência para interditar atividades em estabelecimento sob inspeção e invocando a prioridade a ser acordada à garantia da recuperação financeira da empre-

sa. Uma interferência questionada pela Associação dos Magistrados do Trabalho (AMATRA-10). No mesmo dia, três decisões da Justiça do Trabalho do Mato Grosso do Sul (6ª Vara) tornaram sem efeito as decisões dos fiscais (rescisão dos contratos, pagamento das verbas indenizatórias, interdição das frentes de trabalho e das caldeiras, mesmo com os riscos iminentes apresentados), sob o argumento de que isso prejudicaria a sobrevivência da empresa. Ainda questionaram a autoridade dos fiscais para tomar tais medidas.

Resultado: a fiscalização continua suspensa e os trabalhadores, submetidos a condições degradantes impostas no canavial, sem acessarem aos direitos assegurados em lei. São 542 migrantes, vindos de Minas Gerais e do Nordeste, e 285 indígenas, dos povos Guarani-Kaiowa, Guarani-Nhandeva e Terena.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CI-MI-MS), “são recorrentes no Estado os casos de trabalhadores em situação análoga à escravidão. Mais de 10 mil indígenas cumprem jornadas extensas nos canaviais. Os índios entram nessa situação porque não estão em suas terras originárias: por falta de opção, se submetem a condições degradantes nas usinas”.

O Grupo Infinity não é novato no quesito trabalho escravo: além da libertação em 2008 de 64 canavieiros, em Conceição da Barra (ES), que resultou na sua inclusão (temporária) na Lista Suja do Governo Federal, já aconteceram outras duas libertações em canaviais do mesmo grupo: 25 libertados em 2008 em Pedro Canário (ES), e 288 libertados em 2009 em São Mateus (ES), na Usina Cridasa, em operação conduzida pela força-tarefa do Ministério Público do Trabalho.

Na Ação Civil Coletiva que impetraram dia 25 de julho, no intuito de rescindir os contratos trabalhistas, os procuradores do trabalho de Mato Grosso do Sul citam os próprios trabalhadores: reunidos dia 22 em assembleia (na qual ameaçaram ocupar a Usina Naviraí, onde a cana é transformada em ál-

cool), confirmaram a situação relatada pelos fiscais, descrevendo assim o tratamento degradante a que são submetidos: faltam equipamentos de proteção, os existentes estão gastos e rasgados; são obrigados a trabalhar mesmo com chuva, sem nenhuma proteção contra o mau tempo; os fiscais os ameaçam; são obrigados a recolher a cana logo após a queima da palha, com ela ainda quente; o ônibus que os transporta anda com parafusos a menos nas rodas e está em péssimas condições; no alojamento com vagas para 20 dormem 40 trabalhadores; o telhado quebrado deste alojamento permite goteiras; há apenas 12 fossas — todas com mau cheiro — para mais de 400 homens. Falaram ainda da péssima alimentação recebida, denunciando que no jantar comem as sobras do que foi servido no almoço.

Segundo o Ministério Público, isso “importa em justo motivo para a decretação da rescisão indireta dos contratos de trabalho”, uma vez que os trabalhadores “foram submetidos a labor em condições degradantes, em flagrante violação às normas na área de Medicina e Segurança do Trabalho”. O Juiz atendeu uma parte da demanda ao obrigar a empresa a assegurar o pagamento de alimentação e hospedagem aos trabalhadores da empresa Infinity Agrícola S/A e da Usina Naviraí S/A Açúcar e Alcool, enquanto o conflito sobre o resgate dos trabalhadores encontrados em situação degradante é decidido judicialmente. Em audiência subsequente de conciliação, realizada dia 27 de julho, a empresa, sob a pressão de uma possível ocupação da usina, concordou em rescindir os contratos dos trabalhadores que não quisessem permanecer.

A escravidão é uma prática abominável que a Igreja no Brasil vem denunciando desde a década de 1970 pela voz de alguns Bispos e, de modo sistemático e documentado, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). O Estado brasileiro reconheceu a gravidade da situação quando, em 1995, criou o Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho - para fiscalizar e combater essa prática criminosa - e, em 2003, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE, órgão colegiado vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da

Presidência da República, com a função primordial de monitorar a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

De 2003 até hoje foram identificados dois mil casos no país e resgatados mais de 36 mil trabalhadores, entre os quais 10.010 canavieiros (66 casos). Neste período, a Comissão Pastoral da Terra já registrou denúncias envolvendo mais de 56 mil trabalhadores “aprisionados por promessas”, obrigados a trabalhar em fazendas, carvoarias e canaviais, tratados pior que animais e impedidos de romper a relação com o empregador.

Ao definir o que é trabalho análogo ao de escravo – uma violação flagrante da dignidade e/ou da liberdade do trabalhador, a lei brasileira não deixou dúvida (cf art. 149 CPB); também não deixa dúvida quanto à competência exercida pelos auditores fiscais do trabalho que, junto com procuradores do trabalho e policiais federais, compõem as equipes

de fiscalização especializada, cuja qualidade mereceu repetidos elogios dentro e fora do Brasil (ainda recentemente pela OIT e pela ONU).

Segundo a CNBB, o uso da propriedade como instrumento para escravizar o próximo é crime absolutamente intolerável contra a dignidade e contra a vida. É crime igualmente intolerável a busca desenfreada da rentabilidade financeira do capital, em detrimento do mínimo respeito à dignidade do trabalhador.

Que justiça é essa que desconstitui de sua competência legal os fiscais da lei e privilegia os interesses do infrator? Que sociedade é esta que tolera situações tão abertamente desumanas? Que agronegócio é este para quem tudo é permitido?

Diante do exposto, exigimos que a Justiça volte a cumprir seu papel na erradicação do trabalho escravo e na promoção da dignidade dos trabalhadores.

25 de Julho, Dia do Agricultor!

Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz - CNBB
CPT Nacional - Comissão Pastoral da Terra, Campanha contra o Trabalho Escravo
CIMI - Conselho Indigenista Missionário, Regional Mato Grosso do Sul

* Nota emitida pela Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB, pela Coordenação Nacional da CPT, pela Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo e pelo CIMI de Mato Grosso do Sul, em 25 de julho de 2011, sobre decisões contraditórias da Justiça em caso de trabalho escravo em plantação de cana, em Navirai, MS.

Carta de Solidariedade*

Para
Martin Micha,
Diogo Cabral e
Pe. Inaldo,

Caros irmãos,

A Coordenação Nacional da CPT vem acompanhando com interesse e preocupação a situação que vocês estão vivenciando no Maranhão no quadro de conflitos, ameaças e violência.

O caso do Quilombo do Salgado com a sentença do juiz Frederico Feitosa de Oliveira, sintetiza esta realidade e mostra com clareza meridiana a quem a maioria do poder judiciário e das elites brasileiras servem. A morosidade da justiça transforma-se em rapidez meteórica quando os interesses dos grandes assim o exige. A vida, a história e as lutas do povo camponês pouco ou nada contam para quem considera os pobres como um peso a ser carrega-

do e como um estorvo a ser afastado. E quem tenta compartilhar com os pequenos seus gemidos, dores e sonhos, também deve ser removido para que nada impeça “o desenvolvimento e o progresso”. A resistência dos quilombolas de Pontes e Salgado e de todas as comunidades quilombolas do Maranhão e do Brasil é um sinal de esperança no caminho dominado pelas trevas do latifúndio e do capital. Ainda há quem ouse trilhar outros caminhos e desvendar novas fronteiras, acender luzes mesmo à custa de sofrimento e perseguição.

Caros irmãos, recebam através desta carta o carinho e o apoio de toda a CPT que solidariamente caminha com vocês e os quer sempre firmes na luta, apregoando os valores de um nova sociedade e de um outro mundo possível. Levem um abraço carinhoso e fraterno a todas as famílias que, mesmo sofrendo todo tipo de pressão e perseguição, continuam firmes acreditando numa manhã radiante.

Goiânia, 05 de agosto de 2011.

Pe. Dirceu Luiz Fumagalli
Pela Coordenação Nacional da CPT

* Carta enviada pela Coordenação Nacional, a agentes da CPT do Maranhão que sofreram ameaças de morte por sua ação em defesa de quilombolas.

Ofício à ministra da Secretaria dos Direitos Humanos*

Excelentíssima senhora,

Conforme o acordado na Audiência com V. Excia. no passado dia 31 de maio, a Comissão Pastoral da Terra faz chegar às suas mãos a denúncia de ameaças ao advogado Diogo Cabral e aos agentes de pastoral Pe Inaldo Serejo Vieira e Martin Micha, todos da CPT do Maranhão.

No dia 28 de julho, o fazendeiro Edmilson Pontes de Araújo, na porta do Fórum da Comarca de Cantanhede, ameaçou as pessoas acima citadas dizendo que era um absurdo gente de fora trazer problemas para o povoado e uma vergonha criar um quilombo onde nunca teve nada disso. E arrematou: “Por isso tem que passar fogo de vez em quando, que nem fizeram com a irmã Dorothy”.

A ameaça está relacionada ao conflito envolvendo os camponeses do quilombo de Salgado, município de Pirapemas, ocupantes de uma área de 1.089 hectares e os pretensos donos da área e que se arrasta desde 1982. A história das famílias do quilombo está marcada por violações de direitos: proibição de acesso à água potável e aos babaçuais, matança de animais, destruição de roças, humilhações, ameaças de expulsão e de prisão. Em outubro de 2010, o juiz da Comarca de Cantanhede concedeu manutenção de posse aos quilombolas. Com a mudança de juiz, os fazendeiros ingressaram com uma ação de reintegração de posse contra as famílias. O novo juiz, Frederico Feitosa de Oliveira, recebeu a ação no dia 06 de julho de 2011, às 12:00:39 e em 24 minutos, às 12:24:51, a despachou favoravelmente ao fazendeiro. No dia seguinte, o advogado da CPT, Diogo Cabral, entrou com agravo da sentença, que teve decisão favorável aos trabalhadores, em 18 de julho, tendo sido concedido o efeito suspensivo da decisão judicial. Em 28 de julho, quando iria se realizar audiência sobre o caso é que o fazendeiro

agrediu e ameaçou verbalmente os agentes da CPT. Esta ameaça se insere num contexto mais amplo de agressões e ameaças contra os quilombolas e a CPT que os apoia. Em 11 de junho, logo após a manifestação dos quilombolas em São Luís, a sede da CPT foi arrombada e o material todo remexido, sem, porém, ter sido nada levado. Em 15 de julho, foi a sede da CPT em Pinheiro que foi arrombada depois de a CPT ter estado reunida com o Movimento Quilombola da Baixada Maranhense, Moquibom, no município de Mangabeira.

Senhora Ministra, V. Excia. esteve no Maranhão e sentiu de perto a realidade vivida pelos quilombolas e as inúmeras ameaças que sofrem. Mas, de acordo com o que nos informam nossos agentes de pastoral do Maranhão, a Secretaria de Direitos Humanos está em débito com os quilombolas. Em 14 de junho a Secretaria assumiu o compromisso de deslocar técnicos para tomar os depoimentos das pessoas ameaçadas a fim de estabelecer que tipo de proteção, dependendo de caso, seria garantida, o que foi reafirmada na visita que V. Excia. fez no dia 22 de junho. A vinda destes técnicos foi acertada para o dia 05 de julho. Até hoje estes técnicos não chegaram nem foi dada qualquer justificativa para o descumprimento do compromisso assumido com o movimento quilombola, o que faz minuar a confiança no governo.

E as ameaças continuam. Por isso, uma atenção toda especial tem que ser dada àquela região para se evitar que violências maiores aconteçam.

Com protestos de estima,
Atenciosamente,

Goiânia, 5 de agosto de 2011.

Pe. Dirceu Luiz Fumagalli
Pela Coordenação Nacional da CPT

* Carta da Coordenação Nacional da CPT, enviada à Ministra Maria do Rosário, em 5 de agosto de 2011, sobre as ameaças contra agentes da CPT do Maranhão.

Violência e Barbárie nos Campos de Monte Santo/BA*

“Tendes vivido regaladamente sobre a terra; tendes vivido nos prazeres; tendes engordado o vosso coração, em dia de matança; tendes condenado e matado o justo, sem que ele faça resistência”, (Tiago 5,6).

O município de Monte Santo/BA vive tempos de violência e barbárie! Uma quadrilha de fazendeiros tem agido de forma organizada e paramilitar, subvertendo a ordem pública e democrática, disseminando o medo e o pânico entre a população rural.

O campo montesantense é historicamente marcado pelo coronelismo, pela grilagem de terras e pela impunidade. Para manter seus impérios e desmandos, estes “coronéis” ainda hoje, organizados em quadrilha, matam, ameaçam, perseguem, esbulham e corrompem sem qualquer punição.

Pelas ruas da cidade, fala-se na existência de uma “lista da morte”. Populares citam os nomes dos listados e anunciam as próximas vítimas. As regras são claramente postas: **TODO AQUELE QUE OUSAR SE INSURGIR CONTRA A INJUSTIÇA DO LATIFUNDIO E DA GRILAGEM DE TERRAS NA REGIÃO PAGARÁ COM A VIDA.**

Nos últimos 03 (três) anos, 05 (cinco) trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados pelo mesmo motivo: a ousadia corajosa de lutar pela reforma agrária! Tiago, Luiz e Josimar, em 15/10/2008, por defenderem suas terras na comunidade do Mandú; Antônio do Plínio, em 06/01/2011, por defender o fundo de pasto da Serra do Bode. E na noite do dia 06/09/2011, foi a vez do companheiro LEONARDO DE JESUS LEITE, que há 11 (onze) anos lutava pela conquista da terra nas Fazendas Angico e Jiboia.

A morte do companheiro Léo, mais do que uma vingança privada, foi um recado! As circunstâncias

do crime revelam a clara intenção dos coronéis de se impor pelo poder das armas: Léo foi arrancado de dentro de casa e assassinado com um tiro na cabeça no pátio, na presença de sua esposa, em via pública, em meio ao povoado, às claras, às 21h.

Não foi à toa que o crime ocorreu à véspera da festa da independência. Os “coronéis” precisavam deixar claro quem manda na região e a sua certeza da impunidade. Não respeitam e não temem nada, nem ninguém! Expuseram o vexame de uma pátria sem governo.

Todos sabiam da sua morte antes mesmo dela acontecer! O nome de Léo estava na “lista da morte”. A quadrilha anunciou o derramamento de sangue. Léo foi ameaçado por diversas vezes e chegou a procurar a Delegacia de Polícia Civil para registrar a ocorrência e pedir proteção no mesmo dia em que sua vida foi ceifada, mas nenhuma providência foi adotada.

Esta barbárie tem estreita ligação com a omissão condescendente do Estado. Há muito que se denuncia que a alta concentração fundiária e a pobreza no campo são a origem da violência. No entanto, os poderes públicos nada fazem!

Palco de conflitos agrários, a malha fundiária montesantense é composta por cerca de 80% de terras públicas devolutas pertencentes ao estado da Bahia. No entanto, a maior parte destas terras está concentrada ilegalmente nas mãos de um pequeno grupo de “coronéis”, que se vale do próprio Poder Judiciário para legitimar a grilagem histórica e conta, também, com o vasto aparato policial para a defesa de seus impérios.

Do outro lado, as comunidades tradicionais de fundo de pasto, posseiros e uma grande massa popu-

lacional de sem-terra subsistem num estado de miséria, que se revela pelos seguintes índices: IDH de 0,29 a 0,35; esperança de vida ao nascer entre 52 a 56 anos; coeficiente de mortalidade infantil entre 71 a 90 por mil nascidos; 81 a 90% da população com renda insuficiente e 41% de taxa de analfabetismo.

O INCRA, por sua vez, de 2008 até aqui, não implantou nenhum projeto de assentamento de reforma agrária no município, assim como não vistoriou nenhuma das grandes propriedades improdutivas locais.

Também a Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA), neste mesmo período, não regularizou nenhuma área de fundo de pasto e concluiu apenas dois procedimentos discriminatórios de terras devolutas, sendo que em um deles o domínio do grileiro foi reconhecido e formalizado em desfavor dos trabalhadores.

O Poder Judiciário, noutra senda, não registra nenhuma condenação aos autores dos crimes cometidos contra os/as trabalhadores/as rurais na comarca, mas a despeito disto busca incessante-

mente criminalizar os movimentos sociais de luta por terra, água e direitos. Até hoje, espera-se que se faça justiça aos homicídios de Romildo (assassinado em 2004), Tiago, Luiz, Josimar e Antônio do Plínio.

Neste palco, os poderes públicos são também protagonistas da violência. A omissão em cumprir com o seu dever constitucional de promover a reforma agrária e a regularização fundiária assegura o poderio destes “coronéis”, da mesma sorte que a negligência do Judiciário, do Ministério Público e das Polícias Civil e Militar garantem a impunidade.

O clamor dos pobres subiu e chegou aos ouvidos de Deus clamando tão forte, pedindo justiça para que se PUNAM OS CULPADOS, SE DESBARATE A MALDITA QUADRILHA DE FAZENDEIROS DA MORTE, SE PREVINA A VIOLÊNCIA e SE RE-PAREM AS PERDAS DOS COMPANHEIROS com a imediata desapropriação da Fazenda Jiboia e a instauração do Processo Discriminatório de Terras Públicas em todo o município.

Salvador, 11 de setembro de 2011.

* Nota assinada por 91 entidades (entre elas a CPT Nacional, a CPT regional da Bahia e mais oito CPTs e mais 51 assinaturas individuais, divulgada no dia 11 de setembro, por causa do assassinato de Leonardo de Jesus Leite, ocorrido no dia 06/09/2011, em Monte Santo, BA.

Violência contra quilombola em Minas Gerais*

A Coordenação Nacional da CPT mais uma vez vem se manifestar por mais uma violência contra trabalhadores do campo, neste caso contra quilombolas. A morosidade do Estado em resolver os conflitos é responsável pela violência que persiste.

Na madrugada de 20 de agosto de 2011, no Território Brejo dos Crioulos, norte de Minas Gerais, o “segurança” do fazendeiro Raul Ardido Lerário, dono de um dos maiores latifúndios dentro do território quilombola, Roberto Carlos Pereira desferiu duas facadas no quilombola Edmilson de Lima Dutra (conhecido por Coquinho) que foi transferido em grave estado de saúde ao hospital da cidade de Brasília de Minas. O agressor está foragido e, segundo informações, trabalha há mais de 12 anos para o citado fazendeiro. Ele já havia feito ameaças de morte a outros moradores, entre os quais a Zé do Mário.

Essa agressão e tentativa de assassinato não é um fato isolado. Empregados do mesmo fazendeiro assassinaram, em 2009, Lídio Ferreira Rocha, irmão de Francisco Cordeiro Barbosa - Ticão, vice-presidente da Federação Quilombola e liderança local.

O território quilombola Brejo dos Crioulos se localiza nos municípios de Varzelândia, São João da Ponte e Verdelândia, Norte do Estado de Minas Gerais. A comunidade negra formada por famílias de ex-escravos ali vive desde o século XIX. Entre 1925 e 1930 por um processo de grilagem de terras, grande parte do Brejo dos Crioulos ficou nas mãos de latifundiários, processo que se consolidou nas décadas de 1950 e 1960. Segundo laudo antropológico, 17.302ha formam o território quilombola e destes 13.290ha estão nas mãos de nove fazendeiros.

Há aproximadamente 12 anos, os quilombolas vêm

lutando pela conquista/retomada de seu território, recorrendo às autoridades competentes, registrando Boletins de Ocorrência nos casos de agressões e ocupando latifúndios para forçar uma solução para o seu problema. Mas, em quase todos os casos a posição do Estado tem sido em benefício dos latifundiários, emitindo mandados de reintegração de posse que são cumpridos com rapidez e violência pela Polícia Militar do Estado. Por sua vez, os fazendeiros têm contratado pistoleiros armados que ameaçam constantemente os quilombolas. São muitos os casos de ameaças e até quilombolas foram baleados.

O processo de reconhecimento do Território Quilombola Brejo dos Crioulos desde abril se encontra na Casa Civil para a assinatura do decreto de desapropriação – esperando a assinatura da presidenta Dilma. Enquanto as autoridades competentes tardam em resolver os problemas, o latifúndio continua a mostrar sua capacidade e força, atentando contra vida de quem luta em defesa de seus direitos.

A Coordenação Nacional da CPT espera que o decreto de desapropriação do território quilombola Brejo dos Crioulos seja assinado imediatamente pela presidenta Dilma Rousseff e seja encaminhado para os demais processos de titularização, com isto evitando que novos atos de violência se repitam. É hora de fazer valer o que a Constituição Federal determinou no Artigo 68 do ato das Disposições Constitucionais: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Goiânia, 22 de agosto de 2011.

A Coordenação Nacional

* Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT, em 22 de agosto de 2011, sobre violências contra os quilombolas de Brejo dos Crioulos, em Minas Gerais, e solicitando o imediato reconhecimento do seu território.

Milícia armada expulsa e agride gravemente famílias acampadas em Santa Maria das Barreiras - Sul do Pará*

No último dia 30 de setembro, 18 homens fortemente armados mediante uso de violência, disparando tiros, ameaçando de morte, expulsaram cerca de 50 famílias que estavam acampadas na beira da estrada municipal que faz ligação entre o povoado de Casa de Tábua e a sede do município de Santa Maria das Barreiras. O acampamento denominado Novo Tempo está situado em frente à fazenda Riachuelo, de aproximadamente 1800 alqueires, cerca de 9000 hectares e, supostamente de propriedade dos irmãos Marcelo e Luizito Plínio Junqueira, de Ribeirão Preto – SP.

As famílias estavam acampadas naquela área desde dezembro de 2010, quando a fazenda estava praticamente abandonada. Elas pleiteiam a desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária, com a criação de um projeto de assentamento, nos termos da Constituição Federal que assegura esse direito. Vale lembrar que este não foi o primeiro despejo violento realizado na área. No dia 04 de junho de 2011 mais de 20 homens armados, que seriam de uma empresa de segurança, expulsaram os acampados, fazendo ameaças de morte “a quem retornasse na área”. Tais fatos foram registrados na Delegacia Especializada em Conflitos Agrários – DECA. Apesar disso, os seguranças continuaram agindo, quando novamente no dia 30 de setembro fizeram outro ataque às famílias acampadas, demonstrando se tratar de uma milícia armada criminosa.

Entretanto, utilizando a força e a violência, o grupo de pistoleiros armados expulsou novamente as famílias ali presentes, sem fazer distinção de homens ou mulheres. Os referidos pistoleiros seriam da empresa SERVICOM. Durante o ataque, alguns estavam encapuzados e, outros usavam coletes sem

identificação à prova de balas e afirmavam que estavam agindo a mando dos fazendeiros. Eles chegaram repentinamente no acampamento, dispararam tiros contra as pessoas, agrediram vários acampados, inclusive alguns deles foram amarrados. Os pistoleiros também tiraram fotos das pessoas, colocando-as de duas em duas para a identificação das mesmas, as quais foram ameaçadas de morte, “caso retornem para o acampamento”. Várias pessoas se feriram no meio da confusão, sendo que três delas ainda estão desaparecidas.

Os acampados feridos foram atendidos nos hospitais da cidade de Redenção. Novamente foi registrado boletim de ocorrência na DECA, que disse que irá apurar o fato. Este cenário de terror está se tornando cada vez mais comum no Sul do Pará. A questão é: até quando vai prevalecer essa situação de violência e impunidade na região? Houve nesse caso, crimes graves, como tentativa de homicídio, lesão corporal, ameaças de mortes, dentre outros. Cabe à DECA investigar com rigor para punir seus autores, como medida de urgência para evitar novos ataques.

Esses fatos serão encaminhados à Ouvidoria Agrária Nacional para que se garanta uma investigação séria e rigorosa, para que os responsáveis sejam punidos.

Xinguara, 05 de outubro de 2011.

CPT da Diocese de Conceição do Araguaia
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras

Rurais de Santa Maria das Barreiras – STTR
Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras
Rurais do Sul do Pará - FETAGRI/ Sul

* Nota emitida pela CPT da Diocese de Conceição do Araguaia. STTR de Santa Maria das Barreiras e Fetagri/Sul, em 05 de outubro de 2011, sobre expulsão e agressão a famílias acampadas, no município de Santa Maria das Barreiras, PA.

Ofício ao Presidente do Incra

Excelentíssimo Senhor,

Junto a esta estamos encaminhando ofício da CPT do Espírito Santo em que externa sua preocupação diante da realidade vivida pelos assentados do Assentamento Franqueza/Realeza, no município de Ecoporanga.

A área já foi demarcada, mas três anos depois de as famílias terem sido assentadas nunca foi feita a divisão interna dos lotes. A explicação do Superintendente regional é de falta de recursos. Desta forma as famílias continuam morando nos barracos cobertos de lona, quando os recursos para a construção das casas já estão no banco, à espera da divisão dos lotes. Além disso a produção fica prejudicada, apesar de criarem vacas leiteiras e de terem roça coletiva.

Diante desta realidade, senhor presidente, solicitamos que sejam tomadas todas as providências necessárias para que a divisão dos lotes seja feita ainda este ano. O mais difícil, que foi a desapropriação, foi feito, agora é preciso que o trabalho seja concluído.

Esperamos uma rápida solução para que as famílias possam ter tranquilidade para trabalhar e produzir.

Com estima,

Pe. Dirceu Luiz Fumagalli
Pela Coordenação Nacional da CPT

Goiânia, 6 de outubro de 2011.

* Carta enviada pela Coordenação Nacional da CPT ao presidente do Incra, em 6 de outubro de 2011, sobre situação do Assentamento Franqueza/Realeza, no município de Ecoporanga, ES.

Carta de Hidrolândia*

Encontro Nacional de Formação e Conselho Nacional da CPT

“Eis que faço novas todas as coisas” (Apocalipse 21,5)

A Comissão Pastoral da Terra, reunida nos dias 17 a 20 de outubro de 2011, com a presença de 52 agentes de todo o Brasil, em seu tradicional Encontro Nacional de Formação, em Hidrolândia-GO, desta vez com o tema “Ecologismo dos pobres e Ecofeminismo”, e em Conselho Nacional, a seguir nos dias 21 e 22, em Goiânia-GO, compartilha a experiência e os sentimentos que significaram estes dias intensos.

Analisamos a conjuntura nacional e global, a partir do campo nas regiões em que exercemos o nosso serviço pastoral. Questionamo-nos sobre os desafios que deveriam ser incorporados na única e irrenunciável bandeira do campesinato e dos povos do campo: a luta pela terra e pelos territórios, contra o latifúndio e a propriedade absoluta da terra, secular entrave para a construção de uma nação justa e igualitária.

Um discernimento renovado nos interpelou a assumirmos a ecologia, a partir das práticas e das resistências dos pobres, das mulheres e dos povos, desmistificando o falso mito da sustentabilidade e desmascarando a dominação patriarcal, desde sempre aliada ao “progresso” capitalista e à “ordem” do Estado. Uma dominação traduzida cotidianamente no machismo enraizado em nossas relações humanas, interpessoais e sociais, a oprimir a mulher, até com violências, e a desfigurar nossa humanidade.

Acolhemos a mensagem que Dom Pedro Casaldáliga – nosso Pedro do Araguaia - enviou aos missionários e missionárias do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, reunidos em Assembléia Nacional, neste mês de outubro. O profundo silêncio em que ressoaram suas palavras expressou a

convicção unânime que sua palavra profética é um apelo urgente e inadiável também para nós da CPT.

“Devemos abrir os olhos, abrir o coração e assumir a hora.”

(Pedro Casaldáliga)

A hora é o tempo extremo e desafiador deste hoje em que o avanço dos empreendimentos do capital, num processo impressionante de reprimarização da economia brasileira, ameaça como nunca antes as pessoas, as comunidades e o meio ambiente: a grilagem ocultada ou legalizada da terra, as transposições de águas, o aumento exponencial das minerasoras em todo território nacional, a expansão dos monocultivos e da pecuária, a destruição ilegal ou legalizada das florestas, do cerrado e da caatinga, os transgênicos e os agrotóxicos, e a insistência insana em priorizar matrizes energéticas que destroem o ambiente e o clima.

O Estado, através do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) tornou-se o articulador e o financiador do capital nacional e transnacional. Refém da ideologia do crescimentismo, alimenta fartamente grandes obras, infenso às denúncias de superfaturamento e graves impactos sócio-ambientais. Submeteu a política à economia e esta é reduzida às oportunidades momentâneas do mercado global. A imposição da hidrelétrica de Belo Monte, de interesse exclusivo de algumas corporações empresariais, ao revés do bem social e ambiental e da vontade popular, é só o exemplo recente mais gritante. Os governos, de quaisquer siglas e coalizões partidárias, reiteram o processo iníquo do controle desagregador das iniciativas camponesas, da criminalização de seus movimentos e lideranças, da perpetuação da impunidade, da defesa do latifúndio, sacramentados pela última e decisiva palavra de um Poder Judiciário corporati-

vista, aliado blindado das elites oligárquicas e dos interesses capitalistas.

“Não deixar cair a profecia... Sejamos conscientes. Sejamos críticos e autocríticos.”

(Pedro Casaldáliga)

Têm sido tomados de assalto terra e territórios, espaços vitais para as comunidades camponesas se organizarem e se reproduzirem com seu modo próprio de vida, seus valores humanos, econômicos, sociais, culturais e religiosos. Órgãos como MDA, INCRA, IBAMA e congêneres, operadores das políticas para o campo, cumprem papel cada vez mais marginal em relação ao eixo central da política agrário-agrícola devotada à expansão do agronegócio de exportação. A este também se submetem as alterações no Código Florestal e todo o aparato legal dedicado ao meio-ambiente, sob a falaciosa fachada de benefício aos agricultores familiares, “desenvolvimento sustentável”, “capitalismo verde”...

O Estado, por omissão ou conivência, tem exposto a sociedade brasileira a uma situação já de barbárie, de que são evidências os assassinatos impunes no campo e a mortandade na cidade, em especial de jovens e negros. A grilagem sistemática e aceita pelo Estado tem tornado a terra sonho de poucos e colocado o valor da propriedade concentrada acima da vida humana e do meio-ambiente. Alegados avanços democráticos dos últimos anos não acrescentaram nada à solução deste nó estrutural da sociedade brasileira, antes o reforçou, já que a política tem sido de anti-reforma agrária.

O crescimento econômico, potencializado pela crise global tornada oportunidade de expansão do negócio de bens primários, ainda que potencialize também a inclusão social pelo aumento da renda e do consumo, não se apresenta como uma estratégia soberana de longo prazo. A necessidade de multiplicação e aumento das políticas sociais compensatórias, ao lado da perpetuação das políticas de favorecimento dos ricos, sinaliza que o sistema de expropriação e exclusão estruturais se aprofunda, não é solução e não tem futuro.

“Pode falhar tudo, menos a esperança.”

(Pedro Casaldáliga)

Se de um lado aumenta a violência do latifúndio, do agronegócio e do Estado, do outro persiste a resistência e há lutas organizadas e articuladas de camponeses, indígenas, quilombolas, extrativistas e outros, que enfrentam o sistema e reivindicam terra e territórios. Aprendem, na luta, que não se confia neste Estado e que a Constituição e regulamentações, no que lhes beneficiam, são no mais das vezes letra morta. Aprendem que não será este Estado que dará as respostas aos desafios maiores postos pelos povos do campo e pela sociedade toda. Os camponeses conseguem organizar assentamentos, implementam novas formas de relação com a terra e nos processos produtivos, reafirmam e reinventam caminhos coletivos e solidários de viver e não abandonam o projeto da democratização da terra, através de uma reforma agrária digna deste nome.

Esse enfrentamento incessante no campo convoca a CPT a renovar o seu compromisso de contribuir com a formação, a articulação, a mobilização e a renovação das organizações populares do campo, para que também os camponeses e as camponesas sejam protagonistas das transformações necessárias da sociedade brasileira e mundial.

A hora exige mudanças radicais do nosso jeito de ser, de viver e de estruturar a vida. Uma nova maneira de organizar a “casa e o mundo” (em grego, óikos): a reprodução material da vida (economia), o trato com a natureza (ecologia) e as relações sociais (ecumenismo). No Brasil e no mundo, transbordam as ruas do povo indignado e desejoso de democracia real. Seu grito evidencia a derrocada da estocracia, serviçal do capital, falsa democracia.

A nós da CPT, a hora exige uma espiritualidade centrada no seguimento radical de Jesus, que o nosso testemunho a serviço do Reino de Deus incorpore o grito das ruas e dos campos e construa relações novas entre mulheres e homens e com a Criação. Somos chamados a desconstruir a teia hierárquica que coisifica e inferioriza a natureza, as mulheres,

os pobres, os negros, os indígenas, as minorias e os camponeses.

A aliança dos povos da terra nos impulsiona para a perspectiva de um ecumenismo novo e extenso (macroecumenismo), em que a Bíblia, lida e vivida a partir dos pobres e do conflito, dialoga com as teologias afro-descendentes e dos povos originários de nossa América.

Será uma dura luta para superar também o patriarcalismo que domina as relações humanas na família, na sociedade, no Estado e nas Igrejas. Mas é um caminho necessário, possível e urgente. Como foi

o de Francisco e Clara de Assis e, em nossos dias, o de Pedro do Araguaia. Desde sua consagração como bispo, 40 anos atrás, ele nos prova que é possível converter-se a uma Igreja-Comunhão, que não pactua com “as forças do latifúndio e da marginalização social”, como proclamava sua primeira carta pastoral em outubro de 1971.

Assim seja para a CPT também!

Goiânia, 22 de outubro de 2011.

O Conselho Nacional da Comissão
Pastoral da Terra

* Documento produzido pelo Encontro Nacional de Formação, realizado em Hidrolândia, e concluído no encontro do Conselho Nacional da CPT, no dia 22 de outubro de 2011, em Goiânia.

Mais um massacre de indígenas*

Na manhã desta sexta-feira, 18 de novembro, ocorreu um massacre na comunidade Kaiowá Guarani do acampamento Tekoha Guaviry, município de Amambaí, no Mato Grosso do Sul, atacado por 42 pistoleiros fortemente armados. Segundo relatos de indígenas foi morto o cacique Nísio Gomes, de 59 anos, uma mulher e uma criança. Ainda segundo os relatos foram sequestradas outras pessoas e há indígenas feridos. Os agentes do Conselho Indigenista Missionário, CIMI, foram orientados a não saírem de seus locais de trabalho, por estarem ameaçados.

Diante disto, a Coordenação Nacional da CPT, comovida profundamente, vem a público para denunciar o descaso com que são tratados os povos indígenas, as comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais em nosso Brasil. Por serem grupos humanos que não se submetem aos ditames das leis do mercado e da economia capitalista, são tratados como empecilhos ao “desenvolvimento e progresso” e por isso devem ser removidos a qualquer custo. Quando se levantam para exigir os direitos que a Constituição Federal lhes reconheceu são rechaçados violentamente. Aos interesses econômicos do capital são subordinados os direitos dos mais pobres. Diante desses interesses, os poderes da República se curvam e os reverenciam. Não é o que acontece com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e de diversas outras no rio Teles Pires, e Tapajós que afetam áreas indígenas? Não é o que acontece quando o poder judiciário emite liminares e julga procedentes situações nas quais os povos indígenas deviam antes ser ouvidos e consultados, como manda a Constituição e Convênios internacionais assinados pelo Brasil? Não é o que acontece no Legislativo que se subordina aos ditames do agro-

negócio?

A triste situação em que vivem os Guarani Kaiowá vem se estendendo de longa data. Os participantes do III Congresso da CPT, realizado em Montes Claros (MG), em maio do ano passado, depois de ouvir os relatos de alguns indígenas presentes emitiram uma nota em que diziam: “A realidade das comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul é das mais cruéis e violentas de nosso país, e merece a mais forte repulsa. Foram espoliadas de suas terras e hoje vivem espremidas em minúsculas aldeias que não lhes possibilita as mais elementares condições de sobrevivência, quando não são empurradas para acampamentos às beiras das estradas, sempre perto de uma terra tradicional, sujeitas às intempéries, à fome, à sede... Um povo auto-suficiente, de uma riqueza cultural ímpar, é tratado como marginal, como escória da sociedade, mal visto pelo conjunto da sociedade sul-matogrossense. Uma realidade que clama aos céus”.

O ocorrido nesta manhã confirma e corrobora o que foi denunciado.

A Funai, que tem como missão promover e defender os direitos indígenas e lhes garantir as condições de sobrevivência tanto física, quanto cultural e espiritual, acaba tendo uma função mais que marginal, quando também não se torna subserviente aos interesses hegemônicos do capital.

A quem nega o direito dos mais fracos reafirmamos o que disse nosso III Congresso, emprestando as palavras do profeta Miquéias: “Escutem, líderes e autoridades do povo! Vocês que deviam praticar a justiça e, no entanto, odeiam o bem e amam o mal.

Vocês tiram a pele do meu povo e arrancam a carne dos seus ossos. Vocês devoram o meu povo: arrancam a pele, quebram os ossos e cortam a carne em pedaços, como se faz com a carne que vai ser cozida". (Miq 3,1-3)

Aos nossos irmãos Kaiowá Guarani, aos agentes do CIMI, a Coordenação da CPT quer manifestar sua profunda solidariedade e apoio. A causa de vocês é

nossa causa, a luta de vocês é nossa luta. Com vocês compartilhamos as dores, mas, sobretudo, a esperança de que um dia a justiça vai brilhar.

Goiânia, 18 de novembro de 2011.

Coordenação Nacional da CPT

* Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT, em 18 de novembro de 2011, pelo assassinato do cacique Nísio Gomes, Kaiowá-Guarani, no município de Amabaí, MS.

Mega obra impacta agricultores*

A Coordenação Nacional da CPT vem a público denunciar a desapropriação das famílias das comunidades Água Preta, Barra do Jacaré, Sabonete, Cazumbá, Campo da Praia, Bajuru, Quixaba, Azeitona, Capela São Pedro e Açu, do 5º Distrito, do município de São João da Barra, RJ. Para darem lugar às obras do Complexo Industrial, ligado ao Superporto do Açu, do bilionário brasileiro, Eike Batista, as famílias destas comunidades são pressionadas a abandonarem suas áreas onde muitas delas nasceram e têm suas raízes mais profundas. Além de sofrerem agressões.

Mais uma vez o poder público apoia os interesses do capital que se sobrepõem aos interesses dos cidadãos.

O Superporto do Açu é um empreendimento logístico da empresa LLX. Trata-se do maior investimento em infraestrutura portuária das Américas. Sua construção teve início em outubro de 2007 e sua operação está prevista para o primeiro semestre de 2012. O empreendimento foi idealizado prevendo a integração com minas de minério de ferro de Minas Gerais, a ser transportado até o porto por um mineroduto de 525 km de extensão. A concepção do Superporto é o de um porto-indústria, desenvolvendo diversos empreendimentos em paralelo ao porto propriamente dito, como estaleiro, usinas termoeletricas, etc. Mais de 66 empresas demonstraram interesse em se instalar neste complexo industrial. Este megaempreendimento está sendo propagandeado como uma obra dentro das mais avançadas do mundo, e que vai ampliar imensamente a capacidade exportadora do Brasil.

Mas o que não é divulgado é que para a instalação de todo este complexo de empresas, vão ter que ser desalojadas famílias de pescadores e de pequenos agricultores, que podem chegar a 1.500 famílias. A proposta do megaempreendimento foi abraçada pela prefeitura de São João da Barra e do estado do

Rio de Janeiro. Um Decreto Estadual 41.915/2009, desapropria como de interesse público uma área de 7.200 hectares, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin), para dar espaço ao condomínio industrial previsto no projeto.

Todas as estratégias estão sendo usadas para retirar as famílias da área, entre compra de área, mudança de local, e outras. Algumas venderam suas propriedades para a Codin. Outras negociaram com a companhia sua transferência para a Vila da Terra, um projeto para alojar as famílias retiradas, mas não receberam até hoje a indenização combinada. Porém, um grupo significativo de famílias, em torno a 800, resistem na terra e nela querem permanecer, por isso sofrem todo tipo de pressão e de ameaças para deixarem suas áreas. Placas são fincadas nos sítios, cercas mudam os limites das propriedades, restingas são derrubadas. Como diz um camponês: “Seremos expulsos de nossa terra, querem arrancar nossa história de dentro da gente. Na mesma hora que entram derrubam tudo, cercam, não deixam vida ali, querem que esqueçamos tudo que vivemos aqui.”. A polícia tem sido muitas vezes arbitrária e truculenta. Contra os que ainda teimam em resistir há um mandado de despejo que pode ser executado a qualquer hora.

Diante disso, os agricultores têm realizado diversas manifestações, bloqueado a estrada de acesso às obras do superporto, participado de audiências públicas na tentativa de garantirem o direito a permanecer na terra.

Às famílias atingidas por este megaprojeto, a Coordenação Nacional da CPT quer expressar seu apoio. É uma luta das proporções da de Davi e Goliás. Mas acreditem na força dos pequenos, da sua união e persistência.

Às autoridades, a quem interessa o chamado “de-

envolvimento econômico” acima da vida, da cultura e da história das comunidades camponesas, queremos lembrar que, como na visão de Daniel, todos os impérios têm os pés de barro e podem ruir num instante e tornar “tudo como se fosse palha ao final da colheita” (Dn 2, 31-35). Quando o mundo todo se debate com as trágicas consequências do aquecimento global, e toma consciência da finitude dos bens naturais e da necessidade de preservá-los, nossos governantes ainda apostam em projetos e propostas alicerçadas em visões já caducas de um desenvolvimento ilimitado.

A agricultura familiar e camponesa que ajuda a manter o equilíbrio da vida deveria merecer todo o apoio e não ser jogada ao lixo da história. É hora de se adequar ao momento presente e repensar o modelo de desenvolvimento

Goiânia, 9 de dezembro de 2011.

Coordenação Nacional da Comissão
Pastoral da Terra

* Nota Pública emitida pela Coordenação Nacional da CPT, em 9 de dezembro de 2011, sobre os impactos sofridos por agricultores do município de São João da Barra, RJ, pela mega-obra do Superporto Açú, do empresário Eike Batista.

Carta às autoridades*

Nós, trabalhadores e trabalhadoras rurais, ameaçados de morte e vivendo em situação de risco nas regiões sul e sudeste do Pará, reunidos em um encontro em Marabá, nos dias 09 e 10 do mês corrente, para avaliar nossa situação, nos dirigimos às autoridades estaduais e federais para expor nossas preocupações e apresentar nossas reivindicações.

Constatamos que a situação é grave, apenas nas regiões sul e sudeste, são mais de 40 lideranças em situação de risco em razão das ameaças e, em 2011, já ocorreram 10 assassinatos de trabalhadores rurais nessas regiões. As ameaças, infelizmente, em muitos casos, acabam se cumprindo resultando no assassinato de muitos camponeses.

A falência do INCRA e da Reforma Agrária é a principal causa geradora das ameaças, e por consequência das mortes. Processos de desapropriação ou arrecadação de terras públicas se arrastam por décadas, desencadeando conflitos graves e expondo os trabalhadores e suas lideranças à ação criminosa de pistoleiros a mando de fazendeiros e madeireiros. Em 2011, nenhuma fazenda foi desapropriada e nenhum assentamento foi criado nas regiões sul e sudeste. São mais de 10 mil famílias aguardando serem assentadas, enfrentando todas as formas de violência.

A inoperância do IBAMA e da Polícia Federal em coibir e penalizar a extração ilegal de madeira e a produção ilegal de carvão é um incentivo à continuidade das ameaças e das mortes. O assassinato de José Cláudio e Maria em Nova Ipixuna no último dia 24 de maio é um exemplo disso.

A impunidade promovida pela segurança pública

e pelo poder judiciário constitui elemento incentivador para a continuidade dos crimes. As ameaças, geralmente, não são investigadas, a investigação e identificação dos autores dos crimes contra os trabalhadores sempre ficam pela metade e a conclusão dos processos criminais e consequente condenação dos responsáveis pelos crimes dificilmente acontece. Os processos se arrastam por 5, 10 e até 20 anos e muitos deles acabam prescrevendo.

Frente à situação exposta reivindicamos das autoridades:

- 1 – Maior agilidade do INCRA nos processos de arrecadação de terras públicas e desapropriação de latifúndios improdutivos para que os conflitos sejam mais rapidamente solucionados;
- 2 – A investigação de todas as ameaças registradas nas Delegacias de Polícia por parte de trabalhadores e lideranças ameaçadas;
- 3 – Investigação por parte das corregedorias de polícia e da Comissão de Combate à Violência no Campo, das ilegalidades e arbitrariedades cometidas por policias civis e militares nos acampamentos e assentamentos;
- 4 – Fiscalização por parte do IBAMA da extração ilegal de madeira, desmatamentos ilegais e produção ilegal de carvão nas áreas ocupadas e nos assentamentos e investigação da Polícia Federal e Ministério Público Federal dos crimes ambientais e agrários cometidos por madeireiros e fazendeiros;
- 5 – Fortalecimento do Programa de Defensores de

Direitos Humanos, para que este tenha condições de monitorar a situação dos ameaçados, acompanhar a apuração das ameaças e garantir seguranças para as pessoas em situação de risco;

6 – Implantação de um posto temporário da Força Nacional no Projeto de Assentamento Agro-extrativista em Nova Ipixuna, considerando a ofensiva de madeireiros, grileiros e produtores de carvão ilegal, e a situação de ameaças aos familiares de José Cláu-

dio e Maria, especialmente, Laísa Sampaio;

7 – Prorrogação da Proteção feita pela Força Nacional às lideranças e trabalhadores dos ameaçados.

Marabá, 12 de dezembro de 2011.

Trabalhadores e lideranças ameaçadas de morte nas regiões sul e sudeste do Pará.

* Carta produzida pelos participantes do Encontro de Trabalhadores e Lideranças Ameaçadas de Morte nas regiões sul e sudeste do Pará, que se realizou em Marabá nos dias 09 e 10 de dezembro de 2011.

Água usada por comunidade quilombola é envenenada no Maranhão*

A Comissão Pastoral da Terra do Maranhão vem, por meio deste, comunicar mais atos de violência envolvendo a comunidade quilombola de Salgado, zona rural de Pirapemas (MA), num conflito que já se arrasta há 30 anos.

No último dia 3 de dezembro, cerca de 18 animais pertencentes ao Sr. José da Cruz, líder da comunidade quilombola de Salgado, foram mortos, por meio de veneno, causando um grande prejuízo à família do mesmo, já que sobraram poucos animais para subsistência de seu núcleo familiar. Tal fato se deu em decorrência de violento conflito possessório envolvendo, de um lado, dezenas de famílias quilombolas e de outro os senhores Ivanilson Pontes de Araújo e seu pai Moisés, que criam animais soltos nas áreas de roça das famílias e impedem que as mesmas acessem as fontes de água e babaçuais.

Em outubro de 2010, o juízo da comarca de Cantanhede (MA) concedeu manutenção de posse em favor das famílias do quilombo, contudo, o réu Ivanilson insiste em desrespeitar a ordem judicial. No último domingo afirmou ao quilombola José Patrício, que se os mesmos continuassem a realizar roças, esses iriam pagar caro.

Na manhã de hoje, 14 de dezembro, por volta de seis horas, o Sr. José da Cruz, líder quilombola, encontrou, com outros trabalhadores, um vasilhame de veneno dentro do poço d'água utilizado pela comunidade. A intenção clara era de ou matar por envenenamento os trabalhadores quilombolas ou causar grandes males à saúde da comunidade. Este fato ocorreu dois dias após a ida do Delegado Agrário à área do conflito. Além disso, o sr. Ivanilson Pontes de Araújo contratou dois homens que ficam rondando a comunidade, de forma ostensiva, intimidando as famílias ameaçadas.

Ao longo do ano de 2011, as famílias quilombolas de Salgado sofreram vários tipos de humilhações, ameaças, intimidações e violência em seu território. Contudo, o Estado fez pouco caso da situação.

A cada dia, maiores são as violências contra a Comunidade Salgado/Pontes. Tememos o pior!

São Luís, 14 de dezembro de 2011.

Padre Inaldo Serejo

* Nota emitida pela CPT do Maranhão, em 14 de dezembro, sobre violências contra a comunidade quilombola de Salgado, município de Pirapemas, MA.

Siglas dos Movimentos Sociais, Organizações e Entidades

*Utilizamos as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo nome é apresentado por extenso.

AAV	Agente Ambiental Voluntário	ABA	Associação Brasileira de Antropologia
AMA-JF	Aliança do Meio Ambiente de Juiz de Fora	ABI	Associação Brasileira de Imprensa
Ama	Amigos do Meio Ambiente	Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária
APR	Animação Pastoral e Social no Meio Rural	ABU	Associação Brasileiros Unidos
Acaram	Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua	ACCS	Associação Catarinense dos Criadores de Suínos
ASA*	Articulação do Semi-Árido*	ACTRU*	Associação Comunidade dos Trabalhadores Rurais de Unai
AEFP	Articulação Estadual de Fundo de Pasto	ACUTRMU	Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
ANP	Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras	ACBP	Associação Comunitária Bom Pastor
ANMTR	Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais	Acafi	Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Itamarandiba
APRBSF*	Articulação Popular pela Revitalização da Bacia do São Francisco	Acordi	Associação Comunitária Rural de Imbituba
APPF	Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais	Arqpedra	Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal
APRAASSA	Ass. dos Prod. Rurais do P. A. do Seringal Santo Antônio	ACSMAC	Associação da Comunidade São Miguel Arcanjo das Cachoeiras
AP - RJ	Assembleia Popular - Rio de Janeiro	ACRQ	Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos
APMG*	Assembléia Popular de Minas Gerais	ACQERJ	Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do RJ
Aconeruq/MA	Assoc. das Com. Negras Rurais Quilombolas do Maranhão	AQC*	Associação das Quebradeiras de Coco
Acorjuve	Assoc. das Comunidades da Região Juruti Velho	AATR	Associação de Advogados e Advogadas dos Trabalhadores Rurais
Amigreal	Assoc. dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas	Aacade-PB	Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes
APPAAFCNF	Assoc. dos Peq. Prod. e Artesãos da Agric. Familiar de Congonhas Nossa Família	AAPP	Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
Agrofran	Assoc. dos Produtores Agropecuários da Gleba S. Francisco	Acquilerj	Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro
APAO	Assoc. dos Produtores Amigos Organizados	AMA/Moeda	Associação de Meio Ambiente de Moeda
ATRAMAG	Assoc. dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva de Mata Grande	Asparmab	Associação de Pequenos Agricultores Rurais de Marabá
Arquizumbi	Assoc. Quilombola Zumbi dos Palmares do Igarapé Vilar	APL*	Associação de Pescadores e Lavradores
AAIA	Associação Agroextrativista da Ilha do Arapari	Arqimar	Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia
AAC*	Associação Antônio Conselheiro		

AST*	Associação de Sem Terra		Rurais de Santa Fé do Araguaia e Muricilândia
ATRCMS*	Associação de Trabalhadores Rurais da Colônia Monte Sinai	Asproja	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Jaru
ADC	Associação Direito e Cidadania	APPRP*	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sul do Pará
Ampa	Associação do Movimento dos Pequenos Agricultores	APJ*	Associação dos Pescadores de Jatobá
Apapap	Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranhiera	APCR*	Associação dos Pescadores do Canto do Rio
ATRQPC*	Associação do Território Remanescente do Quilombo Pontal dos Crioulos	Apromar	Associação dos Prod. Rurais do Oeste de Machadinho
Atesf	Associação dos Agricultores Extrativistas Santa Fé	APA	Associação dos Produtores Alternativos
Aaico	Associação dos Amigos da Ilha de Colares	Apapats*	Associação dos Produtores do Assentamento Tutuí
AAU	Associação dos Assentados de Uruará	Aspparp	Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Rio do Peixe
AAPSF	Associação dos Assentados do Projeto São Francisco	APRGER*	Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios
AABSS	Associação dos Atingidos pela Barragem de São Salvador	APRNE	Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança
Aafit	Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho	Apracf*	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca
Abanorte	Associação dos Bananicultores do Norte de Minas	Aprocel*	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Poranga
ABB*	Associação dos Barqueiros de Babaçulândia	Arcan	Associação dos Reassentados de Campos Novos
AC*	Associação dos Chacareiros	Arquig	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá
Adufba	Associação dos Docentes da Universidade Federal da Bahia	ARQS*	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Santana
Adufro	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia	ASTST*	Associação dos Sem Terra e Sem Teto
Adufpr	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná	ATDST	Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Terra
Aduferj	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro	ATAFCZ	Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Cerro Azul
Aduff	Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense	ATR	Associação dos Trabalhadores Rurais
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros	Atri	Associação dos Trabalhadores Rurais de Ipaú
AMRP*	Associação dos Micropodutores Rurais de Petrolândia	Atrust	Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Montes Claros
AMC*	Associação dos Moradores de Cupiúba	ATRB*	Associação dos Trabalhadores Rurais do PDS Brasília
Amora	Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio	Astelivra	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Livramento
APAJ*	Associação dos Pequenos Agricultores de Jarauçu	Astelira	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento
Apapais	Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadoras Assent. do Sabiaguaba	Atuva	Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida
Aparast	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Santa Terezinha	Assema	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
Aprusfa	Associação dos Pequenos Produtores	ADT*	Associação em Direito da Terra

Fruto da Terra	Associação Fruto da Terra	CUT	Central Única dos Trabalhadores
Ahomar	Associação Homens do Mar da Baía da Guanabara	CAA	Centro de Agricultura Alternativa
AIMM*	Associação Independente Morro da Mesa	Cepagri	Centro de Apoio e Promoção ao Pequeno Agricultor
AIM	Associação Intermunicipal de Mulheres	Ceap	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
Alpapi	Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu	Campo Vale	Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha
Amda	Associação Mineira de Defesa do Ambiente	CCL	Centro de Cidadania e Liderança
Anab	Associação Nacional dos Atingidos por Barragens	CDHHT	Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
Antep	Associação Naviraiense Terra e Paz	Cedefes	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
ASPJ*	Associação Padre Josimo	Ceris	Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
ATTAC	Associação para Taxação das Transações Financeiras e Ajuda ao Cidadão	Ceifar	Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural
Apeart	Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário	Cepami	Centro de Estudos da Pastoral do Migrante
PRORURAL	Associação Prorural	CJG	Centro de Justiça Global
AQI*	Associação Quilombo de Ivaporunduva	COAAMS	Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul
AQCNJ	Associação Quilombola das Comunidades Nativas de Jaíba	Cebi	Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos
AQCC	Associação Quilombola de Conceição das Crioulas	Ceapa	Centro Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agric. de Alagoas
Aspoqui	Associação Quilombola de Quilombo	Cohre	Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos
AQM*	Associação Quilombola do Machadinho	CTV*	Centro Terra Viva
AQSN*	Associação Quilombola do Sapê do Norte	CPMG	Colônia dos Pescadores de Minas Gerais
ARTS	Associação Renovação dos Sem Terra	Comasses	Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo
ARST	Associação Renovadora Sem Terra	CDH	Comissão de Direitos Humanos
ARPRC*	Associação Rural dos Posseiros de Rio dos Couros	Cediter	Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra
ASA	Associação Santo Antônio	CEH	Comissão Estadual dos Hortos
Asseefa	Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia	Codema	Comissão Municipal de meio Ambiente de Manhauçu
Asteca	Associação Técnica de Cooperação Agrícola	Conatrae	Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo
ATP	Associação Terra e Paz	CPT	Comissão Pastoral da Terra
AUV	Associação União da Vitória	CPPSM*	Comissão pela Preservação da Serra da Moeda
Astrarural	Astrarural	CPN*	Comitê de Proteção às Nascentes
Brigada	Brigada Indígena - ES	CPCETEDNNE	Comitê Pop. de Combate e Errad. ao Trab. Escravo e Degrad. no N e NO Fluminense
CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra	CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Capão Xavier	Movimento Capão Xavier Vivo	Confapesca	Conf. Nac. das Fed. e Ass. de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Ent. de Pesca
Cáritas	Cáritas Brasileira	CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
COAFBRS*	Central das Organizações de Agricultura Familiar do Baixo Rio São Francisco	CNAP	Confederação Nacional de Agricultores Portugueses
CPM	Central de Movimentos Populares		
CAR	Central dos Assentados de Roraima		
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil		

CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores	Cese	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Diocese	Diocese
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil	DCE	Diretório Central dos Estudantes
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	DJP	Dominicans for the Justice and Peace
Cotrec	Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres	Eeacone	Eeacone
Ctac	Conselho dos Trabalhadores Assentados de Cáceres	EIV-MG	Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais
Coema	Conselho Estadual do Meio Ambiente	Fian	Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar
CIR	Conselho Indígena de Roraima	Fuvi	Famílias Unidas do Vale do Ivinhema
Cimi	Conselho Indigenista Missionário	FAF	Federação da Agricultura Familiar
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros	Fapesca	Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do RJ
CP**	Conselho Paroquial	FAMCC	Federação das Associações e Conselhos Comunitários do Estado
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores	FCP*	Federação das Colônias dos Pescadores
Crea	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura	NGolo	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de MG
CRABI	Conselho Regional dos Atingidos pela Barragem de Itaipú	Fepaemg	Federação de Pescadores Artesanais do Estado de Minas Gerais
CP*	Consulta Popular	Feraesp	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
Coomigasp	Cooperativa de Mineração do Garimpo de Serra Pelada	Feab	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
CMTRCR	Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Região	FPERJ	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro
Coopemard	Cooperativa de Pescadores Marcílio Dias	FPRN*	Federação dos Pescadores do Rio Grande do Norte
Cooterra	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra	FPPMG	Federação dos Pescadores Profissionais de Minas Gerais
Cemem	Cooperativa Ecológica de Mulheres Extrativistas de Marajó	Fetaemg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
Comag*	Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá	Fetaesp	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
Coopervida	Coopervida	Fetacre	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre
Ceqneq	Coord. Est. das Com. Negras e Quil. da PB	Fetraf	Federação dos Trabalhadores de Agricultura Familiar
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	Fetag/RJ	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais	Fetag/BA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
CECQESZ*	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES Zacimba Gaba	Fetag/PB	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba
Ceta	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados Acampados e Quilombolas	Fetag/AL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas
Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombos	Fetaeg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas	Fetagri/MT	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso
CRQ	Coordenação Regional dos Quilombolas	Fetagri/MS	Federação dos Trabalhadores na
CSBP	Coordenação Sindical do Bico do Papagaio		

	Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul	FTR	Força dos Trabalhadores Rurais
		FS	Força Sindical
Fetape	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco	FCSSA	Fórum Cearense de Sobrevivência no Semi-Árido
Fetaagro	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia	FAOR	Fórum da Amazônia Oriental
Fetag/RR	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima	FPS	Fórum das Pastorais Sociais
Fetaesc	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina	FAF*	Fórum de Agricultura Familiar
		FLTDC*	Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania
Fetase	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe	FMADT*	Fórum de Meio Ambiente dos Trabalhadores
Fetaet	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Tocantins	Fompe*	Fórum de Mulheres de Pernambuco
		FMA	Fórum de Mulheres da Amazônia
Fetraece	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará	FMGBH*	Fórum de Mulheres da Grande BH
		Fomes	Fórum de Mulheres do Espírito Santo
Fetaes	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo	FDDI	Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas
		FMCBH	Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
Fetaema	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão	FMLTCS*	Fórum Municipal de Luta por Trabalho, Cidadania e Soberania
Fetagri/PA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Amapá	FNCVC*	Fórum Nacional contra a Violência no Campo
		FNF	Fórum Nacional do Fisco
Fetaep	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná	FNRAJC	Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
Fetag/PI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí	FPCDH*	Fórum Paraense de Cidadania e Direitos Humanos
Fetaerj	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro	FPLTTC*	Fórum Paraense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania
		FST	Fórum Social do Triângulo
Fetarn	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte	FSM*	Fórum Social Mineiro
		FOE	Frente de Oposição de Esquerda
		FPRT*	Frente de Proteção ao Rio Tibagi
Fetag/RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul	FRP	Frente de Resistência Pataxó
		FNP	Frente Nacional dos Petroleiros
		Fata	Fundação Agrária de Tocantins/Araguaia
Fetraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	Funáguas	Fundação Águas
		FSOSMA*	Fundação SOS Mata Atlântica
Fetrafsul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul	FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar
		GE*	Global Exchange
Fetagri	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado	Greenpeace	Greenpeace
		GADDH	Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
Fetadef	Federação dos Trabalhadores Rurais do DF e Entorno	Gdasi	Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá
FIST	Federação Internacionalista dos Sem Teto	GDN	Grupo de Defesa da Natureza
		GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia
FSDM-MG	Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de MG	Xambrê	Grupo Xambrê
		IA*	Igreja Anglicana
Fase	Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional	IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
Fisco-Fórum	Fisco-Fórum	Índios	Índios

Inesc	Instituto de Estudos Sócio Econômicos	MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra
IMS	Instituto Marista de Solidariedade		
Idesc	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira	Moab	Movimento dos Ameaçados por Barragens
ISA	Instituto Socioambiental	MAAP	Movimento dos Assentados do Amapá
Inst. Vidagua	Instituto Vidagua	MABE	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial
Intersindical	Intersindical		
JG*	Justiça Global	MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
LCC	Liga Camponesa Corumbiara		
LCP	Liga dos Camponeses Pobres	MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra
LCPR	Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia	MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
		Mopeba	Movimento dos Pescadores do Estado da Bahia
LCPCO	Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste		
		Mopepa	Movimento dos Pescadores do Estado do Pará
LCPNM	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas	MPB*	Movimento dos Pescadores e das Pescadoras da Bahia
LOC	Liga Operária e Camponesa		
Mopic	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado	MSA	Movimento dos Sem Água
		MSAR	Movimento dos Sem Água do Riachão
Montanha Viva	Montanha Viva	MT	Movimento dos Trabalhadores
MACDV*	Movimento Alerta Contra o Deserto Verde	MTAA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso
MBB	Movimento Bandeira Branca		
MTB**	Movimento Brasil Sem Terra	MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra
MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra		
MBTR	Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Rurais	MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
		MTM	Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração
MBUQT	Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra		
MCC	Movimento Camponês Corumbiara	MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
MCP	Movimento Camponês Popular	MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos
MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra	MTRI	Movimento dos Trabalhadores Rurais Independentes
MTI*	Movimento da Terceira Idade	MTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil
MMCQ	Movimento das Mulheres Camponesas de Quilombo	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MATR	Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural	MTRST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MEB	Movimento de Educação de Base		
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	MST***	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (do Pontal SP)
		MTRSTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros
MLST-L	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta	MTRSTP	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná
MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra		
MLT	Movimento de Luta pela Terra	MTST*	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Sem Teto
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras		
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas	MSTI	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Independente
AMTBRAN	Movimento de Mulheres de Brasil Novo		
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais	MFP	Movimento Fé e Política
		MGA*	Movimento Grito das Águas
M8M*	Movimento Dia 08 de Março	MIG	Movimento Indígena Guarani

MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu	OG	Organização Governamental
MNDDH	Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos	OI	Organização Independente
MND	Movimento Nacional de Desempregados	OLST	Organização para a Libertação de Sem Terra
Monape	Movimento Nacional dos Pescadores	Humanitas	Organização para Direitos Humanos e Cidadania
MPT	Movimento Pacífico pela Terra	OTL	Organização Terra e Liberdade
Moral	Movimento para Reforma Agrária e Liberdade	Paróquias	Paróquias
MPL	Movimento Passe Livre	PCB	Partido Comunista Brasileiro
MUP	Movimento pela Universidade Popular	PT	Partido dos Trabalhadores
MV*	Movimento pela Vida - SC	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
MSAMG*	Movimento pelas Serras e Águas de Minas	Past. da Criança	Pastoral da Criança
MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu	PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
MPRA	Movimento Popular pela Reforma Agrária	PJR	Pastoral da Juventude Rural
MPRD	Movimento Pró Rio Doce	PR	Pastoral Rural
MNF	Movimento Sem Terra Nova Força	Pégazus	Pégazuz
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais	Pescadores	Pescadores
MSST	Movimento Social dos Sem Terra	Planeta Vida	Planeta Vida
MSO	Movimento Social Organizado	PSRF*	Pólo Sindical do Recôncavo e Feira
MSTR*	Movimento Socialista Trabalhista de Rondônia	Preá	Preá
MSONT	Movimento Sonho da Terra	Prelazia	Prelazia de São Félix do Araguaia
MTB*	Movimento Terra Brasil	Koinonia	Obsevatório Quilombola
MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade	Proj. Manuelzão	Projeto Manuelzão
MTV	Movimento Terra Vida	PPE	Projeto Padre Ezequiel
MTP	Movimento Trabalhista de Poconé	Quilombolas	Quilombolas
MTP*	Movimento Trabalho e Progresso	Rede Alerta	Rede Alerta contra o Deserto Verde
MTST	Movimento Tucuruense Sem Terra	Reapi	Rede Ambiental do Piauí
MUL	Movimento União dos Lavradores	RCONGs	Rede Cerrado de Ongs
Must	Movimento Unido dos Sem Terra	Raaca-Sul	Rede de Assistência Comunitária dos Assentados e Acampados do Sul da Bahia
MUT	Movimento Unidos pela Terra	Roda	Rede de Organizações em Defesa da Água
MVAB	Movimento Vantuy Agroecológico no Brasil	Remtea	Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental
MXV*	Movimento Xingu Vivo	Renap	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
NDH	Núcleo de Direitos Humanos	SI	Sem informação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil	SS	Sem Sigla
OAC	Organização Agrária Camponesa	SAB	Serviço de Animação Bíblica
OLC	Organização da Luta no Campo	SFJP	Serviço Franciscano de Justiça e Paz
OAS	Organização de Articulação do Semi-Árido	Sintraf	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
OMR*	Organização de Moradores da Resex	SAF	Sindicato da Agricultura Familiar
Omaquesp	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de SP	Sindbancários	Sindicato dos Bancários
OPI	Organização de Produtores de Ipirá	SERJ*	Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro
OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia	SER	Sindicato dos Empregados Rurais
		SGSP	Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada
		SJP*	Sindicato dos Jornalistas Profissionais
		SM	Sindicato dos Metalúrgicos

SINPRA	Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados	Sapê	Sociedade Angrense de Proteção Ambiental
SQP	Sindicato dos Químicos e Petroleiros	SMDDH	Sociedade Marenhense de Defesa dos Direitos Humanos
SRBH	Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte	SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
Sindsepe	Sindicato dos Servidores Federais do Mato Grosso	SOS Cachoeirão	SOS Cachoeirão
Sintaema	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente de SP	SOS Capivari	SOS Capivari
Sintero	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia	TD*	Terra de Direitos
Sindiupes	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública	Terra Livre	Movimento Terra Livre
Sindipetro-RJ	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo - RJ	Terra Nossa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar Terra Nossa
STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura	Tupã 3E	Tupã 3E
Sindsaúde	Sindicato dos Trabalhadores na Saúde	UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	UMP	União das Mulheres Piauienses
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro	UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco
Sinait	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho	Uniterra	União dos Movimentos Sociais pela Terra
Sinpaf	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa	USST	União dos Santanenses Sem Terra
Sind-UTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG	USTN	União dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte
Sinergia	Sinergia	UEE-RJ	União Estadual dos Estudantes do RJ
SDS	Social Democracia Sindical	UFT	União Força e Terra
		UNE	União Nacional dos Estudantes
		SS*	União Socialista pela Terra
		Via Campesina	Via campesina

Fontes de Pesquisa

*Declaração e informes dos 21 Regionais da CPT

*Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais

*Relatórios de Sindicatos e Federações de trabalhadores rurais

*Informes de Parlamentares Estaduais e Federais

CPT's

Campanha Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, Araguaína-TO

Comissão Pastoral da Terra Regional Bahia - <http://www.cptba.org.br>

Comissão Pastoral da Terra Regional Paraná - <http://www.cpt.org.br>

Comissão Pastoral da Terra Regional Piauí - <http://cptpi.blogspot.com>

Comissão Pastoral da Terra - CPT NE 2 - <http://www.cptpe.org.br>

Fala CPT - Boletim Informativo da CPT GO

Notícias da Terra - Boletim Informativo da CPT - RO - <http://cptrondonia.blogspot.com>

Notícias da Terra e da Água - Boletim Eletrônico - CPT Nacional - GO

Pastoral da Terra - CPT Nacional

Pé no Chão - PT - PB

Pelejando - CPT - MG

Igrejas

ACR do Brasil - Animação dos Cristãos no Meio Rural

Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina

Alvorada - Prelazia de São Félix do Araguaia - MT

APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural

Boletim Anunciando e Defendendo - Diocese de Ji-Paraná - RO

Cáritas Brasileira

Casa da Juventude - Goiânia - GO - www.casadajuventude.org.br

CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz

Cebi - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Cimi - Conselho Indigenista Missionário

CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores

Documentos de Dioceses

IEAB - Igreja Evangélica Anglicana do Brasil

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil

Jufra - Juventude Franciscana no Brasil

O Muriçoquinha - Paróquia Sta. Luzia - Anapu - PA

O Roceiro - Crateús-CE

Pastoral da Comunicação

PJ - Pastoral da Juventude

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PO - Pastoral Operária

Porantim - Brasília - DF

Ressureição e Vida - Senhor do Bonfim - BA

SPM - Serviço Pastoral do Migrante

ONGs

Justiça Global Brasil - <http://global.org.br>

Boletim Informativo Alerta Contra o Deserto Verde - ES

Cedefes - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CDH-CP - Corte Interamericana de Direitos Humanos

CDHHT - Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
 CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro
 CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
 Cendhec - Centro D.Helder Câmara de Estudos e Ação Social
 Centro de Justiça Global
 Cepasp - Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular
 CEPDH - Centro de Estudos, Pesquisa e Direitos Humanos
 Circular Recopa - Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa)
 Confapesca - Conf. Nac. das Federações e Assoc. de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Entidades de Pesca
 CSDDH - Centro Santo Dias de Direitos Humanos - SP
 Fase - Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional
 Fian - Foodfirst Information e Action Network
 GADDH-Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
 Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
 Greenpeace
 GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
 Ifas - Instituto de Formação e Assessoria Sindical “Sebastião Rosa da Paz”
 Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM
 NDH - Núcleo de Direitos Humanos
 ISA - Instituto Socioambiental
 Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
 Repórter Brasil Agência de Notícias
 Sasop - Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais
 SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
 Terra de Direitos

Movimentos Sociais

Ceta - Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados
 CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
 Contraponto - Marabá-PA
 Jornal do MST - São Paulo - SP
 Letra Viva - MST
 Liga dos Camponeses Pobres
 Notícias da Amazônia - Secretaria do MST Pará - Marabá
 Movimento Camponês Popular - MCP
 Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
 Movimento dos Atingidos pela Base Espacial - MABE
 Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
 Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST
 Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
 Movimento dos Pescadores do Estado da Bahia - Mopeba
 Movimentos dos Trabalhadores Desempregados - MTD
 Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
 Movimento Juruti em Ação
 Movimento Mundial de Mulheres - MMM
 Movimento Terra Livre (antigo MTL - DI)
 Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL
 Movimento Xingu Vivo
 Revista Sem Terra
 Via Campesina

Sindicatos

Agência Contag de Notícias - Brasília - DF
Central Única dos Trabalhadores - CUT
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag
Federações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf
Federações dos Trabalhadores na Agricultura
Jornal da Fetag - BA
Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Sintraf
Sindicatos dos Trabalhadores na Lavoura - STL

Associações

AAPP - Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
AATR - Associação de Advogados e Advogadas de Trabalhadores Rurais - BA
Acorjuve - Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho
Apapap - Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira
AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia
Asseefa - Assoc. Solidária Econômica Eco. de Frutas da Amazônia
Associação Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Pacajá
Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal
Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas
Associação dos Pequenos Agricultores Paz e Alegria
Associação Nacional de Cooperação Agrícola
Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

Rede Data Luta

UNESP - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA
UFU - Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA
UNIOESTE - Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade - GEOLUTAS
UFRGS - Núcleo de Estudos Agrário - NEAG
UFPB - Grupo de Estudos sobre Espaço, Trabalho e Campesinato
Universidade Federal de Sergipe - UFS
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
UFES - Observatório dos Conflitos no Campo no Espírito Santo

Outras fontes

Agência 10envolvimento - BA
Anistia Internacional
CAI - Comissão de Assuntos Indígenas
CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
Centro de Estudos Ambientais
Cerrado Assessoria Jurídica Popular - GO
Combate ao Racismo Ambiental
Comissão de Direitos Humanos da OEA
Comitê Dorothy - PA
Comitê Rio Maria
Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos
Conselho Estadual de Povos Indígenas
Delegacia de Polícia Civil
Departamento de Medicina Legal
Depoimentos
Dhesc - Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais

Diário da Justiça
Diretório Nacional do PT - Brasília-DF

Documentos Gerais

Fórum Carajás
Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
Fórum em defesa da Zona Costeira do Ceará
Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
Fundação Oswaldo Cruz
<http://contasabertas.uol.com.br>
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra
Informe Agropecuário - Epamig - Belo Horizonte - MG
Jornal Movimento Regional - Marabá - PA
Observatório do Pré-Sal e da Indústria Extrativa Mineral
Observatório Quilombola - <http://www.koinonia.org.br>
Ofícios
OIT - Organização Internacional do Trabalho - ONU
ONU - Organização das Nações Unidas
Ordem dos Advogados do Brasil
Ouvidoria Agrária
Pé no Chão - PT - PB
Renap - Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE
www.caa.org.br - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
www.irpaa.org
www.justicanostrilhos.org
www.radoruraldesantarem.com.br
www.resistenciacamponesa.com
www.riosvivos.org.br

Imprensa

A Crítica - Manaus - AM
A Folha - São Carlos - SP
A Gazeta - Cuiabá - MT
A Gazeta - Rio Branco - AC
A Gazeta - Vitória - ES
A Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
A Notícia - Chapecó - SC
A Notícia - Pará
A Nova Democracia - Rio de Janeiro - RJ
A Província do Pará - Belém-PA
A Região - Itabuna-BA
A Tarde - Salvador - BA
A Tribuna - Criciúma - SC
A Tribuna - MT
A Tribuna - Santos - SP
A Tribuna do Povo - Umuarama - PR
Agecon - Agência Contestado de Notícias Populares

Agence France Press - Paris - FR
Agência Alagoas
Agência Amazonas de Notícias
Agência Brasil - Rio de Janeiro - RJ
Agência Estado - São Paulo - SP
Agência Estadual de Notícias do Paraná
Agência Folha
Agência Minas
Agência Notícias do Planalto - Brasília - DF
Agência Pará
Agência Petroleira de Notícias - APN
Agora Bahia - Salvador - BA
Agora Paraná
Agora São Paulo - São Paulo - SP
Alagoas 24 Horas
Alto Madeira - Porto Velho - RO
Amazonas em Tempo - Manaus - AM
Amigos da Terra-Amazônia Brasileira - PA
BBC Brasil - Londres - ING
Bem Paraná - Portal Paranaense
Blogs
Boletim da FAEP - Curitiba - PR
Boletim Famaliá
Brasil de Fato - São Paulo - SP
Brasil Norte - Boa Vista - RR
Cada Minuto - Maceió
Campo Grande News - Campos Grande - MS
Capital News - MS
Carta Maior - São Paulo - SP
Cinform - Aracaju - SE
clicabrasilia.com.br
CMI Brasil - Centro de Mídia Independente
Coletivo - Brasília - DF
Comércio do Jahu - Jaú - SP
Contraponto - Marabá - PA
Correio - Uberlândia - MG
Correio Braziliense - Brasília - DF
Correio da Bahia - Salvador - BA
Correio da Cidadania - São Paulo - SP
Correio da Paraíba - João Pessoa - PB
Correio do Estado - Campo Grande - MS
Correio do Pará - Belém - PA
Correio do Povo - Porto Alegre - RS
Correio do Povo do Paraná - Laranjeiras do Sul - PR
Correio do Tocantins - Marabá - PA
Correio Lageano - www.clmais.com.br
Correio Paranaense - PR
Correio Popular - Campinas - SP
Correio Popular - São Paulo - SP
Correio Riograndense - Caxias do Sul - RS
Correioweb - Brasília - DF
Cosmo online - Campinas - SP
DCI - Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo - SP

Dia a Dia - Campo Grande - MS
 Diário Catarinense - Florianópolis - SC
 Diário da Amazônia - Porto Velho - RO
 Diário da Borborema - PB - www.db.com.br
 Diário da Manhã - Chapecó - SC
 Diário da Manhã - Goiânia - GO
 Diário da Manhã - Ponta Grossa - PR
 Diário da Manhã - RS
 Diário da Região - São José do Rio Preto - SP
 Diário da Serra - Tangará da Serra - MT
 Diário da Tarde - Belo Horizonte - MG
 Diário da Tarde - São Paulo - SP
 Diário de Aço - Caratinga - MG
 Diário de Canoas - RS
 Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT
 Diário de Guarapuava - Guarapuava - PR
 Diário de Natal - Natal - RN
 Diário de Pernambuco - Recife - PE
 Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 Diário do Amapá - Macapá - AP
 Diário do Amazonas - Manaus - AM
 Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG
 Diário do Grande ABC - Santo André - SP
 Diário do Iguazu - Chapecó - SC
 Diário do Nordeste - Fortaleza - CE
 Diário do Pará - Belém - PA
 Diário do Povo - Dourados - MS
 Diário do Povo - Teresina - PI
 Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG
 Diário do Sudoeste - PR
 Diário do Vale - Rio de Janeiro - RJ
 Diário dos Campos - Ponta Grossa - PR
 Diário Oficial da União - Brasília - DF
 Diário Popular - São Paulo - SP
 Dourados News - Dourados - MS
 Envolverde - Revista Digital de Meio Ambiente e Desenvolvimento
 Época - Rio de Janeiro - RJ
 Estado de Minas - Belo Horizonte - MG
 Expresso Santiago - RS
 Extra - Rio de Janeiro - RJ
 Folha da Baixada - Cuiabá - MT
 Folha da Manhã - Campos dos Goytacazes - RJ
 Folha da Manhã - MG
 Folha da Região - Araçatuba - SP
 Folha de Boa Vista - RR
 Folha de Carajás - Redenção - PA
 Folha de Londrina - Londrina - PR
 Folha de Pernambuco - Recife - PE
 Folha de Rondônia - Ji-Paraná - RO
 Folha de São Paulo - São Paulo - SP
 Folha do Amapá - Macapá - AP
 Folha do Estado - Cuiabá - MT
 Folha do Paraná - Cascavel - PR
 Folha do Paraná - Curitiba - PR
 Folha do Povo - Campo Grande - MS
 Folha Popular - Palmas - TO
 Folha Regional - MG
 Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
 Gazeta de Ribeirão - Ribeirão Preto - SP
 Gazeta Digital - Guararapes - SP
 Gazeta do Alto Piranhas - Cajazeiras - PB
 Gazeta do Oeste - Mossoró - RN
 Gazeta do Pantanal - MS
 Gazeta do Paraná - Cascavel - PR
 Gazeta do Povo - Curitiba - PR
 Gazeta do Sul - Santa Cruz do Sul - RS
 Gazeta Mercantil - São Paulo - SP
 Gazeta Nacional - Rio de Janeiro - RJ
 Gazeta Online - Vitória - ES
 Globo News
 Globo Rural
 GP1 - O 1º Grande Portal do Piauí
 Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG
<http://conexaoto.com.br>
<http://folhadoprogreso.com>
<http://gazetaweb.globo.com>
<http://jornale.com.br>
<http://leopoldinense.com.br>
<http://oparlamento.com>
<http://passapalavra.info>
<http://portalamazonia.globo.com>
<http://rondoniadinamica.com>
<http://routenews.com.br>
<http://supernoticia.com.br>
<http://tapajoslivre.org/>
<http://terramagazine.terra.com.br>
<http://tudonahora.uol.com.br>
<http://wn.frizz.com.br>
 Informativo Stúdio Rural - Campina Grande - PB
 Informe Agropecuário - Campo Grande-MS
 Isto É - São Paulo - SP
 Isto É Dinheiro - São Paulo - SP
 Jornal A Cidade - Ribeirão Preto - SP
 Jornal Agora - Porto Alegre - RS
 Jornal Amazônia Hoje - Belém - PA
 Jornal Arinos - Nova Mutum - MT
 Jornal Correio do Tocantins - Marabá - PA
 Jornal Correio Popular de Rondônia - Ji - Paraná - RO
 Jornal Cultura - Guarapuava - PR
 Jornal da Cidade - Baurú - SP
 Jornal da Comunidade - Brasília - DF
 Jornal da Manhã - Aracajú - SE
 Jornal da Manhã - Uberaba - MG
 Jornal da Paraíba - Campina Grande - PB
 Jornal da Tarde - São Paulo - SP

- Jornal de Brasília - Brasília - DF
 Jornal de Cuiabá - MT
 Jornal de Fato - Natal - RN
 Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC
 Jornal de Santarém - PA
 Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Cariri - Juazeiro do Norte - CE
 Jornal do Comércio - RS - <http://jcrs.uol.com.br>
 Jornal do Comércio - Recife - PE
 Jornal do Comércio - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Dia - Macapá - AP
 Jornal do Estado - Curitiba - PR
 Jornal do Tocantins - Palmas - TO
 Jornal Folha do Maranhão
 Jornal Hoje - Cascavel - PR - www.ejornais.com.br
 Jornal Pequeno - São Luís - MA
 Jornal Planalto Central - Brasília - DF
 Jornal Spalhafatos - Brasília - DF
 Jornal Vale Paraibano - São José dos Campos - SP
 Le Monde - Paris - FR
 Marco Zero - Macapá - AP
 Meio Norte - Teresina - PI
 Monitor Campista - RJ
 Nova Fronteira - Salvador - BA
 Novo Extra - Maceió - AL
 O Barriga Verde - SC - www.obv.com.br
 O Debate - Macaé - RJ
 O Dia - Rio de Janeiro - RJ
 O Dia - Teresina - PI
 O Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estadão - Porto Velho - RO
 O Estado de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estado do Maranhão - São Luís - MA
 O Estado do Norte - Porto Velho - RO
 O Estado do Paraná - Curitiba - PR
 O Estado do Tapajós - PA
 O Falcão - Abelardo Luz - PR
 O Globo - Online
 O Imparcial - Presidente Prudente - SP
 O Imparcial - São Luís - MA
 O Jornal - Maceió - AL
 O Jornal dos Municípios - São Paulo - SP
 O Liberal - Belém - PA
 O Mercador On Line - Rio Verde - GO
 O Mossoroense - Mossoró - RN
 O Nacional - Passo Fundo - RS
 O Norte - João Pessoa - PB
 O Paraná - Cascavel - PR
 O Popular - Goiânia - GO
 O Povo - Fortaleza - CE
 O Progresso - Dourados - MS
 O Progresso - Imperatriz - MA
 O Rio Branco - Rio Branco - AC
 O São Paulo - São Paulo - SP
 O Tempo - Belo Horizonte - MG
 Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP
 Opinião - Marabá - PA
 Página 20 - Rio Branco - AC
 Paraná Online - Curitiba - PR
 Portal A Notícia - Florianópolis - SC
 Portal de Notícias Conexão Tocantins
 Portal IG
 Portal ORM
 Portal R7
 Portal RPC
 Radiobrás - Agência Brasil - São Paulo - SP
 Revista Caros Amigos - SP
 Revista Carta Capital
 Revista Missões - SP
 Revista República - São Paulo - SP
 Revista Século Diário - Vitória - ES
 Revista Sina - MT
 Revista Tempo e Presença - Rio de Janeiro - RJ
 Revista Terra Brasilis - EUA
 Revista Valor - Portugal
 Tododia - Americana - SP
 Tribuna da Bahia - Salvador - BA
 Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro - RJ
 Tribuna da Produção - Palmeira das Missões - RS
 Tribuna de Alagoas - Maceió - AL
 Tribuna de Petrópolis
 Tribuna do Brasil - Brasília - DF
 Tribuna do Ceará - Fortaleza - CE
 Tribuna do Cricaré - São Mateus - ES
 Tribuna do Interior - Campo Mourão - PR
 Tribuna do Norte - Apucarana - PR
 Tribuna do Norte - Natal - RN
 Tribuna do Planalto - Goiânia - GO
 Umuarama Ilustrado - Umuarama - PR
 Valor Econômico - São Paulo - SP
www.100preconceitopa.com.br
www.ac24horas.com
www.acredigital.net
www.acessepiaui.com.br
www.achanoticias.com.br
www.agazeta.net
www.agenciafreelancer.com
www.alagoasdiario.com.br
www.alagoasnoticias.com.br
www.alagoastempo.com
www.amazonasnoticias.com.br
www.amazoniadagente.org.br
www.amazonia.org.br
www.aquidauanews.com
www.atalaiaagora.com.br
www.bahianoticias.com.br

www.bastosja.com.br
www.bemparana.com.br
www.berohoka.com.br
www.bonde.com.br
www.brasiloste.com.br
www.campograndenoticias.com.br
www.carajasojournal.com.br
www.cearaagora.com.br
www.cgn.inf.br
www.cidadeverde.com
www.clickpb.com.br
www.clicrbs.com.br
www.conesul.com.br
www.conjur.com.br
www.contilnet.com.br
www.correiodatarde.com.br
www.correiodesergipe.com
www.correiodolitoral.com
www.correiodopovo-al.com.br
www.crbio3.gov.br
www.cruzeironet.com.br
www.dams-info.org
www.defato.inf.br
www.diaadianews.com.br
www.diariodaparaiba.com.br
www.diariodemarilia.com.br
www.diarioliberalidade.org
www.diarioms.com.br
www.diarioregionalmt.com
www.ecoeacao.com.br
www.emtempo.com.br
www.estaminas.com.br
www.estrelaguianews.com.br
www.expressomt.com.br
www.extralagoas.com.br
www.extremosulam.com.br
www.farolcomunitario.com.br
www.fatimanews.com.br
www.fazendomedia.com
www.folhadaparaiba.com.br
www.folhadebetim.com.br
www.folhadevilhena.com.br
www.folhadoacre.com
www.folhadobico.com.br
www.folhadosulonline.com.br
www.folhavitoria.com.br
www.ftiapr.org.br
www.g1.globo.com
www.gazetadelimeira.com.br
www.gazetadigital.com.br
www.gazetamaringa.com.br
www.gentedeopiniao.com
www.globoamazonia.com

www.infonet.com.br
www.infosaj.com.br
www.interiordabahia.com.br
www.interligaonline.com
www.itabatanews.com.br
www.jangadeiroonline.com.br
www.jcnet.com.br
www.jfolharegional.com.br
www.jirauonline.com.br
www.jm1.com.br
www.jornalagazeta-ap.com
www.jornalaqui.com.br
www.jornalcidade.uol.com.br
www.jornaldacidade.net
www.jornaldelondrina.com.br
www.jornaldeuberaba.com.br
www.jornaldosol.com.br
www.jornalimpactoonline.com.br
www.jornalstylo.com.br
www.jornalwebminas.com.br
www.jusbrasil.com.br
www.liberdadedigital.com.br
www.moginews.com.br
www.montesclaros.com
www.navegadormt.com
www.nominuto.com
www.nortaonoticias.com.br
www.nossacara.com
www.noticiasdahora.com.br
www.noticiavirtual.com.br
www.novanews.com.br
www.novojornal.com
www.oacre.com.br
www.oeco.com.br
www.oestadoce.com.br
www.ogirassol.com.br
www.ogoiias.com.br
www.olhardireto.com.br
www.orm.com.br
www.overmundo.com.br
www.parecis.net
www.pbagora.com.br
www.pindavale.com.br
www.politicapb.com.br
www.portalaz.com.br
www.portalcorreio.com.br
www.portaldopurus.com.br
www.portalnahora.com.br
www.r7.com
www.radar64.com
www.redebomdia.com.br
www.redebrasilatual.com.br
www.redesuldenoticias.com.br

www.rets.org.br
www.revistadobrasil.net
www.revistatempo.com.br
www.ribeiraopretoonline.com.br
www.rondoniadigital.com.br
www.rondoniagora.com
www.rondoniaoativo.com
www.sistemaodia.com
www.sonoticias.com.br
www.sulnews.com.br
www.tarobacascavel.com.br
www.teixeiranews.com.br
www.tribunadeanapolis.com.br
www.tribunadodia.com.br

www.tribunadosol.com.br
www.tudoagora.com.br
www.tudoparana.com
www.tudorondonia.com.br
www.tvt.org.br
www.uai.com.br
www.valedoinvinhemagora.com.br
www.valeparaibano.com.br
www.viagora.com.br
www.viasdefato.jor.br
www.wscom.com.br
www.youtube.com
www.zedudu.com.br
Zero Hora - Porto Alegre - RS

Comissão Pastoral da Terra - Nacional

SECRETARIA NACIONAL

R.19, no. 35, 1º and., Ed. D. Abel Centro
CEP: 74030-090
Goiânia/ GO
Fone: (62)4008-6466/4008-6400
Fax: (62)4008-6405
E-mail: cpt@cptnacional.org.br
Site:www.cptnacional.org.br

ACRE

Travessa Amapá, 261, Bairro Cerâmica
CEP 69908-970
Rio Branco/ AC
Caixa Postal: 284
Fone/Fax: (68) 3223 2193
E-mail: cptac@uol.com.br

AMAPÁ

Av. Pe. Manoel da Nóbrega, 1000,
B. Jesus de Nazaré
CEP: 68906-970
Macapá/ AP
Fone: (96) 3223-2539
Fax:(96)3222 1047
E-mail: cptap@uol.com.br

AMAZONAS

Rua Silva Ramos, 555, Centro
CEP 69025-030
Manaus/ AM
Fone/Fax: (92) 3232 1160
E-mail: cptamazonas@gmail.com

ARAG./TOCANTINS

Rua Porto Alegre, 446, B. São João
CEP: 77807-070
Araguaína – TO
Caixa Postal: 51
Fone/Fax: (63) 3412-3200/3664
E-mail: cptartoc@cultura.com.br

BAHIA

R. Gal Labatut, 78, B. Barris
CEP: 40070-100
Salvador/ BA
Fone/Fax (71) 3328- 4672/46 83
E-mail: cptba@cptba.org.br
Site:www.cptba.org.br

CEARÁ

R. Mons. Otávio de Castro,
150, Bairro Fátima
CEP: 60050-150
Fortaleza/CE
Fone/Fax: (85) 3226-1413
E-mail: cptce@fortalnet.com.br
www.cptce.bolgsport.com

ESPÍRITO SANTO/ RIO DE JANEIRO

Rua São José, 259 Sernamby,
CEP: 29.930-000
São Mateus – ES
Caixa Postal: 312
Fone/Fax: (27) 3763-3505
E-mail: cptesrj@veloxmail.com.br

GOIÁS

R. 19, 35, 1º. andar,
Ed. D. Abel, Centro
CEP: 74030-090
Goiânia/GO
Fone: (62) 3223 -5724 / 3223-0890
Fax: (62) 3225 6534
Email: cptgo@hotmail.com
www.cptgoias.com

MARANHÃO

Rua do Sol, 457 Centro
CEP: 65020-590
São Luiz/ MA
Fone: (98) 3222-4243
Fax: (98) 3232-8763
E-mail: terractp@gmail.com

MATO GROSSO

R. Amambaí, 160,
Setor Alvorada
CEP: 78048-460
Cuiabá/MT
Fone: (65) 3621 -3068
Fax: (65) 3621-3054
E-mail: cptmt10@yahoo.com.br
cptmt10@gmail.com.

MATO GROSSO DO SUL

R. Nicolau Frageli, 71,
Bairro Amambaí

CEP: 79008-570
 Campo Grande/MS
 Fone/Fax: (67) 3029-7729
 E-mail: cptms1@yahoo.com.br

MINAS GERAIS

R. Cassiterita, 59,
 Bairro Santa Inês
 CEP: 31.080-150
 Belo Horizonte/ MG
 Fone: (31) 3466-0202/3481-5420
 Celular: (31) 9636-1790
 Email: cptminas@bol.com.br
 site:www.cptmg.org.br

NORDESTE II

R. Esperanto, 490,
 Ilha do Leite
 CEP: 50070-390
 Recife/PE
 Fone: (81) 3231-4445/ 3221 7314
 Fax: (81) 3222-2943
 E-mail: cpt@cptpe.org.br
 Site: www.cptpe.org.br

PARÁ

Tr. Barão do Triunfo, 3151,
 Bairro Marco
 CEP: 66093-050
 Belém/ PA
 Fone/Fax: (91) 3226 -6491
 E-mail: ctpa@cnbbn2.org.br

PARANÁ

R. Paula Gomes, 703, 1o Andar São Francisco
 CEP: 80510-070
 Curitiba/PR
 Fone/Fax: (41) 3224 -7433
 E-mail: cptparana@gmail.com

PIAUI

R. Desemb. Pires de Castro,
 631, Centro Norte
 CEP: 64.000-390
 Terezina/PI
 Fone: (86) 3222-4555
 Fax: (86) 3223-9370
 E-mail: cptpi@veloxmail.com.br
 http://cptpi.blogspot.com

RIO GRANDE DO SUL

Rua Manoel Ferrador, 155,
 Bairro Passo das Pedras
 CEP: 91230-370
 Porto Alegre/ RS
 Fone/Fax: (51) 3344-4415
 E-mail: cptrs@portoweb.com.br

RONDÔNIA

R. Sen. Álvaro Maia, 1034,
 Bairro Olaria
 CEP: 78.902-920
 Porto Velho/RO
 Fone: (69) 3224-4800
 Fax: (69) 3223-1135
 Celular: (69) 9984-9964
 E-mail: pastoraldaterra.ro@gmail.com
 http://cptrondonia.blogspot.com

RORAIMA

Rua Floriano Peixoto, 402-B.
 Centro
 CEP: 69301-320
 Boa Vista – RR
 Fone: (95) 3224-4636
 E-mail: cptroraima@gmail.com

SANTA CATARINA

R. Dep. Antônio Edu Vieira, 1524, Pantanal
 CEP: 88040-001
 Florianópolis/SC
 Fone/Fax: (48) 3234 4766
 E-mail: cptsc@cnbbsul4.org.br

SÃO PAULO

Cúria Diocesana de Pres. Prudente
 Rua Pe. João Goetz, n. 400, Jd. Esplanada – CEP
 19061-460 – Pres. Prudente – SP
 Fone: (18) 3918-5000 – ramal 54
 9781-4148
 Email: glauciavania@ig.com.br
 http://www.cptsp.com.br

